

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCOS LEITE DE MATOS TODT

**PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO OU
ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO?**

Porto Alegre

2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MARCOS LEITE DE MATOS TODT

PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL:
DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO OU ALTERNATIVAS AO
DESENVOLVIMENTO?

Tese apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

T639p Todt, Marcos Leite de Matos

Partidos de Esquerda no Brasil : desenvolvimento alternativo ou alternativas ao desenvolvimento? / Marcos Leite de Matos Todt. – 2021.
184 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira.

1. Esquerda Brasileira. 2. Sustentabilidade Ecológica. 3. Sustentabilidade Forte. 4. Sustentabilidade Fraca. 5. Alternativas ao Desenvolvimento. I. Madeira, Rafael Machado. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

MARCOS LEITE DE MATOS TODT

PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL:
DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO OU ALTERNATIVAS AO
DESENVOLVIMENTO?

Tese apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Prof. Augusto Neftali Corte de Oliveira – PUCRS

Prof. Dr. Joan Martínez-Alier – UAB

Prof.^a Dr.^a Lorena Cândido Fleury – UFRGS

Porto Alegre

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Arnaldo e Lígia, por todo o apoio e carinho que me é oferecido desde que nasci, incluindo o acompanhamento cuidadoso durante todo o doutorado; e a minha filha, Bibiana, por ser uma benção em minha vida desde que nasceu.

Obrigado, também, a minha irmã, Clarisse, a meu irmão, Nelson, que sempre me ajudam e orientam nos momentos sensíveis; a tia Leila, que acompanhou e vibrou comigo desde o começo do doutorado. Obrigado aos tios, primos, sobrinho, e a toda a minha família.

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Rafael Machado Madeira. Sua orientação foi simplesmente excepcional, do início ao fim. Sempre disponível e disposto, sempre interessado, e com sugestões certeiras em todas as etapas da construção da tese.

Obrigado a Adriane, especialmente pelo incentivo e ajuda no período de meu estágio. Obrigado, Nazaré, pela importante ajuda, inclusive durante algumas correrias. Obrigado Argelimar e Letícia, pelo auxílio com o espanhol, e Verônica, pelas revisões e normas técnicas.

Agradeço aos meus amigos e amigas, aos colegas da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal (APCEF) e dos Bancári@s Podem Mais. Obrigado Marcello, Naiara, Felipe, Ronaldo, Cris, Célia, Leandro, Rogério, Belotto. Obrigado Liz, pela ajuda durante o projeto e pelas primeiras trocas sobre a sustentabilidade forte e fraca.

Também quero agradecer às professoras Lorena Fleury e Teresa Cristina Schneider Marques pelas sugestões durante a banca de qualificação; e aos colegas Matheus Fröhlich e Oscar Berg, que inclusive neste dia se fizeram presentes.

Agradeço profundamente ao professor Federico Demaria, que me acompanhou e auxiliou durante meu estágio no Instituto de Tecnologia Ambiental (ICTA), da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e fez importante sugestão para a pesquisa.

Obrigado ao professor Joan Martínez-Alier, a quem tive a honra de conhecer pessoalmente e que acrescentou muito em minha trajetória; à querida Grettel Navas, Daniela Del Bene, Nina Clausager, Eleonora Fanari, Sofia Calero, ao Max Stoisser e a todo grupo EnvJustice.

O meu agradecimento também a Mohammad Mahdavi-pour e a Gemma Varela, pela excelente parceria e companhia, pela troca de ideias sobre o Brasil e o mundo, pelo aprendizado sobre a Catalunha e pelo acolhimento.

Muito obrigado aos professores, colegas e a toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS); à Escola de Humanidades, ao Escritório de Cooperação Internacional e a toda a Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS). Obrigado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“El error consistió en creer que la tierra era nuestra, cuando la verdad de las cosas es que nosotros somos de la tierra” (PARRA, 2011 *apud* ROSA, 2019, p. 209).

RESUMO

Com relação à temática ambiental, há propostas baseadas na sustentabilidade forte nos programas de governo apresentados pela esquerda partidária brasileira nas eleições presidenciais de 2018? Qual o espaço existente para as ideias pós-desenvolvimentistas e baseadas na sustentabilidade forte dentro dos partidos de esquerda no Brasil? Com base nestas questões de pesquisa, analisamos as propostas dos partidos da esquerda brasileira que apresentaram candidaturas próprias na eleição presidencial de 2018, e entrevistamos ativistas ambientais críticos ao desenvolvimentismo filiados a estes partidos. Partimos da hipótese de que a esquerda partidária brasileira se limita a pensar alternativas dentro do paradigma desenvolvimentista, com base no paradigma da sustentabilidade fraca, e, portanto, o espaço para ideias pós-desenvolvimentistas e afins com a sustentabilidade forte nestes partidos é restrita ou inexistente. As evidências apontam que nossa hipótese se demonstrou correta nos partidos analisados, com exceção parcial do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Os entrevistados filiados a este partido afirmaram que o PSOL tem sido cada vez mais aberto à pauta ecossocialista e pós-desenvolvimentista. Embora o programa apresentado pelo partido em 2018, no geral, tenha enfoque desenvolvimentista, a parte dedicada ao meio ambiente contém propostas diretamente referenciadas no debate internacional sobre alternativas ao desenvolvimento e aderentes à sustentabilidade forte, indicando que, neste partido, a sustentabilidade forte tem espaço suficiente para (ao menos) disputar espaço com o desenvolvimentismo.

Palavras-chave: Esquerda brasileira; sustentabilidade ecológica; sustentabilidade forte; sustentabilidade fraca; alternativas ao desenvolvimento; pós-desenvolvimentismo; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Regarding the environmental theme, are there proposals based on strong sustainability in the government programs presented by the Brazilian left parties in the 2018 presidential elections? What is the existent space for post-developmental ideas and ideas based on strong sustainability in Brazil's left parties? Based on these research questions, we analyzed the proposals by Brazilian left parties that presented their own candidacies in the 2018 presidential elections and interviewed environmental activists who are critical towards the developmentalism that is connected to these parties. We hypothesize that the Brazilian left is limited to thinking alternatives inside a developmental paradigm, based on the weak sustainability paradigm and, thus, the space for post-developmental ideas and such with strong sustainability is limited or inexistent. The evidence reveals that our hypothesis was proven right for the parties analyzed in this study, except partially for the Liberty and Socialism Party (PSOL). The interviewees who are affiliated to this party stated that PSOL has increasingly been more open regarding the eco-socialist and post-developmental agenda. Although the program presented by the party in 2018, in general, focuses on development; in the part concerning environment, there are proposals directly referred to in the international debate on alternatives to development and adherent to strong sustainability, which indicates that, in this party, strong sustainability has enough space to (at least) fight developmentalism for space.

Keywords: Brazilian left; ecological sustainability; strong sustainability; weak sustainability; alternatives to development; post-developmentalism; sustainable development.

RESUMEN

Con relación a la temática ambiental, ¿hay propuestas basadas en la sustentabilidad fuerte en los programas de gobierno presentados por la izquierda partidaria brasileña en las elecciones presidenciales de 2018? ¿Cuál es el espacio existente para las ideas posdesarrollistas y basadas en la sustentabilidad fuerte dentro de los partidos de izquierda en Brasil? Con base en estas cuestiones de investigación, analizamos las propuestas de los partidos de la izquierda brasileña que presentaron candidaturas propias en los comicios presidenciales de 2018, y entrevistamos a activistas ambientales críticos al desarrollismo, afiliados a estos partidos. Partimos de la hipótesis de que la izquierda partidaria brasileña se limita a pensar alternativas dentro del paradigma desarrollista, con base en el paradigma de la sustentabilidad débil, y, por lo tanto, el espacio para ideas postdesarrollistas y afines con la sostenibilidad fuerte en estos partidos es restringida o inexistente. Las evidencias apuntan que nuestra hipótesis se ha corroborado en los partidos analizados, con la excepción parcial del PSOL. Los entrevistados afiliados en este partido afirmaron que el PSOL cada vez se ha abierto más a la agenda ecosocialista y posdesarrollista, y el programa presentado por el partido en 2018, aunque, en general, tiene un enfoque desarrollista, la parte dedicada al medio ambiente contiene propuestas directamente referenciadas en el debate internacional sobre alternativas al desarrollo y adherentes a la sustentabilidad fuerte. Lo que indica que, en este partido, la sustentabilidad fuerte tiene espacio suficiente para (al menos) disputar terreno con el desarrollismo.

Palabras clave: Izquierda brasileña; sustentabilidad ecológica; sustentabilidad fuerte; sustentabilidad débil; alternativas al desarrollo; posdesarrollismo; desarrollo sostenible.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características da sustentabilidade fraca	76
Quadro 2 – Características da sustentabilidade forte.....	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso técnica bola de neve	102
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos partidos na escala ideológica de 1 a 7	21
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
AELA	Aliança Socialista Latino-Americana
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AI-2	Ato Institucional n.º 2
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APS	Ação Popular Socialista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCM/RS	Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul
CEERG	Companhia de energia Elétrica Rio-Grandense
CLAES	Centro Latino-Americano de Ecologia Social
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CS	Convergência Socialista
CSOL	Coletivo Socialismo e Liberdade
CST	Corrente Socialista dos Trabalhadores
CTN	Companhia Telefônica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democratas
DS	Democracia Socialista
FAMA	Fórum Mundial Alternativo da Água
FMI	Fundo Monetário Internacional
FR	Frente Revolucionária
FS	Força Socialista
GEA	Grupo de Economia Ambiental
ICTA	Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental
IGRA	Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
IPBES	Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos
ITT	International Telephone & Telegraph Corporation

LIT	Liga Internacional dos Trabalhadores
LIT-QI	Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional
LO	Liga Operária
MAIS	Movimento por Uma Alternativa Independente e Socialista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MES	Movimento Esquerda Socialista
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MML	Modelo Mundial Latinoamericano
MST	Movimento dos Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PED	Processo de Eleições Diretas
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Partido Socialista dos Trabalhadores
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTDOB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PV	Partido Verde
QI	Quarta Internacional
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SU	Secretariado Unificado
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UAB	Universidade Autônoma de Barcelona
UIT	Unidade Internacional dos Trabalhadores
UNEP	United Nations Environment Programme
UP	Unidade Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 A ESQUERDA PARTIDÁRIA BRASILEIRA	25
2.1 PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	25
2.2 PARTIDO DOS TRABALHADORES	27
2.3 PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	31
2.4 PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	34
3 O DUALISMO ESQUERDA-DIREITA E A CLIVAGEM AMBIENTAL NA ESQUERDA	37
3.1 SOBRE A PERTINÊNCIA DO DUALISMO ESQUERDA-DIREITA NA TEMÁTICA AMBIENTAL	38
3.2 A CLIVAGEM AMBIENTAL NA ESQUERDA: DESENVOLVIMENTO É A SOLUÇÃO OU O PROBLEMA?	41
4 CONCEITOS-CHAVE E PRINCIPAIS CORRENTES DO AMBIENTALISMO	46
4.1 O CULTO AO SILVESTRE	46
4.2 A ECOEFICIÊNCIA	47
4.3 A JUSTIÇA AMBIENTAL	49
4.4 ECONOMIA NEOCLÁSSICA E ECONOMIA AMBIENTAL	51
4.5 A BIOECONOMIA E A ECONOMIA ECOLÓGICA	53
4.6 O ECOSSOCIALISMO	55
5 OS DOIS GRANDES PARADIGMAS DA SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	58
5.1 BREVE HISTÓRIA DO DEBATE INTERNACIONAL A PARTIR DA IDEIA DE CRISE AMBIENTAL	58
5.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	62
5.3 CRÍTICAS DA SUSTENTABILIDADE FORTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	66
5.3.1 Crítica à ideia do crescimento econômico	66
5.3.2 Crítica ao dogma tecnológico	69
5.3.3 Crítica à promoção da sustentabilidade ecológica através das leis de mercado	70
5.3.4 Crítica à economia verde	71
5.4 A SUSTENTABILIDADE FRACA: O PARADIGMA DESENVOLVIMENTISTA	74

5.5 A SUSTENTABILIDADE FORTE: ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO.....	76
6 ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO: A SUSTENTABILIDADE FORTE NO MUNDO ATUAL	79
6.1 O <i>BUEN VIVIR</i>	80
6.2 DECRESCIMENTO: O MOVIMENTO SOCIAL A PARTIR DA FRANÇA.....	85
7 ANÁLISE DOS PROGRAMAS PARTIDÁRIOS.....	92
7.1 PROGRAMA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	92
7.2 PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	95
7.3 PROGRAMA DO PARTIDO DO SOCIALISMO E LIBERDADE.....	98
7.4 PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	100
8 ENTREVISTAS	102
8.1 ENTREVISTAS COM FILIADOS DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	103
8.1.1 Entrevistado 1	104
8.1.2 Entrevistado 2	107
8.1.3 Entrevistado 3	110
8.1.4 Entrevistada 4	111
8.1.5 Entrevistada 5	115
8.2 ENTREVISTA COM FILIADO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA....	117
8.2.1 Entrevistado 6	117
8.3 ENTREVISTAS COM FILIADOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	120
8.3.1 Entrevistado 7	120
8.3.2 Entrevistada 8	122
8.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	123
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	152
APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL.....	153
APÊNDICE C – POSTURA PESSOAL RELACIONADA AO PÓS-DESENVOLVIMENTISMO	163
APÊNDICE D – SOBRE O ESPAÇO À CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO EM SEU PARTIDO/CORRENTE.....	166

APÊNDICE E – DIFICULDADES PARA A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO NA ESQUERDA	172
APÊNDICE F – ALIANÇAS/ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A VISÃO PÓS-DESENVOLVIMENTISTA	175
APÊNDICE G – OPINIÃO SOBRE AS POLÍTICAS AMBIENTAIS DOS GOVERNOS LULA E DILMA.....	178
APÊNDICE H – OPINIÃO SOBRE POLÍTICA AMBIENTAL GOVERNO BOLSONARO.....	182

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente vem ganhando espaço nas discussões contemporâneas. Temas como preservação ambiental, efeito estufa, mudança climática e biossegurança não são mais restritos ao círculo de ambientalistas e cientistas, mas agenda de governança ambiental global e parte das preocupações cotidianas dos indivíduos (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012). Houve forte indignação da comunidade internacional à decisão do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de retirar seu país do Acordo de Paris¹, após negar o aquecimento global. O físico britânico Stephen Hawking afirmou que as mudanças climáticas são um dos maiores perigos que enfrentamos, frisando que estamos em um momento crítico e de definição sobre se conseguiremos ou não evitar um dano irreversível que pode eliminar a vida humana no planeta (MUDANÇAS..., 2017). Líder máximo da igreja católica, o Papa Francisco lançou ao mundo convite urgente para dialogar sobre o modo como estamos construindo o futuro do planeta, pontuando que o desafio ambiental e suas raízes humanas têm impacto sobre todos (IGREJA CATÓLICA, 2015). A pandemia ocasionada pelo coronavírus também motiva fortemente as preocupações ecológicas, pois a expansão da agricultura industrial, pecuária e outras invasões de humanos em habitats, bem como a mercantilização da vida selvagem, são causas das cada vez mais frequentes passagens de vírus de animais para humanos (PAULSON *et al.*, 2020).

No início dos anos 1970 foi realizada a primeira conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Depois disso, inclusive nosso país já sediou dois importantes eventos organizados pelas Nações Unidas – a ECO-92 e a RIO+20 –, além de importantes eventos que discutiram a questão ecológica, como, a título de exemplo, o Fórum Global, a Cúpula dos Povos² e diversas edições do Fórum Social Mundial.

Uma pesquisa em nível mundial (STOKES; WIKE; CARLE, 2015) apontou que o Brasil é o país com o maior percentual de pessoas que consideram que a mudança climática é um problema grave (86%, quando a média global é de 54% e, na América Latina, 74%)³. Outra pesquisa, realizada entre setembro e outubro de 2020, apurou que para 95% da população brasileira o aquecimento global é visível e pode trazer sérios prejuízos inclusive para a atual geração; 42% já votou em algum político por suas propostas para a defesa do meio ambiente;

¹ Acordo (aprovado em 2015, por 195 países) que visa à redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. Trump retirou os Estados Unidos do acordo em junho de 2017.

² Durante a ECO-92 e durante a RIO+20 ocorreram eventos paralelos organizados por entidades e movimentos sociais e ambientalistas. Ambos os eventos (Fórum Global e Cúpula dos Povos, respectivamente) ocorreram no Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, e reuniram milhares de pessoas.

³ Pesquisa realizada em 40 países, em 2015, com 45.435 respondentes.

59% afirmou ter deixado de consumir produtos que prejudicam a natureza; e para 77%, proteger o meio ambiente é urgente, mesmo que, para isso, tenha-se menos empregos e um menor crescimento econômico (PARA 77%..., 2021). No mesmo caminho, verifica-se uma incorporação da temática ambiental aos programas dos partidos no país. Dos 32 partidos políticos existentes no Brasil em 2014, 20 incluíram a temática ambiental em seus programas (62,5%) e, destes, 16 dedicaram ao tema capítulo ou tópico integral (BARROS, 2015). No entanto, considerando-se como indicador o impacto ambiental absoluto, sem levar em conta o estoque de recursos naturais disponíveis, conforme dados do Centro Latino-Americano de Ecologia Social (CLAES, 2010), o Brasil foi considerado o país com a pior performance em avaliação em nível mundial realizada em 2010, seguido pelos Estados Unidos e China⁴, o que demonstra a complexidade e importância do tema.

A resposta ao grave problema da crise ambiental proposta pela governança global, através da Organização das Nações Unidas (ONU) é o conceito de desenvolvimento sustentável, que visa combinar capitalismo e sustentabilidade ecológica. No entanto, não há unanimidade sobre a possibilidade de saída da crise ambiental por esse caminho. Pesquisadores, intelectuais, militantes sociais, ambientalistas, apresentam importantes críticas ao paradigma construído pelas Nações Unidas, com discordâncias em relação a três pontos fundamentais: a) à possibilidade de unir economia *mainstream* (desenvolvimento através de crescimento econômico) e sustentabilidade ecológica; b) à crença de que a tecnologia pode evitar o esgotamento do capital natural através do aumento da produtividade e da substituição de recursos naturais; c) à economia verde, vista como uma forma de mercantilização da natureza, com o objetivo exclusivo de auxiliar no crescimento da economia mundial, a serviço dos interesses de grandes corporações privadas.

Conforme Martínez-Alier (2017), os movimentos ambientalistas incorporam em seu interior programas distintos: há os que pensam em desenvolvimento apenas em termos econômicos (sustentabilidade fraca), ou, mais aprofundadamente, nas suas acepções físicas e sociais (sustentabilidade forte). Há, portanto, duas lógicas bem distintas, que podem ser sintetizadas pelos conceitos de sustentabilidade forte e fraca. Segundo Pelenc (2015), o debate fundamental é justamente sobre qual dessas concepções adotar.

A sustentabilidade fraca se harmoniza com perfeição à ideia desenvolvimentista. Baseia-se na economia neoclássica e nos pressupostos da ecoeficiência e está representada pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Por sua vez, a sustentabilidade forte sugere a busca

⁴ Levando-se em conta os estoques de recursos naturais, o Brasil passa para a posição 68.

por alternativas ao paradigma do desenvolvimento. Entende que a economia deve ser subordinada à ecologia e se relaciona com propostas alternativas como as defendidas pela Cúpula dos Povos e sua ideia de bens comuns, e com conceitos diversos que ora se assemelham, ora se distanciam, como bioeconomia, economia ecológica, biocentrismo e justiça ambiental – uma contribuição acessória do presente trabalho é a sistematização de conceitos-chave para o entendimento do debate ambiental.

Dentro da esquerda política, seja brasileira ou internacional, estão presentes as duas visões sobre esta questão. Parte da esquerda compartilha a visão de que o desenvolvimento é instrumento para se alcançar profunda transformação social, e considera que o crescimento econômico pode e deve ser conciliado com a sustentabilidade ecológica – este é o paradigma da sustentabilidade fraca; outra parte referencia-se no paradigma da sustentabilidade forte e considera impossível a conciliação entre crescimento econômico e sustentabilidade ecológica, e defende a busca de alternativas a partir de marcos conceituais por fora da ideia do progresso e do crescimento que possibilitem a redução da produção e do consumo através de processo equitativo e democrático (TODT, 2019a).

A partir dessa problemática, colocamos a questão: no Brasil, qual o espaço existente (dificuldades, principais alianças, maior ou menor visibilidade nos últimos anos) dentro dos partidos de esquerda no Brasil para os ativistas ambientais ligados ao paradigma da sustentabilidade forte – e, portanto, críticos à ideia clássica do desenvolvimento? As propostas na área ambiental dos partidos de esquerda no Brasil se referenciam no modelo da sustentabilidade forte ou fraca?

Os partidos políticos objetos do estudo são os pertencentes ao campo da esquerda que apresentaram candidatos a presidente nas eleições de 2018. Adotamos como critério para a definição do posicionamento ideológico dos partidos os resultados do *survey* realizado por Tarouco e Madeira (2015) em encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) ocorrido em Recife, em 2010 (Tabela 1).⁵ Consideramos como de esquerda os partidos que receberam classificação média menor que 3,5 na escala de 1 a 7⁶. Desse modo, os partidos de

⁵ Foram distribuídos questionários aos participantes das áreas temáticas de eleições e representação política e de instituições, em que os partidos políticos brasileiros deviam ser classificados em escala de sete pontos em que 1 representava a extrema esquerda e 7 a extrema direita.

⁶ A Rede Sustentabilidade foi registrada em 2015, portanto não consta no citado *survey* da ABCP. Foi idealizada por Marina Silva, que passou a maior parte de sua carreira política no PT e saiu do partido após desentendimentos referentes à questão ambiental, na ocasião em que foi ministra do Meio Ambiente do governo Lula. Silva migrou inicialmente para o Partido Verde (PV). Em 2014, foi candidata à presidência pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), enquanto a Rede Sustentabilidade ainda não estava registrada junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, em 2018, foi candidata à Presidência da República pela Rede. Silva afirmou que o partido não é nem de esquerda, nem de direita (LOPES; MONTEIRO, 2013). No segundo turno das eleições presidenciais de 2014,

esquerda que lançaram candidatos a presidente em 2018 são: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Analisaremos as propostas dos partidos em questão para as eleições de 2018, e não das coligações, com uma exceção: o PSOL, que desde o início construiu o programa em conjunto com o Partido Comunista Brasileiro e com movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Mídia Ninja. Além disso, analisaremos entrevistas realizadas com ativistas ambientais filiados aos partidos estudados com o objetivo de compreender o espaço existente nestes partidos para propostas referenciadas na sustentabilidade forte.

Tabela 1 – Classificação dos partidos na escala ideológica de 1 a 7

Partido	Média
Partido da Causa Operária (PCO)	1,1
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	1,2
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	1,4
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	1,5
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	2,3
Partido dos Trabalhadores (PT)	2,9
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	3,0
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	3,3
Partido Verde (PV)	3,5
Partido Popular Socialista (PPS)	4,0
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	4,2
Partido da Mobilização Nacional (PMN)	4,4
Partido Humanista da Solidariedade (PHS)	4,5
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	4,6
Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB)	4,7
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	5,0
Partido Trabalhista Cristão (PTC)	5,1
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	5,1
Partido Republicano Brasileiro (PRB)	5,1
Partido Social Liberal (PSL)	5,2
Partido Social Cristão (PSC)	5,2
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	5,3
Partido Social Democrata Cristão (PSDC)	5,4
Partido da República (PR)	5,4
Partido Republicano Progressista (PRP)	5,4
Partido Progressista (PP)	6,0
Partido Democratas (DEM)	6,2

Fonte: adaptado de Tarouco e Madeira (2015).

apoiou o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, o que levou à saída, antes mesmo da legalização do partido, de lideranças importantes (GOMBATA, 2014) que vieram a fundar a Raiz Movimento Cidadanista, situada à esquerda no espectro político. Em outubro de 2016, houve a saída coletiva de intelectuais como o antropólogo Luiz Eduardo Soares e o sociólogo Marcos Rolim, em especial por conta das alianças com partidos da direita nas eleições municipais daquele ano, e pelo apoio de Silva ao *impeachment* de Dilma Rousseff (SOARES, 2016). Conforme Fernandes (2017), a Rede é um partido de centro ou centro-direita cuja plataforma geral gira em torno da gestão do capitalismo através da sustentabilidade e governabilidade.

Para verificar a qual paradigma ecológico as propostas dos partidos se aproximam, construímos duas tipologias: o tipo ideal do paradigma da sustentabilidade forte e o tipo ideal do paradigma da sustentabilidade fraca. A construção dessas duas tipologias, com base na literatura acadêmica, possibilita-nos a análise dos programas partidários de modo a aproximá-los de um dos dois modelos.

Neumayer (2004) demonstrou que os partidos de esquerda têm maior disposição para abraçar questões pró-ambientais em manifestos eleitorais. No entanto, será interessante verificar se de fato os partidos de esquerda aqui pesquisados superam a lógica da sustentabilidade fraca, pois ser de esquerda não garante, a priori, uma visão compatível com a propugnada pela sustentabilidade forte. Löwy (2009) embasa esse raciocínio quando afirma que tanto a social-democracia como o movimento comunista de inspiração soviética – as tendências dominantes da esquerda durante o século XX – aceitavam o modelo de produção existente: a primeira, limitando-se a uma versão reformada do sistema capitalista; o segundo, desenvolvendo uma forma de produtivismo autoritária e coletivista – o capitalismo de Estado.

Em consonância com Löwy (2009), Lang (2011) afirma que os governos do socialismo real, assim como a maioria dos atores das esquerdas latino-americanas, focaram-se na crítica ao imperialismo e ao capitalismo, mas aceitaram tacitamente o conceito de desenvolvimento como o caminho ao “progresso”. Para a autora, a esquerda não compreendeu que o conceito de desenvolvimento é “[...] um dos dispositivos-chave para afiançar e expandir o capitalismo e sua lógica de produzir colônias, que amarra o bem-estar unicamente à capacidade de consumo das pessoas” (LANG, 2011, p. 14, tradução nossa).

Acosta (2015, 2016), Gudynas (2011a, 2012a) e Lang (2016) diferenciam “desenvolvimentos alternativos” de “alternativas ao desenvolvimento”⁷. O primeiro caso constitui-se de opções distintas de desenvolvimento que aceitam as premissas da busca pelo crescimento permanente e da apropriação da natureza. Já as “alternativas ao desenvolvimento” buscam outros marcos conceituais. Ao analisar os governos progressistas eleitos na América Latina – incluindo o Brasil – a partir de 1999, avaliam que se limitaram a buscar desenvolvimentos alternativos, repetindo modelos insustentáveis e com intensos impactos ambientais. Priorizaram o crescimento econômico e minimizaram ou flexibilizaram os obstáculos ambientais, mantiveram os procedimentos convencionais de apropriação e

⁷ Conforme Gudynas (2012a), a distinção entre desenvolvimentos alternativos e alternativas ao desenvolvimento foi baseada nos aportes constantes na obra “La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo”, originalmente lançada em 1996, do antropólogo colombiano Escobar (2007), que trabalhou a ideia do pós-desenvolvimento.

comercialização de recursos naturais e não colocaram em discussão o pressuposto do desenvolvimento como crescimento econômico.

Com a referida chegada ao poder de diversos governos progressistas na América Latina, surge um discurso político que embasa o chamado neoextrativismo na região, caracterizado por justificar o extrativismo como forma de crescer e combater a pobreza (GUDYNAS, 2012b; HARGREAVES, 2019). No Brasil dos governos de Lula e Dilma isso não foi diferente, com o andamento de processo de reprimarização da economia e pela proposta de novo marco legal da mineração (SANTOS; MILANEZ, 2013). Se mesmo nos governos progressistas o paradigma do crescimento não foi nem de perto abandonado, qual o espaço existente, no Brasil, para o pensamento que busca a construção de um modelo ao largo do desenvolvimentismo?

Durante os governos Lula⁸ e Dilma, o PT governou com amplíssimo leque de alianças, incluindo partidos da direita, como o PP. No entanto, ao analisarmos os documentos programáticos do PT, encontraremos posicionamento diferente da ênfase desenvolvimentista adotada pelos governos Lula e Dilma? O PDT, que nas eleições de 2018 se apresentou como alternativa progressista, terá um posicionamento com relação à sustentabilidade com diferenças de fundo em relação ao PT, por exemplo? O PSOL, que teve como candidata a vice-presidência do Brasil, nas eleições de 2018, uma indígena (Sônia Guajajara) abertamente crítica do desenvolvimentismo, defensora do conceito do bem viver e sustentada internamente pela Setorial Ecosocialista, sustenta, de fato, um projeto alternativo para além do crescimento econômico? Qual a visão do PSTU, que participa do processo eleitoral exclusivamente para fortalecer a ideia da necessidade de revolução socialista, sobre a questão?

Desse modo, pretendemos verificar, através da análise documental, a presença ou não, nos documentos partidários analisados, de propostas ambientais baseadas no paradigma da sustentabilidade forte. E, através das entrevistas, analisar como os ativistas ambientais que se filiam à busca por modelos alternativos à ideia do desenvolvimento enxergam as possibilidades concretas de atuação em seus partidos; se o espaço para suas ideias e atuação têm avançado; quais as possibilidades de aliança e as maiores dificuldades com as quais se deparam.

Nossa hipótese é que a afirmação de Acosta (2015, 2016), Gudynas (2011a, 2012a) e Lang (2016), de que a esquerda se limita a pensar alternativas dentro do paradigma

⁸ Embora com perspectiva diferente do enfoque presente em nossa pesquisa, é pertinente registrar a importante pesquisa realizada pela cientista política Cristiana Losekann sobre as formas de participação de organizações civis na política ambiental no governo Lula entre os anos 2003 e 2008 (LOSEKANN, 2012). No mesmo sentido, referimos o trabalho da professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Rebecca Abers, em colaboração com a pesquisadora Marília de Oliveira, que verificou mudanças na relação entre movimentos sociais e os governos do PT através da análise da política de nomeações para cargos de alto escalão no Ministério do Meio Ambiente entre 2003 e 2013 (ABERS; OLIVEIRA, 2015).

desenvolvimentista, é verdadeira para o caso da atual esquerda partidária brasileira e, portanto, o espaço para ideias pós-desenvolvimentistas e afins com a sustentabilidade forte nestes partidos é restrita ou inexistente, e seus programas se referenciam no paradigma da sustentabilidade fraca.

2 A ESQUERDA PARTIDÁRIA BRASILEIRA

2.1 PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

O PDT foi fundado no ano de 1980. Seu principal líder e fundador, Leonel de Moura Brizola (1922-2004), trabalhava pela refundação do PTB, mas sofreu uma derrota judicial em disputa pelo controle da sigla. O PTB havia sido fundado em 1945 sob a liderança de Getúlio Vargas e declarado extinto em 1965 pelo Ato Institucional n.º 2 (AI-2) que estabeleceu o bipartidarismo no Brasil. O AI-2 permitia apenas a existência de dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Brizola fazia parte da ala mais à esquerda do PTB e havia alcançado notoriedade nacional ao liderar, enquanto governador do Rio Grande do Sul, a Campanha da Legalidade, em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Na ocasião, a linha dura das forças armadas, e a liderança do direitista Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara, realizaram tentativa de golpe militar, impedida pela resistência que iniciou no Rio Grande do Sul liderada por Brizola. Conforme Batistella (2013, p. 121), a gestão de Brizola enquanto governador do Rio Grande do Sul foi marcada “[...] pelo amplo investimento na educação, pela criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e por uma política desenvolvimentista, nacionalista e opositora ao capital estrangeiro”. Brizola, inclusive, encampou a Companhia de energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG) e a Companhia Telefônica Nacional (CTN), que eram subsidiárias, respectivamente, das multinacionais *Bond and Share* e *International Telephone & Telegraph Corporation* (ITT).

Com o Golpe Civil-Militar de 1964, Brizola precisou ir para o exílio, primeiramente no Uruguai e, depois, em Portugal. Ainda durante a ditadura, durante o lento processo de reabertura política, Brizola, ainda no exílio, começou um movimento para refundar o PTB. Para isso, em junho de 1979, liderou o “Encontro dos trabalhistas do Brasil com os trabalhistas no exílio”, que ocorreu na sede do Partido Socialista Português e contou com a presença de centenas de pessoas, dentre as quais o intelectual brasileiro Darcy Ribeiro e, representando a Internacional Socialista, o então secretário-geral do Partido Socialista Português, Mário Soares (BATISTELLA, 2013; RIBEIRO, 2017). Deste encontro, surgiu a Carta de Lisboa, que sintetizaria o conteúdo do chamado “novo trabalhismo” (BATISTELLA, 2013).

Pouco menos de um ano após a publicização da Carta de Lisboa, a Justiça Eleitoral definiu que Ivete Vargas – e não Brizola – é quem tinha direito sobre a legenda PTB. Conforme

Batistella (2013), a decisão foi condicionada em virtude do trabalho exercido nos bastidores pelo general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil. Assim, em 1980, Brizola e seu grupo fundam o PDT, que seguiu as diretrizes e os conteúdos programáticos expressos na Carta de Lisboa, o que faz com que este seja o único partido político brasileiro fundado no exílio (MARQUES; GONÇALVES, 2016).

O “novo trabalhismo” representado pelo PDT, além de seguir a tradição nacionalista do antigo PTB, passa a se comprometer com a defesa das minorias (em um primeiro momento, dos negros, indígenas e das mulheres), e com a social-democracia. Conforme destacado por Marques e Gonçalves (2016), a aproximação de Brizola com a social-democracia se deveu muito à sua aproximação com o líder português Mário Soares. A influência do período no exílio foi fundamental para o estabelecimento do tripé “democracia, socialismo e nacionalismo” que aparece na Carta de Lisboa e que caracteriza o novo trabalhismo.

Brizola foi candidato a presidente na primeira eleição após a redemocratização, em 1989. Obteve excelente votação nos estados em que havia sido governador (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro), nacionalmente alcançou 16,51% dos votos e não esteve no segundo turno (em que apoiou Lula-PT) por uma diferença muito pequena. Foi o melhor resultado do PDT encabeçando uma chapa para a Presidência República.

Em 1994 Brizola foi novamente o candidato a presidente do PDT, mas sem o mesmo sucesso, e em 1998 foi candidato a vice-presidente na chapa liderada por Lula (PT). Em 2002, o PDT, sem participar da cabeça de chapa, fez parte da Frente Trabalhista (PPS, PDT e PTB), cujo candidato a presidente foi Ciro Gomes (PPS), que ficou na quarta colocação. De acordo com Carreirão (2004), em pesquisa realizada antes da referida eleição, apenas 16% dos eleitores com preferência pelo PDT pretendiam votar em Gomes. No segundo turno, o PDT mais uma vez apoiou Lula (PT).

Em 2006, primeira eleição presidencial após a morte de Brizola, o candidato do PDT foi Cristovam Buarque, sem coligação, que ficou em quarto lugar mas com uma votação bastante inferior à recebida por Ciro Gomes na eleição presidencial anterior. Desta vez, o PDT se declarou neutro no segundo turno disputado entre Dilma Rousseff (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB). Buarque possivelmente foi o primeiro político brasileiro com projeção que falou positivamente sobre a ideia do decrescimento econômico. O fato ocorreu em 2010, em manifestação no Congresso Nacional durante mandato como senador pelo PDT.

Na eleição presidencial de 2010, o PDT participou da ampla coligação que elegeu Dilma Rousseff (PT). Rousseff começou sua trajetória política exatamente no PDT, e deixou o partido junto com outras lideranças, como o trabalhista histórico Sereno Chaise (1928-2017), ao

discordar da saída do PDT do Governo Olívio Dutra (PT) no Estado do Rio Grande do Sul (1999-2002). Segundo Oliveira (2010), ao receber o apoio dos trabalhistas, Rousseff, emocionada, leu um discurso em que citou os trabalhistas históricos Darcy Ribeiro, Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Em 2014, o PDT novamente participa da coligação que reelegeu Rousseff.

Em 2018, Ciro Gomes foi o candidato a presidente pelo PDT. Gomes se filiou ao partido no ano de 2015, após deixar o Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Antes, Gomes esteve filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo qual foi Ministro da Integração Nacional durante o primeiro governo Lula (2003-2006). No segundo turno de 2018, o PDT declarou apoio ao Fernando Haddad (PT), na disputa contra Jair Bolsonaro, embora Gomes não tenha participado diretamente da campanha.

O PDT é um partido que coíbe a existência de tendências internas, mas permite a existência do que denomina "movimentos", tais como o PDT Diversidade, a Juventude Trabalhista, o Movimento Cultural Darcy Ribeiro e o Ecotrabalhismo. Em junho de 2021, o PDT lançou a Cartilha Ecotrabalhista (PDT, 2021), que descreve Brizola como um líder à frente do seu tempo, já com preocupações ecológicas, e lembra que o sexto compromisso programático constante no manifesto de lançamento do partido é a luta pela defesa da natureza brasileira.

2.2 PARTIDO DOS TRABALHADORES

O PT foi cabeça de chapa em quatro eleições para a Presidência da República. Primeiro, com Luiz Inácio “Lula” da Silva (Lula), eleito em 2002 e reeleito em 2006, em ambas as ocasiões disputando o segundo turno contra candidatos do PSDB. Em 2010 e em 2014, é a vez de Dilma Rousseff se eleger, enfrentando, igualmente, candidatos do PSDB no segundo turno. No entanto, sofreu impeachment durante seu segundo mandato.

Enquanto Lula foi líder de importantes greves operárias que foram fundamentais para o processo de fundação do PT, do qual foi fundador, presidente e é a principal liderança, Rousseff participou da luta armada contra a ditadura civil-militar e se filiou ao PT no ano de 2001, vinda do PDT. Teve participação de destaque nos governos Lula, primeiro como Ministra de Minas e Energia e, na sequência, como Ministra da Casa Civil, quando foi apelidada pelo próprio Lula de “mãe do PAC”, o Programa de Aceleração do Crescimento. O PAC foi projeto chave do segundo governo Lula, e, conforme o Ministério do Planejamento ([2011?]), “[...] promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana,

logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”.

A fundação do PT ocorreu em 10 de fevereiro de 1980, e é necessariamente ligada ao processo vivido no Brasil durante a década de 1970: retomada da participação popular, conjuntura de declínio e crise do regime militar e seu sistema político bipartidário. A intensa participação popular foi a responsável não só pela criação do PT, mas pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela ascensão do chamado novo sindicalismo.

O PT trouxe uma forma de organização partidária até então desconhecida no Brasil. Por ter sido o único partido criado a partir das bases, Keck (2010) chama o PT de anomalia. O slogan do partido nos seus primeiros anos era “o partido sem patrões”. Parte fundamental de sua identidade inicial se relaciona com o que Pont (2002) chama de “poder das bases” e Fernandes (2006) denomina “democracia petista”. Conforme Todt e Madeira (2020, p. 61), de fato, nos primeiros anos, a vida partidária era caracterizada por intensa participação dos filiados, que participavam da construção das decisões de rumos da organização:

Havia debates públicos para a construção de pré-teses; depois, as teses eram publicadas, distribuídas e efetivamente debatidas em inúmeras reuniões nas instâncias de base. Apenas após esse rico processo de discussão programática é que as instâncias de base elegiam proporcionalmente os delegados para os encontros superiores (municipais, estaduais, nacional) que, por sua vez, elegiam as direções partidárias.

Pesquisas realizadas nos primeiros anos do partido (GAGLIETTI, 1999; NOVAES, 1993) apontaram que parte considerável dos militantes do PT tinham experiência com alguma forma de militância coletiva. Conforme Todt (2018, p. 177), isso sugere

[...] um movimento dialético onde o contexto político possibilitou que uma vanguarda com maior capital social, aproveitando-se de conjuntura favorável, construísse organizações coletivas que, por sua vez, por terem explícitos valores como a democracia, o respeito às decisões de base, a ética nas relações e a transparência nas decisões, estimulavam o capital social.

No entanto, conforme Ribeiro (2010), no ano de 2001 foram realizadas alterações no Estatuto do Partido que representaram o dismantelamento dos núcleos, retirando dos mesmos qualquer tipo de representação junto a Encontros, Diretórios ou Executivas. Em contrapartida, ocorreu forte flexibilização das filiações, transformando em reminiscência os requisitos rigorosos de filiação e oficializando a abertura do partido a um novo perfil de filiado, menos ativo e comprometido e mais despolitizado (RIBEIRO, 2010). Além disso, foi implementado o Processo de Eleições Diretas (PED), no qual qualquer filiado vota para eleger as direções partidárias, participando ou não dos debates e instâncias partidárias. Para Todt e Madeira

(2020), estas mudanças na dinâmica interna do partido ocasionaram expressiva diminuição dos espaços de debate e militância política e seriam um dos fatores que contribuíram para o deslocamento do partido em direção ao centro do espectro político.

Conforme revisão da literatura realizada por Todt e Madeira (2020), outros fatores que contribuíram para o deslocamento em direção ao centro do espectro político foram: o crescimento e a ocupação de espaços de poder, que tornou o PT um partido de governo e sobrepôs à sua identidade inicial, socialista e nacionalista, uma tendência tecnocrata contaminada pelos vícios da política tradicional brasileira (SECCO, 2011); o fato de que, a partir de 2002, com a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro (SILVA, 2002), a defesa da ordem veio para ficar e o partido toma como suas as “conquistas” do período neoliberal: a estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação (SINGER, 2010); a predominância da estratégia de adaptação à ordem da competição eleitoral, caracterizada pela profissionalização das campanhas eleitorais (em contraposição à cultura militante de até então), pela segmentação em mandatos individuais, com a administração de carreiras (assessorias de bancadas, estruturas partidárias, mandatos parlamentares com alto grau de autonomização frente ao partido), e pelo pragmatismo sem limites nas alianças, em detrimento da identidade socialista do PT, para aumentar a competitividade eleitoral (GUIMARÃES, 2007); o afrouxamento ideológico e posterior acomodação à estratégia do “toma lá dá cá” causados pela experimentação do poder (SAMUELS, 2008); pelo fato de que a motivação principal, para a maioria dos dirigentes e militantes do partido, deixou de ser uma “causa” e passou a ser os incentivos seletivos (SILVA, 2009); a profissionalização da direção partidária, que fez com que a elite dirigente do partido passasse a depender “profissionalmente” de vitórias eleitorais e, desse modo, perdesse sua autonomia, de modo semelhante a um operário que precisa pensar em seu emprego (SINGER, 2012).

Estas modificações no PT foram o pano de fundo para o rompimento da Quarta Internacional (QI)⁹ com a Democracia Socialista (DS), tendência interna do PT¹⁰. Michael Löwy, um dos mais proeminentes teóricos do ecossocialismo, foi um dos dirigentes da QI que assinou, em janeiro de 2005, o documento “Carta à Democracia Socialista” (BENSAID; LOUÇÃ; LÖWY, 2005). Os demais dirigentes da QI subscritores da Carta são o português

⁹ Conhecida por muitos pelo nome de Secretariado Unificado (SU).

¹⁰ A DS é mais antiga que o PT, e participou ativamente de sua fundação. Desde sua própria fundação, a DS manteve fortes vínculos com a QI (ANGELO, 2007), e durante muitos anos foi a única organização que representava a QI no Brasil. Conforme Silva (2001a), já durante a segunda metade dos anos 1980, as posições da DS expressavam a linha política internacional definida no IV Congresso da Quarta Internacional, realizado em 1985.

Francisco Louçã, político, economista e professor universitário na Universidade de Lisboa, e o francês Daniel Bensaid¹¹, importante líder do maio de 1968 francês. Concordamos com Querido (2008, p. 108), quando afirma que Löwy e Bansaid utilizam o marxismo “[...] como teoria social capaz de se opor à crise de civilização em que vivemos – da qual a crise ecológica é seu estopim mais visível”.

O referido documento subscrito pelos dirigentes da QI, dentre outras questões, questionava a participação de quadros da DS no governo Lula (o gaúcho Miguel Rosseto, membro da DS, era, na ocasião, Ministro do Desenvolvimento Agrário) e defendia a necessidade de uma ruptura com o governo Lula como condição para possibilitar alianças concretas, dentro e fora do PT, para buscar, dentre outros pontos destacados no texto, uma reforma agrária e ambiental radical (BENSAID; LOUÇÃ; LÖWY, 2005).

Por fim, os dirigentes da QI manifestaram reconhecimento de que pessoas que saíram do PT continuariam a ser consideradas como membros da QI, e estimulou o diálogo e a manutenção de pontes com correntes que já estavam ligadas ao PSOL. A DS não concordou com tais definições e se desligou da QI.

Também é importante destacar que um dos principais líderes ambientalistas brasileiros, Chico Mendes (1944-1988), Patrono Nacional do Meio Ambiente, foi fundador do PT, partido pelo qual chegou a disputar eleições. Premiado pela ONU, Mendes foi líder seringueiro no Acre e também fundador do Conselho Nacional dos Seringueiros e da CUT. Seu trabalho era, ao mesmo tempo, defesa da floresta e dos direitos dos seringueiros. Foi assassinado por conta da força de seu trabalho, a mando de um grileiro de terras.

De acordo com Viola (1987), uma parte importante dos ecossocialistas brasileiros nos anos 1980 eram militantes ou simpatizantes do PT, e apostavam na transformação do mesmo em partido ecossocialista. Foi no PT que se deu a publicação do primeiro Manifesto ecossocialista brasileiro, em 1991, que afirma que

[...] os ecossocialistas questionam os padrões culturais de consumo que são condicionados pelo modo de produção. Diferenciamos-nos dos demais ecologistas, pois não ficamos na crítica ao consumismo, uma vez que esta é a face aparente de uma sociedade que, no fundo, é produtivista. O produtivismo-consumismo é, por sua vez, filho direto dos valores antropocêntricos que a sociedade capitalista leva ao paroxismo com sua visão da riqueza imediata, do lucro e da extrema fragmentação/especialização

¹¹ Por ocasião da morte de Daniel Bensaid, no dia 12 de janeiro de 2010, a Democracia Socialista divulgou nota oficial de homenagem em que consta: “Daniel foi um colaborador assíduo nos debates para a formação da nossa corrente, sobretudo nos anos 80. Reconhecemos sua contribuição para a nossa construção. Nossa relação foi de amizade, respeito e carinho, mesmo no difícil momento de 2005, quando publicamente divergimos sobre as perspectivas do PT e quando nosso diálogo, antes tão profícuo, foi interrompido” (UMA HOMENAGEM..., 2010).

da produção, inclusive da produção do conhecimento (SUBSECRETARIA NACIONAL DOS ECOLOGISTAS DO PT, 1991 *apud* RODRIGUES, 2015).

Laxe (2013) registra que este primeiro manifesto ecossocialista foi elaborado e lançado durante o segundo Encontro Nacional dos Ecologistas do PT, realizado em Angra dos Reis e organizado pela então Subsecretaria Nacional dos Ecologistas do PT. Atualmente no PT existem 19 Secretarias Nacionais, dentre elas a Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na apresentação da Secretaria, no site do partido, consta que seu objetivo é contribuir para a consolidação das conquistas sobre consciência e organização socioambiental do PT e da sociedade, tendo como público-alvo os dirigentes e militantes do partido, em especial os que exercem cargos públicos, assim como movimentos sociais (PT, [2021?]).

2.3 PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

O PSOL foi fundado a partir de um racha do PT, por divergências históricas que se aprofundaram a partir do momento em que o PT chegou à presidência da República com a eleição de Lula, em 2002. O estopim foi o projeto de reformada previdência encaminhado pelo governo. Na ocasião, vinte e cinco parlamentares do PT declararam publicamente que discordavam de diversos pontos do projeto, e que só votariam a favor por disciplina partidária; oito se abstiveram e foram punidos pelo partido com suspensão da bancada por sessenta dias¹². Quatro parlamentares votaram contra o projeto, e foram expulsos do partido em 2003, primeiro ano do governo Lula: a então senadora Heloísa Helena, os então deputados João Batista Oliveira de Araújo (o Babá) e João Fontes, e a então deputada Luciana Genro (TODT, 2013).

Com Babá, saiu do PT a tendência Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST); com Luciana Genro, a tendência Movimento Esquerda Socialista (MES). Heloísa Helena fazia parte, no PT, da DS. A DS continuou sendo parte do PT, mas alguns de seus militantes acompanharam Heloísa Helena na fundação do PSOL, construindo, num primeiro momento, a tendência Enlace. O grupo dos “ex DS” no PSOL foi reforçado com a entrada, em 2005, de figuras como João Alfredo Telles Melo, então deputado estadual e ativista ecossocialista. Conforme Oliveira (2017), João Fontes não participava de nenhuma tendência petista.

Duas das forças que originaram o PSOL têm uma antiga história em comum: o MES, cuja principal liderança é Luciana Genro, atualmente deputada estadual (PSOL-RS) e candidata

¹² Os oito deputados federais suspensos foram: Orlando Fantazzini (SP), Ivan Valente (SP), Maninha (DF), João Alfredo (CE), Chico Alencar (RJ), Paulo Rubem (PE) e Mauro Passos (SC) e Walter Pinheiro (BA) (GALVÃO, 2003).

a presidente pelo PSOL em 2014, tem origem em uma cisão da CST. Já a CST, segundo Silva (2011), tem sua origem na Liga Operária (LO), fundada em 1973 com o apoio do partido argentino Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), ao qual era ligado o líder da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), Nahuel Moreno. Em 1978, a LO cria a Convergência Socialista (CS), que, sob a orientação de Moreno, adotou o objetivo de construir um partido mais amplo e participou da fundação do PT. Após a CS ser expulsa do PT, em 1992, e partir para a fundação do PSTU, uma parte rompe com a organização, rompe também com a LIT, retorna ao PT, organizando-se dentro deste partido como CST, e passa a fazer parte da Unidade Internacional dos Trabalhadores (UIT), uma organização trotskista e morenista, assim como a CS, o MES, a LIT, o PSTU.

Também fez parte dos primórdios do PSOL, além de outros grupos menores, o Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL). O CSOL foi, inicialmente, um coletivo chamado “Socialismo e Liberdade” formado no bojo do processo de debates com vista à realização do Congresso do PSTU realizado em 2003 (o PSTU permite a existência de tendências apenas no período pré-congressual). Ao final do Congresso, cerca de 70 militantes do CSOL romperam com o partido, ampliaram o grupo, que passou a se chamar CSOL, e participaram da fundação do PSOL (POMPÊO, 2007).

Mais tarde, outras forças importantes se juntaram ao partido já formado, como, por exemplo, a Ação Popular Socialista (APS). A APS tem origem na Força Socialista (FS), tradicional tendência interna do PT. A FS, em 2004, se funde com outros grupos menores e, deste processo, nasce a APS, que apoia Plínio de Arruda Sampaio para a presidência do PT. Plínio acaba não indo para o segundo turno da eleição, e, junto com a APS, deixa o PT antes da realização do segundo turno, momento em que Ricardo Berzoini, do Campo Majoritário, apoiado por Lula, vence por pequena margem a Raul Pont, da DS, que disputou em aliança com correntes mais à esquerda, formando, na ocasião, o campo político denominado Mensagem ao Partido.

Destas forças, o Enlace se destacava pela centralidade que dava à pauta ecológica. A Tese apresentada pela tendência para o II Congresso do PSOL, realizado em 2009, se chamava “Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil”. Em 2011, o site do Enlace publicou proposta de nova “versão reescrita” do texto “Por uma outra civilização”, que foi apresentado pelo partido na campanha presidencial de 2010. O argumento foi que o texto foi incorporado ao programa da campanha, mas sem a parte que “estrutura o todo”: a crítica ao desenvolvimentismo. O texto aponta que praticamente todas as forças políticas e sociais brasileiras desde o início do século XX tiveram o desenvolvimentismo como horizonte, e que

mesmo a esquerda antissistema mais radical não foi capaz de construir um paradigma alternativo de civilização. Perante o debate da esquerda latino-americana e brasileira entre as décadas de 1960 e 1980, o documento reafirma o imperativo de superar o desenvolvimentismo e considera um enorme retrocesso que grande parte da esquerda tenha incorporado a perspectiva de um capitalismo nacional com algum desenvolvimento social (LEITE, 2011). Também no ano de 2011 o Enlace publicou em seu site um artigo que expunha a preocupação pelo fato de a Rio +20 ficar dentro dos limites do desenvolvimento sustentável. Segundo este documento,

[...] ao não questionar as bases constituintes do capitalismo, promotor do desequilíbrio do Sistema Terra, o conceito de desenvolvimento sustentável acabou por ser apropriado por ele, a ponto de se transformar hoje na senha para identificarmos as iniciativas de quem, pressionado pela magnitude da destruição e das catástrofes ambientais, é levado a assumir aparentemente “responsabilidades ambientais” – para exorcizar outra expressão mentirosa. Tudo isso, é claro, sem alterar os padrões de espoliação e de lucro inerentes ao capitalismo (PIRAMBA, 2011).

A fusão do Enlace (de tradição mandelista) com o CSOL (em processo de afastamento de sua tradição morenista) e com o Coletivo Luta Vermelha (que não reivindicava nenhuma das tradições organizadas da esquerda), formou a Insurgência, em 2013. A Insurgência existe ainda hoje, mas de suas fileiras saíram militantes que formaram as tendências Comuna e Subverta. As três organizações fazem parte da seção brasileira da QI, organização da qual participa Michel Löwy, importante teórico do ecossocialismo. O MES participa como organização simpatizante.

O PSOL possui o Setorial Ecossocialista, fundado em abril de 2011. O documento de sua fundação, chamado “Manifesto ecossocialista do PSOL” (dedicado à memória de Chico Mendes e de Dorothy Stang), é concluído com o seguinte parágrafo:

Afinal o que se coloca para a humanidade é o desafio da constituição dessa nova sociedade que possa vir a ser, a um só tempo, politicamente democrática, socialmente justa e igualitária, cultural e etnicamente diversa e ambientalmente sustentável. Assim, na esteira de Löwy, poder-se-ia atualizar a consigna de Rosa Luxemburgo para “Ecossocialismo ou Barbárie”! (PSOL, 2011).

Em julho de 2019 foi realizado em Gama (DF), o IV Encontro Nacional Ecossocialista do PSOL, com a participação de militantes de mais de 20 estados brasileiros. O documento final do encontro, denominado Carta do Gama, defende o ecossocialismo como horizonte estratégico, sublinhando que a superação do sistema capitalista é necessária para responder às ameaças que existem sobre a vida no planeta, mas que não se pode repetir os erros do socialismo real. Para evitar tais erros, segundo o documento é preciso reorganizar a produção, priorizando uma relação harmoniosa com a natureza, e referenciando-se, para isto, no conceito do Bem Viver dos povos originários da América Latina (PSOL, 2019).

2.4 PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO

O PSTU, fundado no ano de 1994, originou-se da Convergência Socialista (CS), uma tendência interna do PT que foi expulsa do partido no ano de 1992. Embora fundado em 1994, o PSTU, ao falar de sua própria história, registra sua existência desde 1978, como deixa claro um documento disponível no site do partido:

O estudo sobre as experiências de participação nas eleições burguesas do PSTU deve considerar as distintas fases da vida do partido – a primeira fase, ainda na ilegalidade sob a ditadura militar; a segunda fase, período que estivemos dentro do PT; e o período que se abre com a ruptura com o PT e a legalização do partido (PSTU, [2020]).

Se algumas correntes do PSOL são ligadas à QI – cuja principal referência fora o belga Ernest Mandel –, assim como o fora a DS, do PT, o PSTU faz parte de uma dissidência também internacional: a Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional (LIT-QI), fundada em 1981 sob a liderança do argentino Nahuel Moreno.

Conforme análise de Silva (2001b), a LIT considerava que os acontecimentos ocorridos no Leste Europeu em 1989 significavam o fim do stalinismo e a possibilidade de que a LIT (uma organização trotskista) de ganhar influência sobre as massas que possibilitasse o surgimento de uma nova etapa revolucionária em que se poderia repetir algo semelhante à Revolução Russa de 1917. Aplicando esta leitura ao Brasil, a CS compreendia que o Brasil passava por uma situação revolucionária desde 1984, com novas possibilidades tendo se intensificado em 1989. Para a LIT, esta possibilidade de revolução havia sido segurada por direções do movimento operário, pelo mundo todo, que haviam se integrado à ordem. Para a CS, no Brasil este cenário era representado pelas direções majoritárias do PT e da CUT que, em vez de organizar e fomentar a possibilidade de ascenso da luta de classes no Brasil, cumpriam um papel regressivo, contrário ao interesse do movimento operário.

A partir desta visão, houve um longo e profundo debate dentro da CS sobre permanecer ou sair do PT. A CS optou por organizar a Frente Revolucionária (FR), composta pela CS e outros grupos menores, atuando como se fora uma fração pública do PT. A CS possuía finanças, sede e jornal próprios. Pela regulamentação do direito de tendências no PT, estas podiam ter jornais exclusivamente para circulação interna, o que não era o que fazia a CS. Após o I Congresso do PT, realizado em 1991, a CS não acatou as decisões tomadas pela maioria. Entre as divergências, a radicalização de um programa socialista revolucionário e a campanha pelo Fora Collor, defendido pela CS.

Em 1992, a CS foi expulsa do partido. A decisão pela expulsão foi longe de ser unânime: diversas tendências internas propuseram alternativas à expulsão, mesmo que concordando que a prática da CS precisava se adequar à disciplina partidária. No entanto, embora tivesse aliados para lutar pela revogação da expulsão, a CS não fez esforço real para isso (SILVA, 2001b).

Desse modo, a CS foi a principal força política responsável pela fundação do PSTU, no ano de 1994, conseguindo registro provisório para participar das eleições deste ano. Em consonância com a linha política da LIT, o partido já nasce afirmando a necessidade de uma revolução contra a burocracia. O meio para alcançá-la seria através de um partido guiado pela concepção de partido de quadros, que se constitui na vanguarda da classe trabalhadora, com altíssimo grau de centralização e sem direito a tendência.

Nas eleições presidenciais de 1994, o PSTU participou da Coligação Frente Brasil Popular (PT/PPS/PSB/PCdoB/PV/PSTU) que apresentou a candidatura de Lula (PT) à Presidência da República, na eleição ganha por Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, em coligação com PFL e PTB. A partir da eleição presidencial de 1998, o PSTU apresentou candidatura própria, sem coligação, com exceção da eleição de 2006, a primeira que contou com a participação do PSOL, em que fez parte da Coligação Frente de Esquerda (PSOL/PCB/PSTU), em que a candidata Heloisa Helena (PSOL) recebeu 6,85% dos votos. Nas eleições em que apresentou candidatura própria, a maior votação recebida pelo PSTU foi em 1998, quando José Maria de Almeida (que também foi o candidato pelo PSTU nas demais eleições, com exceção de 2018, ano em que a candidata pelo PSTU foi Vera Lúcia Salgado) alcançou 0,47% dos votos. Nas três últimas eleições presidenciais, o PSTU tem orientado seus militantes a votar nulo no segundo turno.

Em 2016, mais de 700 militantes do PSTU deixaram o partido. A saída coletiva foi oficializada publicamente através de um documento chamado “Carta à Direção Nacional do PSTU” (PSTU, 2016). O documento deixa claro que uma das divergências fundamentais que levou à saída do partido do grupo de militantes foi o posicionamento frente a conjuntura nacional a partir da abertura do processo de *impeachment* contra a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Na ocasião, o PT e outros partidos, como o PCdoB e o PDT, realizavam campanha contra o golpe através da Frente Brasil Popular (composta por dezenas de organizações, como a CUT, a CTB e a Via campesina), manifestando que o processo de *impeachment* representava um grave atentado contra a democracia. Já o PSOL, através da Frente Povo Sem Medo (composta também por diversas organizações, como o MTST), também lutava contra o golpe, mas buscando deixar claro que a luta contra o *impeachment* não significava que não houvesse críticas políticas ao governo Dilma. Nesse contexto, o PSTU

chamou o movimento Fora Todos, pois considerava que o governo Dilma traía a classe trabalhadora e que não representava diferença, para os trabalhadores, em comparação com qualquer outra opção apresentada pela burguesia. Esta postura foi considerada um grave equívoco pelos militantes que deixaram o partido.

Enquanto o PSTU entendia que os trabalhadores não deveriam se meter na disputa entre os defensores do mandato de Dilma e os defensores do impedimento, pois considerava uma disputa entre traidores de classe e representantes da burguesia, os dissidentes entendiam como necessário participar da luta contra a ofensiva da burguesia que queria derrubar Dilma, o que significaria uma saída reacionária à crise política. Desse modo, defendiam a unidade de ação com todos os setores que faziam oposição à esquerda ao governo Dilma para lutar contra o *impeachment* sem aderir ao projeto político petista:

Há mais de um ano vínhamos afirmando que era preciso enfrentar, com centralidade, o governo Dilma e, também combater a oposição burguesa e suas mobilizações reacionárias. Para esta luta, acreditávamos que era necessário construir a mais ampla unidade de ação com todos os setores que estivessem na oposição de esquerda ao governo e, se possível, dar a esta unidade uma forma organizativa: uma frente de luta ou terceiro campo alternativo ao governo e à oposição de direita. Depois que a maioria da burguesia se unificou em torno à proposta de impeachment, a partir de fevereiro de 2016, defendemos internamente que era vital lutar contra esta manobra parlamentar, sem que isso significasse, evidentemente, prestar qualquer apoio político a Dilma (PSTU, 2016).

O grupo dissidente lançou o manifesto “É preciso arrancar alegria ao futuro”¹³ (É PRECISO..., 2016), posteriormente formou o Movimento por Uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS) que, desde agosto de 2017, é uma corrente interna do PSOL.

Destacamos que em nenhum momento apareceu, no debate entre os dissidentes e o PSTU, qualquer menção a aspectos relacionados à temática ambiental.

¹³ Interessante notar que “É preciso arrancar alegria ao futuro” é o título exato de um artigo publicado por Valério Arcary na Revista Lutas Sociais, ligada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) (ARCARY, 1998). O título do artigo faz referência a um verso do poeta russo Vladimir Maiakovisk, e a última frase do texto, que fala sobre a necessidade de rupturas e unificações, é: “pensar as esquerdas é ter coragem de fazer uma aposta no futuro: uma nova corrente socialista será reagrupada sob um programa marxista” (ARCARY, 1998, p. 168). Arcary fora fundador do PT e fundador e presidente do PSTU, e foi também uma das lideranças do grupo que deixou o PSTU.

3 O DUALISMO ESQUERDA-DIREITA E A CLIVAGEM AMBIENTAL NA ESQUERDA

De acordo com Madeira e Tarouco (2011), o advento das questões pós-materialistas é um elemento central, junto com a queda do muro de Berlim e o colapso da União Soviética, para o surgimento de sensação de indiferenciação dos partidos políticos que colocou em debate o sentido dos conceitos esquerda e direita, após terem ocupado, desde a Revolução Francesa, um papel central como sistema classificatório de partidos políticos.

Para exemplificar a intensidade do debate sobre a validade do dualismo esquerda-direita, no ano de 1994 Anthony Giddens e Norberto Bobbio publicaram obras relevantes sobre o tema, com pontos de vista antagônicos. Giddens (1996) afirmou taxativamente que as perspectivas políticas representadas pelos termos direita e esquerda estão esgotadas, em consequência da globalização e do surgimento de uma sociedade pós-tradicional, que causa o que denomina modernização reflexiva e traz mudanças em nosso relacionamento com o desenvolvimento social moderno. Por seu turno, Bobbio (1995) afirmou a validade da díade e defendeu o modo como se compreende a ideia da igualdade como critério para distinguir esquerda e direita.

Trataremos, na primeira parte deste capítulo, sobre a pertinência ou não da dualidade esquerda-direita quando se trata de assuntos ligados à ecologia. Entrementes, para além da clivagem esquerda-direita, há um debate atual sobre a necessidade, do ponto de vista de diversos pesquisadores, de que a esquerda se liberte do que chamam mito do desenvolvimento e construa alternativas ao largo dessa concepção. Esse debate é o que denominamos clivagem ambiental na esquerda, que ocorre ao se colocar no centro da discussão a própria ideia de desenvolvimento e seus conceitos intrinsecamente ligados que formam uma visão de mundo atrelada ao binômio desenvolvimento/subdesenvolvimento. Trataremos sobre a clivagem ambiental na esquerda na segunda parte desta seção.

3.1 SOBRE A PERTINÊNCIA DO DUALISMO ESQUERDA-DIREITA NA TEMÁTICA AMBIENTAL

Para Inglehart¹⁴ (2012), o processo de mudança na sociedade, da primazia dos valores aquisitivos para os valores pós-materialistas, não elimina a clivagem esquerda-direita, pois segue existindo o embate entre as forças da mudança contra as forças do *status-quo*. No entanto, como as mudanças se referem a estilo de vida e não a valores aquisitivos, as pessoas com valores pós-materialistas formariam uma nova esquerda, em contraposição à velha esquerda, cuja ênfase são os temas econômicos.

Savage (1985) critica a ideia de Inglehart (1977) de agregar os pós-materialistas principalmente sob a única bandeira ideológica da nova esquerda. Argumenta que o modo como os valores pós-materialistas serão praticados é assunto de intenso debate ideológico. Embora concorde que os pós-materialistas geralmente se identifiquem com a esquerda, acredita que tendência é de que haja ao menos quatro vias que expressem as clivagens futuras: pós-materialistas de direita e esquerda e materialistas de direita e esquerda.

Portanto, também para Savage (1985) a clivagem esquerda-direita segue viva, não devendo ser substituída pelo conflito pós-materialista *versus* materialista num futuro próximo: o conjunto de questões que caracteriza o debate entre materialistas e pós-materialistas, como a liberdade de expressão, combate ao crime, melhora da qualidade do trabalho e proteção ao meio ambiente *versus* crescimento econômico, pode ser vista claramente através da relação esquerda-direita. Em vez de substituir a clivagem esquerda-direita, os valores pós-materialistas a atualizam, pois as novas questões políticas e sociais colocadas por esses novos valores estarão sujeitas ao tradicional debate ideológico e à criação de políticas públicas. O autor ilustra com um exemplo concreto:

Uma variedade de indicadores econômicos sugere que a Califórnia é a região político-geográfica mais pós-industrial do mundo; Mas os esforços para resolver problemas públicos criam políticas significativamente diferentes no sul da Califórnia relativamente conservador do que no norte da Califórnia. Em outras palavras, embora os californianos sejam pós-materialistas por causa da alta prioridade que colocam, por exemplo, na proteção do meio ambiente, como essa proteção é traduzida em política e implementada depende de atitudes ideológicas sobre o papel do governo na sociedade (SAVAGE, 1985, p. 449-450, tradução nossa).

¹⁴ Concordamos com a crítica de Martínez-Alier a Inglehart (2012). Martínez-Alier (1995, 2017) sustenta que o surgimento do ecologismo não pode ser relacionado a valores pós-materialistas, visto que na Europa, por exemplo, surge pelo movimento anti-nuclear, e porque em todo o mundo há movimentos ecológicos vinculados a lutas das camadas mais pobres das sociedades. No entanto, a referência a Inglehart é pertinente ao se analisar diversos trabalhos que tratam sobre a diferença entre esquerda e direita em relação ao tema ambiental.

Em pesquisa realizada no Reino Unido, Whitmarsh (2011) verificou que o ceticismo sobre a mudança climática é mais fortemente determinado pelos valores ambientais e políticos dos indivíduos do que pela educação ou pelo conhecimento. Ou seja, a variável mais forte relacionada ao ceticismo não é a falta de informação, pois os “céticos do clima” baseiam-se na ideologia e não em evidências, e valores pró-ambientais e visões políticas mais à esquerda predispõem os indivíduos a acreditar na realidade e severidade das mudanças climáticas.

Baseada na descoberta de que orientações políticas e ideológicas estão entre as influências mais significativas nas atitudes e respostas à mudança climática, e que há forte relação entre visões políticas de direita e menor preocupação e maior ceticismo sobre a mudança climática, Whitmarsh e Corner (2017) realizaram trabalho no Reino Unido em que se desenvolveu e testou uma série de narrativas para envolver melhor as pessoas com visões à direita com a causa ambiental. Os resultados indicaram que a narrativa que associou a ideia de economizar energia ao princípio conservador de evitar o desperdício, e a narrativa baseada no apoio patriótico das tecnologias nacionais de baixo carbono reduziram o ceticismo, enquanto o argumento tipicamente mais à esquerda da justiça climática não conseguiu o mesmo resultado (WHITMARSH; CORNER, 2017). Em investigação também realizada na Grã-Bretanha, Poortinga *et al.* (2011) confirmaram os resultados de Whitmarsh (2011), inferindo que o ceticismo climático é particularmente comum entre indivíduos que são politicamente conservadores e possuem valores tradicionais.

Estudos realizados nos Estados Unidos chegaram às mesmas conclusões. Kahan (2015) liderou pesquisa que verificou que apenas 22% das pessoas identificadas com a direita acreditam que a atividade humana é a principal fonte de aquecimento global, contra cerca de 75% das pessoas identificadas com a esquerda. Kahan (2015) e Kahan, Jenkins-Smith e Braman (2011) verificaram que os indivíduos tendem a assimilar a informação ajustando-a a modelos ou esquemas narrativos pré-existentes que dão significado à informação. Quando são mostradas informações de risco que associam a uma conclusão que ameaça seus valores culturais (por exemplo: as temperaturas globais estão aumentando, portanto o comércio deve ser restringido), os indivíduos tendem a reagir com desdém a essa informação; no entanto, quando as informações são consistentes com uma conclusão que afirma seus valores culturais, a probabilidade de que considerem a informação de mente aberta é maior (KAHAN; JENKINS-SMITH; BRAMAN, 2011).

Ainda nos Estados Unidos, Smith e Leiserowitz (2012) demonstraram que os democratas são mais propensos a perceber o aquecimento global como um risco do que os republicanos, enquanto Dunlap, Xiao e McCright (2001) verificaram que os eleitores

republicanos são significativamente menos favoráveis a fortes políticas de proteção ambiental do que os eleitores democratas.

O alemão Neumayer (2004), pesquisador da *London School of Economics and Political Science*, demonstrou, através de análise de dados baseada em considerável amostra transnacional, que tanto os partidos de esquerda têm maior disposição para abraçar questões pró-ambientais em manifestos eleitorais como indivíduos de esquerda são mais propensos a crenças, comportamentos e atitudes pró-ambientais. No mesmo sentido, pesquisa realizada no Brasil no ano de 2020 averiguou que, dentre o público mais preocupado com a questão ambiental, encontram-se as pessoas mais à esquerda no espectro político (PARA 77%..., 2021). Analisando a política brasileira, Gatto e Power (2016) verificaram relação entre a clivagem materialista/pós-materialista e a clivagem esquerda-direita através de análise de dados do Congresso Nacional coletados pela Pesquisa Legislativa Brasileira em 2013. Entre os principais partidos políticos do Congresso, os de esquerda tiveram pontuações mais altas em uma bateria de perguntas abrangendo doze itens do pós-materialismo, enquanto o índice mais baixo foi do DEM.

Conforme Thérien (2012), há claras diferenças entre a esquerda e a direita em relação ao tema ambiental. Para o autor, não raro a direita julga que as análises dos ambientalistas são alarmistas, e tem tendência para acreditar que a tecnologia resolverá os problemas ambientais. Tanto em nível global como nacional, os políticos de direita defendem que a proteção do meio ambiente não deve comprometer o objetivo do crescimento econômico, preferem medidas voluntárias, em vez de coercitivas, para proteger o meio ambiente, e demonstram-se pouco entusiasmados com a criação de mecanismos internacionais como uma Organização Mundial do meio ambiente ou de um Conselho de segurança ambiental. Em contrapartida, a esquerda em geral considera que a proteção do meio ambiente representa uma urgência absoluta para o futuro da humanidade e é mais crítica em relação ao modelo de desenvolvimento centrado no crescimento, denunciando como inviável o estilo de vida das populações do Norte. Considera que o *laissez-faire* conduziria a uma destruição do planeta e, por conseguinte, defende um reforço das instituições e das normas nacionais e internacionais, preferindo medidas preventivas e sanções em vez de medidas voluntárias e defendendo a aplicação de taxas sobre o comércio internacional, por exemplo, na utilização de energias não renováveis.

A literatura, portanto, demonstra que há relação entre identificação ideológica e posicionamento perante as questões ambientais. As visões de mundo têm impacto maior do que o nível educacional ou de acesso à informação sobre a crença ou o ceticismo em relação ao consenso científico sobre a crise ambiental. Além disso, tanto cidadãos como partidos de

esquerda têm maior abertura à causa ecológica. A tradicional clivagem esquerda-direita segue fazendo sentido no contexto das discussões ambientais contemporâneas. Trataremos a seguir das diferenças existentes dentro do campo da esquerda: existe atualmente um profundo debate sobre até que ponto a esquerda tem conseguido, de fato, apresentar alternativas verdadeiramente diferenciadas da lógica de mercado. O centro desse debate é o modelo desenvolvimentista.

3.2 A CLIVAGEM AMBIENTAL NA ESQUERDA: DESENVOLVIMENTO É A SOLUÇÃO OU O PROBLEMA?

De acordo com Lang (2017), após a segunda guerra mundial a prática de civilizar e explorar os colonizados para benefício próprio já não era viável, após as diversas lutas por independência e o combate ao nazismo. Assim, a exploração direta foi substituída pelo mandato de desenvolver os subdesenvolvidos. O desenvolvimento se torna meta das políticas públicas e se destinam orçamentos e uma série de instituições para impulsioná-lo, como a ONU (que nasceu com o propósito de evitar guerras, mas logo se transformou em uma das principais promotoras do desenvolvimento), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

Moreno, Speich e Fuhr (2016) argumentam que quando o imperialismo ainda era incontestado, antes de 1945, ninguém na Europa pensava nas colônias como regiões economicamente atrasadas. As colônias eram consideradas racialmente inferiores e culturalmente atrasadas, porém ricas em recursos econômicos. No entanto, com a mentalidade estatística majoritária entre os economistas, as periferias de repente transformaram-se em países economicamente subdesenvolvidos. Os autores citam a frustração de Deane (1953) com a necessidade de se usar informações quantitativas sob a forma de valor monetário para a compilação das contas nacionais da Rodésia e Niassalândia, o que levantava questionamentos sobre a validade dos conceitos de contabilidade social em alguns casos, pois o uso do dinheiro era ocasional e o que dominava era a produção de subsistência e o comércio de permuta. Assim,

[...] os economistas definiram os mundos sociais não-europeus como sendo diferentes do modelo europeu em termos negativos, no sentido de ainda não terem alcançado a forma econômica ocidental. A estatística tornou visível o não-ocidental como uma entidade deficiente e não como uma multiplicidade criativa. Assim, embora oferecesse ferramentas poderosas para a descolonização, a economia do desenvolvimento também prolongou estruturas coloniais de dominação no mundo pós-colonial. Uma visão aguçada dos novos estados “subdesenvolvidos” emergiu, mas a presunção da supremacia do Ocidente permaneceu incontestada (MORENO; SPEICH; FUHR, 2016, p. 55-56).

A institucionalização do imperativo global do desenvolvimento (ACOSTA, 2016) se deu com o discurso do então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949:

Devemos embarcar em um novo programa para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. [...] Com a cooperação das empresas, do capital privado, da agricultura e da mão de obra deste país, este programa pode aumentar bastante a atividade industrial em outras nações e elevar substancialmente os padrões de vida. [...] O velho imperialismo – exploração para benefício estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que vislumbramos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma relação limpa e democrática. [...] Maior produção é a chave para a prosperidade e a paz. E a chave para uma produção maior é uma aplicação mais ampla e vigorosa do conhecimento científico e técnico moderno (TRUMAN, 1949, tradução nossa).

Na esteira da concepção e do objetivo do desenvolvimento, de acordo com Lang (2017) é gerado um novo marco analítico para visualizar “realidades” econômicas, com um discurso global baseado em um conjunto de abstrações macroeconômicas – o Produto Interno Bruto (PIB), a renda per capita e o crescimento econômico– que produz uma nova visão de mundo com foco no binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento:

Podemos concluir que no momento em que o modo de vida capitalista/moderno/ocidental foi estabelecido na norma do exercício de contabilidade comparativa global que significou a construção do PIB, automaticamente, outros modos de vida, civilizações, formas diferentes de organizar a sociedade foram etiquetadas como deficientes e “pobres” (LANG, 2017, p. 33).

De fato, não é menos importante observar que as noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento foram baseadas em aspectos quantitativos e econômicos. Como frisou Unceta (2014), esses conceitos poderiam se basear em diversos aspectos do bem-estar humano, como educação, saúde, eficiência ambiental, mas desde o princípio estiveram vinculados a análises comparativas das taxas de crescimento.

Fleury (2013) pontua que o conceito de desenvolvimento traz consigo a ideia de que os lugares não desenvolvidos são lugares atrasados, anacrônicos, que devem se adequar ao tempo presente. Essa ideia de linearidade histórica, embutida no paradigma desenvolvimentista, faz com que seja necessário lutar pelo próprio direito de existir de modo diferente ao que é considerado adequado, moderno (FLEURY, 2013). Essa visão de mundo forçou adaptações que não respeitaram a diversidade cultural, como já apontavam na década de 1950 especialistas reunidos a pedido da ONU:

Há um sentido em que o progresso econômico acelerado é impossível sem ajustes dolorosos. As filosofias ancestrais devem ser erradicadas; as velhas instituições sociais têm que se desintegrar; os laços de casta, credo e raça devem ser quebrados; e grandes massas de pessoas incapazes de acompanhar o progresso deverão ver suas expectativas de uma vida confortável frustradas (NAÇÕES UNIDAS, 1951 *apud* ESCOBAR, 2007, p. 20, tradução nossa).

Um exemplo disso é a análise de N’Dione *et al.* (1997 *apud* LANG, 2017), de que na África a cultura do desenvolvimento promove o empobrecimento e a solidão através de conceitos e valores exógenos como uma concepção economicista do tempo, a competição entre as pessoas em vez da cooperação, a mercantilização das pessoas e das coisas. Segundo Castoriadis (2006), há uma obsessão pelo aumento do consumo e da produção que é praticamente ausente nas outras fases da história. O imaginário capitalista faz internalizar a lógica de que a meta da vida humana seria exatamente a expansão ilimitada da produção e do consumo, para o atingimento de um suposto bem-estar material. Esse imaginário exerce sobre os povos uma forte fascinação:

Se tem visto a todos os povos da terra, ou a quase todos, passarem a imitar – e aos pobres, a imitar na miséria – o modo de vida e a organização capitalista. Para o capitalismo houve então a possibilidade de exercer uma violência direta, baseada no desenvolvimento técnico e econômico, o que relativamente representa pouco mistério; mas também esta outra violência exercida pelo fascínio, pela representação pura e simples desta sociedade capitalista avançada que desempenha o papel de modelo universal. Ambas as coisas combinadas conduzem a esta vitória por ora universal do capitalismo (CASTORIADIS, 2006, p. 98-99, tradução nossa).

Esse fascínio pelo desenvolvimento acaba por justificar uma série de ações necessárias para se atingir o propalado desenvolvimento. Para Furtado (1974), a ideia (irrealizável) de que os povos pobres terão algum dia as formas de vida existentes nos países desenvolvidos tem sido de grande utilidade para justificar formas de dependência, a destruição de formas de cultura consideradas arcaicas e do meio ambiente, tornando possível desviar o foco das necessidades fundamentais da coletividade em direção a objetivos abstratos como os investimentos, as exportações e o crescimento.

Mesmo durante a Guerra Fria, essa concepção foi hegemônica em nível mundial. Conforme Lang (2017), se o paradigma do desenvolvimento surgiu a partir dos Estados Unidos e se expandiu rapidamente pelas zonas de influência capitalista, abarcou também a outra potência da Guerra Fria, a União Soviética. Nas palavras de Lander (2008, p. 11),

O marxismo realmente existente, ao assumir no fundamental as concepções e práticas em relação à verdade, ciência e tecnologia que têm sido dominantes no mundo ocidental, tem encontrado insuperáveis limitações em sua capacidade de crítica à sociedade capitalista, não somente como forma de organização da propriedade ou de exercício do poder, mas como modelo civilizatório. Apesar de sua profundidade e

radicalidade, a crítica marxista ao mundo do capital – por assumir no essencial a noção de progresso [...] levou ao marxismo realmente existente à impossibilidade de pensar outro mundo alternativo à sociedade tecnológica altamente centralizada e unidimensionalmente produtivista, desenvolvida historicamente pelo regime do capital (tradução nossa).

Löwy (2014) tece considerações semelhantes. O sociólogo franco-brasileiro afirma que durante os primeiros anos da Revolução Russa o movimento ecologista pôde se desenvolver e foram adotadas algumas medidas, mesmo que limitadas, de proteção ambiental. No entanto, a partir de Stálin se constitui a ideologia do progresso e ocorre a aplicação, por meios autoritários, de métodos produtivistas na agricultura e na indústria, com a marginalização ou eliminação física dos ecologistas. Para Latouche (2009), se não integrar as exigências ecológicas e superar a ideia de desenvolvimento, o projeto da esquerda marxista apenas criticará o sistema capitalista sem, no entanto, conseguir questionar seu princípio.

No bojo do debate sobre até que ponto a esquerda tem conseguido apresentar alternativas ao desenvolvimentismo, fundamento do que denominamos clivagem ambiental na esquerda, Gudynas (2014) diferencia esquerda e progressismo. A nova esquerda, que na América Latina tentava não ser dogmática e estabeleceu relações estreitas com movimentos e organizações populares, foi uma força que estabeleceu uma sinergia exitosa que redundou na conquista de governos, no fortalecimento do Estado, no combate à pobreza. No entanto, no seio dessa esquerda emergiu o progressismo, com uma identidade política própria e diferenciando-se da esquerda em diversas questões – Gudynas (2014) cita e descreve dez itens –, e a primeira delas é com relação ao desenvolvimento: enquanto a esquerda latino-americana das décadas de 1960 e 1970 criticava em profundidade o desenvolvimento convencional, questionando tanto suas bases conceituais como suas práticas concretas, o progressismo em boa medida aceita as bases conceituais do desenvolvimento.

Fruto dessa característica de aceitar as bases do desenvolvimento, o progressismo festeja o crescimento e os extrativismos. Mesmo denunciando o capitalismo em alguns casos, o que prevalece é o modo de inserção no sistema, guiando o foco do debate para como instrumentalizar o desenvolvimento (defendendo, por exemplo, o Estado contra a visão privatista), mas não se disputa mais o mito do progresso (GUDYNAS, 2014).

Embora considere legítimo o debate sobre o que se considera uma esquerda desejável, Lang (2017), dialogando com Gudynas, prefere tomar como ponto de partida o fato de que a grande maioria de atores das esquerdas latino-americanas optou em dado momento pelo caminho do desenvolvimento como uma aposta genuína de esquerda orientada a atingir uma transformação social profunda. No entanto, concorda com a necessidade de que as esquerdas

busquem alternativas civilizatórias por fora (ou à margem) da civilização capitalista/moderna/ocidental e que tenham percepções diferentes sobre o que é a felicidade, a qualidade de vida e o sentido da convivência humana (LANG, 2017), e compreende que o conceito de desenvolvimento, que faz crer que bem-estar é sinônimo de consumo, é elemento central para a reprodução e expansão do capitalismo (LANG, 2011). Nesse sentido, tanto Acosta (2015, 2016) e Lang (2016) como Gudynas (2011a, 2011b) defendem que as esquerdas se posicionem no sentido de almejar a superação do mito do desenvolvimento e, em vez de se limitarem a debater desenvolvimentos alternativos (combatendo a pobreza, fortalecendo o Estado, etc.), busquem nova cosmovisão libertada da ideia de progresso e que permitam um reencontro com a natureza. Defendem, portanto, alternativas à ideia de desenvolvimento.

4 CONCEITOS-CHAVE E PRINCIPAIS CORRENTES DO AMBIENTALISMO

4.1 O CULTO AO SILVESTRE

Conforme Martínez-Alier (2016), das grandes correntes do ecologismo, o culto ao silvestre¹⁵ é a primeira, cronologicamente falando. São os preservacionistas, que defendem o valor intrínseco da natureza e propõem ações para manter o que resta da natureza original. De acordo com Hannigan (1995), dentre as influências estão importantes educadores norte-americanos, como Stanley Hall, Francis Parker e Clifton Hodge, que encorajaram ativamente o estudo da natureza nas escolas, como meio de neutralizar os vícios urbanos e edificar o caráter; e a psicologia genética, que alegava que a psique humana precisava recapitular experiências ancestrais como caça, pesca, escalada, natação e exploração.

Essa visão foi especialmente forte nos Estados Unidos, onde os locais naturais intocados ganharam significado especial como reação ao rápido crescimento urbano e seus problemas adjacentes. Assim, a natureza selvagem deixou de ser vista como um estorvo e adquiriu um valor sagrado. A criação de parques nacionais foi fruto desse movimento, que sofreu grande influência da obra do naturalista John Muir e ganhou, ao longo do tempo, apoiadores importantes, como Teddy Roosevelt, ex-governador de Nova Iorque (HANNIGAN, 1995; MARTÍNEZ-ALIER, 2017).

A defesa do valor intrínseco da natureza teve diversos sucessores, como Aldo Leopold (1968), pioneiro do ecocentrismo, que entende ser necessária elaboração da ética da terra (*land ethic*), com o alargamento das fronteiras do que é considerado comunidade, de modo a incluir os solos, as águas, as plantas, os animais – ou, coletivamente, o planeta – e afirma seu direito à existência continuada (e, pelo menos em alguns pontos, a sua existência continuada em um estado natural) para além do interesse pragmático dos seres humanos. De modo análogo, o biocentrismo também parte do princípio do valor inerente da natureza e, segundo um de seus principais teóricos, Paul Taylor (1986), é dever moral dos seres humanos considerar o bem-estar de todos os seres vivos¹⁶.

¹⁵ Optamos pela nomenclatura utilizada por Martínez-Alier (2016, 2017). Hannigan (1995) denomina “movimento de regresso à natureza”.

¹⁶ No entanto, uma distinção entre o ecocentrismo e o biocentrismo reside no fato de que o foco da primeira concepção é o todo (o equilíbrio dos ecossistemas), enquanto a segunda tem como preocupação primordial a defesa da vida de todas as formas de existência, afirmando não haver superioridade de nenhuma espécie sobre outra (incluindo a espécie humana), pois qualquer ser vivo é um centro teleológico de vida, ou seja, possui uma perspectiva de mundo.

Apesar de realçar a importância da natureza para além do papel de simples provedora de recursos ao capitalismo e da defesa da manutenção da natureza intocada, o Culto ao Silvestre não questiona com profundidade a noção de progresso ou desenvolvimento. Isso se justifica pelo fato de que acredita que a natureza propiciou aos seres humanos capacidade de raciocínio que – através da inovação tecnológica – resolverá qualquer problema de recursos finitos. Em última instância, a capacidade dos seres humanos de enfrentar e superar esse problema faz parte do desígnio evolucionário da própria natureza (HANNIGAN, 1995).

Embora acredite no valor intrínseco da natureza e a referencie como algo sagrado, a maior parte dos membros da corrente Culto ao Silvestre foi atraído para uma linguagem econômica, unindo-se aos economistas e aceitando a ideia de atribuir avaliações econômicas como forma de compensar a perda da biodiversidade. Martínez-Alier (2017, p. 32-33) explica o porquê:

Às vezes, aqueles cujo interesse pelo meio ambiente associa-se exclusivamente à esfera da preservação da vida selvagem exageram sobre a suposta facilidade com que se poderia desmaterializar a economia, terminando em se converterem em apóstolos oportunistas do evangelho da ecoeficiência. Por quê? Porque ao afirmar que as mudanças tecnológicas tornarão compatível a produção de bens com a sustentabilidade ecológica, enfatizam a preservação daquela parte da natureza que, ainda, se mantivera fora da economia. Nessa perspectiva, o “culto ao silvestre” e “o credo da ecoeficiência” eventualmente dormem juntos.

Além de permitir uma unidade comum de mensuração entre natureza e recursos econômicos, a parcela dominante de seus membros adota o princípio do “impacto positivo líquido”, que sugere, por exemplo, “[...] que Estados-nação ou grandes empresas possam fazer mineração a céu aberto em qualquer lugar, desde que apoiem um parque natural nesse lugar ou replantem um manguezal em outro” (MARTÍNEZ-ALIER, 2016, p. 54).

4.2 A ECOEFICIÊNCIA

A diferença inicial entre o culto ao silvestre e a ecoeficiência é melhor compreendida ao retomarmos as diferenças entre os preservacionistas e os conservacionistas. Os primeiros defendem o valor intrínseco da natureza, e pretendem preservar o que resta da natureza intocada, e por isso sua concepção ambiental é denominada por Martínez-Alier (2016, 2017) culto ao silvestre. Já os conservacionistas não compartilham da ideia de que a natureza possua valor por si só, para além do uso humano, e seu olhar limita-se à boa gestão dos recursos naturais. Essa é a origem da mais poderosa corrente do ambientalismo, a que, sem dúvida,

melhor expressa as premissas da Sustentabilidade Fraca: a Ecoeficiência, que serve de base ao conceito de desenvolvimento sustentável.

A ecoeficiência defende o crescimento econômico, mesmo que não a qualquer custo, e acredita que, através da “modernização ecológica” e da “boa utilização dos recursos”, pode-se diminuir os impactos da produção de bens e conseguir um manejo sustentável dos recursos naturais e, desse modo, alcançar um desenvolvimento sustentável. O foco, portanto, é o manejo sustentável dos recursos naturais, e não sua diminuição ou a perda de seus valores intrínsecos. Por isso, a extinção de espécies, por exemplo, é vista como um indicativo de problemas ambientais; no entanto, as espécies não possuem direito intrínseco à vida. (MARTÍNEZ-ALIER, 2017).

Um conceito-chave da Ecoeficiência é a Curva Ambiental de Kuznets. Simon Kuznets foi um economista que defendia que a desigualdade era consequência dos primeiros ciclos de desenvolvimento. A passagem de uma economia agrária para economia industrial resultaria em desigualdade, a qual seria diminuída no decorrer do tempo. Assim, a “Curva de Kuznets” foi elaborada, originalmente, para demonstrar a hipótese de que o aumento da desigualdade de renda é uma tendência natural dos primeiros ciclos do desenvolvimento, revertida no decorrer do tempo (TROYANO; ANTÓN, 2008). Conforme Grupo de Economia Ambiental (GEA) e Restrepo (2004), alguns estudos realizados a partir da década de 1990 demonstraram haver relação entre poluição e níveis de renda, e Panayatou (1993) chamou a curva verificada, em forma de U invertido, de Curva Ambiental de Kuznets.

A Curva Ambiental de Kuznets, portanto, demonstra a relação existente entre crescimento econômico e deterioração ambiental, asseverando que, a curto prazo, o crescimento econômico gera uma maior deterioração, mas, a longo prazo, beneficia o meio ambiente. A hipótese é que nas economias já desenvolvidas o crescimento econômico ocorre com menores níveis de degradação ambiental. Por isso, a recomendação é o estímulo ao crescimento econômico. Dito em outras palavras, o crescimento econômico não é considerado um problema, mas uma solução para alcançar a sustentabilidade ecológica através do desenvolvimento sustentável.

Conforme GEA e Restrepo (2004), a Curva Ambiental de Kuznets somente descreve a relação estatística entre crescimento e certos tipos de poluentes como uma curva em forma de U invertida, mas não explica por que ocorre este tipo de comportamento. Há quatro possíveis justificativas, ainda conforme GEA e Restrepo (2004): a) o meio ambiente é um bem de luxo e, por isso, no início do desenvolvimento econômico, um país pode estar pouco disposto a investir em regulação ambiental em detrimento do consumo. No entanto, à medida que a economia se

desenvolve, os cidadãos passam a exigir melhoramentos ambientais, e isso induz à implementação de políticas de proteção ambiental; b) antes de atingir o desenvolvimento, as economias dos países são baseadas na agricultura e setor de serviços. Com a industrialização, há uma maior degradação ambiental, mas, no longo prazo, espera-se reduzir os níveis de contaminação através da transição para tecnologias limpas; c) o deslocamento de indústrias “suja” de economias desenvolvidas para economias menos desenvolvidas; d) a Curva Ambiental de Kuznets depende principalmente da articulação tecnológica entre o consumo de um bem e a redução do subproduto contaminante gerado a partir deste. Assim, o avanço tecnológico explicaria a curva em forma de U invertido.

A Ecoeficiência é a corrente ambiental mais poderosa atualmente; a maioria dos governos e a ONU se alinham a essa corrente. Inclusive os ambientalistas cujo interesse pelo meio ambiente associa-se exclusivamente à preservação da vida selvagem, ou seja, os pertencentes ao paradigma do Culto ao Silvestre, têm se unido ao ideal da Ecoeficiência em favor da possibilidade – reforçada pelo desenvolvimento tecnológico – de preservação da parte da natureza ainda intocada (MARTÍNEZ-ALIER, 2017).

4.3 A JUSTIÇA AMBIENTAL

Conforme Martínez-Alier (2016), a Justiça Ambiental, também chamada de Ecologismo dos Pobres, ou, ainda, Ecologismo Popular, completa a tríade das principais correntes no ambientalismo, junto ao Culto ao Silvestre e à Ecoeficiência.

A Justiça Ambiental teve início nos Estados Unidos – onde sofreu forte influência do movimento por direitos civis liderado por Martin Luther King, nos anos 1960 –, questionando, centralmente, a contaminação do ar e a alocação de lixo e dejetos tóxicos especificamente em bairros populares ou habitados por minorias raciais. Nos países do Sul, as lutas contra os impactos ambientais que ameaçam os pobres constituíam o Ecologismo Popular, ou Ecologismo dos Pobres, englobando especialmente movimentos de camponeses, pescadores artesanais e comunidades que lutavam contra a contaminação do ar e das águas causadas pela instalação de minas e fábricas (MARTÍNEZ-ALIER, 2017). Guha e Martínez-Alier (1997), então, propuseram que o movimento rural do Ecologismo Popular e o movimento urbano da Justiça Ambiental podem ser entendidos como parte integrante de uma mesma corrente. Desse modo, tratamos, nesta tese, os dois movimentos como parte de uma só corrente, e usamos o nome Justiça Ambiental.

A Justiça Ambiental entende que o crescimento econômico agride o meio ambiente, e dá especial atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos, questionando o desenvolvimento espacial desigual. Como exemplifica Martínez-Alier (2017), observa-se que os países industrializados dependem de importações de matérias-primas vindas do Sul para atender a parcela cada vez maior de sua demanda de consumo; os Estados Unidos importam parte considerável do petróleo que consomem; a União Europeia importa quantidade de materiais, inclusive energéticos, muito maior do que a que exporta. Baseada na ideia da Justiça Ambiental, formulou-se o conceito de Dívida Ecológica.

Dívida ecológica é um conceito surgido nos anos 1990, originário da América do Sul. Mais especificamente, conforme Barcena (2007), com contribuições dos movimentos populares do Sul, por ocasião da Rio-92. Desse modo, diferentemente de outros conceitos como o da pegada ecológica, que se originaram de círculos de pesquisa, a ideia da dívida ecológica fez o caminho inverso, “de baixo para cima”. Desde então, se expandiu tanto geograficamente como também do terreno associativo e dos movimentos sociais para os âmbitos acadêmico e institucional.

Conforme Martínez-Alier (2017), a dívida ecológica é constituída pelo intercâmbio ecologicamente desigual e pela utilização desproporcional do espaço ambiental por parte dos países ricos. O intercâmbio ecologicamente desigual é fruto, por exemplo, da falta de compensação aos países em desenvolvimento dos danos provocados pelas exportações (como contaminação da água pela mineração ou dióxido de enxofre das unidades de fundição de cobre), os nutrientes incorporados nas exportações agrícolas ou futura falta de disponibilidade de recursos não renováveis. O uso desproporcional de espaço ambiental refere-se à necessidade de reparação pelos impactados ocasionados aos países em desenvolvimento pela importação de resíduos tóxicos e pela produção de dióxido de carbono e outros resíduos gasosos não computados na conta dos países desenvolvidos, embora produzidos para garantir seu alto nível de consumo.

Mas, conforme já dissemos, a Justiça Ambiental não possui foco exclusivo na relação desigual entre os países. Como assinala Anguelovski (2016), a desigualdade aparece fortemente também dentro das cidades, onde grupos mais ricos moram em bairros em que se consegue colher os benefícios de bens e confortos ambientais, enquanto transferem os custos ambientais aos bairros marginalizados.

Outra característica da Justiça Ambiental é a defesa do direito ao lugar e a defesa do direito à cidade. O direito ao lugar se concretiza, por exemplo, pelo entendimento de que agricultores pobres têm direito de resistir à tomada de suas terras para a produção de

agrocombustíveis ou mineração. O direito à cidade está ligado à resistência contra a especulação, a privatização de espaços públicos e a gentrificação, e à luta por justiça econômica e ambiental e por democracia.

O foco da Justiça Ambiental, portanto, não é uma reverência à natureza, nem uma preocupação com as demais espécies ou com as futuras gerações humanas, mas os humanos pobres de nossa época. Ou seja, seu eixo principal é a justiça social e ambiental entre os humanos de hoje (MARTÍNEZ-ALIER, 2017).

Há importantes grupos ligados à Justiça Ambiental que entendem que a única forma de atingir os objetivos é a transformação radical do sistema econômico, mas há também os que visam melhorar o capitalismo sem fazer ligação entre o aumento da produção e do consumo com a localização ambiental desigual (ANGUELOVSKI, 2016). Desse modo, é possível a ligação da Justiça Ambiental tanto com o paradigma da Sustentabilidade Forte como com o paradigma da Sustentabilidade Fraca.

4.4 ECONOMIA NEOCLÁSSICA E ECONOMIA AMBIENTAL

A economia neoclássica considera o sistema econômico um sistema fechado que pode influenciar ou ser influenciado por fatores sociais ou ambientais. Esses fatores, que podem ser positivos ou negativos, são denominados externalidades. A economia neoclássica entende que as externalidades negativas relacionadas com o meio ambiente não são significativas comparadas às vantagens de um sistema econômico funcionando em equilíbrio através das regras de mercado.

Partindo da premissa da racionalidade dos agentes, a estrutura teórica da economia neoclássica é baseada na eficiência do mercado. O mercado garantiria a eficiência na utilização de recursos, a partir da premissa de que é possível comparar (em termos monetários) e substituir entre si os fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais). Ou seja, não há limites impostos pela disponibilidade dos recursos naturais, pois o progresso tecnológico permite sua substituição por capital ou trabalho.

De acordo com Montibeller Filho (1999), até por volta do ano de 1970 a teoria convencional neoclássica não considerava as externalidades ambientais. O processo produtivo era representado por fontes inesgotáveis de recursos materiais e de energia, todos os insumos eram convertidos, sem a existência de sobras de resíduos, e no ato do consumo tudo desapareceria. Com a ampliação da problemática ecológica e a maior difusão da consciência ambientalista, surge a economia ambiental.

A economia ambiental representa uma continuidade epistemológica em relação à economia neoclássica, porém com o desafio de valorar monetariamente os bens e serviços do meio ambiente que não são valorados pelo mercado. Conforme Marques e Comune (1995 *apud* MONTIBELLER FILHO, 1999), essa diferença em relação à economia neoclássica parte do pressuposto de que a valoração ambiental é essencial para evitar a degradação total da grande maioria dos recursos naturais, pois as decisões tomadas pelos agentes considerando custo zero para o recurso ambiental fazem com que haja uma distorção que pode levar ao desequilíbrio (demanda acima do nível de eficiência econômica).

Para a economia ambiental, os bens ambientais transacionados no mercado seriam regulados exclusivamente pelas regras de mercado: “[...] a escassez crescente de um determinado bem se traduziria facilmente na elevação de seu preço, o que induz a introdução de inovações que permitem poupá-lo (eficiência ecológica) e, no limite, substituí-lo por outro recurso mais abundante” (ROMEIRO, 2012, p. 74). No entanto, com relação aos recursos naturais considerados bens públicos, esse mecanismo de mercado falha e é preciso criar mecanismos para intervir. Assim, o problema ambiental “[...] é visto basicamente como um problema de falha de mercado em razão da natureza de bens públicos de recursos naturais como o ar, a água, gerando um problema de externalidade negativa” (ROMEIRO, 2012, p. 66).

O desafio, portanto, é internalizar as externalidades, ou seja, computar os custos relacionados às externalidades negativas (a poluição, por exemplo) relacionadas ao meio ambiente. Como não há ruptura epistemológica entre a economia neoclássica e a economia ambiental, a premissa é de que os mecanismos criem de algum modo as condições para o livre funcionamento do mercado. Ou seja: é necessária intervenção para corrigir uma insuficiência do mercado, no entanto, essa intervenção deve estar alinhada com os princípios que o regem.

Nesse sentido, a política ambiental mais eficiente é aquela que cria as condições para que os agentes econômicos “internalizem” os custos da degradação que provocam. A ação do Estado se faz necessária apenas para corrigir essa falha de mercado, seja por meio da privatização, seja por meio da precificação dos recursos naturais (ROMEIRO, 2012, p. 66).

Conforme Montibeller Filho (1999), uma das proposições foi feita por Pigou: “o pagador paga”. O raciocínio baseia-se na premissa de que uma empresa é obrigada a reparar ou compensar o dano ambiental que causa. O princípio “o poluidor paga” pode ser utilizado das seguintes maneiras: a) a própria empresa despolui; b) a empresa paga um imposto à sociedade; c) a empresa compra direito (bônus) de poluição em bolsa de valores.

A outra possibilidade é a proposta por Coase (1960). Aparentemente inspirado em Hardin (1968) e sua ideia de que a tragédia dos comuns pode ser evitada através da propriedade privada absoluta, Coase (1960) baseia-se na definição de direitos de propriedade sobre os recursos naturais (água, ar). Além disso, vai de encontro à proposta de Pigou no sentido de que considera que as soluções para as externalidades não devem ser dirigidas pelo Estado. A saída é a negociação direta entre os envolvidos para encontrar soluções boas a todas as partes. Assim, a partir de direitos de propriedade previamente definidos sobre o bem natural em questão, haveria a negociação e a realização de barganhas entre as partes para se chegar à solução satisfatória.

4.5 A BIOECONOMIA E A ECONOMIA ECOLÓGICA

Muitos autores compreendem a bioeconomia e a economia ecológica como sinônimos. No entanto, preferimos tratá-los como dois campos, embora a economia ecológica parta do princípio de que o processo econômico é uma questão de bioeconomia (FARLEY, 2016).

A bioeconomia¹⁷ pode ser descrita como a ciência que investiga a integração das ciências físicas e biológicas à economia. Segundo Bonaiuti (2016), o termo bioeconomia foi utilizado pela primeira vez no final da década de 1960 por Jiri Zeman, da academia checoslovaca, que utilizou a expressão em uma carta para indicar a necessidade de uma nova economia que reconhecesse a substância biológica dos processos econômicos, e o romeno Georgescu-Roegen gostou do termo e fez uso dele para expressar a síntese de sua pesquisa.

Para Georgescu-Roegen (2012), não se pode pensar o processo econômico apenas em termos de mecânica; é preciso pensá-lo em termos de termodinâmica. Baseado nas leis da termodinâmica e na distinção entre energia utilizável e energia não utilizável (baixa entropia e alta entropia), descreveu o paradoxo do desenvolvimento, que se constitui no fato de que o processo econômico não pode funcionar sem uma troca contínua que altera o meio ambiente de maneira cumulativa e, por isso, o crescimento provocará, inevitavelmente, a degradação

¹⁷ É importante frisar que a bioeconomia que tratamos aqui pouco tem a ver com a chamada nova bioeconomia, que, de acordo com Barros e Machado Neto (2007), considera as conclusões de Georgescu-Roegen (2012) pessimistas e radicais, contrastando com o otimismo da nova bioeconomia. Inclusive, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), por exemplo, trabalha com o novo conceito de bioeconomia, entretanto, já sem utilização do adjetivo “nova”, e sem menção aos conceitos de Georgescu-Roegen. Enquanto o romeno defendia a impossibilidade do crescimento econômico através das leis da física, a OECD postula que a bioeconomia contempla três elementos (conhecimento biotecnológico, biomassa renovável e integração entre aplicações) e auxilia a promover o desenvolvimento sustentável, que depende justamente do crescimento econômico e que a seu turno, mantém a sustentabilidade ambiental (OECD, 2009).

entrópica do planeta. Insistir no crescimento econômico, portanto, vai de encontro aos interesses da espécie humana.

Outra característica da bioeconomia é a crítica ao que denomina dogma energético moderno, ou seja, a ideia de que a reciclagem pode ser completa. O economista romeno explica essa impossibilidade pelo fato de que, para que os efeitos da fricção sejam eliminados (evitando desgaste), os movimentos teriam que ser realizados a uma velocidade infinitamente lenta, o que levaria a um tempo infinito. Além disso, para realizar a reciclagem é preciso usar outros objetos – que por sua vez, se desgastam –, e estes teriam que ser reconstituídos caso se almeje a reciclagem completa, em um ciclo interminável. Nesse sentido, o economista ecológico Martínez-Alier (2020) critica a atual crença na economia circular, e afirma que a economia não é circular, mas entrópica, pois a energia não é reciclada e os materiais são reciclados apenas em pequena medida.

Para Georgescu-Roegen (2012, p. 111), nem mesmo uma economia de estado estacionária seria suficiente: “[...] o erro crucial consiste em não enxergar que não só o crescimento, mas também um estado de crescimento zero, e até mesmo um crescimento decrescente, não poderiam durar eternamente num meio ambiente finito”. Já para Herman Daly (1974), economista norte-americano que foi aluno de Georgescu-Roegen na Universidade Vanderbilt, o objetivo deveria ser preparar uma transição em direção a uma economia de estado estacionário que melhorasse qualitativamente o bem-estar humano, enquanto o crescimento dos fluxos físicos deveria acabar.

Trabalhando com acadêmicos de ideias afins, Daly ajudou a fundar o campo da economia ecológica nos anos 1980, que prioriza uma economia de estado estacionário como objetivo central (FARLEY, 2016).

De acordo com Romeiro (2012), a economia ecológica possui duas premissas principais. A primeira é a ideia de capacidade de carga, originada no trabalho de Boulding (1966), e suas famosas analogias da economia *cowboy* e da economia espaçonave. Na primeira, o subsistema econômico, representado pelo *cowboy* nas grandes planícies, não oferece risco de provocar algum dano irreversível ao ecossistema. Já na segunda analogia, o subsistema econômico, representado pela tripulação da aeronave, é grande o suficiente para colocar em risco a aeronave e sua própria sobrevivência se os recursos disponíveis não forem manejados cuidadosamente.

A analogia da espaçonave Terra é em geral bem-aceita. No entanto, a polêmica se dá quando se entende que o crescimento econômico também está limitado pela espaçonave. Para a economia ecológica, a inclusão do crescimento econômico nessa limitação é clara, e representa a segunda premissa, influência direta da obra de Georgescu-Roegen (2012). A partir

dessas duas premissas, Daly (1974) elabora sua teoria do Estado Estacionário, em que advoga o crescimento zero com base no pressuposto de que o total dos resíduos gerados pela extração, transformação e consumo de recursos naturais, num dado período de tempo, não pode ultrapassar capacidade de carga da Terra (ROMEIRO, 2012). Em suas palavras, “[...] tanto a economia humana como a parte não humana da biosfera dependem do mesmo orçamento limitado de baixa entropia e do padrão distributivo que tal orçamento desenvolveu durante milênios” (DALY, 1974, p. 360).

As diferenças entre os conceitos podem se explicar porque, segundo Bonaiuti (2016), para Georgescu-Roegen,

[...] as razões fundamentais para a insustentabilidade social e ecológica do modelo ocidental tinham que ser atribuídas, em última análise, a premissas culturais e seu contexto institucional correspondente. Por essa razão, Georgescu se opunha veementemente ao paradigma do desenvolvimento sustentável, o qual, assim como o do estado estacionário, não questiona radicalmente os fundamentos antropológicos e institucionais da economia de mercado (BONAIUTI, 2016, p. 51).

Em síntese, a bioeconomia e a economia ecológica não são diferentes em termos de área de estudo, mas possuem algumas premissas pré-analíticas distintas, o que explicam algumas diferenças consideráveis entre o ponto de vista de Georgescu-Roegen e o da maior parte dos economistas ecológicos (BONAIUTI, 2016).

4.6 O ECOSSOCIALISMO

A primeira contradição do capitalismo, na concepção marxista, reside no funcionamento interno do sistema: o interesse do capital em aumentar a mais-valia, privilegiando o uso de capital constante em detrimento do capital variável (salários), faz com que a queda do poder de compra impossibilite a compra do que é produzido. Ou seja, a capacidade produtiva tenderia a aumentar, em razão dos investimentos capitalistas, enquanto o poder de compra das massas tenderia a diminuir, em razão da exploração da mais valia. Sem negar a primeira contradição, um dos pressupostos do ecossocialismo é a denominada segunda contradição do capitalismo¹⁸.

A segunda contradição é ideia apresentada pela primeira vez por James O’Connor, na primeira edição da *Capitalism, Nature, Socialism*, revista que ajudou a fundar, e se baseia na tese de que o modo de produção capitalista coloca em risco suas próprias condições de

¹⁸ O’Connor (1988, p. 35) chama também de “non-traditional’ contradiction of capitalism”, enquanto a primeira contradição seria a “traditional’ contradiction”.

produção: os trabalhadores, o espaço urbano, a natureza – essa última, através, por exemplo, da exaustão dos recursos naturais, da poluição e da introdução de tecnologias perigosas (O’CONNOR, 1988).

O Ecosocialismo compreende que tendências antiecológicas são inerentes ao capitalismo, fundamentalmente porque o capital tende a degradar as condições de sua própria produção e, para existir, precisa se expandir de modo permanente. Conforme Kovel (2005), a origem disso é o fato de que o capitalismo representa o regime em que, na produção de mercadorias, o valor de troca predomina sobre o valor de uso¹⁹. Para os ecosocialistas, o objetivo é alcançar uma sociedade em que o valor de uso tenha supremacia sobre o valor de troca. Assim, a crise é diretamente relacionada ao sistema capitalista, que, por seu turno, traz consigo, inexoravelmente, a degradação ecológica. Por isso, conforme Löwy (2014), para os ecosocialistas o problema das principais correntes da ecologia política é que estas não parecem levar em consideração a contradição intrínseca entre a dinâmica capitalista e a preservação do meio ambiente.

A crise ecológica, portanto, não é uma crise ambiental, de um ambiente externo a nós, mas crise das condições de produção de um sistema com tendências antiecológicas, pois: tende a degradar as condições de sua própria existência; tem que se expandir de modo permanente para existir; conduz a um sistema mundial absolutamente incapaz de lidar com a crise ecológica. Nas palavras de Kovel (2005, p. 93):

A crise ecológica é o nome da desestabilização ecológica global que acompanha a acumulação global. O capital mostrou uma elasticidade fenomenal e capacidade de absorver todas as contradições em sua lógica de troca. Esta é a principal razão que explica por que várias formas de rebelião surgiram e desapareceram [...]. No entanto, na crise ecológica, a própria lógica da troca torna-se uma fonte de desestabilização, e quanto mais ela é introduzida no quadro, mais corrupta e instável se torna a relação com a natureza. O capital não pode se recuperar da crise ecológica porque este é o seu ser essencial, manifestado na síndrome “cresce ou morre”, que é o que produz essa crise. E a única coisa que realmente sabe fazer, que é produzir de acordo com o valor de troca, é justamente a fonte da crise (tradução nossa).

Além de criticar as correntes ambientais que desconsideram a contradição intrínseca entre capitalismo e meio ambiente, os ecosocialistas diferenciam-se também da concepção produtivista reproduzida inclusive pelas “variações burocráticas” do socialismo. Almeja redefinir a produção socialista em um contexto ecológico, baseando-se no pressuposto de que há limites ao crescimento, mas sem impor escassez ou repressão à sociedade. O objetivo é uma

¹⁹ Segundo Kovel (2005, p. 57, tradução nossa), “[...] o valor de uso é a situação da mercadoria na multiplicidade sempre crescente das necessidades e dos desejos humanos, enquanto que o valor de troca representa seu «ser de mercadoria», isto é, sua permutabilidade, uma abstração que só pode ser expressa em termos quantitativos”.

mudança de dimensão qualitativa, e não quantitativa, que possibilite uma transformação das necessidades. Do ponto de vista da produção de mercadorias, isso se faria através da valorização dos valores de uso em detrimento dos valores e troca (MANIFESTO ECOSSOCIALISTA INTERNACIONAL, 2002 *apud* LÖWY, 2014).

5 OS DOIS GRANDES PARADIGMAS DA SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA

Em que pese as inúmeras vertentes do ambientalismo, há duas lógicas bem distintas, que podem ser sintetizadas pelos conceitos de sustentabilidade fraca e forte. A sustentabilidade fraca se harmoniza com perfeição ao discurso desenvolvimentista, buscando integrar as questões sociais, ambientais e econômicas sem abrir mão do crescimento econômico. A sustentabilidade forte parte do princípio de que é preciso repensar a organização social, de modo que a economia passe a ser subordinada à ecologia e, portanto, sugere a busca por alternativas ao paradigma do desenvolvimento.

Para tratarmos o tema com maior didatismo, começaremos com breve síntese do debate internacional ocorrido a partir do surgimento da ideia de crise ambiental. Essa contextualização nos permite compreender com maior clareza a origem do conceito de desenvolvimento sustentável e as críticas irreconciliáveis dos que analisam a questão a partir da ótica da sustentabilidade forte. Na sequência, apresentaremos o conceito de desenvolvimento sustentável propriamente dito e as principais críticas a essa concepção; e, finalmente, apresentaremos a formulação síntese dos paradigmas da sustentabilidade fraca e da sustentabilidade forte.

5.1 BREVE HISTÓRIA DO DEBATE INTERNACIONAL A PARTIR DA IDEIA DE CRISE AMBIENTAL

Inglehart (2012) defende a tese de que após a segunda grande guerra houve uma mudança intergeracional nos valores em alguns países europeus. Essa mudança é caracterizada pela transição da primazia pelos valores aquisitivos (segurança econômica e da ordem social) para valores pós-burgueses (mais tarde denominados pós-materialistas) relacionados à expressão intelectual e artística, temas de estilo de vida, culturais e humanitários e a mudanças sociais radicais. Os novos valores surgem à medida que as pessoas têm garantidas suas necessidades essenciais, e a preocupação com o meio ambiente é um exemplo de valor pós-burguês.

O fato é que durante a segunda metade do século XX começa a surgir a ideia de crise ambiental ou crise ecológica. Antes disso, houve críticos ecológicos da economia desde meados do século XIX, em especial na Europa e nos Estados Unidos (MARTÍNEZ-ALIER, 2017), mas a ideia de crise ambiental expressa o paradoxo de que o próprio padrão de vida alcançado pela civilização industrial, através do crescimento econômico, criou problemas ambientais de

enorme magnitude, colocando em risco, pela primeira vez na história, a continuidade da vida humana no planeta.

Conforme Saavedra (2014), três grandes conjuntos de ideias compuseram o imaginário da crise ambiental: a ideia e o temor da autodestruição, a percepção de um planeta finito, e a substituição da ideia do progresso pela ideia da incerteza. O temor pela autodestruição inicia-se após o desenvolvimento da energia nuclear, gerando uma série de manifestações pacifistas durante as décadas de 1950 a 1980, mas a partir da década de 1980 a preocupação com a camada de ozônio começa a aumentar e ganha força a ideia de que uma catástrofe contra a vida no planeta poderia se dar não somente por uma guerra nuclear, mas pela mudança climática. A percepção de que vivemos em um planeta finito foi fortalecida com a socialização da imagem do planeta vista do espaço, com limites bem definidos que contrastam com o meio em que está imersa: um universo imensurável para nossos sentidos. A ideia da incerteza deve-se ao reconhecimento de que o mesmo avanço técnico e científico que produziu uma civilização altamente industrializada e com abundância de recursos trouxe também consequências como a ameaça nuclear, a destruição da camada de ozônio, os desastres ambientais, a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais, o desmatamento e a poluição (SAAVEDRA, 2014).

Nesse contexto de profunda reflexão e preocupação com a temática ambiental, floresce o movimento ambientalista contemporâneo – primeiramente nos Estados Unidos, para logo se irradiar para o mundo –, e surge o Clube de Roma, que influenciou profundamente o debate sobre sustentabilidade.

O Clube de Roma²⁰ é uma associação fundada pelo italiano Aurelio Peccei, que foi diretor da empresa Italconsult, ligada à Fiat e à Olivetti, para discutir diversos temas e, em especial, assuntos relacionados, de modo amplo, à degradação ambiental. Reuniram-se em torno dessa iniciativa intelectuais e cientistas ligados, dentre outras áreas, à economia, biologia, engenharia, política, sociologia que, juntamente com representantes do mundo dos negócios, apresentaram-se como atores sem ideias políticas preconcebidas e fora da disputa expressada pela Guerra Fria (SAAVEDRA, 2007). O primeiro encontro ocorreu na capital italiana, em 1968.

O Clube de Roma solicitou a uma equipe de pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT), chefiada por Dennis Meadows, um estudo, utilizando modelos matemáticos e simulações realizadas por computador, para embasar seus pressupostos. Assim, em 1972, em parceria com o MIT, o Clube de Roma publica o documento “Os limites do

²⁰ O Clube de Roma existe ainda hoje, com sede na Suíça, e incentiva e possui ligações com associações nacionais em dezenas de países.

crescimento” (MEADOWS *et al.*, 1972), alertando para a necessidade de se estancar o crescimento econômico, sob pena de o sistema entrar em colapso por conta do esgotamento dos recursos naturais. Esse documento questionou os valores que sustentam a contínua expansão do consumo, e foi ponto de partida para as propostas do “crescimento zero” e de uma economia de Estado estacionária. Em 1976 o documento já havia sido traduzido para trinta idiomas e sua tiragem já superava os 4 milhões de exemplares (SAAVEDRA, 2007), o que denota o grau de influência que o relatório do Clube de Roma adquiriu. Inclusive o presidente da Comissão Europeia em 1972, Sicco Mansholt, tentou influenciar a política europeia a partir do questionamento ao crescimento.

Em 1970, especialistas latino-americanas participaram, no Rio de Janeiro, de reunião patrocinada pelo Clube de Roma e pelo Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, com o propósito de discutir o modelo que estava sendo elaborado pelo MIT. Críticos ao que foi apresentado, a partir do entendimento de que a análise do MIT se reduzia a aspectos que interessavam e favoreciam exclusivamente aos países já desenvolvidos e desconsideravam as desigualdades entre os países, um grupo de especialistas latino-americanos presentes na reunião solicitou à Fundação Bariloche²¹ a construção de um modelo alternativo baseado nos pontos de vista por eles argumentados no debate. Esse trabalho, iniciado no ano de 1971 e coordenado por Amílcar Herrera, redundaria na publicação, no ano de 1975, do Modelo Mundial Latinoamericano (MML), mais conhecido como Relatório de Bariloche, que, em tradução livre, sustenta que “[...] os obstáculos que atualmente se opõem a um desenvolvimento harmônico da humanidade não são físicos ou econômicos, em sentido estrito, mas essencialmente políticos” (FUNDACIÓN BARILOCHE, 1977, p. 123).

Nesse contexto, a ONU realizou a primeira Conferência sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), na Suécia, no ano de 1972. O evento, que contou com a participação de 113 países²², foi um marco no processo da chamada primeira socialização da ideia de crise ambiental (SAAVEDRA, 2007), e redundou na primeira declaração da ONU sobre

²¹ Criada em 1963, a Fundação Bariloche é uma instituição privada de bem público, com sede na Cidade de San Carlos de Bariloche. Ainda hoje, no site da Fundação, há destaque para o MML: “Este Modelo foi a resposta dos países do Sul ao modelo do MIT que pretendia frear o desenvolvimento desses países sob pretexto do esgotamento dos recursos naturais. Ademais, propunha um férreo controle de natalidade nos mesmos. O modelo demonstrou que se coloca-se como objetivo central do desenvolvimento dos povos a eliminação da fome e não o estilo consumista dos países centrais, os recursos naturais, incluído o solo fértil, seriam suficientes para sustentar uma população três vezes superior à existente no começo dos anos 1970 no mundo. Ademais demonstrava que a melhor maneira de controlar a taxa de natalidade era o desenvolvimento humano dos povos” (FUNDACIÓN BARILOCHE, 2018, tradução nossa).

²² O bloco liderado pela União Soviética não participou da Conferência. O boicote ocorreu como reação ao fato de que a Alemanha Ocidental (República Federal da Alemanha), apoiada pelos Estados Unidos, conseguiu excluir a participação plena (com direito a voto) da Alemanha Oriental (República Democrática Alemã).

o Meio Ambiente e na criação, em dezembro do mesmo ano, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que ainda hoje existe como o principal órgão encarregado das questões ambientais. O início da Conferência, dia 05 de junho, passou a ser o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Na Conferência de Estocolmo esteve presente fortemente a polarização entre os que defendiam a necessidade de se frear o crescimento econômico e os desenvolvimentistas. A iniciativa de realizar a Conferência, ideia aprovada na sessão plenária da Assembleia Geral da ONU ocorrida em dezembro de 1968, partiu dos países desenvolvidos, preocupados em priorizar o enfrentamento dos problemas gerados pela industrialização. Os países em desenvolvimento reagiram com desconfiança, interpretando a iniciativa como uma hostilidade, por parte dos países já industrializados, a seus esforços de crescer economicamente e se desenvolver, e ameaçaram boicotar o encontro. Em uma das reuniões preparatórias à Conferência, realizada em Porto Rico, o representante do governo da Índia afirmou: “[...] os ricos se preocupam com a fumaça saindo de seus carros; estamos preocupados com a fome” (ROBERTO, 1992, p. 88, tradução nossa).

A atuação brasileira nesse debate foi bastante forte. O representante do Brasil na ONU, o embaixador João Augusto de Araújo Castro, compreendia que a promoção de normas internacionais sobre proteção ambiental visava obstaculizar a industrialização e o crescimento econômico dos países em desenvolvimento (VARGAS, 2013). Fruto dessa preocupação, passou a tentar incidir sobre o posicionamento de outros países, e seu sucesso pode ser constatado através de avaliação do Departamento de Estado norte-americano:

O que até agora era um sentimento de apatia por parte da maioria dos PMDRs [países de menor desenvolvimento relativo] em relação à Conferência e ao tema do meio ambiente como um todo está claramente evoluindo em direção a uma sólida oposição ao envolvimento da ONU no meio ambiente, com base na premissa de que é uma distração, por parte dos PDs [países desenvolvidos], em relação à que os PMDRs consideram a única atividade válida da ONU na área econômica e social, a saber, a assistência ao desenvolvimento dos PMDRs. Essa posição, que até poucos meses atrás, era basicamente limitada ao Brasil e ao Chile, está rapidamente ganhando apoio (US DEPARTMENT OF STATE, 2004 *apud* VARGAS, 2013, p. 195).

De fato, os países desenvolvidos raciocinavam levando em conta que se os países do Sul, para realizar suas intenções de alcançar o mesmo patamar de desenvolvimento e padrão de vida do Norte, reproduzissem o mesmo processo baseado na industrialização que os levaram a alcançar seu próprio desenvolvimento, o ecossistema planetário entraria em colapso. No entanto, para evitar o boicote dos países do Sul à Conferência, o Secretário-Geral da Conferência para o Desenvolvimento Humano, o canadense Maurice Strong, convocou uma

reunião, para a qual convidou um grupo de 27 personalidades dos países do sul especializadas na temática do desenvolvimento e do meio ambiente a fim de alcançar um acordo que incluísse as referidas preocupações dos países do Sul com a superação do subdesenvolvimento, ligando-as à temática ambiental. A reunião ocorreu em Founex (Suíça), em caráter de seminário, e ficou marcada como a ocasião em que, pela primeira vez, buscou-se estabelecer um vínculo entre meio ambiente e desenvolvimento (SAAVEDRA; DEVÉS, 2013).

Como resultado, começou a surgir a síntese que redundaria no conceito de desenvolvimento sustentável – forjado, portanto, com o propósito de resolver o impasse entre desenvolvimento e meio ambiente –, e a ênfase do trabalho das Nações Unidas na esfera ambiental passou a ser a busca por alavancar o desenvolvimento através do crescimento econômico, a partir do pressuposto de que “[...] a pobreza e a degradação do meio ambiente estão estreitamente inter-relacionadas” (NAÇÕES UNIDAS, 1993, p. 31).

5.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) publicou o relatório “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1987), que apresentou pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável: “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras” (CCMAD, 1987, p. 59, tradução nossa).

O prefácio do Relatório, escrito pela presidente da Comissão, deixa claro o posicionamento de que o crescimento não é um inimigo a ser combatido, mas um aliado para atacar ao mesmo tempo a pobreza e a degradação ambiental: “[...] o que precisamos agora é de uma nova era de crescimento econômico, um crescimento que seja poderoso enquanto que sustentável social e ambientalmente” (BRUNDTLAND, 1987, p. 12-13). E, para atingir o crescimento, a ONU afirma que o caminho é liberalizar o comércio, fazer retroceder o protecionismo e ampliar ainda mais o acesso aos mercados, além de afirmar que os países em desenvolvimento devem continuar com a reforma de suas políticas comerciais e com o ajuste estrutural (NAÇÕES UNIDAS, 1993).

Se do ponto de vista da ONU o crescimento econômico é necessário para combater, ao mesmo tempo, a pobreza e a degradação ambiental, o que permite que o crescimento se dê de modo ilimitado é a tecnologia:

[...] o conceito de desenvolvimento duradouro implica limites – não limites absolutos, mas limitações que impõem aos recursos do meio ambiente o estado atual da tecnologia e da organização social, a capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas. Mas tanto a tecnologia como a organização social podem ser ordenadas e melhoradas de maneira que abram o caminho para uma nova era de crescimento econômico (CMMAD, 1987, p. 23, tradução nossa).

Desse modo, conforme analisa Romeiro (2012), o progresso científico e tecnológico é a variável-chave que garante a possibilidade do crescimento econômico sem limites, pelo aumento da produtividade (produzir mais com os mesmos recursos), ou pela substituição do capital natural perdido por capital manufaturado:

[...] nosso informe não é a predição de uma decadência do meio ambiente, de uma pobreza e de uma penúria cada vez maiores em um mundo sempre mais contaminado em meio de recursos em contínua diminuição. Vemos, pelo contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico que há de se basear em políticas que sustentem e ampliem a base de recursos do meio ambiente (CMMAD, 1987, p. 16, tradução nossa).

Em que pese o fato de que foi forjado como solução para a contraposição entre os paradigmas antagônicos defendidos pelo MIT e pela Fundação Bariloche nos anos 1970, Martínez-Alier (2017) entende que o desenvolvimento sustentável não é absolutamente uma novidade, senão uma reencarnação da ecoeficiência, a corrente de pensamento ambiental iniciada ao final do século XIX e que defende que, através da “modernização ecológica” e da “boa utilização dos recursos”, pode-se diminuir os impactos da produção de bens e alcançar um manejo sustentável dos recursos naturais. E afirma: “As empresas transnacionais têm buscado organizar uma posição comum ante o conflito entre economia e meio ambiente, promovendo a concepção de que a ecoeficiência resolverá todos os problemas” (MARTÍNEZ-ALIER, 2017, p. 265).

A partir do pressuposto da ecoeficiência, o paradigma do desenvolvimento sustentável criou uma forma mais explícita de incentivar a alocação de investimentos em tecnologias “limpas”: a economia verde. Um ponto importante de referência foi o lançamento, em outubro de 2006, do relatório “A economia das mudanças climáticas” (“*The Economic of Climate Change*”), mais conhecido como relatório Stern²³ (STERN, 2006). Stern (2006) calculou que as emissões de CO₂ podem ser reduzidas a um custo de cerca de US\$ 25 por tonelada, enquanto cada tonelada de CO₂ emitida custa para a economia, em danos causados, ao menos US\$ 85. Portanto, investir rumo a uma economia de baixo carbono seria significativamente mais barato

²³ O relatório foi solicitado pelo governo britânico ao economista e acadêmico inglês Nicholas Stern, ex vice-presidente do Banco Mundial.

do que não realizar ação alguma nesse sentido. Além de calcular os custos, o relatório apontou as possibilidades de negócio a partir de ações para responder à crise ambiental.

Para Stern, “[...] o problema da mudança climática envolve uma falha fundamental dos mercados: aqueles que prejudicam os outros emitindo gases de efeito estufa, geralmente não pagam por isso” (*apud* BENJAMIN, 2007). Assim, recomendou a precificação do carbono, além da elaboração de uma política tecnológica e da busca da eficiência energética.

Dois anos depois, no auge da crise econômica e financeira mundial, no final de 2008, o PNUMA lançou a economia verde como uma forma de atingir o desenvolvimento sustentável a partir de três pilares: pouca intensidade em carbono, eficiência no uso dos recursos naturais e inclusão social.

Segundo Jacobi e Sinisgali (2012, p. 1475), a ideia central é que:

O conjunto de processos produtivos da sociedade e as transações deles decorrentes contribua cada vez mais para o desenvolvimento sustentável, tanto em seus aspectos sociais quanto ambientais. Para isso, propõe como essencial que, além das tecnologias produtivas e sociais, sejam criados meios pelos quais fatores essenciais ligados à sustentabilidade socioambiental, hoje ignorada nas análises e decisões econômicas, passem a ser considerados.

O objetivo central é a redução das emissões de carbono para combater a ameaça da mudança climática. Em torno desta premissa básica, é possível ter orçamentos de carbono, metas de carbono, mercados de carbono e direitos de carbono como uma *commodity* comercializável (MORENO; SPEICH; FUHR, 2016). No entanto, a meta da redução de emissões não faz com que a Economia Verde deixe de apostar no crescimento econômico; conforme United Nations Environment Programme (UNEP, 2011, p. 1), “[...] talvez o mito mais difundido seja que existe um *trade-off* inescapável entre sustentabilidade ambiental e progresso econômico”.

Ou seja, coerente com os pressupostos do desenvolvimento sustentável (e da ecoeficiência), o PNUMA lançou a iniciativa economia verde com o objetivo claro de auxiliar no crescimento econômico e, ao mesmo tempo, na proteção ambiental:

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançou a Iniciativa Economia Verde no auge da crise econômica e financeira mundial no final de 2008, a fim de avaliar como os diversos setores – tais como os de energias renováveis, tecnologias limpas e eficientes, serviços de água e pesca sustentável – poderiam contribuir para o crescimento econômico, criação de trabalho decente, equidade social e redução da pobreza e, ao mesmo tempo, tratar dos riscos climáticos e outros desafios ecológicos (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Além de reiterar um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, a inexistência da necessidade de escolha entre crescimento e sustentabilidade, o PNUMA coloca ênfase na

inexistência de *trade-off* entre sustentabilidade e lucro privado e aponta “[...] para as oportunidades para investir na transformação de setores-chave da economia para diminuir a intensidade de carbono e melhorar a eficiência dos recursos” (UNEP, 2011, p. 23). Assim, o Relatório Economia Verde, do PNUMA, “[...] apresenta aos tomadores de decisão inúmeros exemplos de como estratégias ‘verdes’ estão gerando oportunidades múltiplas em esforços que visam a assegurar a sustentabilidade ambiental” (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Em meio à crise econômica, o PNUMA defendeu com ênfase a ideia de que o “esverdeamento” das economias não inibe a criação de riqueza nem o emprego, mas, ao contrário, a tendência é de que a economia verde supere os negócios tradicionais (UNEP, 2011). A economia verde deve ajudar inclusive no sentido de criação de oportunidades de emprego:

Uma economia verde deve contribuir para a erradicação da pobreza e ao crescimento econômico sustentável, aumentando a inclusão social, melhorando o bem-estar humano e criando oportunidades de emprego e trabalho decente para todos, mantendo ao mesmo tempo o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra (NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 11).

Embora seja uma orientação da ONU para todos os países, cada país deve procurar a melhor forma de implementação:

Vemos a implementação de políticas de economia verde dos países que procuram aplicá-los para a transição rumo ao desenvolvimento sustentável como um empreendimento comum, e reconhecemos que cada país pode escolher uma abordagem adequada em conformidade com os planos, estratégias e prioridades nacionais em matéria de desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 13).

A abordagem da economia verde não traz novidades ao apostar no crescimento econômico indeterminado apoiado pelo avanço tecnológico e, conforme sublinhado por Pinheiro (2012), mantém-se nos termos da abordagem neoclássica de buscar ganhos de eficiência (no caso em questão, do uso do capital natural). No entanto, conforme destacado por Almeida (2012), há uma inovação: enquanto a teoria neoclássica define que o impulso para as inovações viria das próprias forças do mercado, a economia verde faz a defesa do ativismo de políticas para a indução das mudanças desejadas.

O paradigma do desenvolvimento sustentável, portanto, formulou a iniciativa economia verde que consiste em um conjunto de políticas que partem do pressuposto da inexistência de *trade-offs* entre crescimento econômico e sustentabilidade e entre o lucro privado e melhorias ambientais. O objetivo é alcançar o desenvolvimento sustentável através do incentivo a

inovações, por meio de parcerias público-privadas, que promovam a dissociação ou desacoplamento (*decoupling*) entre crescimento econômico e degradação ambiental.

Através da dissociação, busca-se alcançar a desmaterialização da economia, ou seja, reduzir a quantidade de recursos naturais consumidos sem reduzir a produção²⁴. Esse objetivo seria atingido através do incentivo a novas tecnologias que permitam a redução do consumo de recursos naturais (matérias-primas e energia) e do impacto ambiental (emissões, resíduos) por unidade de produto.

5.3 CRÍTICAS DA SUSTENTABILIDADE FORTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5.3.1 Crítica à ideia do crescimento econômico

Uma das críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável parte do pressuposto de que não há como se conseguir sustentabilidade ecológica com crescimento econômico indeterminado. Um dos autores que fizeram emergir, a partir dos anos 1960, a tese de que a sustentabilidade é incompatível com a manutenção do crescimento econômico, foi o romeno Nicholas Georgescu-Roegen, pioneiro intelectual da bioeconomia, ciência que investiga a integração das ciências físicas e biológicas à economia.

Baseado nas leis da termodinâmica, Georgescu-Roegen (2012) descreveu o paradoxo do desenvolvimento, que se constitui no fato de que o processo econômico não pode funcionar sem uma troca contínua que altera o meio ambiente de maneira cumulativa e, por isso, o crescimento provocará, inevitavelmente, a degradação entrópica do planeta. Insistir no crescimento econômico, portanto, vai de encontro aos interesses da espécie humana.

Leff (2004), afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável é consequência de visão neoliberal que busca negar as causas econômicas dos problemas ecológicos e qualquer contradição entre ambiente e crescimento. Para isso, baseia-se na crença de que as leis de mercado se encarregariam de resolver tanto as diferenças sociais como os desequilíbrios ecológicos e na ideia de que a crise ambiental não é causada pela acumulação de capital, mas por não se ter outorgado direitos de propriedade privada e valores de mercado aos bens comuns

²⁴ Lorek (2016) diferencia dissociação relativa de dissociação absoluta. A primeira significa que a economia cresce mais do que o uso de recursos, enquanto a segunda significa que a economia cresce sem o aumento do uso de recursos. A desmaterialização ocorreria apenas em caso de dissociação absoluta, ou seja, ao ocorrer redução absoluta no uso de materiais e de carbono.

(LEFF, 2004). No mesmo sentido, López (2004, p. 114, tradução nossa) afirma que a ideologia da qual parte o conceito de desenvolvimento sustentável está ancorada em uma matriz de racionalidade “[...] fixada no lucro e na acumulação de bens, embora publicamente justificada em pressupostos como [...] a modernidade, a industrialização, o progresso, a interdependência econômica, a cooperação produtiva e a busca do ‘bem comum’”. Kallis, Demaria e D’Alisa (2016) afirmam que um crescimento global entre 2% e 3% ao ano torna o grau de descarbonização necessário para combater o aquecimento global quase impossível de ser alcançado.

Como bem lembra Martínez-Alier (2016), além da discordância em relação à premissa de que o crescimento econômico possa ser ambientalmente sustentável, há correntes do ambientalismo que se opõem à própria ideia de desenvolvimento, pois o termo ganhou o significado implícito de padrão de mudança uniforme em direção a um estilo de vida norte-americano ou, como explica Gudynas (2016), uma ideia de linearidade histórica predeterminada em que todos os países devem seguir as etapas de desenvolvimento realizadas pelos países industrializados. Na mesma perspectiva, Kallis, Demaria e D’Alisa (2016) consideram problemático o termo “desenvolvimento” porque, mesmo embelezado com adjetivos como sustentável, parte da premissa de um fim determinado (o progresso), sem preocupação com qualquer causa coletiva maior.

Em sua obra “O mito do desenvolvimento econômico”, Furtado (1974) afirma que a ideia de que os povos pobres algum dia poderão desfrutar do modo de consumo dos países desenvolvidos é simplesmente irrealizável. No sistema capitalista as economias periféricas nunca serão desenvolvidas (no sentido de similares às economias que compõem o centro do sistema), pois qualquer tentativa de generalizar o estilo de vida existente nos países desenvolvidos levaria ao colapso da civilização e colocaria em risco a sobrevivência da espécie humana. No mesmo sentido, Daly (1984) descreve o “teorema da impossibilidade”, ou seja: as matérias-primas existentes no planeta fixam um limite para o número de pessoas que podem viver em um “estado desenvolvido”. Assim, é irreal a projeção de um sempre crescente padrão de consumo para uma sempre crescente população.

Ainda dentro do debate sobre desenvolvimento, Sachs (1996) afirma que a pobreza está imbuída no conceito da ONU como uma ameaça à sustentabilidade com o intuito de ser utilizada como pretexto para transformar a natureza em domínio da política e dos interesses econômicos. Assim, se por muito tempo a degradação do meio ambiente era relacionada especificamente ao impacto da industrialização, os pobres passaram a ser identificados como agentes de destruição para sustentar ideologicamente o interesse de apontar novamente o

crescimento econômico como alternativa, dessa vez com o novo pretexto de proteger as gerações futuras do desastre ambiental:

Quando se fez óbvio, ao redor de 1970, que a busca do desenvolvimento intensificava realmente a pobreza, inventou-se a noção de 'desenvolvimento equitativo' para reconciliar o irreconciliável: a criação da pobreza com a abolição da pobreza. Com o mesmo propósito, o Informe Brundtland incorporou a preocupação com o meio ambiente no conceito de desenvolvimento, criando o «desenvolvimento sustentável» como o conceito para justificar a violação e a cura do meio ambiente. (SACHS, 1996, p. 120).

Boff (2012) critica o fato de a visão propugnada pela ONU alegar que a pobreza é causa da degradação ecológica, quando, na verdade, é o tipo de desenvolvimento praticado que produz pobreza e a degradação da natureza. Por isso, considera o desenvolvimento sustentável uma armadilha do sistema que assume os termos da ecologia para esvaziá-los e assume o ideal do crescimento mascarando a pobreza que ele mesmo produz. Nesse sentido, Gasché (2014) descreve o exemplo de que a noção de pobreza não é uma noção dos povos da floresta; no entanto, o Estado e as organizações não governamentais (ONGs) a utilizam para justificar seus projetos para fomentar o desenvolvimento e o progresso – medidos em termos de aumento da renda e do consumo de bens industriais – quando, em verdade, trata-se apenas de ampliar o mercado para as empresas privadas.

Para Latouche (2009), o desenvolvimento cria pobreza e o crescimento inexoravelmente coloca seu preço sobre a natureza e as gerações futuras. Assim, segundo o economista e filósofo francês, para que a humanidade possa sobreviver, definitivamente é indispensável propor uma alternativa ao que denomina delírio da sociedade de crescimento.

Para Biely, Maes e Passel (2016), é fundamental buscar um modelo econômico baseado na sustentabilidade forte e que supere o modelo atual de consumo e crescimento econômico:

Compreender o atual sistema econômico como sendo baseado na sustentabilidade fraca, leva à dedução de que a sustentabilidade fraca não existe, já que o atual sistema econômico é identificado como sendo insustentável. Mais precisamente, mostra que a sustentabilidade fraca não leva a nenhuma forma de futuro sustentável. Assim, a interpretação da sustentabilidade fraca é uma contradição em si e, portanto, deve ser abandonada. Identificar o conceito de sustentabilidade fraca como ilegítimo e aceitar esse fato permite terminar a discussão entre sustentabilidade fraca e forte e buscar a última. Isso permite que a sociedade humana se mova para além do caminho de desenvolvimento que foi estabelecido na segunda metade do século XX, para passar do estágio de “consumo de massa” e entrar no estágio da sustentabilidade (BIELY; MAES; PASSEL, 2016, p. 229, tradução nossa).

5.3.2 Crítica ao dogma tecnológico

Tayra (2006) explica que uma questão-chave no debate ambiental é o entendimento sobre o conceito de capital natural e de como ele pode ser substituído pelo capital manufaturado, feito pelo ser humano. Há duas visões sobre isso: a da sustentabilidade forte, que defende que o estoque de recursos naturais do planeta deve permanecer constante para preservar a existência humana (em um compromisso ético com as futuras gerações), e a da sustentabilidade fraca, que se baseia na economia *mainstream*, que advoga que isso não é necessário, pois a tecnologia e os bens manufaturados podem resolver o problema de eventual escassez de recursos naturais, garantindo a sustentabilidade sem a preocupação de manter constante o capital natural do planeta. Claramente, o conceito de desenvolvimento sustentável parte desse segundo postulado.

Ou seja, as limitações naturais ao desenvolvimento permanente seriam limitações passageiras, perfeitamente superáveis pelo avanço da técnica. Sbert (1996) assinala que a profunda reverência que se professa à ciência e à tecnologia está associada à fé no progresso, que consagra a substituição da esperança, que confia na bondade da natureza ou da divindade, pela expectativa de um futuro promissor projetado e construído pelos instrumentos humanos. Ullrich (1996) destaca que com a era do desenvolvimento a ciência e a tecnologia foram consideradas as ferramentas do progresso e a chave para possibilitar a todos os países o excedente material. Para Berthoud (1996), a fé na expansão ilimitada, fruto do êxito ideológico da tecnologia, faz com que haja pouco espaço para a aceitação de limites éticos à expansão do mercado.

O desenvolvimento sustentável parte da assertiva de que a tecnologia possibilita que o crescimento econômico indeterminado seja compatível com a busca pela sustentabilidade ecológica. Uma das principais referências críticas a esse postulado, Georgescu-Roegen (2012) alerta que considerar possível o crescimento econômico ilimitado é um mito econômico baseado na fantasia de que o homem consegue sempre encontrar novas fontes de energia e novos meios de subjugar-las em seu benefício, o que ignora as leis da termodinâmica, em especial a lei da entropia. A eficiência ecológica possibilitada pelos avanços tecnológicos tem limites entrópicos intransponíveis. Além disso, Georgescu-Roegen (2012) destaca que as inovações podem também representar um esbanjamento de baixa entropia, significando maior poluição e esgotamento dos recursos, em vez de maior eficiência ecológica.

Seguindo o caminho da crítica inaugurada por Georgescu-Roegen, Deriu (2016), complementa afirmando que, ao acreditarmos que a única resposta à crise ecológica está na tecnologia, desacreditamos em qualquer possibilidade de mudança em nossos hábitos e

Latouche (2009) afirma que a tecnologia é importante mas não como garantia de salvação independente de mudarmos nossos hábitos e o sistema econômico internacional, como propugnam os defensores do desenvolvimento sustentável, mas para que seja possível resolver a crise ambiental diminuindo a necessidade de decrescimento da produção.

Também sem negar o fato de que as inovações tecnológicas são parte da solução, Veiga e Issberner (2012) assinalam que elas também têm sido parte do problema ecológico à medida que estimulam a rápida obsolescência dos produtos, além do fato de que a logística produtiva globalizada, em que cada módulo de um produto é produzido onde estão as melhores vantagens comparativas, tem um impacto negativo sobre o meio ambiente, pois implica percorrer distâncias que separam cada etapa da cadeia produtiva, contribuindo para o aumento das emissões de gases de efeito estufa; e os próprios métodos científicos de produção, como *just in time* e *kanban*, contribuem também para o aumento das emissões devido ao aumento da frequência de entregas de mercadorias.

5.3.3 Crítica à promoção da sustentabilidade ecológica através das leis de mercado

Não vamos aprofundar o debate sobre se a economia de mercado é ou não forma adequada para promover o combate à miséria e às desigualdades. Nosso enfoque aqui é na diferença de entendimento entre a sustentabilidade forte e fraca sobre a adequação ou não das regras de mercado para promoção da sustentabilidade ecológica.

Como vimos, o desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas o entendimento de que a sustentabilidade ecológica será alcançada através das regras de mercado, que eleva o preço de determinado recurso quando este se aproxima da escassez, suscitando inovações que possibilitem economizá-lo ou substituí-lo por outros recursos.

Georgescu-Roegen (2012) polemizou com essa visão de que os mecanismos de preços, através da escolha entre as necessidades presentes e as futuras, fixaria preços justos e, assim, garantiria uma melhor utilização dos recursos. Para o romeno, esse argumento não leva em conta a limitação de nosso horizonte temporal, que não vai além de algumas décadas. Não podemos prever as graves carências que certamente aparecerão. Por isso, os mecanismos de mercado “[...] não podem proteger o futuro da espécie humana de crises ecológicas nem distribuir os recursos da melhor maneira possível entre as gerações mesmo que procuremos fixar preços ‘justos’” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 129).

Além disso, para Daly (1996 *apud* ROMEIRO, 2012), os preços refletem a disponibilidade de cada recurso independentemente do estoque total de recursos, o que impede

que eles possam servir para sinalizar um processo de extração ótima do ponto de vista da sustentabilidade.

Para Shiva (1996), a estabilidade da natureza subordinada às premissas de mercado está na raiz da crise ecológica. Quando a racionalidade do mercado considera positivo, por exemplo, transformar bosques em plantações de monocultivo ou desviar água da produção de cultivos e da provisão de água potável para cultivos comerciais, está, de fato, provocando uma redução do espaço da natureza.

Outra crítica ao mecanismo de preços é feita através do chamado “efeito rebote” ou paradoxo de Jevons, que parte da premissa de que o aumento da eficiência, em vez de possibilitar a redução do consumo, causa efeito contrário, ou seja, estimula a expansão do consumo. Esse efeito rebote é causado porque, aproveitando os preços baixos, os consumidores aproveitam a economia de energia possibilitada pelo avanço técnico para fazer outras coisas (ALCOTT, 2016; ANDREUCCI; MCDONOUGH, 2016).

5.3.4 Crítica à economia verde

Como vimos, o enfoque da Economia Verde é promover, por meio de parcerias público-privadas, a dissociação (*decoupling*) entre crescimento econômico e degradação ambiental. Essa dissociação se daria através do incentivo a novas tecnologias que permitam a redução do consumo de recursos naturais (matérias-primas e energia) e do impacto ambiental (emissões, resíduos) por unidade de produto.

Veiga e Issberner (2012) apontam que o raciocínio que embasa a ideia da dissociação é inconsistente, uma vez que leva em conta o avanço tecnológico que faz com que o peso do dano ambiental seja, de fato, relativamente menor, mas ignora o fato de que isso não significa que haja redução, em números absolutos, ou mesmo estabilização, do uso de recursos naturais ou da emissão de gases danosos, por exemplo. Ou seja, a dissociação gerada por um crescimento menor do uso de recursos do que o crescimento do PIB, não garante que o uso total de recursos diminuiu ou estabilizou.

Como citamos, Lorek (2016) faz a distinção entre dissociação relativa e dissociação absoluta. A primeira ocorre simplesmente quando o uso de recursos cresce menos do que o PIB. A segunda, quando a economia cresce, mas o uso de recursos segue ao menos estável, ou diminui. A maior parte dos países mostra uma dissociação relativa, o que significa, portanto, que o consumo de material ainda está aumentando, mesmo que em um ritmo mais lento do que

a produção econômica: entre 1980 e 2008, o PIB global cresceu 147%, e o consumo de materiais, 79% (LOREK, 2016).

Alguns países como Alemanha e Estados Unidos afirmam ter conseguido uma dissociação absoluta de sua economia, ou seja, o crescimento do PIB com a estabilização do uso de recursos. No entanto, essa afirmação é falsa se levarmos em conta o fato de que boa parte do consumo de materiais e de carbono é computado exclusivamente nas estatísticas dos países exportadores de bens materiais. Ou seja, para verificação da dissociação absoluta, é necessário contabilizar os fluxos de materiais em nível global. Levando-se em conta esse balanço comercial físico entre regiões, Austrália e América Latina assumem o fardo ambiental que criou a impressão de dissociação absoluta na Europa, por exemplo (LOREK, 2016). Essa realidade constitui o chamado intercâmbio ecologicamente desigual, ou seja, a exportação de produtos oriundos de países ou de regiões pobres “[...] desconsiderando as externalidades envolvidas na sua produção e o esgotamento dos recursos naturais, trocados por bens e serviços das regiões mais ricas” (MARTÍNEZ-ALIER, 2017, p. 289). O intercâmbio ecologicamente desigual, por sua vez, provoca a dívida ecológica.

Além da discordância com relação à racionalidade da dissociação, há a crítica que denuncia os interesses políticos/econômicos atrelados à economia verde. A Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, organizado por movimentos ambientalistas e sociais, manifestou a necessidade de se enfrentar o problema de que o sistema capitalista é a causa estrutural da crise ecológica, e considerou a Economia Verde como uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo que estimula o consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias e os mercados de carbono (DECLARAÇÃO..., 2012). No mesmo sentido, para o ecologista boliviano e ex-embaixador na ONU, Pablo Solón (2012):

O objetivo da economia verde é criar um ambiente propício para o investimento privado em água, na biodiversidade, nos oceanos, nas florestas e etc. Esses incentivos ao investimento privado incluem desde colocar preço na água até garantir os ganhos do investidor privado. A economia verde, longe de gerar produtos reais e tangíveis, desenvolverá um mercado fictício de bônus e certificados financeiros, que serão negociados por intermédio dos bancos. A grande banca que provocou a crise de 2008 e foi logo premiada com trilhões de dólares de recursos públicos terá agora a Natureza a sua disposição para especular e gerar lucros fabulosos.

Para Unmübig, Fuhr e Fatheur (2016), embora os protagonistas da Economia Verde identifiquem corretamente os desafios como, por exemplo, a superação da era dos combustíveis fósseis e a premência de um futuro com poucas emissões e que poupe recursos, no momento de apontar soluções ficam restritos demais a inovações tecnológicas e aos novos mercados,

limitando o desafio ao econômico e dando a impressão de que é possível ajeitar as coisas sem rupturas. Moreno, Speich e Fuhr (2016) questionam o princípio do “poluidor-pagador”, alertando para o risco de naturalização da lógica de que quem pode pagar pode, portanto, poluir, inclusive passando por cima dos direitos humanos e dos direitos coletivos. Sob a lógica do “direito de poluir”,

[...] as políticas ambientais e climáticas deixam de ser baseadas nos direitos humanos e direitos coletivos e consideram os cidadãos, acima de tudo, como consumidores e concebem o “direito de poluir” e degradar o meio ambiente como uma mercadoria. Os “direitos” podem ser assim transformados em um novo ramo da “prestação de serviços” conduzidos pelos mercados, em um mundo onde a compra de “licenças de emissão”, “créditos de carbono” ou compensações de biodiversidade já estão incorporadas nas políticas públicas – uma forte tendência criticada também pelos riscos relacionados à crescente “financeirização da natureza” (MORENO, SPEICH; FUHR, 2016, p. 66).

Além disso, Moreno, Speich e Fuhr (2016) afirmam a necessidade de que as políticas ambientais não sejam vistas de forma isolada, e alertam para os riscos de que, ao colocar o foco basicamente nas reduções de carbono, se considere menos importantes outras agendas urgentes como a perda da biodiversidade, a degradação das terras agricultáveis e o esgotamento da água doce. Esse foco nas reduções de carbono pode legitimar uma nova forma de imperialismo:

Uma visão carbonocêntrica do mundo, que traduz toda biomassa viva e morta em equivalentes fungíveis de CO₂, pode facilmente considerar o Norte global, altamente dependente de combustíveis fósseis, como pobre em termos de “potencial de mitigação” e o Sul Global como “rico em potencial de mitigação”, em decorrência das vastas quantidades de carbono biológico armazenado na biomassa, solos e florestas. Estas áreas são frequente e convenientemente consideradas livres de habitantes, como terras “degradadas” ou “marginais”, quando na verdade são terras públicas, territórios indígenas, paisagens pastoris, etc. Ecoando ideias antigas como a ficção jurídica colonial “terra nullius” - terra de ninguém - essa visão do mundo, que é comum entre os especialistas em políticas climáticas de hoje, pode ser interpretada como uma nova forma de imperialismo (MORENO; SPEICH; FUHR, 2016, p. 57).

De acordo com Biely, Maes e Passel (2016), a Economia Verde foi proposta porque é reconhecido que o sistema econômico atual é insustentável. No entanto, a Economia Verde não representa uma mudança em direção à sustentabilidade, mas a continuação do sistema atual: o desacoplamento tem sido uma das forças motrizes desde a origem do atual sistema econômico insustentável. A Economia Verde, portanto, segue exatamente o mesmo caminho evolucionário de nossa economia atual.

Fundamentalmente, a crítica de fundo da sustentabilidade forte à economia verde é: a salvação não está na tecnologia, mas na mudança de paradigma de desenvolvimento. Nesse sentido, para Guimarães e Fontoura (2012), a atuação dos agentes da governança ambiental

global remete ao dilema descrito no estudo de Diamond (2006, p. 517): “Até que ponto nós, como indivíduos, preferimos morrer em vez de nos adaptarmos e sobreviver?”. Para os autores, o dilema se aplica à economia verde e sua ênfase na importância do setor privado, que, em última instância, significa não a adoção das medidas necessárias, mas de medidas e decisões que não contrariam o status quo e que favorecem apenas a hegemonia das grandes corporações privadas e a lógica de mercado com base no crescimento econômico infinito no qual cada país decide o que para si é “verde” ou “não” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

5.4 A sustentabilidade fraca: o paradigma desenvolvimentista

O conceito de sustentabilidade com enfoque econômico é chamado de sustentabilidade fraca. Baseada na economia ambiental, que por sua vez baseia-se na economia neoclássica, esse paradigma considera que a sustentabilidade pode ser obtida mediante práticas econômicas de substituição de capital natural e pela resolução de problemas naturais por meio da tecnologia e bens manufaturados. Ou seja, nessa visão, tanto o capital manufaturado (produzido) como o natural são substituíveis no longo prazo. Conforme Tayra (2006), essa ideia é aplicação direta da teoria neoclássica do crescimento e sua regra poupança-investimento que advoga que um estoque finito de recursos naturais é compatível com trajetória não decrescente de consumo per capita, desde que a substituição entre capital natural e capital manufaturado não seja menor do que a unidade.

De acordo com Pearce e Turner (1990), a economia neoclássica tende a trabalhar com a ideia de substituição razoavelmente tranquila entre os recursos, e a crença nessa substituição permite, analiticamente, obter resultados que reduzam a ênfase que poderia ser colocada nos recursos naturais. Assim, a disponibilidade de recursos naturais passa a ser uma restrição apenas relativa à expansão da economia, cujo progresso científico e tecnológico permite superar indefinidamente.

Desse modo, o critério para uma economia ser considerada sustentável é simplesmente ter poupança total de recursos superior à depreciação combinada do capital natural e do capital produzido (PEARCE; ATKINSON, 1993). Assim, mesmo que as próximas gerações recebam um mundo com menos recursos naturais, isso é compensado por taxas elevadas de investimento. Esse raciocínio é possível porque, conforme explica Martínez-Alier (2017), a sustentabilidade fraca, por admitir a substituição do capital natural pelo capital manufaturado, permite uma unidade comum de mensuração entre ambos. Ou seja, ao entender que os custos de degradação ambiental podem ser compensados pelos avanços tecnológicos e econômicos, a

sustentabilidade fraca implica uma comparabilidade forte de valores entre os dois tipos de capital e, por isso, admite indicadores de sustentabilidade baseados em unidades monetárias.

Portanto, o paradigma da sustentabilidade fraca prega que a sustentabilidade ecológica será alcançada através das regras de mercado, pressupondo que “[...] a escassez crescente de um determinado bem eleva seu preço, o que induz a introdução de inovações que permitem poupá-lo e, no limite, substituí-lo por outros recursos mais abundantes” (ROMEIRO, 2012, p. 80). Outrossim, não se preocupa com a questão da estabilização da produção global de resíduos em níveis sustentáveis, já que pressupõe a possibilidade de substituição ilimitada dos recursos que se tornem escassos e desconsidera a existência de limites ambientais ao crescimento (ROMEIRO, 2012).

Também para Solow (1974), uma das principais referências do paradigma da sustentabilidade fraca, a substituição do capital natural pelo capital produzido (e vice-versa) é perfeitamente possível. Assim, não há problema que o estoque total de capital natural decresça, pois o que importa é que a quantidade de capital total (capital natural mais capital manufaturado) se mantenha constante. Por isso,

A abordagem da sustentabilidade fraca atribui grande valor ao progresso técnico, dado que a possibilidade de substituição entre os inputs propiciados pela descoberta de novas fontes e técnicas pode permitir uma contínua redução da dependência do capital natural enquanto fornecedor de matéria e energia ou receptor de detritos. Desta forma, a possibilidade de substituição – com o aumento da eficiência produtiva –, permite superar limitações que podem entrar o crescimento econômico devido à escassez de recursos (TAYRA, 2006, p. 107).

Por isso o crescimento econômico não é ameaça à sustentabilidade: o paradigma da sustentabilidade fraca entende que o capital pode crescer de modo ilimitado, pois o capital natural e o capital manufaturado podem, com facilidade, substituir um ao outro. Desse modo, mesmo que o crescimento econômico reduza significativamente o estoque de capital natural, o crescimento poderá continuar a ocorrer com capital produzido tomando seu lugar (MUELLER, 2005).

A seguir, no Quadro 1, constam as características da sustentabilidade fraca.

Quadro 1 – Características da sustentabilidade fraca

Sustentabilidade fraca					
Capital natural	Avanços tecnológicos	Crescimento econômico	Modo de atingir a sustentabilidade	Sociedade sustentável	Compromisso geracional
Pode ser substituído por capital manufaturado.	Chave para o aumento da eficiência produtiva e para possibilitar a substituição do capital natural.	Caminho à sustentabilidade e ecológica.	Crescimento econômico e avanço tecnológico. As regras de mercado farão com que a escassez crescente de um determinado bem eleve seu preço, induzindo a introdução de inovações que permitam poupá-lo e, no limite, substituí-lo por outros recursos mais abundantes.	A que possui poupança superior à depreciação combinada do capital natural e do capital produzido.	Entregar para as próximas gerações um mundo com capital total (capital natural + capital manufaturado) maior ou igual ao que recebeu.

Fonte: elaborado pelo autor.

Desse modo, com base na literatura, consideramos o tipo ideal de sustentabilidade fraca a concepção que se referencia na economia vigente, centra-se em critérios de eficiência, internaliza a lógica ambiental no âmbito da lógica econômica e acredita que o caminho para a sustentabilidade se dá através do crescimento econômico. Além disso, acredita que o avanço tecnológico e as novas práticas econômicas de substituição de capital natural são as saídas para a crise ambiental.

5.5 A sustentabilidade forte: alternativas ao desenvolvimento

O paradigma da sustentabilidade forte defende a necessidade de que o capital natural se mantenha constante, por conta da impossibilidade de substituí-lo por qualquer tipo de capital manufaturado. Conforme Tayra (2006), é um campo teórico relativamente recente e tem sua origem na contribuição de Georgescu-Roegen, que incorporou à análise econômica os princípios da termodinâmica, cuja segunda lei (mais conhecida como lei da entropia) proclama que a utilização de recursos materiais degrada a energia e gera uma perda irreversível. A partir desse pressuposto, “[...] é preocupante a acumulação destes efeitos, devido à grande escala de utilização de materiais, pois provocaria desajustes que não permitiriam uma recuperação do equilíbrio planetário natural (TAYRA, 2006, p. 108).

De acordo com Georgescu-Roegen (2012), o “dogma energético moderno” ignora o fato de que, para se obter um determinado produto, é preciso esgotar certa quantidade de matéria utilizável *in situ*. Assim, a própria crença de que a tecnologia possibilitará abundância de

energia que viabilizará a reciclagem completa de todos os resíduos é um dos graves equívocos que sustentam o dogma do crescimento econômico ilimitado pois, na realidade, a reciclagem também tem seus limites termodinâmicos. Ou seja, a eficiência ecológica possibilitada pela tecnologia tem limites entrópicos intransponíveis. Sublinha, também, que a escolha entre duas tecnologias equivalentes não é guiada por nenhum critério físico-químico, mas, na maioria dos casos, é de natureza puramente econômica. Muitas vezes, inclusive, o progresso técnico pode impactar negativamente no capital natural. Por isso, a humanidade necessita de uma conservação geral bem planejada, e os economistas, em vez de se preocuparem exclusivamente com o crescimento econômico, devem buscar os melhores critérios para planejar o decréscimo.

Por não admitir a possibilidade de substituição do capital natural pelo capital manufaturado, a sustentabilidade forte implica uma comparabilidade fraca de valores entre ambos (MARTÍNEZ-ALIER, 2017) e não consente com a formulação de indicadores de sustentabilidade baseados em unidades monetárias, ou seja, não admitem que a diminuição das reservas de capital natural seja, compensadas por indicadores financeiros ou por algum tipo de recurso produzido. O foco não é a possibilidade de avançar em técnicas que possibilitem a substituição do capital natural, mas a busca pela compatibilidade da existência humana com os limites entrópicos do planeta.

A seguir, no Quadro 2, constam as características da sustentabilidade forte.

Quadro 2 – Características da sustentabilidade forte

Sustentabilidade forte					
Capital natural	Avanços tecnológicos	Crescimento econômico	Modo de atingir a sustentabilidade	Sociedade sustentável	Compromisso geracional
Não pode ser substituído por qualquer tipo de capital manufaturado	A tecnologia tem limites intransponíveis definidos pela segunda lei da termodinâmica (Lei da Entropia)	O crescimento econômico é incompatível com a sustentabilidade ecológica	Respeito aos limites entrópicos do planeta. Mudança radical do modelo econômico. Nova racionalidade que não subordine a ecologia à economia e que supere a indispensabilidade do crescimento.	É necessário respeitar de modo global os limites entrópicos do planeta	Manter constante o capital natural para as próximas gerações.

Fonte: elaborado pelo autor.

A sustentabilidade forte, portanto, dispara um olhar crítico à economia tradicional e ao papel que a técnica e a inovação podem ter diante dos problemas ambientais, não aceitando o

postulado de que o avanço tecnológico garantirá de modo indeterminado a substituição dos recursos naturais por recursos manufaturados. Desse modo, a sustentabilidade forte sustenta a necessidade de que o estoque de capital natural seja mantido constante e não acredita na compatibilidade entre sustentabilidade ecológica e crescimento econômico e, por isso, defende a necessidade de mudança radical do modelo econômico através de nova racionalidade que não subordine a ecologia à economia e que supere a indispensabilidade do crescimento.

6 ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO: A SUSTENTABILIDADE FORTE NO MUNDO ATUAL

Conforme Sachs (2019), o discurso do desenvolvimento, que continha a promessa de que todas as sociedades seriam capazes de desfrutar dos benefícios da sociedade industrial, ficou para trás. Isso porque, embora as políticas de combate à pobreza tenham tido êxitos parciais, isso se deu em troca de um aumento da desigualdade e de danos ecológicos irreparáveis. A decadência da ideia de desenvolvimento, somada ao aquecimento global e à degradação da biodiversidade e ao temor de que a expectativa de vida se reduza e que as novas gerações vivam em piores condições, provoca um cenário de medo do futuro. E há três alternativas que dão resposta ao medo que temos do futuro: a ideia de fortaleza, de globalismo e de solidariedade.

O pensamento fortaleza se manifesta a partir do nacionalismo e tem a sede de reviver um passado glorioso de um povo imaginário, e seus líderes alimentam o orgulho de seus próprios povos, condicionando um ódio aos estrangeiros que, por vezes, caminha junto com um fundamentalismo religioso. Outra característica desta linhagem é a criação de um chauvinismo, especialmente no seio das classes médias, que plantea que os bens materiais devem ser defendidos contra a ameaça representada pelos pobres. Por seu turno, o pensamento globalista defende um mundo de livre mercado idealmente desregulado, fortalecendo as multinacionais e os consumidores do mundo todo, e apostando no desenvolvimento tecnológico para o alcance de um crescimento verde e inclusivo que os proteja do medo do futuro (SACHS, 2019).

Em contraste, a narrativa da solidariedade se opõe tanto ao nacionalismo xenófobo como ao globalismo tecnocrático. Em seu lugar, propõe resistência contra os poderosos e contra a ideia do “cada um por si” que caracteriza o capitalismo. Busca o abandono progressivo dos estilos de vida advindos da civilização industrial, priorizando os direitos humanos coletivos e individuais e os princípios ecológicos (SACHS, 2019).

O que Sachs (2019) denomina narrativa de solidariedade faz parte de uma série de cosmovisões, conceitos e ações concretas em andamento ao redor do mundo que buscam desconstruir a ideia de modernidade, progresso e desenvolvimento para possibilitar alternativas que contenham valores como diversidade, solidariedade, reciprocidade, justiça, equidade, sustentabilidade ecológica, comunhão de direitos humanos com direitos da natureza, equilíbrio entre as necessidades individuais e coletivas²⁵. São alternativas ao desenvolvimento.

²⁵ Para uma ampla compilação de conceitos, cosmovisões e ações em andamento que questionam a ideia único de progresso e desenvolvimento, ver Kothari *et al.* (2019).

No mesmo sentido, Kothari *et al.* (2019) argumentam que há uma gama de ideias que se apresentam como soluções para o impasse ambiental, mas que trabalham presas à lógica do desenvolvimento e, por isso, são soluções reformistas. Dentre elas, conceitos como cidades inteligentes, economia circular, comércio de serviços ecossistêmicos, neoextrativismo, eficiência, ecomodernismo – além, é claro, do desenvolvimento sustentável e da economia verde. Por outro lado, há alternativas transformadoras que pensam por fora do desenvolvimentismo. Assim, o termo pós-desenvolvimento resume um conjunto de críticas sistêmicas e estilo de vida alternativos. Devido ao fato de que um aspecto chave de congruência entre essas soluções transformadoras é o fato de não aceitarem a ideia do desenvolvimento como caminho único e, em vez disso, trabalharem com uma multiplicidade de caminhos e de mundos possíveis, essas alternativas transformadoras são chamadas de pluriverso dos povos (KOTHARI *et al.*, 2019). Nas próximas seções, versaremos sobre duas destas alternativas.

6.1 O *BUEN VIVIR*

O *buen vivir* faz parte de um processo de reinterpretação das cosmovisões dos povos originários da América Latina. Esta reinterpretação questiona o atual sistema de produção e consumo, que busca sempre o crescimento e a acumulação permanente de bens materiais. Desse modo, pode-se dizer que o *buen vivir* é um conceito que recorre a saberes ancestrais para pensar, elaborar e construir uma mudança civilizatória.

Para o *buen vivir*, é necessário superar a ideia de desenvolvimento, e “[...]a riqueza não consiste em ter e acumular [...], mas no equilíbrio entre as necessidades fundamentais da humanidade e os recursos disponíveis para satisfazê-las” (CUADRA, 2015, tradução nossa). O *buen vivir* não é, portanto, o mesmo que a ideia ocidental de bem-estar, ou boa vida (CHUJI; RENGIFO; GUDYNAS, 2019). É um conceito baseado em cosmovisões oriundas de povos originários da América Latina que tratam sobre o caráter holístico do mundo e a necessidade de harmonia entre os seres humanos e o restante da natureza (HOUTART, 2014). Mas, também, é um modo de vida que persiste até hoje em muitas comunidades indígenas (ACOSTA, 2015).

Os povos originários cujas cosmovisões dão origem ao *buen vivir* localizam-se na região andina desde o sul da Venezuela até o norte da Argentina (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017). Segundo Acosta (2015), Chuji, Rengifo e Gudynas (2019), Gudynas (2016), são exemplos de cosmovisões que embasam o conceito: o *suma qamaña* do povo Aymara e o *ñande reko* do povo guarani (Bolívia); o *sumak kawsay* dos kichwas (Equador); O *allin kawsay* dos quechuas (Peru). Há também conceitos que se assemelham ao *buen vivir*, como o *shür waras* dos achuar

(Equador e Peru), e o *küime morgen* do povo mapuche (Chile), ou ainda em conceitos do povo kuna (Panamá), na tradição Maia (Guatemala), e em Chiapas (México). As primeiras referências com significados semelhantes ao do *buen vivir* apareceram na década de 1990, principalmente no Peru, e, na sequência, de forma mais relevante, no Equador e na Bolívia (GUDYNAS, 2016).

Para Chuji, Rengifo e Gudynas (2019), a diversidade de formas de pensar que estão presentes na formação do conceito de *buen vivir* têm em comum a noção de se distinguir da ideia de modernidade e se desprender da ideia de progresso e de história universal única e linear. Em lugar disso, há a formulação de alternativas legítimas a partir de processos históricos diversos, paralelos e não lineares. Desse modo, o *buen vivir*

Expressa um conjunto de perspectivas sul-americanas que compartilham questionamentos radicais ao desenvolvimento e a outros componentes da modernidade, e oferecem alternativas mais além desta [...]. Expressa uma mudança mais profunda nos saberes, afetividades e espiritualidade, como abertura ontológica a outros entendimentos sobre o que a modernidade denomina como sociedade e natureza (CHUJI; RENGIFO; GUDYNAS, 2019, p. 188, tradução nossa).

Um aspecto fundamental para o *buen vivir* é a necessidade de uma relação equilibrada e harmoniosa entre as sociedades humanas e o restante da natureza. A partir deste fundamento, elabora tanto a crítica à ideia de que a natureza é algo externo aos seres humanos como a crítica à redução da natureza a mero recurso (ou mesmo “capital”) que serve ao crescimento das sociedades humanas. Em vez de dominar e explorar a natureza, considerando-a simplesmente como recurso disponível para servir ao crescimento, o *buen vivir* parte do princípio de que somos parte integrante da natureza e defende que os objetivos das sociedades humanas, incluindo os objetivos econômicos, precisam não apenas respeitar, mas compreender e se subordinar à natureza.

O *buen vivir* integra a ideia dos direitos humanos com o conceito de direitos da natureza. O objetivo das sociedades humanas deve deixar de ser o crescimento e passar a ser diretamente atender às necessidades humanas a partir do pressuposto de que o restante da natureza também possui direitos intrínsecos, conforme a ideia ancestral da *Pacha Mama*. Desse modo, chegamos a outra característica fundamental do *buen vivir*: a crítica ao antropocentrismo.

A crítica ao antropocentrismo é um aspecto chave porque ajuda a desvelar a compreensão de que este embasa o próprio paradigma do desenvolvimento. Para Gudynas (2015), a ética antropocêntrica que predomina na atualidade é fruto da ontologia da modernidade. Esta ontologia da modernidade é binária, pois contém as categorias sociedade e natureza; dualista, pois há uma separação clara entre estas duas categorias; e assimétrica, pois

atribui ao humano o mandato de controlar e explorar a natureza. No entanto, Gudynas (2015) pontua que há outras ontologias em que não há esse dualismo entre humanos e não humanos. Nestas ontologias, em vez de separação, há a ideia de integração em uma comunidade estendida onde não apenas os humanos são sujeitos de direitos. A ideia de *Pacha Mama*, importante para o conceito do *buen vivir*, provém de uma destas ontologias que substitui o dualismo que separa o ser humano da natureza pelo entendimento de que o ser humano é parte do meio ambiente e só pode ser entendido como parte de um contexto ecológico (GUDYNAS, 2015).

A ideia de *Pacha Mama* baseia-se em “[...] vínculos de reciprocidade, complementariedade e correspondência entre os humanos, a comunidade ampliada e a *Pacha Mama*” (GUDYNAS, 2015, p. 143, tradução nossa). O termo “comunidade ampliada” se justifica pelo fato de que são integrados ao conceito de comunidade, além dos seres humanos, seres vivos não humanos, e também elementos não vivos, como montanhas.

A forte organização e atuação política dos movimentos indígenas no Equador fizeram com que o *buen vivir*, baseado no *sumak kawsay* e na ideia de *Pacha Mama*, entrasse com força no debate político e passasse a fazer parte da nova constituição do país aprovada no ano de 2008. Foi a primeira vez em que uma constituição afirma não apenas a necessidade de proteção ambiental, mas a natureza como intrinsecamente detentora de direitos.

Em seu preâmbulo, a Constituição equatoriana afirma a decisão de construir “[...] uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o *buen vivir*, o *sumak kawsay*” (ECUADOR, [2020?], p. 15). Há um capítulo inteiro dedicado aos Direitos do Buen Vivir, dividido em seções como Água e alimentação, Ambiente são e Saúde e outro capítulo dedicado especificamente aos direitos da natureza. Neste último, consta tanto o termo “natureza” como o termo “Pacha Mama”, o que, como bem aponta Gudynas (2015), não é um detalhe desimportante, pois inclui tanto o termo próprio do acervo cultural europeu como também o termo ancorado nas cosmovisões dos povos originários da América Latina – quebrando, assim, a ideia de subordinação dos saberes tradicionais em relação à herança do conhecimento europeu, e abrindo as portas para a visão indígena sobre o meio ambiente na Constituição.

Essa visão dos povos originários, livre do ideário antropocêntrico, manifesta-se na carta constitucional, por exemplo, em seu artigo 71, que afirma que “[...] a natureza ou Pacha Mama, onde se reproduz a vida, tem direito a que se respeite integralmente sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos” (ECUADOR, [2020?], p. 52). Esta passagem da Constituição do Equador é um exemplo concreto da influência direta da ontologia que é base da ideia do *buen vivir*. Para além da

garantia de que cada cidadão ou cidadã tem direito a um meio ambiente saudável (o que também consta na Constituição equatoriana), esta passagem afirma os direitos da natureza independente dos benefícios que possam ou não trazer aos seres humanos.

A novidade constante na Constituição do Equador, portanto, é afirmação de que os direitos da natureza existem mesmo que não estejam ligados aos interesses dos seres humanos. É a ideia de que a natureza possui direitos intrínsecos, o que expressa um rompimento com o paradigma antropocêntrico – e, conseqüentemente, com o paradigma do desenvolvimento – em direção a uma visão biocêntrica.

É importante frisar que o fato de que a Constituição equatoriana aprovada em 2008 traz incontestáveis avanços no que diz respeito à valorização das cosmovisões dos povos originários – que são alternativas à ontologia hegemônica que sustenta o ideário do desenvolvimento – não significa que não haja problemas e contradições em sua aplicação prática. Uma das críticas encontradas na literatura é que, mesmo durante o governo de Rafael Correa (2007-2012), presidente quando a nova Constituição foi aprovada²⁶, foi mantida a lógica desenvolvimentista e colocado em prática o neoextrativismo, considerados incompatíveis com as cosmovisões que embasam o *buen vivir* – esta crítica está presente, por exemplo, em Acosta (2011), Gudynas (2011a, 2015), Hargreaves (2019), Lang (2011, 2017) e Svampa (2011).

A nova Constituição da Bolívia, que entrou em vigor no ano de 2009, também abordou, sob a denominação de *vivir bien*, temas semelhantes ao conceito de *buen vivir*. Em seu artigo 8, por exemplo, afirma que o Estado assume e promove princípios éticos-morais como o *vivir bien (suma qamaña)*. Em seu artigo 33, afirma o direito das pessoas a um meio ambiente saudável, e que o exercício deste direito “[...] deve permitir aos indivíduos e coletividades das atuais e futuras gerações, além de outros seres vivos, desenvolver-se de modo normal e permanente” (BOLÍVIA, 2016, p. 38). No entanto, não chega a afirmar, como o faz a Constituição equatoriana, que a natureza é também compreendida como sujeito de direitos. Assim, concordamos com Gudynas (2015) quando este afirma que, ao contrário da Carta equatoriana, a Constituição da Bolívia não chegou a superar a visão antropocêntrica nem, portanto, a reconhecer os direitos da natureza.

No Brasil, o Ministério Público do Pará ingressou solicitando a paralisação das obras de Belo Monte por violar direitos de povos indígenas, ribeirinhos e agricultores, direitos de gerações futuras, e também direito da natureza. Conforme o Ministério Público Federal (2011),

²⁶ A Assembleia Constituinte, eleita por votação popular, foi instalada em novembro de 2007 e finalizou a proposta de novo texto constitucional em julho de 2008. Em setembro de 2008, ocorreu um referendo que aprovou, por 64% dos votos, a nova Constituição.

foi o primeiro processo na justiça brasileira que abordou o tema do direito da natureza. Por conta disso, os procuradores que assinaram a ação argumentaram que:

Quando os primeiros abolicionistas brasileiros proclamaram os escravos como sujeitos de direitos foram ridicularizados. No mesmo sentido foram os defensores do sufrágio universal, já no século XX. Em ambos os casos, a sociedade obteve incalculáveis ganhos. Neste século, a humanidade caminha para o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos. A visão antropocêntrica utilitária está superada. Significa que os humanos não podem mais submeter a natureza à exploração ilimitada (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2011).

Em 2017, uma ONG brasileira, a Associação Pachamama, entrou com um pedido judicial para ser reconhecida como representante da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, citando, dentre outros precedentes e normas internacionais, o reconhecimento dos direitos da natureza na Constituição Equatoriana e requerendo, dentre outros itens, o reconhecimento da referida bacia como sujeito de direito (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2017).

Ainda no Brasil, há iniciativas concretas que se referenciam nas ideias do *buen vivir*. Dentre elas, podemos citar o Mutirão do Bem Viver no Recanto dos Encantados (MUTIRÃO..., 2018), e o Mutirão de Plantio das Comunidades Agroecológicas do Bem Viver (COMUNIDADES..., 2019a), ambos no Distrito Federal; as Comunidades Agroecológicas do Bem Viver na terra indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina (COMUNIDADES..., 2019b); e o Mutirão do Bem Viver em Resposta à Pandemia, que reuniu voluntários em 78 territórios de 17 estados brasileiros (OLIVEIRA, 2020). Segundo Ávila e Fernandes (2018), iniciativas assim atuam tanto na micropolítica como na macropolítica e possuem incidência crescente principalmente de médio e longo prazo na busca de uma sociedade livre da exploração, das opressões e da destruição do planeta. Desse modo, entendem como uma grande contribuição social a criação de soluções a partir da auto-organização comunitária que dê conta de problemas concretos e semeie as ideias de Bem Viver (ÁVILA; FERNANDES, 2018).

Essas ações existentes no Brasil somam-se a outras tantas alternativas concretas ao desenvolvimento que se difundiram em nível global a partir da ideia do *buen vivir* andino como, por exemplo, moratórias para exploração petroleira na Amazônia, os modelos de transições pós-extrativistas e as cosmopolíticas com a participação de atores não humanos (CHUJI; RENGIFO; GUDYNAS, 2019) – além, é claro, do reconhecimento constitucional, no Equador, dos direitos da natureza e da *Pacha Mama*.

6.2 DECRESCIMENTO: O MOVIMENTO SOCIAL A PARTIR DA FRANÇA

Para Demaria *et al.* (2013), o decrescimento é um slogan ativista que está lentamente se consolidando como um conceito que pode ser discutido e analisado na arena acadêmica e, por isso, é um exemplo de ciência liderada por ativista. O termo decrescimento foi usado pela primeira vez em 1972 pelo intelectual francês precursor da ecologia política, André Gorz. Em seu idioma, Gorz usou o termo *décroissance*. Mais tarde, em 1979, o termo foi usado como título da tradução francesa de uma coletânea de artigos de Georgescu-Roegen (KALLIS; DEMARIA; D’ALISA, 2016). A propósito, Georgescu-Roegen, considerado o pai da bioeconomia, é uma das referências básicas do decrescimento, com sua crítica à economia dominante que ignora que as leis da física – em especial a entropia – definitivamente (independente dos avanços tecnológicos que se possa alcançar) impedem a possibilidade de um crescimento econômico indefinido:

Nada ilustra melhor o fundamento epistemológico da economia dominante do que o clássico gráfico com o qual praticamente todo manual de introdução representa o processo econômico como um fluxo independente e circular entre “produção” e “consumo” [...] A verdade é que o processo econômico não é um processo isolado e independente (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 75).

Na primeira fase do debate do decrescimento, na década de 1970, a ênfase era no limite dos recursos planetários. Mas, a partir de 2001, quando o termo foi recuperado por ecologistas franceses como um slogan provocativo para repolitizar o ecologismo, ganhou espaço a crítica à ideia hegemônica representada pelo desenvolvimento sustentável. Uma fonte rica para o conceito foram as primeiras críticas à noção ocidental de desenvolvimento uniforme e universal feitas especialmente por Arturo Escobar e Wolfgang Sachs nos anos 1980. Um passo importante para o fortalecimento do conceito foi a aliança entre ativistas ambientais e a comunidade acadêmica do pós-desenvolvimento, selada na conferência *Défaire le développement, refaire le monde* (em tradução livre, “Desfaça o desenvolvimento, refaça o mundo”), ocorrida em 2002, em Paris. Como consequência direta desta aliança, ainda em 2002 foi fundado o Instituto de Estudos Econômicos e Sociais sobre Decrescimento Sustentável, na cidade francesa de Lyon (DEMARIA *et al.*, 2013; DEMARIA; LATOUCHE, 2019; KALLIS; DEMARIA; D’ALISA, 2016).

Lyon serviu de palco para o florescimento do decrescimento como um movimento de ativistas, que se espalhou pela França e logo chegou à Itália (com o termo *decrescita*) e à Espanha (com o termo *decrecimiento*, em castelhano, e o termo *decreixement*, em catalão), com destaque para a atuação do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental (ICTA) da Universidade

Autônoma de Barcelona (UAB)²⁷, que exerceu importante papel na ligação com a comunidade acadêmica da economia ecológica e com as redes de ecologia política e justiça ambiental da América Latina. Em inglês, o termo utilizado é *degrowth*, que passou a aparecer em publicações acadêmicas a partir de 2008, ano em que foi realizada, em Paris, a primeira conferência internacional sobre o tema. O decrescimento tem tido espaço no debate político na França e na Itália, tem sido ensinado em universidades conceituadas e divulgado em importantes jornais internacionais (KALLIS; DEMARIA; D'ALISA, 2016).

Para ilustrar o espaço que o decrescimento alcançou na Europa, citamos o fato de que o importante jornal britânico *The Guardian* deu atenção ao tema, por exemplo, através da publicação do artigo escrito por Kothari, Demaria e Acosta (2015), *Sustainable development is failing but there are alternatives to capitalism* (“O desenvolvimento sustentável está falhando, mas há alternativas ao capitalismo”, em tradução livre); e, em 2018, da carta aberta assinada por 238 cientistas (O'NEILL *et al.*, 2018) intitulada *The EU needs a stability and wellbeing pact, not more growth* (“A União Europeia precisa de um pacto de estabilidade e bem-estar, não de mais crescimento”, em tradução livre). A referida carta aberta foi traduzida para outros 17 idiomas, publicada em diversos outros jornais da Europa e assinada, em forma de petição, por mais de 90 mil pessoas (POST-GROWTH..., 2018).

Estudo de Weiss e Cattaneo (2017) verificou que a grande maioria dos artigos acadêmicos sobre o decrescimento são originários da Europa, com uma clara predominância da Espanha, seguida de França, Alemanha e Reino Unido, com os Estados Unidos na quinta posição. Os autores apontam que isto corrobora a hipótese de Romano (2012) de que as condições socioeconômicas da periferia capitalista na Europa Mediterrânea são adequadas ao desenvolvimento e à implementação do decrescimento (WEISS; CATTANEO, 2017).

Se um francês foi o responsável por usar pela primeira vez o termo decrescimento, na referida segunda fase do debate do decrescimento outro francês exerceu, e ainda exerce, um papel fundamental: o economista e filósofo Serge Latouche, que afirma que o desenvolvimento sustentável é um dos *slogans* mais nocivos e perversos do sistema (LATOUCHE, 2011).

Para Latouche (2009), todos os regimes modernos (repúblicas, ditaduras, sistemas totalitários), e todas as linhas de pensamento (socialismo, liberalismo, social-democracia, social-liberalismo, etc.) foram produtivistas e colocaram o crescimento como centro de suas políticas. Este pensamento de Latouche (2009) nos faz lembrar da reflexão de Georgescu-

²⁷ Faz parte do grupo do ICTA-UAB o consagrado economista ecológico catalão Joan Martínez-Alier, um dos responsáveis pelo projeto do Atlas de Justiça Ambiental (EJAtlas). Em 2020, Martínez-Alier recebeu o prestigioso Premio Balzan, por sua contribuição para a consolidação da economia ecológica.

Roegen (2012, p. 18): “[...] todos os planos econômicos, sem exceção, visaram ao crescimento econômico mais elevado possível. Não há plano, até na própria teoria do desenvolvimento econômico, que não esteja solidamente amarrado aos modelos de crescimento exponencial”. Entretanto, a urgência ecológica faz necessária uma mudança de rumos radical, e, por isso, pensar concretamente em como construir uma sociedade de não crescimento deveria ser um pré-requisito de qualquer programa de ação política. Isto coloca a questão da necessidade de saída do sistema capitalismo e da transformação do sistema produtivo para que se adapte a um novo paradigma adequado às necessidades ecológicas (LATOUCHE, 2009).

Para Demaria *et al.* (2013), é simplista considerar o decrescimento como uma ideologia, um sistema de ideias e valores, pois esta descrição não contempla a heterogeneidade de fontes e estratégias contidas no conceito. O decrescimento vai além de apenas um conceito econômico, sendo constituído por uma diversidade de preocupações, objetivos, estratégias e ações que o fazem um ponto de confluência de fluxos de ideias críticas e ação política.

Eversberg e Schmelzer (2018) realizaram um *survey* com os participantes da Quarta Conferência Internacional sobre Decrescimento para a Sustentabilidade Ecológica e Equidade Social, que contou com mais de três mil participantes e foi realizada em setembro de 2014 em Leipzig, Alemanha. Através deste *survey*, foi verificada a divisão dos entrevistados em cinco correntes de pensamento distintas. Em que pese as diferenças, o estudo verificou um consenso básico entre os participantes, que se forma a partir de dois pilares. Um deles é formado pela visão de que o crescimento sem destruição ambiental é ilusão e, portanto, pela crítica ao crescimento sustentável ou à economia verde através do entendimento de que a sustentabilidade não pode ser alcançada se a produção de bens e serviços, assim como o consumo e as emissões, estão em contínua expansão. Também faz parte deste pilar o fato de que a perspectiva de que as sociedades europeias terão que se abster de amenidades é considerado necessário ou, ao menos, desejável. O segundo pilar se forma a partir de entendimentos sobre uma visão crítica do capitalismo, a emancipação feminina, a não violência e sobre a mudança ter que vir de baixo para cima.

Lang (2020) pontua que o decrescimento não tem como objetivo a recessão econômica, mas um processo de reflexão sobre o que de fato necessitamos como sociedade e o que não necessitamos. Assim, contribui para o questionamento sobre que tipos de atividades vão ao encontro do bem-estar das pessoas e da sustentabilidade, e que tipos de atividades trazem, por seu turno, prejuízos, seja para as sociedades humanas, seja para a natureza. Neste sentido, em que pese sua origem – bem como sua principal influência – europeia, o decrescimento possui forte conexão – e seria um aliado natural- com processos de luta na América Latina, como os

movimentos contra o neoextrativismo, de defesa dos territórios, de resistência a megaprojetos urbanos, além da direta conexão com temas como aquecimento global, que tem pertinência tanto para o Norte como para o Sul Global (LANG, 2020).

Dentro desta lógica trabalhada por Lang (2020), de repensar coletivamente o que de fato é necessário e o que precisamos mudar, ou abrir mão, Latouche (2009) entende ser necessário uma mudança de modo de vida e a supressão das necessidades inúteis através do enxugamento, por exemplo, da publicidade, da indústria automobilística do turismo e do agronegócio. Relocalizar as atividades e priorizar o consumo local também é apontado como prioridade, como forma de reduzir o volume de deslocamentos de pessoas e de mercadorias no planeta, o que causa grave impacto ao meio ambiente. No mesmo sentido, Demaria e Latouche (2019) entendem que uma transição para o decrescimento não significa uma trajetória de descenso permanente, mas uma transição em direção a sociedades que vivam de modo simples, em comum e com menos.

A principal crítica vinda da esquerda – e dos sindicatos – ao decrescimento diz respeito ao abandono do pleno emprego (LATOUCHE, 2009). Em resposta a esta crítica, Latouche (2009) argumenta sobre a necessidade de usar os ganhos de produtividade para reduzir o tempo de trabalho e para criar empregos e sobre a possibilidade de criação de empregos em novos setores de atividade.

Há também uma crítica vinda de Michael Löwy, um importante representante do pensamento ecossocialista. Löwy (2020) considera que o “decrescimento” não deixa clara a necessidade de superação do sistema capitalista. Além disso, critica o que considera uma visão puramente quantitativa do crescimento, ou do desenvolvimento das forças produtivas, como se a alternativa ao produtivismo fosse parar o crescimento ou substituí-lo por crescimento negativo, sem fazer distinção entre atividades que precisam ser reduzidas e aquelas que precisam ser desenvolvidas. Não obstante, concorda sobre a necessidade de desmistificação do desenvolvimento sustentável e de medidas para diminuição da produção e do consumo para evitar o colapso ambiental, e considera que a união de todas as variedades de ecologia anticapitalista é um passo importante para frear o curso suicida da civilização atual (LÖWY, 2020).

Uma crítica importante, e histórica (vide a polêmica entre o MIT e o Instituto Bariloche, que tratamos anteriormente), é feita a partir do argumento de que a proposta do decrescimento parte de países já desenvolvidos, o que representa uma injustiça aos países ainda em desenvolvimento. A esta crítica, Latouche (2009) responde que a falácia do desenvolvimento sustentável diz respeito tanto ao Norte como ao Sul, e que é benéfico para o Sul se “des-

envolver”, escapando do impasse a que o caminho do crescimento o leva. Para que o Sul possa optar por esse novo caminho ao largo do crescimento, o decrescimento no Norte é necessário. Além disso, uma medida importante é a redistribuição das riquezas, tanto entre o Norte e o Sul mas também dentro de cada sociedade. Esta redistribuição teria como consequência a diminuição do consumo ostentatório e diminuição da extração realizada no Sul em função do consumo no Norte. De modo semelhante, Sempere (2008) entende que não se pode confundir a ideia do decrescimento da economia mundial com decrescimento concomitante de todas as suas partes. O fato de que inúmeras partes da humanidade necessitam ainda de crescimento de algumas dimensões da economia para alcançar um legítimo nível de bem-estar não é incompatível com a ideia de decrescimento em escala mundial, que ocorreria pela redução do consumo das partes da humanidade mais privilegiadas (junto com a substituição de fontes de energia e de processos técnicos que reduzam a pegada ecológica da humanidade), permitindo a coexistência do decrescimento mundial com os crescimentos necessários em regiões menos favorecidas. No mesmo sentido, Demaria *et al.* (2013) destaca que o decrescimento implica na mudança da cultura que naturaliza os estilos de vida de alto consumo, e aponta para a necessidade de um decrescimento do nível de vida das classes ricas do Norte e do Sul e na redistribuição dos recursos e da riqueza tanto dentro como entre as economias do Norte e do Sul. Destaca a ideia de dívida ecológica é um exemplo de ações que podem ser feitas para compensar o Sul Global e, ao mesmo tempo, possibilitar o decrescimento. De modo enfático, frisa que:

O decrescimento da exploração dos recursos, para assegurar o acesso básico aos serviços ecossistêmicos no Sul Global e nas periferias mais pobres em todas as partes, é consensual entre os autores [do decrescimento]. Dito isto, é importante mencionar que a igualdade com frequência é erroneamente entendida como universalismo ou como um chamado à uniformização dos estilos de vida ocidentais (DEMARIA *et al.*, 2013, p. 200-201, tradução nossa).

A ideia do decrescimento ganhou força também a partir da publicação de Otero *et al.* (2020). A publicação apresenta um estudo recente realizado por 22 pesquisadores de doze países, dentre eles diversos economistas ecológicos, que afirma a contradição entre o crescimento econômico e a sustentabilidade ecológica, pois o aumento do uso de recursos e de emissões como consequência do crescimento econômico é incompatível com a conservação da biodiversidade. Além disso, o estudo afirma que a degradação sem precedentes da biosfera coloca em xeque o modelo de desenvolvimento padrão. Assim, propõe-se que a Plataforma

Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)²⁸ contemple cenários por fora do crescimento. Na atualidade, todas as análises constantes no IPBES são desenvolvidas a partir de cenários que consideram taxas positivas de crescimento econômico. Nos referidos cenários, busca-se sempre minimizar a perda da biodiversidade sem prejudicar o crescimento – ignorando, portanto, caminhos que levem ao alcance de altos níveis de sustentabilidade social e ambiental com crescimento baixo, zero ou negativo (OTERO *et al.*, 2020).

Além de afirmar a contradição entre crescimento e sustentabilidade ecológica, Otero *et al.* (2020) propõe sete ações concretas para deter a perda da diversidade: a limitação do comércio internacional como forma de reduzir a extração de recursos e a expansão de espécies invasoras; a restrição do extrativismo em áreas de biodiversidade rica e sensível, com eventuais moratórias de extração em regiões altamente sensíveis; a diminuição da expansão de grandes infraestruturas, examinando com mais profundidade a necessidade, por exemplo, de novos aeroportos, barragens e rodovias; o incentivo a legislações que reduzam as horas de trabalho e o apoio a empresas que aplicam planos neste sentido; o fomento da agroecologia através de subsídios aos alimentos locais e ecológicos; a priorização de uma planificação urbana compacta pela promoção, por exemplo, do uso eficiente dos solos e soluções integradas de moradia coletiva; a ampla informação sobre o impacto da produção na diversidade bioecológica através, por exemplo, da taxação de produtos que sejam responsáveis por uma superexploração das espécies e dos solos, e de diversas iniciativas para aumentar a sensibilização dos consumidores para os efeitos dos produtos na diversidade ecológica.

A crise causada pela COVID-19 também motiva o debate sobre alternativas ao desenvolvimento e sobre o decrescimento. Embora não se possa ignorar que epidemias existiram no passado e tornarão a ocorrer no futuro, é verdade também que:

[...] a velocidade e abrangência desse contágio foram impulsionadas por economias globais aceleradas, enquanto a crescente facilidade com que vírus saltam de animais para humanos é condicionada pela expansão da agricultura industrial, pecuária e outras invasões de humanos em habitats, bem como a mercantilização da vida selvagem, tudo parte integrante das economias de crescimento atuais. As respostas lentas e inadequadas de líderes como Bolsonaro, Johnson e Trump, bem como o desejo de reiniciar as economias antes que a pandemia diminuísse, também podem ser entendidas no contexto de esforços contínuos para sustentar o crescimento [...] Uma dimensão perigosa desses impulsos para o crescimento tem sido a rejeição de evidências e conselhos científicos. O crescimento alimentado por combustíveis fósseis tem sido defendido pelo empenho de negacionistas da mudança climática para

²⁸ Em inglês, *Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*, um órgão intergovernamental independente criado em 2012 por 94 governos que tem como objetivo fortalecer a interface ciência-política para biodiversidade e serviços ecossistêmicos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, bem-estar humano a longo prazo e desenvolvimento sustentável (IPBES, [2013?]).

minar a fé na ciência. Evitando descobertas que ameaçam a expansão econômica, alguns governos cortaram o financiamento para unidades de pesquisa sobre a pandemia e equipes de controle de epidemias, bem como estudos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Mesmo com a propagação da COVID-19, alguns líderes se recusaram a responder a descobertas científicas e protocolos (como distanciamento, testes e equipamentos de proteção) até serem pressionados a fazê-lo por corajosos protestos de trabalhadores da saúde, sociedade civil e outros atores (PAULSON *et al.*, 2020, p. 2-3).

A pandemia, além de ser a expressão de uma crise de saúde pública e de uma crise econômica do modo de produção capitalista, deve ser compreendida fundamentalmente como crise de cuidado (dos humanos, dos não humanos e da biosfera compartilhada). Nesse sentido, para Paulson *et al.* (2020), a pandemia é uma ruptura histórica na qual devemos aproveitar para refletir coletivamente sobre como podemos organizar e imaginar alternativas radicais de modos de vida.

7 ANÁLISE DOS PROGRAMAS PARTIDÁRIOS

No contexto do debate internacional apresentado nos capítulos anteriores, sobre os paradigmas da sustentabilidade forte e fraca, analisaremos neste capítulo os programas apresentados pelos partidos na eleição presidencial brasileira de 2018. O objetivo é analisar a que modelo de sustentabilidade os programas se referenciam; e, em especial, verificar a existência ou não de propostas baseadas no paradigma da sustentabilidade forte e, portanto, elaboradas a partir de ideias alternativas ao desenvolvimentismo.

Optamos por analisar os documentos elaborados pelos partidos, e não por suas coligações. A exceção a esta regra é o PSOL, pois este partido construiu o programa para 2018 desde o início em conjunto com o PCB.

Como referimos anteriormente, as organizações analisadas são os partidos que, necessariamente, respondem a dois critérios: apresentaram candidatura própria para a presidência em 2018; e receberam classificação média menor que 3,5 no do *survey* realizado por Tarouco e Madeira (2015) em encontro da ABCP ocorrido no ano de 2010. Desse modo, os partidos analisados são: PDT; PT; PSOL; e PSTU.

7.1 PROGRAMA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Nas eleições de 2018, o PDT apresentou Ciro Gomes (PDT-CE) como candidato a presidente e Katia Abreu (PDT-TO) como candidata a vice-presidência. A candidatura teve o apoio do Avante, antigo PTdoB, na Coligação Brasil Soberano. No entanto, o documento registrado junto ao TSE, que vamos analisar a seguir, é assinado apenas pelo PDT.

O documento apresentado pelo PDT (2018) nas eleições presidenciais de 2018 deixa claro seu conceito base desde o título: “Diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento para o Brasil”. Já na introdução, diz-se que trata-se de diretrizes elaboradas por quem e para quem deseja ver o país novamente crescer; que é preciso recuperar a dignidade e a qualidade de vida em um país que já cresceu muito em outros tempos; e que, para alcançar tais objetivos, apresenta-se uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O texto trabalha a mensagem de que defender o retorno do crescimento é defender a soberania do país. Além disso, deixa claro que o conceito de desenvolvimento está atrelado ao crescimento econômico: “[...] desenvolvimento porque visa o crescimento a partir da modernização de nossa estrutura produtiva, de forma sustentável [...]” (PDT, 2018, p. 4). O texto aponta que, para alcançar o desenvolvimento, é preciso recuperar a capacidade produtiva

para gerar empregos e recuperar a capacidade de investimento do Estado. A atuação do Estado, com sua capacidade de investimento recuperada, em parceria com o setor privado, propiciará a melhoria da infraestrutura que, por sua vez, possibilitará o aumento da produtividade e, em consequência, a melhoria dos indicadores sociais e da competitividade global das empresas brasileiras. O fortalecimento da indústria e das exportações é também elencado como ponto importante, além do estímulo para que o agronegócio produza (e exporte) bens com maior valor agregado.

O documento faz referência ao fato de que, entre os anos 1988 e 2017, o país cresceu em média “apenas” 2,2%, ao ano, em comparação à média de 6% ao ano entre os anos 1958 e 1987, e faz comparações com as taxas de crescimento de países como a China. No final da Introdução, o documento coloca como meta que o Brasil, em um período de 15 anos, alcance o atual Índice de Desenvolvimento Humano de Portugal, “[...] um país dentre os que mais vêm crescendo no mundo desenvolvido e que possui um governo cujas bases de suas políticas são progressistas” (PDT, 2018, p. 8), e que, para isso, um dos fatores necessários é crescer 5% ao ano.

Se a Introdução é bastante clara sobre a defesa da necessidade de uma estratégia de desenvolvimento para o país, e que isto é necessário para melhorar os indicadores sociais, a capacidade de concorrências das empresas brasileiras no mercado internacional e, em última instância, para defender a soberania do país, o detalhamento do programa busca basicamente elencar formas de se alcançar o referido desenvolvimento. O primeiro capítulo tem o título “Geração de Empregos”, e seu prólogo afirma que:

Precisamos gerar empregos para milhões de brasileiras e brasileiros. Esse é um dos objetivos mais importantes de nosso programa. Para atingirmos esses objetivos, o país precisa retomar o crescimento e uma série de medidas econômicas serão necessárias; todas elas visam o aumento dos investimentos que ampliarão a capacidade produtiva, possibilitando a criação dos novos empregos tão necessários (PDT, 2018, p. 10).

Para gerar os referidos milhões de empregos, defende-se a necessidade de três reformas: a reforma fiscal, tributária e previdenciária (com propostas como a isenção de tributos na aquisição de bens de capital, a redução do Imposto de renda Pessoa Física e a redução de impostos sobre consumo); a reforma orçamentária; e a reforma da gestão pública. Também aparece com destaque a defesa da redução da taxa de juros, “[...] para estimular a retomada dos investimentos privados e aliviar a população e as empresas endividadas (PDT, 2018, p. 13), e a atuação da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil para a redução do *spread* bancário.

Há a afirmação de que a política industrial deve ser formatada a partir de quatro grandes complexos prioritários: agronegócio, a defesa, o setor de óleo, gás e biocombustíveis e a produção de bens para atender aos serviços de saúde. A escolha destes setores se devem aos seguintes critérios: impacto sobre a balança comercial; impacto sobre a produção dos demais setores; a possibilidade de agregar valor aos recursos naturais; a geração de tecnologia a ser compartilhada com os demais setores da economia. mesma forma, atenção especial deverá ser direcionada aos empreendedores, inovadores e às pequenas e médias empresas. Esses estímulos serão discutidos ao longo da campanha. Com relação aos combustíveis fósseis, a ideia que aparece é basicamente de mantê-los sob controle nacional – assim como outros recursos naturais estratégicos, como a água –, recomprando todos os campos de petróleo vendidos ao exterior e regulando seu preço.

Ainda no capítulo “Geração de Empregos”, há a afirmação da importância de haver estímulos aos empreendedores, inovadores e às pequenas empresas, e da adoção de medidas para recuperar o volume de crédito na economia brasileira, recuperando a capacidade de financiamento às empresas e à população em geral.

A temática da infraestrutura também recebeu um capítulo inteiro, sob o título “Recuperação e Modernização da Infraestrutura”. O documento afirma a intenção de investir R\$300 bilhões por ano em obras como ferrovias, estradas, portos, aeroportos e energia através de forte protagonismo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a criação de um fundo garantidor para investimentos em infraestrutura. O capítulo refere também a ideia de aprimorar “[...] as regras de licenciamento ambiental de modo a combinar as necessidades de investimento e preservação ambiental” (PDT, 2018, p. 21). De modo evidente, a preocupação em investir pesado em infraestrutura é para possibilitar o alcance da meta de crescer o PIB 5% ao ano – um objeto central para a estratégia de desenvolvimento apresentada pelo partido.

O então candidato a presidente pelo PDT nas eleições de 2018, Ciro Gomes, em livro publicado no ano de 2020, reitera a necessidade do que chama de “projeto nacional de desenvolvimento” a partir da retomada do crescimento econômico. Conforme Gomes (2020, p. 45), “[...] o crescimento econômico pode não realizar justiça social, mas faz todos melhorarem materialmente”. E, de forma taxativa, Gomes (2020, p. 49) afirma: “[...] o Brasil não tem opção, tem que voltar a crescer”.

Há um capítulo dedicado ao tema “Desenvolvimento e meio ambiente”, cuja introdução reproduzimos aqui:

Quando falamos em desenvolvimento econômico, reindustrialização, agricultura e infraestrutura, não podemos nos esquecer que esse processo deve ocorrer de forma sustentável, preservando o meio ambiente. A maior parte dos conflitos observados na Política de Meio Ambiente é fruto de uma oposição artificial entre dois conceitos originalmente interligados, a ecologia e a economia. Percebemos que não há falta de espaço, mas sim de ordenamento no uso e ocupação das terras no Brasil. Existem áreas úteis de sobra para sistemas produtivos, ao passo que estes setores ocupam, em áreas já modificadas pela ação humana, mais de metade das áreas vocacionadas para preservação. De outro lado, as políticas conservacionistas priorizaram a instituição de unidades protegidas como salvaguarda de nossa biodiversidade e pouco avançaram em políticas de harmonização da preservação com a produção. É necessário solucionar essa apenas aparente contradição. O país tem elevada biodiversidade e necessita definir e priorizar ações que desenvolvam o seu manejo e preservação, de modo a melhorar a qualidade de vida das pessoas (PDT, 2018, p. 22).

A premissa apresentada acima tem clara referência no paradigma da ecoeficiência, cujo foco é a “modernização ecológica” e a “boa utilização dos recursos” com vistas a um manejo sustentável dos recursos naturais; e na economia verde, que parte do pressuposto de inexistência de conflito entre crescimento econômico e sustentabilidade e busca alcançar o desenvolvimento sustentável através do incentivo a inovações, por meio de parcerias público-privadas, que promovam a dissociação entre crescimento econômico e degradação ambiental. A partir desta premissa, o programa do PDT apresenta uma série de propostas relacionadas à temática ambiental, tais como apoio a pequenas e médias empresas para a geração de produtos inovadores na área de sustentabilidade e o estímulo à adoção de energias renováveis.

7.2 PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O plano de governo apresentado pelo PT em 2018 dedica um capítulo inteiro para apresentar a proposta de “transição ecológica para a nova sociedade do século XXI” (PT, 2018). A primeira página do referido capítulo (página 50) remete à economia verde e ao conceito do desenvolvimento sustentável: descreve a transição ecológica como fundamental para o alcance de uma economia de baixo carbono, com novas tecnologias e “inovações verdes” que serão novos motores de um crescimento inclusivo. Interessante notar que nesta mesma parte inicial há referência ao viver bem dos brasileiros e de toda a humanidade: nos parece uma referência à ideia do *buen vivir*, mas sem a radicalidade do conceito andino, que aparece adaptado a algo bem mais próximo do desenvolvimento sustentável.

Na continuidade do texto, a referência na economia verde e no desenvolvimento sustentável fica ainda mais claro. O subcapítulo “oportunidades para o desenvolvimento” reitera que o desenvolvimento será propiciado pela transição ecológica que, por sua vez, significa a mudança da matriz produtiva, através de tecnologias verdes. As novas tecnologias

verdes deverão ser inspiradas pela biodiversidade e pelos conhecimentos tradicionais. Ou seja, os conhecimentos tradicionais teriam grande utilidade não para um novo sistema alternativo ao capitalismo, mas para esportar as novas tecnologias que serão responsáveis pelo desenvolvimento da economia brasileira com baixo carbono, o que nos remete à ecoeficiência. Exemplos de tecnologias verdes seriam “[...] as tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia, nanotecnologia, agricultura de baixo carbono, tecnologias da economia circular (eficiência energética e do uso de materiais, reciclagem etc.)” (PT, 2018, p. 51).

O subcapítulo “Viver bem nas cidades” defende o marco histórico representado pelo princípio da função social da propriedade urbana constante na Constituição de 1988 e o avanço representado pelo Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, e aponta o retrocesso representado pelo “governo golpista” (referindo-se ao governo de Michel Temer) no que se refere à função social da propriedade. No entanto, uma vez mais: em que pese o nome que pode remeter à ideia do *buen vivir*, não aparece proposta concreta que dialogue com a radicalidade antissistêmica do conceito andino, que representaria a ideia de buscar saída à margem da ideia do desenvolvimento, mas cita como referência a Nova Agenda Urbana aprovada em 2016 na Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela ONU.

O subcapítulo “Soberania energética” tem como ênfase o uso da Eletrobras e da Petrobras como ferramentas estratégicas do Estado. Sobre a matriz elétrica, assume o compromisso de zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2050. Com relação à Petrobras, estabelece o objetivo de que a empresa, “no longo prazo” (sem estabelecer ou estimar data) será empresa com portfólio que incluirá energias renováveis, tecnologias de captura e armazenamento de carbono e agregação de valor ao uso não-energético do petróleo e seus derivados. Com exceção deste objetivo sem prazo estipulado, a proposta para a Petrobras se baseia na alteração da política de preços da empresa, no retorno da lógica de uma empresa integrada de energia que atue na exploração, produção, refino e distribuição e interrompendo o ciclo de alienação de ativos da Petrobras.

Ainda no mesmo subcapítulo, há a proposta de que os povos do campo, das florestas e das águas afetados por empreendimentos energéticos não apenas serão compensados pelo dano ambiental, como também poderão se tornar sócios dos empreendimentos, recebendo, por exemplo, royalties. Esta ideia tem clara referência na sustentabilidade fraca, que aceita a comparabilidade forte entre valores monetários e a biodiversidade. A sustentabilidade forte, por sua vez, tem como premissa a incomensurabilidade de valores, ou a comparabilidade fraca de valores (MARTÍNEZ-ALIER, 2017).

A parte do programa que explica sobre a política de gestão de resíduos torna indubitável a referência na economia circular, apontada como a saída para o “[...] rompimento com o paradigma linear da produção-consumo-descarte” (PT, 2018, p. 60). Com base nisto, o programa se compromete com o incentivo à coleta seletiva e à reciclagem.

O subcapítulo “Viver bem no campo” enfatiza a interdependência entre a cidade e o campo, afirmando a produção de alimentos saudáveis no campo é fundamental para o viver bem nas cidades, e que a extensão de serviços que muitas vezes são restritos às cidades são fundamentais para o viver bem no campo: “[...] é preciso superar a legislação atual que define o rural como o lugar onde não há infraestrutura urbana” (PT, 2018, p. 61).

O programa defende também práticas de baixo carbono tanto para o agronegócio como para a agricultura familiar, e a proposta de programa de redução de agrotóxicos e a regulação do agronegócio. Promete colocar a reforma agrária no centro da agenda pública nacional, fortalecer a agroecologia, a aquicultura e a pesca, e o compromisso com o desmatamento líquido zero. Há um parágrafo também sobre a proteção e defesa dos animais.

Para se alcançar tais objetivos, o programa petista propõe uma nova governança e uma política pública de educação ambiental. A nova governança seria fundada em um novo pacto social pela transição ecológica e teria objetivos como alinhar as leis orçamentárias à estratégia de transição ecológica e elaborar um programa de transição ecológica. A educação ambiental teria “[...] programas voltados a escolas, instituições e territórios sustentáveis, inclusive programa de formação de educadores/as ambientais comprometidos com a transição ecológica” (PT, 2018, p. 68).

O programa defende também outras propostas relacionadas à área ambiental, tais como uma reforma fiscal verde, para aumentar o custo da poluição e premiar investimentos e inovação de baixo carbono. As referências a consumo no decorrer do programa petista são no sentido de ampliação da capacidade de produção e consumo em um novo paradigma tecnológico; estimular o consumo consciente avançando na economia circular; estimular a redução do consumo de energia. Não há, entretanto, referência à necessidade de revisão do padrão de consumo, como existia no Manifesto elaborado pelos ecossocialistas petistas no ano de 1991 (SUBSECRETARIA NACIONAL DOS ECOLOGISTAS DO PT, 1991 *apud* RODRIGUES, 2015).

7.3 PROGRAMA DO PARTIDO DO SOCIALISMO E LIBERDADE

Na introdução do programa de governo apresentado pelo PSOL, sublinha-se que, quando se falar de modelo de desenvolvimento e de política econômica, estar-se-á falando de mundo do trabalho e seguridade social, mas também de meio ambiente e de um balanço dos modelos de crescimento predadores de recursos naturais. Também é dito que se pretende apresentar um outro modelo de desenvolvimento que dê centralidade à luta contra a desigualdade e por direitos. Em termos semânticos, é a ideia da busca por um desenvolvimento alternativo, e não de alternativa à ideia de desenvolvimento, conforme trabalhado por Acosta (2015, 2016), Gudynas (2011a, 2011b) e Lang (2016).

A lógica da construção de um desenvolvimento alternativo é reforçada no capítulo “Para tirar o Brasil da crise: uma economia a serviço das pessoas”, quando se critica o fato de que o breve ciclo de investimentos nos anos 2000 levou a um desenvolvimento econômico com práticas predatórias sobre o meio ambiente e descaso com populações nativas e trabalhadores foram atingidos por grandes projetos. Na sequência deste diagnóstico, a solução apresentada é justamente a recuperação da trajetória de desenvolvimento através de políticas públicas voltadas ao investimento em infraestrutura, geração de emprego e renda. No bojo desta argumentação, aparece a proposta de redução da jornada de trabalho, mas sem recorrer ao argumento ambiental, com foco exclusivo na criação de empregos que esta medida proporcionaria.

Em diversas partes do programa aparece a busca por um desenvolvimento sustentável e um crescimento econômico sustentável, ideias vinculadas à lógica da sustentabilidade fraca. Um exemplo disto é a argumentação em defesa da economia solidária, que não é apresentada como alternativa de transição em direção a um modelo econômico alternativo, mas como caminho para o desenvolvimento sustentável.

A importância do controle público em setores estruturantes é exemplificada pelas empresas do setor de combustíveis e energia. Assim, tanto a Petrobras como a Eletrobras são citadas como instrumentos de intervenção estratégica do Estado para o desenvolvimento nacional. A política de preços que vinha sendo aplicada na ocasião pela Petrobras é criticada no documento como exemplo de alto custo social provocado pela perda do controle público neste setor. Para o PSOL, o controle público do setor de combustíveis e energia “[...] representa a garantia de sua articulação em uma política de desenvolvimento, com tarifas baixas e com respeito a legislação ambiental” (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018, p. 13). Esta proposta é semelhante às apresentadas nos programas de governo

do PT e do PDT, e vem ao encontro da crítica formulada por Gudynas (2014), de que, ao aceitar as bases do desenvolvimentismo, a esquerda (neste caso, o “progressismo”, para Gudynas), mesmo que denunciando o capitalismo em alguns casos, não questiona o crescimento nem os extrativismos, limitando-se a defender que sejam coordenados pelo Estado.

Há uma mudança significativa de enfoque quando se entra na parte dedicada à temática ambiental, no capítulo “Terra. território e meio ambiente: um novo e urgente modelo de desenvolvimento”. O referido capítulo é dividido em seis propostas. No item relacionado à segunda proposta, “Reforma Agrária Popular e Agroecológica: democracia e justiça no acesso a terra”, há uma formulação que une o argumento da importância da reforma agrária com a defesa do meio ambiente e com uma nova relação com a natureza:

A Reforma Agrária Popular e Agroecológica é a solução para os graves problemas sociais e ambientais que vivemos: os assentamentos do MST e de outros movimentos populares que lutam pela terra, assim como as comunidades quilombolas e as terras onde se encontram os povos indígenas/originários, pescadores, ribeirinhos, são hoje o melhor exemplo de como devemos tratar a natureza, de como devemos cuidar da terra, da água e dos recursos naturais que temos à nossa disposição em todo o Brasil. A nossa proposta é produzir alimentação saudável, sem veneno, sem agrotóxico e barata para o povo brasileiro, priorizando o mercado interno, para melhorar a qualidade de vida da população que vive no campo e na cidade, e sempre pensando numa agricultura que une produção de alimentos a cuidados com a saúde da população. Isso é agroecologia, um novo modo de vida, uma nova relação entre ser humano e natureza, produzir alimentos ao mesmo tempo em que produzimos o bem-estar de toda a sociedade (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018, p. 129).

O significado desta nova relação entre ser humano e natureza é explorada na quinta proposta, cujo título é “Defesa dos bens comuns e dos direitos da natureza”. Esta parte do programa é claramente referenciada nos conceitos da sustentabilidade forte: afirma que o sistema capitalista coloca em risco a manutenção dos sistemas ecológicos e a reprodução da vida no planeta; sublinha que a reversão da crise ecológica não passa pela economia verde; defende o reconhecimento dos direitos da natureza, com referência direta à Constituição da Bolívia e do Equador:

A urgente necessidade de revertermos esse quadro não passa pela chamada “economia verde”, cujo principal objetivo é gerar novos mercados e lucros, como os da água, do carbono e da biodiversidade. Não é possível adequar os limites da natureza às exigências de exploração crescente de recursos naturais pelo mercado [...] Rejeitamos um modelo que se baseia na destruição da natureza e defendemos o reconhecimento dos direitos da natureza, entendendo nossos biomas e ecossistemas como realizadores e reprodutores da vida, viabilizando as condições de sobrevivência humana. Os direitos da natureza, presentes na Constituição de países como Equador e Bolívia, e que defendemos para o Brasil, pressupõem o direito à existência, independente da ação humana (COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL, 2018, p. 135-136).

A sexta proposta, sob o título “Transição energética e produtiva, visando superar o uso dos combustíveis fósseis”, começa afirmando que há um consenso científico de que o Brasil é um país muito vulnerável às mudanças climáticas, e que o aquecimento médio global de 2 C nas próximas décadas, põe em xeque os alicerces da economia nacional e de nossa sociedade. E afirma o que precisa ser alterado para evitar isto: o modelo energético e produtivo atual dependente da queima de combustíveis fósseis e o modelo agropecuário.

O pré-sal não deixaria de ser explorado, mas seriam anulados todos os leilões e a Petrobras deixaria de ser uma empresa de petróleo e passaria a ser uma empresa de energia pública com um setor voltado ao desenvolvimento de energias renováveis.

No que tange à área ambiental, o programa defende também outros pontos como cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris (reduzir as emissões de gases de efeito estufa e restaurar 120 mil km² de florestas até 2030); reverter a cultura do automóvel e priorizar um sistema de transportes baseado em modais coletivos e sob trilhos; suspender as construções de novas usinas hidroelétricas; incentivar a agricultura de alimentos saudáveis, priorizando vegetais, voltada à segurança alimentar do povo brasileiro.

Em síntese, o programa apresentado pelo PSOL em 2018 mistura propostas desenvolvimentistas e pós-desenvolvimentistas. No decorrer do programa, o objetivo a ser alcançado é o crescimento sustentável e o desenvolvimento sustentável; no entanto, na parte do programa dedicada ao meio ambiente, as propostas passam ao largo do desenvolvimento sustentável. A lógica preponderante passa a ser pós-desenvolvimentista e aderente à sustentabilidade forte, com referências diretas a ideias presentes no debate internacional sobre alternativas ao desenvolvimento, como o *buen vivir* e a defesa dos direitos da natureza presentes na Constituição do Equador.

7.4 PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO

O programa apresentado pelo PSTU nas eleições de 2018 não contém nenhum capítulo ou parágrafo específico sobre o meio ambiente. O programa foca em propostas específicas para superar a crise capitalista.

A parte inicial do documento declara que em 2018 se vivia uma das maiores crises do capitalismo, que não afeta a todos da mesma maneira, pois enquanto os bancos e os investidores internacionais lucram, os trabalhadores são afetados pelo desemprego e pela fome. Ainda, afirma que a classe trabalhadora sofreu tanto durante os governos neoliberais brasileiros de Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)

como nos governos federais do PT, que, com crescimento econômico, privilegiou os interesses e os lucros de empreiteiras, bancos e do agronegócio, e distribuiu migalhas aos trabalhadores. A partir deste rápido panorama, são elencadas 16 propostas, como a revogação das reformas feitas em governos anteriores, como a reforma trabalhista realizada no governo Temer e a estatização das 100 maiores empresas.

Houve duas únicas menções à temática ambiental. A primeira, na breve descrição da proposta “3 – Planos de obras públicas para gerar emprego e resolver problemas estruturais”: “Precisamos de um plano de obras públicas sob o controle dos trabalhadores que gere empregos e, ao mesmo tempo, respeitando o meio ambiente, resolva problemas estruturais” (PSTU, 2018). A segunda, na também breve descrição da proposta “7 - O campo para quem trabalha! Nacionalização e expropriação do latifúndio! Revolução e reforma agrária radical”: “Defendemos a nacionalização e estatização do grande latifúndio e do chamado agronegócio sob o controle dos trabalhadores para que definam a sua produção, de acordo com as necessidades do povo e em harmonia com o meio ambiente” (PSTU, 2018).

Ao menos uma das demais propostas apresentadas no programa do PSTU dialogam com as proposições do decrescimento: a redução da jornada de trabalho. Uma das sete ações concretas elaboradas por Otero *et al.* (2020) para deter a perda da diversidade no mundo é a redução das horas de trabalho e o apoio a empresas que aplicam planos neste sentido. No entanto, embora a proposta apresentada pelo PSTU venha ao encontro do que propõe Otero *et al.* (2020), o partido não inclui menção à questão ecológica no parágrafo único que defende a medida:

O desemprego é uma das consequências mais cruéis da guerra social contra os trabalhadores e trabalhadoras nessa crise. Embora o índice oficial indique 13 milhões de desempregados, mais de 66 milhões de pessoas estão sem emprego nesse país, sem contar os que enfrentam o duro cotidiano do subemprego e da informalidade. Precisamos reduzir a jornada para 36h semanais, sem reduzir os salários, abrindo postos de trabalho às custas dos lucros das empresas. Emergencialmente, precisamos estender o seguro-desemprego para dois anos (PSTU, 2018).

Em síntese, o programa apresentado pelo PSTU na eleição presidencial de 2018 não possui um capítulo específico sobre meio ambiente, citando o tema ambiental de modo indireto apenas duas vezes em todo o texto. Além disso, não inclui o argumento ambiental em proposta que poderia dialogar com a sustentabilidade ecológica, o que é mais um indício de ausência do olhar ambiental na elaboração do programa.

8 ENTREVISTAS

Partimos de ativistas que já conhecíamos, e, a partir daí, fez-se uso da técnica “bola de neve” (*snow ball sampling*), pedindo indicações às pessoas que já haviam sido entrevistadas. O ponto de partida para as entrevistas foi facilitado pelo fato de que, além da pesquisa para a tese, possuo produção acadêmica e técnica relacionada à questão ecológica e algum nível de ativismo socioambiental. Escrevi um artigo sobre a agenda ecológica no Sul Global (TODT; BERG; FRÖHLICH, 2019); um artigo sobre a pertinência do dualismo esquerda-direita no que diz respeito aos temas ecológicos, e sobre a clivagem que existe na esquerda sobre este tema (TODT, 2019a); um artigo sobre os projetos de megamineração no Rio Grande do Sul (TODT, 2020b) e um sobre a formação do CCM/RS (TODT, 2020a); e um trabalho sobre como os catadores do Sul Global estão sendo marginalizados por novas políticas públicas (CLAUSAGER *et al.*, 2020). Também, escrevi nove trabalhos técnicos para o The Global Environmental Justice Atlas, coordenado pelo Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade Autônoma de Barcelona (ICTA-UAB) e apoiado pelo projeto EnvJustice; dentre eles, os casos de três dos projetos de megamineração em processo de licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul: o Mina Guaíba (TODT, 2019b), o Projeto Retiro (TODT, 2020c), e o Projeto Fosfato Três Estradas (TODT; BARCELLOS, 2020).

No que tange mais diretamente ao ativismo ecológico, participei, por exemplo, da fundação do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (CCM/RS), que congrega mais de cem organizações e mistura entidades ambientalistas com sindicatos, grupos de pesquisa, associações, centrais sindicais²⁹. Participei de diversas atividades (presenciais e online) representando o CCM/RS, e de atividades como a edição porto-alegrense da Greve Climática Global³⁰. Também faço parte de alguns grupos de WhatsApp relacionados à temática ambiental, como, por exemplo, o grupo gaúcho do Fórum Popular da Natureza, organização lançada em junho de 2020 de modo concomitante em diversos estados brasileiros³¹.

Para ilustrar nosso caminho no que se refere às entrevistas: eu já conhecia o entrevistado 1, que é filiado ao PSOL, de diversas atividades relacionadas à pauta ecológica em Porto Alegre. Este entrevistado indicou mais duas pessoas filiadas ao PSOL: o entrevistado 3, que vive no interior de São Paulo, e a entrevistada 5, que é de Florianópolis. Por seu turno, ambos me ajudaram muito. O primeiro me indicou a entrevistada 4 (também do interior de São Paulo),

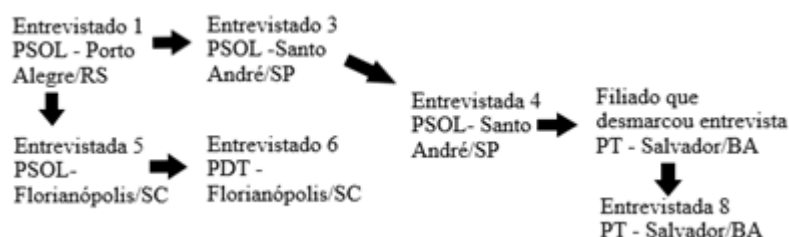
²⁹ Para mais detalhes sobre a formação e atuação do CCM/RS, ver Todt (2020a).

³⁰ Para mais elementos sobre a Greve pelo Clima, ver <https://www.fridaysforfuturebrasil.org/>.

³¹ Para mais informações sobre o Fórum Popular da Natureza, ver <https://forumdanatureza.org.br/>.

que, por sua vez, me indicou uma pessoa filiada ao PT da Bahia – que não se sentiu à vontade para participar da pesquisa, mas me colocou em contato com a entrevistada 8, com ampla trajetória política e na pauta ambiental e, atualmente, filiada ao PT, mas com, passagens por PCdoB, PCB e PV. Já a entrevistada 5 me fez chegar ao entrevistado 6, único filiado ao PDT que participa desta pesquisa (Figura 1).

Figura 1 – Percurso técnica bola de neve



Fonte: elaborada pelo autor.

Como os ativistas ecológicos costumam participar de atividades em comum, e, não raro, das mesmas entidades ambientalistas ou frente de lutas, o fato de eu não conseguir chegar a nenhum filiado do PSTU com ideias pós-desenvolvimentistas é ao menos um indicativo de que não há um espaço neste partido para tais ideias. A mesma linha de raciocínio pode ser aplicada ao PDT e ao PT. Ao PDT, porque encontramos apenas um filiado com ideias críticas ao desenvolvimentismo (entrevistado 6). E o próprio entrevistado filiado ao PDT e com intensa vida partidária (recentemente foi vereador e secretário municipal de cultura, além de secretário do plano de governo à prefeitura) disse que não conhece nenhum outro filiado ao partido com visão crítica ao desenvolvimentismo. Ao PT porque, embora tenhamos entrevistado duas pessoas filiadas ao partido, a análise das entrevistas demonstrou que ambas, embora críticas do atual modelo econômico, referenciam-se no desenvolvimento sustentável. Ou seja, não localizamos filiados ao PT adeptos do ideário pós-desenvolvimentista/sustentabilidade forte.

8.1 ENTREVISTAS COM FILIADOS DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

Entrevistamos cinco filiados do PSOL, dos quais três homens e duas mulheres. Uma das pessoas é do Rio Grande do Sul (em processo de aproximação com a tendência Comuna), uma de Santa Catarina (militante da tendência Subverta), duas de São Paulo (uma delas militante da tendência Primavera Socialista, e, a outra, do Subverta) e uma do Distrito Federal (do Subverta).

Os principais trechos das entrevistas podem ser encontrados nos Apêndices, organizados por temas, conforme o Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Apêndice A). Desse modo, no Apêndice B encontra-se os principais extratos das entrevistas relacionados à trajetória de cada um dos entrevistados; no Apêndice C, os trechos que indicam posicionamento sobre ideias pós-desenvolvimentistas; no Apêndice D, as passagens em que os entrevistados falam sobre o espaço à crítica ao desenvolvimentismo em seu partido e/ou corrente; no Apêndice E, as falas sobre as principais dificuldades para a crítica ao desenvolvimentismo na esquerda; no Apêndice F, as opiniões dos entrevistados sobre as alianças ou estratégias que devem ser adotadas para o fortalecimento da visão pós-desenvolvimentista; no Apêndice G, as opiniões sobre as políticas ambientais aplicadas nos governos Lula e Dilma; e, no Apêndice H, as considerações sobre a política ambiental aplicada pelo governo Bolsonaro.

8.1.1 Entrevistado 1

A primeira pessoa entrevistada, o filiado 1, iniciou sua trajetória de militância política no final dos anos 1970, em Porto Alegre, quando estava no movimento secundarista. Militava em um grupo trotskista denominado Fração Operária Bolchevique que, conforme o entrevistado, foi uma das primeiras organizações que aderiu ao movimento em favor da fundação de um partido dos trabalhadores. Assim, participou do movimento que culminou na fundação do PT, sendo um de seus fundadores e fazendo parte do primeiro diretório municipal do partido em Porto Alegre.

O entrevistado relata que dois vereadores que se elegeram pelo PT em 1988, Gert Schinke e Giovani Gregol, tiveram muita importância para fortalecer a pauta ambiental. O entrevistado tinha uma relação bastante próxima com Schinke e, com a saída deste do PT, acabou se afastando do partido até se desfiliar também, por volta de 1992. Conforme seu relato, tanto Schinke como Gregol sofreram com críticas internas por conta de sua militância ambiental, e acabaram deixando o partido: “Na verdade naquela época muito pouca gente na esquerda tinha essa consciência ambiental. Até essa campanha do Gert, o Gert Schinke, esse foi um visionário” (Entrevistado 1).

Muitos anos depois, participou do movimento de fundação do PSOL, mas acabou não se filiando, num primeiro momento, ao partido. Retomou uma filiação partidária e uma atuação política mais constante na criação da Rede Sustentabilidade. Segundo o entrevistado, em comparação com o PT, na Rede havia muito mais espaço para a luta ambiental, e conta que foi a partir de sua entrada na Rede que a temática passou a ter centralidade em sua militância:

Eu mesmo, quando eu comecei a militar eu não tinha também essa preocupação. Apesar dessa amizade com a alemão Gert, que já defendia essa bandeira... mas eu comecei a despertar mesmo foi mais ou menos nessa época que eu entrei na Rede, no começo da década de 2010, por aí, 2011. Mas acho que tem muito a ver também com a imposição dessa pauta, não só na mídia, nas redes sociais, nos debates. Por que é uma pauta que realmente dentro da esquerda era relegada a um segundo plano, né (Entrevistado 1).

No entanto, pondera que na Rede havia um grupo de militantes ecossocialistas que, apenas mais tarde, percebeu-se que não era majoritário no partido, e que “[...] a grande maioria na verdade era de pessoas mais ligadas a essa questão da economia verde, de ONGs” (Entrevistado 1). Apesar desta diferença, relata que o que mais pesou em sua saída da Rede foi o apoio dado pela Marina a Aécio Neves no segundo turno da eleição presidencial de 2014, e a excessiva centralização das decisões em Marina Silva e em seu grupo de assessores, não dando muito espaço para discussão no partido.

Ao sair da rede, participou da fundação do coletivo Avante, no final de 2014, junto com outras pessoas que haviam deixado o partido. O Coletivo Avante originou a Raiz, Movimento Cidadanista, A Raiz tinha uma diferença chave em relação à Rede: enquanto a segunda tem mais ligação com o capitalismo verde, a Raiz tinha o ecossocialismo como princípio básico, formando um tripé basilar junto com o teko porã (bem viver) e o ubuntu. A ex-prefeita de São Paulo (pelo PT) e atual deputada federal pelo PSOL de São Paulo, Luíza Erundina, chegou a se aproximar da Raiz, que chegou a planejar se tornar um partido político, mas não obteve sucesso.

Atualmente no PSOL, o entrevistado 1 se declara um militante que concilia o ideário ecossocialista e o do bem viver. Tanto Michael Löwy, teórico ecossocialista, como Alberto Acosta, teórico do *buen vivir*, são referências fundamentais em sua militância. Foi militante da corrente Subverta, e atualmente é ligado à Comuna. Ambas as correntes fazem parte da seção brasileira da Quarta Internacional.

O entrevistado 1 entende que uma dificuldade inicial no PSOL no que tange à pauta ecológica, foi o fato de que

[...] o PSOL foi formado também por muitos militantes e organizações que faziam parte do PT e que tinham aquela visão ainda com algumas restrições à questão ambiental, aquela visão mais de centrar na luta dos trabalhadores e relegar a um segundo plano não só a luta ambiental como outras pautas identitárias (Entrevistado 1).

Em que pese as dificuldades, o entrevistado 1 considera que começa a ganhar força no partido o ecossocialismo. Cita que no ano de 2019 houve um grande encontro nacional das setoriais ecossocialistas, e o partido bancou passagens e alojamentos para dois militantes de cada estado: “[...] ou seja, começou a abrir mais espaço pra essas setoriais que eram muito

relegadas a um segundo plano” (Entrevistado 1). Explica que militantes de diversas correntes participam da Setorial Ecosocialista, e que a setorial de São Paulo é muito forte.

Destaca também como importante avanço o fato de a Sônia Guajajara ter sido candidata a vice-presidência do Brasil, em 2018, e lembra que a Setorial Ecosocialista Nacional do PSOL havia lançado sua pré-candidatura à presidência. O entrevistado entende que, neste processo, o próprio Guilherme Boulos, candidato à presidência pelo PSOL em 2018, avançou no que tange à questão ambiental, e que o partido amadureceu bastante nesta temática, com a bancada do partido na Câmara dos Deputados se destacando na luta ambiental.

Quando lhe perguntei se no PSOL, além do espaço para a pauta ambiental mais geral tem espaço também para uma visão que começa a criticar a ideia desenvolvimentista, a ideia de se buscar o crescimento econômico, de se buscar uma saída que não busque o crescimento do PIB, sua resposta foi:

Sim, isso já está bem definido, no momento que tu defines uma pauta ecosocialista realmente tu já comesas a criticar o próprio desenvolvimentismo. Nesse ponto se faz acho que o principal divisor de águas com o PT, aos governos do PT. E já era feita essa crítica não só no PSOL, na Rede também já se fez. Mas principalmente algumas organizações que fazem parte do PSOL já têm bem definida até estratégias de transição para o ecosocialismo. Pega o Michael Löwy, por exemplo. Tem várias organizações do PSOL que se referenciam no Michael Löwy. As organizações mais ligadas à Quarta: a Insurgência, o Subverta, a Comuna, até o MES agora também está se aproximando da Quarta, já é observador. Então, tem claramente essa visão ecosocialista de ruptura com o capitalismo e trabalhar com o que seria tipo um programa de transição [...] Uma transição pro ecosocialismo (Entrevistado 1).

Aponta como entraves para o debate ecosocialista e crítico ao desenvolvimentismo o fato de que algumas lideranças ainda não priorizam a luta ambiental e têm, inclusive, algum preconceito com o tema, por achar que é assunto que interessa à classe média, que não diz respeito ao trabalhador, que está de fato preocupado com seu salário, seus direitos. Considera que inclusive Guilherme Boulos tem um pouco deste pensamento. Nesse sentido, considera importante a estratégia adotada, por exemplo, pelo Fórum Popular da Natureza, que tem entre seus membros muitas pessoas da Setorial Ecosocialista do PSOL, que buscam trazer para o debate ambiental organizações, sindicatos, militantes que não têm uma tradição de atuação nessa área, dando um caráter mais popular para essa luta, e combatendo a visão de que seria uma luta de caráter mais elitista.

Sobre a política ambiental dos governos federais do PT, o entrevistado respondeu que sua principal crítica ao PT é justamente na área ambiental: a construção de Belo Monte, a discussão do Código Florestal, o forte vínculo do PT com o agronegócio, e o fato de a política ambiental estar relegada a um segundo plano, em razão do projeto desenvolvimentista. Ao

mesmo tempo, considera que o PT teve uma atuação dúbia, pois também fez coisas interessantes como a criação de um ministério para trabalhar com pequenos agricultores e a elaboração do primeiro plano de agroecologia. Reflete também que, em sua militância ecológica, como na Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) (uma das mais tradicionais entidades ambientalistas do Brasil), ou no CCM/RS, atua em parceria com pessoas do PT que têm críticas à atuação do partido na área ambiental. Para o entrevistado, o PT se viu numa encruzilhada no segundo mandato do Lula, quando, com o afastamento do então ministro José Dirceu,

[...] a Marina queria ser a candidata a presidente, e no fim o Lula optou pela Dilma, que justamente era a formuladora e colocou em prática o programa de aceleração do crescimento que passava justamente por cima de um monte de questões de licenciamento ambiental. Então aí foi uma encruzilhada pro PT realmente, onde o PT definitivamente aderiu ao desenvolvimentismo. Porque tinha toda essa tradição ambiental também no início do PT. Se a gente lembrar a Marina mesmo, o Chico Mendes (Entrevistado 1).

Sobre a política ambiental atual no Brasil sob o governo Bolsonaro, o entrevistado 1 riu e, depois, declarou que se trata de um desmonte completo da política ambiental brasileira.

8.1.2 Entrevistado 2

O entrevistado 2 é do Distrito Federal e se filiou ao PSOL porque considerou que este era o partido onde havia mais espaço para uma construção socioambiental. É um ativista socioambiental, ecossocialista e propagador do bem viver. Possui um canal no YouTube em que propaga estas ideias e conceitos, e é uma das principais lideranças dos projetos “Mutirão do bem viver” e “Mutirão do bem viver em resposta à pandemia”, iniciativas que citamos no capítulo 6.1 e que inspiraram diversas ações pelo Brasil. Por conta desta atuação, e por ser considerado uma referência sobre ecossocialismo e bem viver, o entrevistado 2 foi citado espontaneamente pelo entrevistado 3 e pelas entrevistadas 4 e 5.

O entrevistado conta que, ao se filiar ao PSOL, a Setorial Ecossocialista já existia, mas, em suas palavras, era muito residual. Então, dedicou muita energia na construção da Setorial. Comenta que, quando entrou no partido, o PSOL não chegava nem perto de ser um partido ecossocialista e que, hoje, ainda tem algumas organizações internas que são contrárias ao ecossocialismo, mas que, de todo o modo, o PSOL é o partido mais aberto a este debate. Fez parte da fundação da Insurgência, corrente interna que fez o partido avançar bastante no debate ecossocialista, e depois foi um dos fundadores do Subverta, corrente da qual faz parte ainda hoje e é uma das principais lideranças.

O entrevistado 2 comenta que dentro da própria esquerda radical há resistência ao ecossocialismo. A Unidade Popular (UP) e o PCB, por exemplo, consideram o ecossocialismo um revisionismo da teoria marxista, e, portanto, são “anti-ecossocialistas”. O PSTU, para o entrevistado 2, é extremamente distante de uma prática ambiental, e tem pouquíssima formulação sobre o tema. Dentro do PSOL, reflexiona que a APS (que se tornou a Primavera Socialista, e lidera o campo Fortalecer o PSOL), que desde por volta do ano 2011 exerce hegemonia no partido, tornando-se o campo majoritário do PSOL, reivindica o projeto democrático-popular que defendia nos tempos em que era uma força interna do PT, e “[...] sempre foram, na verdade, mais sensíveis ao desenvolvimentismo petista, assim, porque acreditavam que aquele processo ali foi um processo da maior importância pro país” (Entrevistado 2). Analisa que o outro grande campo do PSOL, liderado pelo MES, adotou parte do discurso ecossocialista como uma manobra tática para ganhar terreno em sua disputa pela hegemonia partidária. Mas que, no geral, a construção ecossocialista historicamente fica a cargo de um terceiro campo partidário que era representado pela Insurgência e que, após a fragmentação desta, é representado pelo Subverta e pela Comuna (ambas originadas a partir de cisão da Insurgência), pela própria Insurgência, que segue existindo, e pela Resistência, força que saiu do PSTU e, conforme o entrevistado, está internalizando aspectos da construção ecossocialista porque estão vendo a emergência climática e os limites planetários, mas ainda sem formação teórica própria sobre isso. e conclui que “[...] o PSOL está cada dia mais ecossocialista” (Entrevistado 2).

Para o entrevistado 2, há uma barreira entre ambientalismo e ecossocialismo, e este último apresenta necessariamente uma lógica de ruptura, e se está indo em direção a uma ruptura entre a esquerda ecossocialista e a esquerda desenvolvimentista, que não entende os dilemas ecológicos do século XXI e seus impactos sociais. Ou seja, para este entrevistado faz parte do ecossocialismo a superação do desenvolvimentismo. E, em sua explicação sobre o que é o ecossocialismo, traz também referências- do bem viver, mostrando o quanto os dois conceitos estão ligados também para este entrevistado (assim como para o entrevistado 1):

Dentro de uma lógica da esquerda, eu considero que alguns setores não são sequer ambientalistas, mas tem o ambientalismo de esquerda, que aí são vários aspectos, que você defende várias coisas, você pode falar mal do agronegócio, você pode falar mal da megamineração, mas você ainda acredita que um dos caminhos é o desenvolvimento das forças produtivas numa lógica que não necessariamente considera a natureza como um eixo central da questão, assim. Que isso tá abaixo das relações de produção, da lógica da propriedade, da lógica da gestão ali daquele meio de produção, né. E aí, por isso eu não considero esses setores ecossocialistas [...] não é nem só de falar do desenvolvimentismo, pessoa pode ser contra a lógica do desenvolvimentismo, mas quando eu considero uma pessoa ecossocialista, uma organização coletiva, é quando efetivamente consegue equilibrar a lógica de acabar

com a exploração [...] e acabar com a destruição do planeta, nessa lógica de que o ecossistema vem primeiro. [...] Então nunca mais submeter o ecossistema ao sistema econômico, principalmente, produtivo. Né, ao contrário: a partir do ecossistema a gente pensa as nossas relações sociais, e tal. Aquela lógica duma escadinha que o Bem Viver traz, assim, né, de que, tá, você entende o seu lugar no mundo, que que você é, que que tá fazendo aqui, tu entende seu lugar na sua comunidade, e tu entende sua comunidade na natureza, seu papel na natureza como parte dela, assim, então a natureza é a categoria maior [...] O ecossocialismo, pra mim, é isso, assim, quem submete sim o debate da construção social às relações ecossistêmicas (Entrevistado 2).

O entrevistado 2 aponta como entrave no avanço da pauta ecossocialista a dificuldade de organizações que têm uma construção sindical muito forte, como, por exemplo, a indústria automobilística, do petróleo ou da mineração. Aponta também que, numa lógica fratricida das relações dentro dos partidos, que privilegiam as disputas internas, fica mais difícil acreditar em aprofundamento do debate e sínteses. Por isso, considera que o mais importante é praticar uma construção social por fora da bolha da esquerda, e, em vez de disputar militantes do próprio partido, escapar desta lógica fratricida, realizar construções conjuntas com outras organizações “para fora”, e ganhar novas pessoas para a política sem rebaixamento programático pragmático:

[...] eu acredito que a maior aposta que a gente deve fazer é na construção pra fora, não tanto nas disputas internas, nas batalhas internas, e onde mais vai dar certo é isso. Não só o Subverta, mas outras organizações crescendo na sua construção social real. E aí eu acredito que vai ficar mais bonito, assim. A gente já tem um trabalho no campo, em alguns lugares, a gente tem muito trabalho nas florestas, nos biomas em outros, e tamo precisando melhorar mais ainda nosso trabalho nas cidades [...] a nossa aliança principal não deve ser uma frente ampla de esquerda que rifê nosso programa, que recue as coisas. Na real não acredito em nada disso, acredito que nossa aliança tem que ser com o povo. Trabalho social real, de formiguinha, e fazer crescer essas nossas ideias. Não precisa rebaixar as ideias antes de botar elas pra prova popular (Entrevistado 2).

Sobre a política ambiental dos governos federais do PT, o entrevistado 2 entende que foram governos de conciliação que “rifaram” o direito do povo e da natureza. Que, por conciliarem com um sistema que explora o povo e expolia a natureza, tais governos não tinham como ser ambientalistas. No entanto, a lógica da conciliação permitia alguns avanços na gestão ambiental que, a partir do golpe de 2016, deixaram de existir, pois então “[...] a conciliação acabou pro nosso lado, tirou a nossa parte. Mas a outra parte já existia, seguiu existindo e se intensificou” (Entrevistado 2). Já a política ambiental do governo Bolsonaro “[...] é terra devastada total, né. É uma política antiambiental. É negacionista. Negacionista climática, negacionista da destruição de todos os limites planetários” (Entrevistado 2).

Interessante que o entrevistado expressou que não foi fácil construir o programa do partido para a eleição de 2018, e que o Guilherme [Boulos] é um ótimo candidato, mas não tem a mesma formação na questão ecológica que a Sônia [Guajajara]. Desse modo em alguns

momentos o candidato a presidente do PSOL “vacilava”, quando, por exemplo, defendeu a Usina de Angra dos Reis, que é algo, para o entrevistado, que não se pode defender de modo algum.

8.1.3 Entrevistado 3

O entrevistado 3 é do interior paulista e se apresentou como socialista, marxista, militante do PSOL, membro da coordenação da Setorial Ecosocialista Estadual e um dos fundadores do Fórum Popular da Natureza, organização criada no ano de 2020. No decorrer da conversa, referiu ser ativista vegano, e discorreu sobre a importância disto para o meio ambiente. Sua aproximação com o ecosocialismo se deu há cerca de três anos, influenciado pelo filho, permacultor que também é filiado ao PSOL. Filiou-se ao partido mais ou menos no mesmo momento em que se aproximou da Setorial Ecosocialista. A partir do primeiro contato com a Setorial, foi amor à primeira vista, conforme seu próprio relato. Antes de se filiar ao PSOL, havia sido filiado ao PCdoB por doze anos.

Faz parte da corrente Primavera Socialista, antiga APS. Segundo o próprio entrevistado,

Curiosamente a Primavera Socialista talvez seja a menos ecosocialista das grandes correntes. A Primavera socialista ainda começa essa discussão, né. Eu mesmo, pra você ter uma ideia, fui eu que comecei um Setorial Ecosocialista dentro da corrente. Pra juntar as pessoas, pra tentar trazer a militância da Primavera Socialista para o debate ecosocialista. Mas ainda é difícil. Dentro da corrente o ecosocialismo ainda é difícil. Mas já está mais em debate a questão do produtivismo, pelo menos isso. Vamos dizer, um aspecto sendo debatido é a questão do produtivismo, né. Isso já é bem debatido. Mas ainda há muita gente produtivista, mesmo dentro da nossa corrente (Entrevistado 3).

Para o entrevistado, a principal dificuldade para superar o pensamento produtivista, na esquerda, é o imediatismo. Assim, quando se defende a ideia de uma reorganização da sociedade, de modo a fazer com que as pessoas participem da decisão sobre o que produzir, e sobre o processo de aprendermos a produzir o que é necessário, acaba vindo pensamento imediatista a partir do argumento de que as pessoas estão com fome agora, estão morrendo agora, e portanto, é preciso colocá-las para produzir, trabalhar, e redistribuir a renda.

O entrevistado 3 também deixa claro que o ecosocialismo anda de mãos dadas com a crítica ao desenvolvimentismo. Constata que o capitalismo passa para as pessoas a ideia de que é preciso comprar um tênis novo a cada seis meses, te ensina que você vai precisar de roupa nova a cada três meses, e convence as pessoas a precisar de coisas as quais na verdade não se precisa. E que no ecosocialismo isto seria reavaliado, planejando a produção, combatendo a

obsolescência programada, rompendo com o capitalismo. Esta reflexão do entrevistado vem ao encontro de Lang (2020), sobre uma característica do decrescimento ser o incentivo à reflexão sobre o que de fato necessitamos como sociedade e o que não necessitamos; a ideia de Latouche (2009) sobre a necessidade de mudança de modo de vida e supressão das necessidades inúteis; ou a Demaria e Latouche (2019), que entendem que uma transição para o decrescimento significa um caminho em direção a sociedades que vivam com menos.

O entrevistado 3 é mais um filiado do PSOL que fez referências à ideia do bem viver, que, segundo sua visão, não só fala do que pretendemos para a vida, mas também ensina como fazê-lo.

O entrevistado destaca que a Setorial Ecosocialista Nacional coordena setoriais em quase todos os estados, e nelas sempre têm militantes de diversas forças políticas. De acordo com ele, cada vez mais há espaço para o debate ecosocialista dentro do PSOL, com uma procura constante de pessoas pela Setorial:

Eu tô aqui, por exemplo, conversando com você e tá abrindo uma janelinha do Facebook, do Messenger, de um rapaz aqui da cidade pedindo pra incluí-lo no setorial ecosocialista. Ele é duma corrente que é o Socialismo ou Barbárie, né, o SOB. Uma corrente completamente diferente uma corrente pequena, muito pequena aqui na região. Mas que tá ali, tá pedindo para participar, entendeu. Isso o tempo todo, o tempo todo. Sempre tem gente (Entrevistado 3).

Quando perguntei sua opinião sobre a política ambiental nos governos Lula e Dilma, o entrevistado 3 mostrou indignação. Considera que do ponto de vista puramente ambientalista, os governos federais do PT foram um completo desastre. Entende que a transposição do São Francisco, e a Usina de Belo Monte, foram duas aberrações. No entanto, complementa dizendo que, por mais que a política ambiental dos governos petistas fossem ruins, que não dá para comparar com a política ambiental do governo Bolsonaro: “[...] aí já é agressão, já é guerra” (Entrevistado 3).

8.1.4 Entrevistada 4

A entrevistada 4 tem 25 anos, é do interior de São Paulo, e faz parte da Coordenação Estadual da Setorial Ecosocialista. Ela conta que sua primeira lembrança de se manifestar politicamente foi contra o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. E que foi a partir das eleições de 2018, quando o então candidato a presidente, Jair Bolsonaro, começou a ganhar força, que passou a realmente a estar ativa politicamente, pois a hipótese de tê-lo como Presidente da República era desesperadora:

[...] eu comecei a pensar assim, precisa de mais gente combatendo isso. E ele está promovendo uma radicalização à direita, então não adianta a gente ficar na mesma esquerda moderada, a gente também precisa radicalizar o nosso discurso à esquerda. Isso que vai fazer realmente frente, né, que vai ter alguma chance de vencer. Então aconteceu, né, todo aquele movimento do vira voto, e eu também saí às ruas de forma super independente assim, era eu e a minha irmã, eu ainda não tinha muita noção de coletivos, de nada. Então a gente imprimia em casa mesmo, e ia pras ruas panfletar, conversar com as pessoas. Então esse que eu considero, foi o primeiro momento, assim. [...] e a partir disso eu comecei a conhecer pessoas organizadas politicamente (Entrevistada 4).

Suas primeiras referências foram a socióloga Sabrina Fernandes, youtuber que possui o Canal Tese Onze, e o entrevistado 2, socioambientalista que possui também um canal no Youtube. Hoje faz parte do Subverta, mesma corrente interna do PSOL a qual Fernandes e o entrevistado 5 também fazem parte. A entrevistada 4 comenta que o Subverta é uma corrente ecossocialista por inteiro, enquanto há outras forças em que há militantes ecossocialistas tentando incidir em favor do ecossocialismo. Esta afirmação vem ao encontro do depoimento do entrevistado 3, que, embora ecossocialista e coordenador da Setorial Ecossocialista Estadual, declarou que faz parte, talvez, da corrente menos ecossocialista entre as principais forças internas do PSOL.

Quando lhe perguntei se, para ela, o ecossocialismo trazia necessariamente a crítica ao desenvolvimentismo, à lógica do crescimento econômico, sua resposta foi positiva, sublinhando que seria contraditório ser ecossocialista e, ao mesmo tempo, apostar no desenvolvimento sustentável:

Sim. Eu acho que tem que ter essa crítica sim. Essa é uma das principais diferenças também que a gente vê, por exemplo, com marxistas- leninistas, por exemplo. É que as pessoas, algumas, né, perguntam, mas por que que não dá pra ser ecossocialista e marxista-leninista, né? E é isso que a gente fala, né, são duas sínteses diferentes. E a gente vê que a síntese ecossocialista é de realmente você mudar a lógica de produção. Hoje em dia a lógica de produção é de crescer infinitamente, né, muito mais quantitativa do que qualitativa. E isso vai nos levar à extinção, basicamente. O que acontece é que a gente está, né, o mundo tem diferentes níveis assim de desenvolvimento. Então... É claro que os países menos desenvolvidos, eles vão precisar de crescer um pouco mais, né, de produzir talvez algumas coisas que estão em falta. [...] É diferente de países que têm em excesso, né. [...] Tem que ter esse equilíbrio. Por isso que a gente fala também que ecossocialismo tem que ser internacionalista, né, não dá pra ter o ecossocialismo de um país só, porque realmente é uma cadeia global, que tá muito ligado uma coisa à outra. Então, sim. Eu acho que seria uma grande incoerência ser ecossocialista e achar que dá pra gente continuar crescendo assim, de um jeito sustentável, né (Entrevistada 4).

A ideia da entrevistada de que é preciso levar em conta que os países menos desenvolvidos precisam crescer um pouco mais, em alguns setores, vem ao encontro de Sempere (2008), que pondera que a ideia do decrescimento mundial é compatível com a necessidade de crescimento de setores da economia de diversos países.

Sobre o espaço no PSOL para esta visão ecossocialista, a entrevistada 4 afirma que o partido ainda não é ecossocialista. Entretanto, comenta que a militância ecossocialista é muito engajada, e que a Setorial está sempre atuando, em todos os momentos e espaços do partido. Diz que o encontro da Setorial Ecossocialista de São Paulo, que ela participou logo ao entrar no partido, foi um grande evento, que ocorreu no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, porque não caberia no sede do PSOL. E que lhe contaram que o encontro anterior, que ocorreu em 2016, teve a presença de poucas pessoas. E comenta sobre o sonho de se chegar ao estágio de mudar o nome do partido:

Também, existe uma crítica, né, que até uma camarada minha faz, que a gente espera que um dia não tenha que ter setorial ecossocialista, porque pra nós ecossocialismo é [...] totalizante, então teria que ser partido ecossocialismo e liberdade, né. Esse acho que é o nosso sonho, assim, mudar o nome do partido um dia (Entrevistada 4).

A entrevistada comenta que, como a Setorial Ecossocialista é o único espaço para fazer um debate ambiental no partido, porque não existe, por exemplo, uma setorial do meio ambiente, ou algo do gênero, a Setorial acaba juntando as pessoas que se importam com o tema. A partir desta sua observação, perguntei-lhe se na Setorial há um consenso sobre o ecossocialismo, ou se há outras visões ambientalistas, e a entrevistada me respondeu da seguinte forma:

[...] eu acho que sim. As pessoas reivindicam o ecossocialismo. Mas não necessariamente elas já estão coerentes com o ecossocialismo, sabe? Por uma formação mesmo. Eu acho que isso mostra que a gente tem que sempre investir muito em formação política, porque é algo que pode se confundir, né, só um ambientalismo e realmente ecossocialismo. Ainda mais quando a gente tá, não só corrente, mas quando a gente tá em um partido que não é ecossocialista. E que vai às vezes cair no desenvolvimentismo, vai às vezes cair no produtivismo. Então, nem... nunca vi ninguém que tá na setorial e falar que não é ecossocialista. Mas eu acho que pode sim existir isso, sabe, acho que é uma brecha (Entrevistada 4).

A entrevistada foi mais uma que, espontaneamente, trouxe a questão do bem viver. Explicou que entende que o ecossocialismo trata um pouco mais sobre sistema econômico, sistema político, enquanto o bem viver traz importante contribuição sobre as relações, seja entre nós, seja entre humanos e o restante da natureza, e a noção de que tudo está interconectado. Então, “[...] é importante a gente ter como horizonte construir uma sociedade de bem viver também. Acho que ajuda também um pouco na luta, né, ter um horizonte do que a gente quer quando chegar o ecossocialismo” (Entrevistada 4).

Em outro momento da entrevista, expôs uma visão condizente com a sustentabilidade forte e com a cosmovisão andina, ao comentar que uma das questões mais difíceis das pessoas internalizarem é que a natureza “[...] não é recurso. Você também é natureza, estamos todos no

ecossistema, tudo que você mexe tem um efeito. E você até pode mexer mas pro bem, né” (Entrevistada 4).

Assim como o entrevistado 3, a entrevistada 4 também é vegana. Sobre as principais dificuldades dentro da esquerda para o fortalecimento do ecossocialismo, disse que é a superação da ideia do produtivismo, do desenvolvimentismo, e o preconceito. Para ilustrar o problema relacionado ao preconceito, considera que o mais fácil de explicar é com relação ao veganismo. Explica que, sendo a pessoa vegana ou não, não se pode consumir o tanto de carne que se consome. E que muitas vezes as pessoas confundem este tema com algo simplesmente relacionado a estilo de vida, estilo de alimentação, quando, na verdade, trata-se de um debate sério sobre agropecuária e meio ambiente. E analisa que, algumas vezes, quando se tenta ser coerente com o conceito que se segue, e colocar em prática, como, por exemplo, assumindo uma alimentação vegana, que é algo importante para o meio ambiente, estes militantes são acusados de colocar peso em decisões individuais quando, no entendimento dos críticos, “[...] a gente tá nas contradições do sistema”, “[...] não dá pra você falar disso agora” (Entrevistada 4). Completa comentando que, embora não seja necessário ser vegano para ser ecossocialista, a maioria das pessoas ecossocialistas que conhece é vegana, vegetariana, ou ao menos têm essa consciência sobre a necessidade de diminuir o consumo de carne.

Comentou também sobre críticas que vem de setores da esquerda que não estão no PSOL. Cita correntes marxistas-leninistas, próximas do estalinismo, que acusam os ecossocialistas de revisionismo, e os chamam, pejorativamente, de esquerda “cirandeira” ou esquerda hippie. Em contraste, disse que o anarquismo é um grande aliado, pois tem muito forte o debate ambiental/ecológico/vegano, e que nos espaços em que atuam sempre tem muito anarquista, e que existe uma parceria.

Também lembrou que alguns setores da esquerda (mas não dentro do PSOL), da esquerda moderada, que coloca o agronegócio “lá em cima”, porque “[...] é o nosso maior setor econômico, nos traz muito dinheiro” (Entrevistada 4).

Sobre as políticas na área ambiental nos governos Lula e Dilma, lembrou criticamente das usinas de Belo Monte e Altamira, e do incentivo ao modelo do agronegócio. Entende que os governos federais do PT poderiam ter apresentado alternativas ao modelo do agronegócio através, por exemplo, de parcerias com o Movimento dos Sem Terra (MST), e fortalecer a agricultura familiar, orgânica, agroecológica. Lamentou que, embora os importantes avanços sociais feitos nos referidos governos, se tenha dificuldade em pensar algo de bom que tenha sido feito na área ambiental. Após pensar um pouco, lembrou apenas do Guia Alimentar para a população brasileira.

Entende que no governo Bolsonaro não existe política ambiental, e que, antes dele ser eleito, já era muito nítido o quanto ele via o meio ambiente apenas como mercadoria, aquilo tinha que dar lucro.

8.1.5 Entrevistada 5

A entrevistada 5 é de Florianópolis. Filiou-se ao PSOL por volta de 2016, ao se identificar com as propostas do partido em seu município relacionadas à justiça social e ao meio ambiente. A partir de 2017, já no partido, começou a priorizar a construção da Setorial Ecosocialista: “[...] eu também participava do Setorial das Mulheres né, mas o que me fazia sentido, mais sentido, do olhar sistêmico, da transformação, era o Setorial Ecosocialista” (Entrevistada 5). Em 2018, participou do Encontro Nacional do Setorial Ecosocialista do PSOL, que ocorreu de modo concomitante ao Fórum Mundial Alternativo da Água (FAMA). Na ocasião, salienta que ocorreram fatos marcantes em sua trajetória: participou da fundação da Aliança Socialista Latino-Americana (AELA), e conheceu Sabrina Fernandes, do Canal Tese Onze (YouTube) e o entrevistado 2, que considera referências do ecosocialismo. Mais tarde, participou da campanha da liderança indígena Kerexu Yxapyry, que se candidatou a deputada federal pelo PSOL divulgando o conceito do bem viver.

A entrevistada relatou que começou a fazer parte da tendência Subverta porque entendeu a importância de um tensionamento interno para fortalecer a pauta relacionado ao meio ambiente, ao bem viver, à agroecologia, ao ecosocialismo. Referindo-se ao Subverta, ela afirma: “[...] todo nosso planejamento nacional e que a gente segue aqui é pensando na construção duma sociedade do Bem Viver [...] a gente sabe que para alcançarmos teremos que passar por um planejamento estratégico ecosocialista” (Entrevistada 5).

Como parte do referido planejamento para a construção da sociedade do bem viver, a entrevistada 5 participou da criação da Comunidade Agroecológica do Bem Viver em Santa Catarina, inspirada em experiência primeira realizada no Distrito Federal. A entrevistada explica que o projeto visa trazer uma alternativa prática ao agronegócio, além de ser uma oportunidade de ligação com a cultura do bem viver, oportunizando que as pessoas não indígenas possam conhecer a cultura indígena, reconectar-se com a terra e com outra forma de viver que o modo guarani nos inspira. Conforme a entrevistada, a partir da pandemia o projeto foi potencializado, e está sempre presente a formação política das pessoas envolvidas:

[...] a gente não quer só trabalhar com consumo de fato, né, a gente quer realmente ir formando as pessoas, envolvendo as pessoas, entendendo que a luta indígena não é

uma luta especificamente indígena, mas é uma luta nossa também tem uma luta pela vida né. Esse projeto também quer, ele trabalha com a técnica agroflorestal, então a gente também quer trazer o viés da recuperação da mata atlântica né, a recuperação dos biomas (Entrevistada 5).

Sobre o espaço para este debate no partido, a entrevistada 5 afirmou que a Setorial Ecosocialista tem feito um trabalho muito intenso, e que já existe uma abertura do PSOL para o ecosocialismo. Cita que, além de Santa Catarina, em São Paulo e no Rio de Janeiro a Setorial é bastante forte; lembra também que a candidatura de Sônia Guajajara como candidata a vice-presidenta nas eleições de 2018 foi indicação da Setorial Ecosocialista. A entrevistada vê como sinal de fortalecimento da pauta ecosocialista o fato de que “[...] até algumas pessoas candidatas por exemplo no PSOL que nunca participaram da construção do Setorial Ecosocialista se diziam ecosocialista na época da eleição. Então a gente vê que realmente o ecosocialismo tá chamando a atenção” (Entrevistada 5).

Sobre as dificuldades para a pauta pós-desenvolvimentista na esquerda, a entrevistada disse que é preciso avançar no entendimento de que é um equívoco enxergar a luta de forma “separada”, referindo-se à ideia ainda presente na esquerda de que primeiro se faz a luta para o proletariado chegar ao poder, e, depois disso, se faz outras lutas, dentre as quais as relacionadas à pauta ambiental.

No que tange à política ambiental nos governos Lula e Dilma, a entrevistada entende que houve um misto de avanços e decepções. Dentre os avanços, cita a política dos conselhos de políticas públicas, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que “[...] teve uma força dentro dos programas né de aquisição de alimentos, teve uma força pensando em famílias, produtores familiares” (Entrevistada 5). No entanto, lamenta que, ao mesmo tempo em que fazia um trabalho em favor da agricultura familiar, os governos federais do PT também privilegiavam o agronegócio. A mesma ambiguidade existiu, no seu entender, nas pautas dos povos originários: houve avanços em relação à Funai e no diálogo com os povos indígenas, mas critica os avanços tímidos no que se refere à demarcação de terras indígenas, explicando que houve demarcações que não foram homologadas. Cita como exemplo o próprio território indígena Morro dos Cavalos, “[...] uma terra grande né que foi demarcada, a Dilma teve a caneta na mão, teve oportunidade de homologar, e não homologou” (Entrevistada 5). Entende que houve avanços, embora insuficientes, na fiscalização ambiental, mas lamenta a continuidade da exploração de hidrelétricas e de combustíveis fósseis, em vez da busca por fontes de energia alternativas.

A entrevistada comentou que o governo Bolsonaro terminou com a política de aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar. Entende que com o governo Bolsonaro houve

o desmonte total da política ambiental, e um absoluto retrocesso ao respeito aos direitos dos povos originários e de seu modo de vida:

[...] é um anti-governo, é um anti-ministro do meio ambiente. Então enfim, é desregular, desregularizar, tudo que foi criado, né, abrir pra mineradora, é abrir pro desmatamento, é abrir pros grileiros, é abrir, enfim, né, pra mercantilização da vida. Em relação aos indígenas a inclusão deles na sociedade, como se eles quisessem estar na sociedade capitalista, né; É uma falta de respeito gigante com a cultura dos povos originários, também dos quilombolas, enfim, todas as pessoas que vivem no seu modo de vida né e não capitalista [...] Com relação à política indígena, meu Deus! Cheio de sacanagem acontecendo, de abertura, de permissões, né, de visita, inclusive de contato com aldeias indígenas que estavam aí isoladas, né, pela frente religiosas, né. É uma catequização, é uma forma desenfreada aí de continuar com a colonização, massacre total (Entrevistada 5).

A entrevistada relata que a política do governo Bolsonaro gera efeitos negativos também em nível estadual e municipal; Cita que, em Florianópolis, está-se tentando “[...] abrir as portas também pra construção em restingas, em mangues, em tudo” (Entrevistada 5).

8.2 ENTREVISTA COM FILIADO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Encontramos apenas um filiado ao PDT crítico ao desenvolvimentismo. Fortalece a ideia de que não há muitos filiados do PDT com esta visão o fato de que pedimos indicação de outros filiados do PDT para o filiado entrevistado, e, embora ele tenha uma vasta experiência política, tendo sido vereador e secretário municipal, disse não conhecer nenhum outro filiado ao partido com esta concepção.

8.2.1 Entrevistado 6

O entrevistado 6 foi o único filiado ao PDT com críticas ao desenvolvimentismo que localizamos. Chegamos até ele por indicação da entrevistada 5 (técnica da bola de neve). É jornalista, tem 39 anos. Foi vice-presidente estadual do PSOL em Santa Catarina. Depois, se afastou do partido e da política. Pelo PDT, foi secretário municipal de cultura e exerceu um mandato de vereador (2017-2020) em um município da região metropolitana de Florianópolis. Foi o vereador mais jovem eleito no referido município, e por apenas três votos não se reelegeu. Foi também secretário do plano de governo do partido nas últimas eleições municipais, então várias pautas relacionadas com o bem viver, com a agroecologia, fizeram parte do programa para a cidade.

No entanto, o entrevistado sublinha que o espaço ocupado por pautas relacionadas à agroecologia e ao bem viver é uma exceção à regra que ocorreu por algumas situações específicas vivenciadas em seu município. Dentre tais situações, o fato do próprio entrevistado ter sido o secretário do plano de governo e, assim, ter tido a chance de colocar tais pautas em debate; o fato de que o PDT estava coligado com o PSOL, que tem, no município, uma importante liderança que tem bastante acúmulo sobre o bem viver; o fato de que o vereador Marquito, do PSOL de Florianópolis, exerce forte influência no PSOL de sua cidade.

Desde os dez anos o entrevistado é escoteiro, e considera que isto contribuiu para o desenvolvimento de sua consciência ecológica. Relata também diversas outras influências: a de um professor da graduação e a de um amigo ativista cultural, que têm um trabalho com os indígenas guaranis; sua irmã, que, em suas pesquisas no mestrado e no doutorado, trabalhou com comunidades tradicionais; o vereador Marquito, que lhe apresentou o conceito do bem viver, e lhe influenciou “[...] positivamente, e eu começo a compreender. Então o que a minha irmã comentava eu encontro no Marquito, e essas conexões começam a se firmar” (Entrevistado 6).

Para o entrevistado 6, o bem viver significa “[...] uma relação profunda com a ecologia enquanto o grande e verdadeiro ecossistema que nós somos parte. Como uma via de realmente um novo envolvimento dos humanos com a sua raiz ecológica” (Entrevistado 6). interessante que o entrevistado 6 completa explicando que usa a palavra “envolvimento” para fazer contraponto com a palavra “desenvolvimento”. Para ele, não há dúvida de que o sistema referenciado no bem viver, no qual ele acredita, é totalmente crítico ao desenvolvimentismo. Diz que se referencia nas formulações sobre o *buen vivir* do equatoriano Alberto Acosta, e mostra o livro “O Bem Viver” (ACOSTA, 2016): “[...] é onde eu busco encontrar, sabe, esse subsídio de vida” (Entrevistado 6). Cita a importância de iniciativas concretas que possam traduzir tais críticas e ideias em um projeto político, e cita o projeto que envolve a comunidade indígena Morro dos Cavalos. O entrevistado, ao falar deste projeto, faz referência à entrevistada 5, e diz que ele e sua família colaboravam comprando cestas de produtos agroecológicos.

O entrevistado 6 é bastante claro sobre o espaço para o bem viver ou para a crítica ao desenvolvimentismo em seu partido político: “O partido o qual eu componho, é um partido desenvolvimentista. O próprio projeto que o PDT vem construindo, por exemplo, com a candidatura do Ciro Gomes, né. O próprio nome traz isso, Projeto Nacional de Desenvolvimento” (Entrevistado 6). O entrevistado diz que compreende o desenvolvimentismo no contexto histórico da época da liderança do Brizola, e da pertinência da ideia de construção de um Estado soberano, com a defesa da indústria nacional. Comenta que em seu mais recente

livro, *Ciro Gomes* (GOMES, 2020) reserva um trechinho sobre ecologia, mas ainda muito pequeno. E que o movimento do ecotrabalhismo ainda é pequeno dentro do partido, mas já começa a discutir a pauta ecológica e a influenciar o projeto desenvolvimentista do PDT. Quando questionei se o ambientalismo do PDT chega a debater sobre o bem viver, a resposta foi:

Ainda não. Mas eu também interpreto que é porque muitas pessoas ainda não tiveram o encontro com a pauta do Bem Viver, com essa crítica ao desenvolvimentismo, no sentido de mostrar que existem outras formas, outros caminhos, e que a gente pode equilibrar, e vai equilibrar não na lógica capitalista, né. Porque o nosso desafio é como que a gente mostra a pauta do Bem Viver contra a lógica da grife ecológica. Por exemplo, eu participo de um movimento que é a Agenda 2030 da ONU. É claro que lá na Agenda 2030 a gente vai ter todas as outras dimensões da sustentabilidade, e lá sim eles separaram a sustentabilidade... muitas pessoas falam sustentabilidade, acham que é plantar árvore e não jogar papel no chão, né. Mas lá sim, a lógica da agenda é outros pilares sociais, questão de gênero, bababá, e por aí afora. E vai ter a dimensão ecológica também. Só que a gente ainda não consegue chegar com a interpretação, com a visão do Bem Viver nessas frentes. Ainda é um desafio pra nós (Entrevistado 6).

E por que esta dificuldade para a crítica ao desenvolvimentismo, e conceitos como o bem viver, ganhar espaço na esquerda partidária?

Bom, é uma boa pergunta [...] É um desafio de reflexão, né. Uma, eu acho que assim, a esquerda brasileira ainda não se reinventou. E acho que a gente ficou muito burocrático. E talvez esse risco tenha sido natural, porque com o governo do PT, que PDT, PSB, enfim, todo esse grupo fez parte, é o desafio de tá dentro das instituições, e você ficar dentro das instituições e se afastar dos meios populares, a base, e deixar que a base dialogue com outras forças, né. E isso aconteceu. E eu vejo que isso acontece também com o Bem Viver. Daí a própria esquerda quer dar respostas extremamente imediatas, e respostas dentro do sistema. Enquanto a gente der respostas dentro do sistema, a gente não vai abrir o espaço pra lógica do Bem Viver. Porque daí a gente tem que dar respostas rápidas pra geração de emprego e renda, pro problema de moradia, pro combate à fome. - tudo necessário, não tô subestimando essas pautas, jamais, nunca, né. Mas a gente olha, as nossas respostas pra essas pautas são de curto prazo, porque são respostas eleitorais, de manutenção do poder. Aí a gente não vai abrindo olhares, ou valorizando talvez iniciativas que sejam a possibilidade dessa construção da sociedade do bem viver (Entrevistado 6).

Apesar das dificuldades, o entrevistado 6 considera que a ideia do bem viver está crescendo, principalmente no PSOL e na Rede, em especial pela presença de movimentos e lideranças indígenas. Para exemplificar, cita a candidatura a vice-presidenta da República de Sônia Guajajara, e a eleição de Joenia Wapichana como deputada pela Rede pelo estado de Roraima (o entrevistado não lembrava do nome da deputada). E, no que tange a Santa Catarina, diz que agora há dois mandatos “importantíssimos” na capital que trabalham estas pautas, referindo-se ao mandato de Marquito (em segundo mandato) e do Mandato Coletiva, eleito pela primeira vez nas últimas eleições. Por conta destes dois mandatos, diz ter curiosidade para ver

se, na próxima campanha para o governo do estado de Santa Catarina, as pautas relacionadas ao bem viver estarão representadas no programa do PSOL.

O entrevistado avalia que as políticas ambientais dos governos Lula e Dilma foram paliativas. Para ele, houve alguns avanços quando Marina Silva era a ministra do Meio Ambiente, mas que, no geral, a política adotada atendeu ao sistema com algumas amenidades e os governos federais do PT perderam a oportunidade de fortalecer iniciativas ambientais, ecológicas e agroecológicas. Entretanto, logo a seguir sublinha que não se compara com o caos estabelecido desde 2016. Quando perguntei mais especificamente sobre a política ambiental em vigor atualmente no Brasil, a primeira reação do entrevistado foi dar uma risada alta. Na sequência, disse que é “[...] a política da destruição, né, muito triste” (Entrevistado 6).

Ao final, pedimos ao entrevistado indicação de outras pessoas filiadas ao PDT com visão crítica ao desenvolvimentismo, e sua resposta foi que não conhece mais ninguém com tal visão dentro do partido.

8.3 ENTREVISTAS COM FILIADOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Entrevistamos um filiado e uma filiada do PT. Ambos com experiência tanto nos movimentos sociais como também, com experiência no partido e no exercício de mandatos.

8.3.1 Entrevistado 7

O entrevistado 7 tem 46 anos e foi vereador por dois mandatos pelo PT, em Porto Alegre. Foi ciclista profissional, e diz que a relação com a bicicleta trouxe uma conexão imediata com temas culturais e ambientais. Participa do Massa Crítica de Porto Alegre, movimento existe em cerca de 300 cidades ao redor do mundo e que celebra a bicicleta como meio de transporte. Na Câmara Municipal, apresentou cerca de 130 projetos, dentre os quais o que proíbe canudos plásticos em Porto Alegre e o que proíbe a incineração de lixo na cidade. Apresentou também o projeto de lei que obrigaria a plantação de uma árvore para cada carro vendido na cidade, como forma de compensar a emissão de dióxido de carbono; projetos ligados à bicicleta e à alimentação orgânica.

Enquanto vereador, escreveu um artigo, em coautoria com uma jornalista, sobre o livro “Decrescimento - vocabulário para um novo mundo”, da autoria de D’Alisa, Demaria e Kallis (2016), fato que nos chamou a atenção e nos deu a ideia de entrevistá-lo. O entrevistado considera que o tema, assim como qualquer crítica ao desenvolvimentismo, ainda está distante

da pauta da esquerda. Aponta que como principal motivo o fato de que a pauta da esquerda ainda está muito vinculada a temas relacionados, em suas palavras, à “sobrevivência”, a “temas existenciais”, como alimentação e emprego, e considera que isto é normal em um país como o Brasil. O entrevistado faz uma reflexão em que, por um lado, diz que sabe que não se deve optar entre proteger a natureza ou alimentar as pessoas, ou entre fazer a barragem do São Francisco ou as pessoas morrerem de sede; ao mesmo tempo, não sabe se conseguiria ter tomado decisões diferentes caso estivesse no lugar do Lula quando este foi Presidente da República.

Sobre o espaço no PT para esta discussão, disse que na eleição de 2018, pela primeira vez, os candidatos ligados à setorial ambiental (assim como candidatas ligadas à pauta das mulheres, e candidatos e candidatas ligados à pauta do movimento negro) receberam do PT uma parte do fundo eleitoral. Explicou que o coordenador da Setorial Estadual do Meio Ambiente indicava ao partido os candidatos ligados à Setorial, e considera que isto foi uma sinalização positiva. Então perguntei se na Setorial estava colocado o debate sobre o desenvolvimentismo, ou até se a Setorial pretendia influir para que o partido repensasse sua concepção sobre o desenvolvimentismo, e sua resposta foi:

Não dessa forma, “vamos combater o desenvolvimentismo”. Porque o desenvolvimentismo não chega a ser um palavrão, não é uma coisa feia, [é] o cara querendo desenvolver, né [risos]. Ele teria que desenvolver os três, ambiental... ser um desenvolvimento sustentável (Entrevistado 7).

A referência ao desenvolvimento sustentável apareceu também quando lhe perguntei sobre o significado, para si, de sustentabilidade ecológica: “[...] quando fala em sustentabilidade tá falando do tripé. Não tem como achar que a gente consegue desenvolver sem a parte econômica, ambiental e social” (Entrevistado 7).

Para o entrevistado, o programa partidário é formado por propostas das quais não há discordância, como melhorar a eficiência energética, por exemplo. São temas mais genéricos. Pontuou que o PT, especificamente, é um partido que resolveu ser governo, e não apenas demarcar e apresentar “ideias legais”. O conflito vai existir no momento da execução de uma política, e usou como exemplo a construção de uma barragem, que vai ocasionar um dano ambiental, vão ter as pessoas atingidas pela barragem, e, por outro lado, vai ter quem justifique pelo ganho de energia.

O entrevistado tem uma posição conciliatória, ou ambígua, sobre a política econômica dos governos Lula e Dilma. Diz que é crítico porque é possível fazer mais do que foi feito, mas pondera que não julga, pois as pessoas que passaram pelos ministérios (cita Marina Silva e Carlos Minc) são reconhecidos militantes que dedicaram suas vidas à causa ambiental e

portanto, fizeram o que foi possível. Pontua que desde o governo Temer começou a haver retrocesso na área ambiental, e com o governo Bolsonaro piorou ainda mais. Acredita que, com um novo governo de esquerda após Bolsonaro, ficará mais claro o que pode ser feito, e haverá um parâmetro de comparação (com o governo atual).

8.3.2 Entrevistada 8

A entrevistada 8 é carioca, mas radicada em Salvador desde os anos 1970. Sua mudança para a Bahia foi por conta do risco que corria no Rio de Janeiro, por conta de sua militância estudantil na ditadura civil militar. É economista e doutora em Ciência Política. Faz parte do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Meio Ambiente do Centro de Altos Estudos de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo e é Secretária da Setorial do Meio Ambiente da Bahia. Teve intensa atuação sindical, tanto na categoria dos gráficos como na dos bancários. Além do PT, partido do qual foi fundadora, saiu e voltou, passou pelo PCB e pelo PV. Foi vereadora, vice-prefeita secretária de educação municipal e diretora do Instituto do Meio Ambiente e Desenvolvimento da Bahia.

Conforme a entrevistada, o PT superou a ideia de que a pauta ambiental deve vir em um segundo momento, após a conquista de outras mudanças. Diz que a Setorial funciona bastante bem. No entanto, considera um problema a visão, dentro do partido, que defende a aliança com o agronegócio. Considera que, com esta aliança, o interesse do agronegócio acaba prevalecendo, e cita como exemplo o fato de que a agenda do agronegócio move a área de meio ambiente estadual.

A entrevistada colocou bastante ênfase na incompatibilidade entre neoliberalismo e gestão ambiental. Ou seja, em sua fala a dicotomia principal não é desenvolvimentismo *versus* ecologia, mas neoliberalismo *versus* ecologia. Entende que a estrutura de meio ambiente criada no país é importante. Que o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) é um sistema consistente, com propostas, resoluções e com um conjunto de leis e regulamentos que permite a gestão ambiental. No entanto, com o avanço do neoliberalismo, os órgãos ambientais passaram a ser vistos como um estorvo, e na prática têm sido “cartórios licença”. Na Bahia, mais de 98% da supressão de vegetação na Bahia são oficiais, ou seja, o desmatamento é legalizado, e, muitas vezes, em terras devolutas, contribuindo com o interesse dos grileiros para a legalização da terra e consequente entrada no mercado, após a grilagem. Por isso, considera que este modelo está superado. Que é preciso um novo pacto político que o modelo exportador de *commodities* seja revisto. Caso contrário, não há nenhum modelo ambiental – que não seja

“cartorial” – que possa funcionar de fato, pois o modelo exportador de commodities é absolutamente contraditório com a ideia de gestão socioambiental.

Sobre a questão do desenvolvimentismo, reforçou a necessidade de uma transição e a impossibilidade de se fazer gestão ambiental com o modelo atual, mas ponderou: “[...] não que a gente não tenha conciliação com o desenvolvimento. O desenvolvimento tem que ser qualificado, o que é desenvolvimento? O desenvolvimento é gerar essas commodities? (Entrevistada 8).

Com relação à política ambiental nos governos Lula e Dilma, considera positiva, apesar da permanência do modelo exportador de commodities. Sua avaliação positiva se faz, em especial, pelo papel de destaque do Brasil nas articulações internacionais, citando o fato de que o país foi protagonista do Acordo de Paris com metas ambiciosas que estimularam outros países a adotar metas mais ousadas também. Na sua argumentação sobre os governos federais do PT, apareceu uma vez mais a referência ao desenvolvimento sustentável:

Eu acho que houve um avanço especialmente o que diz respeito às articulações internacionais. O papel do Brasil nas conferências do clima foi muito destacado. A elaboração daquelas agendas todas, os objetivos do desenvolvimento sustentável, da forma como isso foi traduzido aqui, e como era tratado e implementado. Isso foi um ganho muito grande (Entrevistada 8).

Sobre o governo Bolsonaro, a entrevistada fez a seguinte observação:

Uma destruição, uma demolição total. É inacreditável a ousadia dessas pessoas, o cinismo dessas pessoas. Eles tão fazendo altos negócios, estão ganhando muito dinheiro, não é pouco não. Então é uma maneira de ganhar dinheiro, eles estão ganhando bilhões com isso, e ao mesmo tempo destruindo toda a estrutura que foi... que é essa a pena que eu sinto, nos debates que eu tenho participado, das pessoas que construíram ao longo de anos, 41 anos esse sistema nacional de meio ambiente no Brasil. Está totalmente destruído. Eu tenho conversado com as pessoas dos órgãos, do Ibama, do ICMbio, é uma tristeza (Entrevistada 8).

A entrevista finalizou com a lamentação de que, sob o governo Bolsonaro, esteja havendo a destruição de décadas de trabalho ambiental no Brasil.

8.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Ao passarmos das análises individuais de cada entrevista para uma análise de seu conjunto, percebe-se uma clara diferença entre os entrevistados de cada partido. Mesmo que tenhamos buscado entrevistar exclusivamente ativistas críticos ao desenvolvimentismo, as diferenças apareceram.

Os filiados ao PSOL formaram uma homogeneidade no que concerne ao referencial ecossocialista e, inclusive, à ideia do bem viver. Mesmo com as diferenças entre si, como idade, região do país e tendência interna partidária – entrevistamos pessoas ligadas ao Subverta, à Comuna e à Primavera Socialista –, houve esta uniformidade. Inclusive com a referência direta a alguns teóricos do ecossocialismo (Michel Löwy) e do *buen vivir* (Alberto Acosta).

Além da similitude sobre o ecossocialismo e o bem viver, ficou claro nas entrevistas com os psolistas que entendem a Setorial como instrumento fundamental para fortalecer a proposta ecossocialista e disputar no partido a visão pós-desenvolvimentista. Esta mentalidade apareceu em todas cinco entrevistas realizadas com filiados do PSOL.

A complementariedade entre ecossocialismo e pós-desenvolvimentismo vem ao encontro da ideia de que os ecossocialistas são críticos do produtivismo colocado em prática inclusive em governos socialistas (MANIFESTO ECOSSOCIALISTA INTERNACIONAL, 2002 *apud* LÖWY, 2014). No entanto, a naturalidade com que estes ativistas ambientais do PSOL entrevistados trabalham a estratégia ecossocialista com a cosmovisão do *buen vivir* vem de encontro ao entendimento ao menos de parte da literatura. Chuji, Rengifo e Gudynas (2019, p. 189) consideram que as alternativas referenciadas no bem viver são necessariamente pós-socialistas, e não apenas pós-capitalistas:

As alternativas se abrem a processos históricos múltiplos, paralelos, não lineares e inclusive circulares. O desenvolvimento é questionado por sua obsessão com o crescimento econômico, consumismo, mercantilização da natureza, etc. Esta crítica abarca o desenvolvimento em todas as suas variedades, tanto capitalistas como socialistas. Consequentemente, a partir do sentido original do Buen Vivir não há sentido em um <<Buen Vivir socialista>>. As alternativas são ao mesmo tempo pós-capitalistas y pós-socialistas, desassociando-se do crescimento e focadas em uma completa satisfação das necessidades humanas (tradução nossa).

Ao menos em três das entrevistas realizadas com filiados ao PSOL, apareceu a ideia de que é necessário, em uma sociedade pós-desenvolvimentista, que a sociedade debata e decida sobre o que produzir, em uma lógica qualitativa (e não quantitativa) sobre a produção, resultando em aprendizado sobre produzir o que é necessário e, a partir disto, submeter as relações sociais às relações ecossistêmicas. Esta ideia tem absoluta similaridade com a formulação de Gorz (1991), primeiro a utilizar o termo “decrecimento”, para quem uma política referenciada no socialismo deve estimular a sociabilidade por formas voluntárias de cooperação e trocas não mercantis e não monetárias, favorecendo o controle social dos mercados pelos próprios cidadãos, que devem resolver a questões como o que deve ser produzido (e como), padrões de consumo, estilos de vida.

Se os entrevistados filiados ao PSOL vestem a camiseta do ecossocialismo e referenciam-se no bem viver, os filiados ao PT não citaram nenhuma vez estes conceitos. Após esta constatação, é natural ligarmos ao fato de que o próprio nome da setorial que une os ambientalistas em cada partido é diferente. Enquanto no PSOL os ambientalistas estão trabalhando no fortalecimento da Setorial Ecossocialista, no PT se reúnem na Setorial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O nome da setorial petista vem ao encontro da crítica de Acosta (2015, 2016), Gudynas (2011a, 2012a) e Lang (2016), de que a esquerda se limita a pensar alternativas (seja para as questões sociais como para as questões ecológicas) dentro do paradigma desenvolvimentista.

Um dos entrevistados petistas, o entrevistado 7, fez referência ao decrescimento (frisando que não é especialista no tema), até pelo fato de que comentei ao procurá-lo que havia lido seu artigo sobre o assunto. No entanto, pontuou que os ambientalistas petistas não são inimigos do desenvolvimento, e que a Setorial não busca disputar internamente o programa do partido com vistas à superação do paradigma desenvolvimentista. Embora com ponderações positivas sobre a ideia do decrescimento, o entrevistado 7 sintetizou o significado de sustentabilidade ecológica fazendo referência ao tripé característico do desenvolvimento sustentável. Como descrevemos anteriormente, a ideia pós-desenvolvimentista não é conciliável com o conceito do desenvolvimento sustentável. Latouche (2009), um dos expoentes do decrescimento, expressa claramente essa incompatibilidade afirmando que o desenvolvimento sustentável representa um oxímoro, porque o desenvolvimento não pode ser nem duradouro nem sustentável.

A outra entrevistada ligada ao PT, a entrevistada 8, falou sobre seu absoluto convencimento de que é necessária uma transição ecológica. No decorrer da entrevista, busquei compreender se, para ela, esta transição significava ou não a superação do desenvolvimentismo. Sua fala sobre tema foi no sentido da necessidade de um pacto político que elabore uma outra lógica econômica, pois a economia baseada em *commodities* nunca será uma economia sustentável. Outrossim, a entrevistada focou nos malefícios que o neoliberalismo traz, tanto socialmente como para o meio ambiente. Desse modo, em sua fala a contradição aparente é entre neoliberalismo e sustentabilidade ecológica, e não entre desenvolvimentismo e sustentabilidade ecológica. Isto fica mais claro quando, ao final da entrevista, ao lembrar aspectos positivos da política ambiental nos governos Lula e Dilma, cita a forma como os objetivos do desenvolvimento sustentável foram traduzidos e implementados durante os governos federais do PT. Como expressa Martínez-Alier (2009), uma política desenvolvimentista no curto prazo, que aumente o investimento público em energias

alternativas, em transporte público, em agricultura orgânica, é compatível com uma economia ecológica pós-desenvolvimentista, desde que, para além do curto prazo, haja uma estratégia de rompimento com a lógica do crescimento. Ou seja, na lógica da sustentabilidade forte e do pós-desenvolvimentismo, não basta romper com o neoliberalismo, mas buscar uma alternativa ao desenvolvimento – inclusive à ideia de desenvolvimento sustentável.

O entrevistado 6, filiado ao PDT, referiu que no partido existe o Movimento Ecotrabalhista, mas deixou claro que não há o debate sobre o pós-desenvolvimentismo nem no partido e nem no referido movimento. O fato deste entrevistado ter sido o único filiado ao PDT que localizamos com críticas ao desenvolvimentismo também é um indício de que este debate ainda é inexistente, ou quase isso, no partido. Inclusive porque o próprio entrevistado, que tem uma militância importante, já tendo sido vereador e secretário municipal, afirmou não conhecer nenhum outro filiado ao PDT com posições parecidas com as suas. Ficou claro que sua relação com o PSOL, com militantes e lideranças deste partido, influenciam mais em seu conhecimento sobre temas como o bem viver (assim como outros aspectos, como a leitura de obra do Alberto Acosta e a influência de familiares, professores, amigos) do que qualquer espaço de debate dentro do PDT.

De modo similar, o fato de não termos localizado nenhum filiado do PSTU com visão pós-desenvolvimentista, em que pese tenhamos utilizado a técnica da bola de neve, também é um indício de que neste partido não esteja colocado este tema. Interessante que o entrevistado 2, socioambientalista e importante liderança ecossocialista do PSOL, ao traçar um panorama geral dos partidos de esquerda em relação à pauta ecológica, afirmou que “[...] o PSTU é muito, muito, muito distante até de uma prática ambiental. Sempre focou muito no chão de fábrica, né, sempre teve uma construção muito orientada pra isso, e tem pouca prática e até pouca formulação sobre a luta ambiental” (Entrevistado 2). Quando lhe perguntei (aplicação da técnica da bola de neve) se podia me indicar alguma pessoa filiada ao PSTU com visão crítica ao desenvolvimentismo, me disse que não conhecia nenhum, e que, caso eu encontrasse, que ele também gostaria de conhecer, para trabalhar em conjunto.

Com relação à política ambiental dos governos Lula e Dilma, todos os entrevistados expressaram avaliação de que poderia ter ido além. Embora todos os entrevistados tenham citado que houve alguns avanços, e embora tenha havido consenso também na avaliação de que, por mais críticas que se possa ter às gestões Lula e Dila na área ambiental, não se pode comparar com o retrocesso que ocorreu a partir da eleição de Bolsonaro, podemos notar algumas diferenças que expressam diferenças conceituais.

A entrevistada 8, filiada ao PT, expressa bem tanto as concordâncias como as diferenças em relação à opinião sobre a atuação dos governos Lula e Dilma na área ambiental. Por um lado, esta entrevistada, assim como quase todos os demais, criticou a relação dos governos Lula e Dilma com o agronegócio e a política voltada às *commodities*. No entanto, as diferenças aparecem quando elogia a aplicação dos objetivos do desenvolvimento sustentável durante os governos Lula e Dilma, enquanto os entrevistados filiados ao PSOL, e mesmo o entrevistado filiado ao PDT, falam abertamente sobre a importância do ecossocialismo e do bem viver como alternativas ao desenvolvimentismo.

Mas uma outra diferença foi o elogio expressado pela entrevistada 8 às articulações internacionais e ao papel exercido pelo Brasil nas conferências mundiais. Embora concordem que as políticas ambientais dos governos federais petistas sejam muito superiores às do atual governo, nenhum dos entrevistados dos demais partidos fez referência ao papel do governo brasileiro nos encontros internacionais como um aspecto positivo durante os governos Lula e Dilma. Isso pode ser explicado pelo fato de que, a partir da lógica da sustentabilidade forte e do pós-desenvolvimentismo, as conferências internacionais são extremamente limitadas para enfrentar a urgência ambiental e climática justamente pelo fato de se basearem na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Conforme Gómes-Baggethun (2019), desde a publicação do Informe Brundtland (1987), todos os principais informes sobre a sustentabilidade, assim como as declarações das cúpulas da Terra respaldam a ideia do crescimento econômico, da liberalização do comércio, e reiteram a ideia de que não há conflito entre crescimento, justiça social e proteção ambiental. Inclusive a Rio+20, ocorrida durante o governo Dilma, foi fundamental para a formação de um consenso internacional sobre o desenvolvimento sustentável e para o distanciamento às políticas mais radiciais baseadas nos critérios de sustentabilidade dos anos 1970 (conforme o autor, não é à toa que o encontro se chamou Rio+20 e não Estocolmo +40).

Ou seja, apesar de consensos em muitos pontos entre todos os entrevistados, como na análise do retrocesso representado pelo governo Bolsonaro na área ambiental, e a crítica a alguns pontos da atuação ambiental nos governos Lula e Dilma, a clivagem ambiental na esquerda se fez presente ao analisarmos o conjunto das entrevistas: os entrevistados do PSOL e o entrevistado do PDT expressaram concepção que busca alternativa ao desenvolvimento, enquanto os entrevistados filiados ao PT demonstraram estar ligados ao conceito do desenvolvimento sustentável; e, portanto, à busca por um desenvolvimento característico da sustentabilidade fraca, que, baseado no crescimento econômico e nos avanços tecnológicos, alcançaria a sustentabilidade ecológica (Quadro 1).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o espaço existente para as ideias pós-desenvolvimentistas e baseadas na sustentabilidade forte dentro dos partidos de esquerda no Brasil? Há propostas baseadas na sustentabilidade forte nos programas de governo apresentados pela esquerda partidária brasileira nas eleições presidenciais de 2018? Este trabalho respondeu a estas indagações e analisou como se dá concretamente a atuação de ativistas ambientais ligados à sustentabilidade forte (e, portanto, críticos ao desenvolvimentismo) filiados aos partidos da esquerda partidária brasileira analisados e o espaço real existente para suas propostas nestas organizações.

A hipótese aventada foi a de que a afirmação de Acosta (2015, 2016), Gudynas (2011a, 2012a) e Lang (2016), de que a esquerda se limita a pensar alternativas dentro do paradigma desenvolvimentista (sustentabilidade fraca), é válida para a atual esquerda partidária brasileira e, portanto: é restrito ou inexistente o espaço para a crítica à ideia do desenvolvimento e para propostas que dialoguem com a lógica da sustentabilidade forte nos partidos analisados.

A análise dos programas apresentados para as eleições presidenciais de 2018 demonstrou que, de fato, de modo geral, as propostas ambientais baseadas são referenciadas na sustentabilidade fraca. No entanto, o PSOL foi uma exceção: no programa apresentado pelo partido em 2018 há propostas para alcançar o crescimento e o desenvolvimento sustentável, mas também há propostas pós-desenvolvimentistas.

O foco principal do programa apresentado pelo PDT é a apresentação de estratégias para que o país volte a crescer; o programa propõe o desenvolvimento através do crescimento econômico sustentável. Ou seja, o foco no crescimento do início ao fim do programa é forte demais para que se tenha qualquer dúvida: não há espaço para a sustentabilidade forte e/ou para ideias pós-desenvolvimentistas no programa apresentado pelo PDT. A parte do programa que expressa o entendimento mais geral do partido sobre o tema ambiental remete às premissas da ecoeficiência e da economia verde. A primeira, pelo foco no manejo sustentável dos recursos naturais para alcançar o desenvolvimento sustentável. A segunda, pelo pressuposto de inexistência de conflito entre crescimento econômico e sustentabilidade e pelo objetivo central de incentivo a inovações que possibilitariam o desenvolvimento sustentável pela dissociação entre crescimento econômico e degradação ambiental.

De modo semelhante, o programa do PT fala em transição ecológica, mas suas propostas apresentadas dialogam com a lógica da economia verde e do desenvolvimento sustentável, como a busca por novas tecnologias e inovações verdes com vistas a uma economia de baixo carbono e que possibilitem a continuidade do crescimento. Ou seja, assim como o programa do

PDT, o programa do PT apresenta características claras da sustentabilidade fraca (Quadro 1) e do que Martínez-Alier (2017) denomina evangelho da ecoeficiência, corrente do ambientalismo que defende o crescimento econômico, mesmo que não a qualquer custo, e acredita no desenvolvimento sustentável, na modernização ecológica e na "boa utilização" dos recursos.

No programa petista há também proposta de que os povos do campo, das florestas e das águas afetados por empreendimentos energéticos possam se tornar sócios dos empreendimentos, o que remete à comparabilidade forte entre valores, uma característica da sustentabilidade fraca (MARTÍNEZ-ALIER, 2017), e denota foco em uma visão antropocêntrica, também característica da sustentabilidade fraca, em que o sentido de valor à natureza não é intrínseco, mas extrínseco, à medida que é outorgado pelos humanos (GUDYNAS, 2015). Tal proposta também é condizente com a ecoeficiência, no sentido de focar sua preocupação com os impactos da produção e com o manejo sustentável dos recursos naturais, e não com outros elementos como a preocupação com valores naturais intrínsecos. A parte do programa petista que apresenta política de gestão de resíduos tem referência na economia circular, que, conforme Kothari *et al.* (2019), faz parte do rol de ideias que se apresentam como soluções para o impasse ambiental, mas que trabalham presas à lógica do desenvolvimento.

O programa apresentado pelo PSTU praticamente não fala sobre o tema ambiental, e, mesmo quando apresenta uma importante proposta que poderia ser defendida também com argumentos ecológicos, não o faz. Referimo-nos à proposta de redução da jornada de trabalho. Esta ideia faz parte das ações concretas elaboradas por Otero *et al.* (2020) para deter a perda da diversidade no mundo; no entanto, o PSTU não faz uso de qualquer argumento ecológico ao apresentá-la, o que é um indicativo de ausência do olhar ambiental na elaboração do programa.

O programa apresentado pelo PSOL é o único, dentre os documentos partidários analisados, que traz propostas vinculadas à sustentabilidade forte. A referência na sustentabilidade forte é clara na parte do programa dedicada ao meio ambiente, quando o PSOL afirma que a reversão da crise ecológica não passa pela economia verde e quando propõe avançar nos direitos intrínsecos da natureza, com referência direta aos avanços feitos nesta área nas Constituições da Bolívia e do Equador e que têm vinculação direta com a cosmovisão do *buen vivir*, uma das ideias consideradas alternativas ao desenvolvimento (; ACOSTA, 2015; 2016; GUDYNAS, 2011a, 2012a; LANG, 2016), e com a sustentabilidade forte. No entanto, no restante do documento a lógica predominante é a da sustentabilidade fraca, com a exposição de propostas para se alcançar o desenvolvimento sustentável, aparecendo diversas vezes, também, o termo “crescimento sustentável”.

Ao analisarmos as entrevistas, percebemos diferenças marcantes entre os entrevistados conforme sua filiação partidária. Enquanto os filiados ao PT têm uma crítica ao modelo de desenvolvimento atual, mas têm referencial no desenvolvimento sustentável, os filiados ao PSOL e ao PDT são críticos à própria ideia do desenvolvimento e fizeram referência ao ecossocialismo, ao bem viver, ao decrescimento. Esta característica presente nos entrevistados filiados ao PT de certa forma nos surpreendeu, pois um dos entrevistados havia escrito um artigo sobre o decrescimento e a outra nos havia sido indicada como crítica ao desenvolvimentismo. Chegamos a ela através de um outro filiado ao PT que já havia aceitado participar da pesquisa e depois desmarcou dizendo-se não se sentir preparado para falar sobre o tema, indicando-a para “substituí-lo”. Este conjunto de situações indica a dificuldade que tivemos em conseguir entrevistar filiados ao PT críticos à ideia do desenvolvimento. Neste sentido, importante notar que o próprio nome da setorial que une os ambientalistas petistas leva desenvolvimento no nome: Setorial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Para o paradigma da sustentabilidade forte, isto, por si só, já é uma incoerência, e Latouche (2009) expressa bem esta ideia através da afirmação de que o desenvolvimento sustentável representa um oxímoro, porque o desenvolvimento não pode ser nem duradouro nem sustentável.

Se os entrevistados filiados ao PSOL e ao PDT tiveram entre si a semelhança da crítica ao desenvolvimentismo, houve uma diferença significativa que indica diferente espaço para as ideias pós-desenvolvimentistas em cada um destes partidos. Referimo-nos ao fato de que localizamos apenas um filiado ao PDT crítico ao desenvolvimento, enquanto filiados ao PSOL com esta visão foram encontrados com facilidade; e o relato destes entrevistados sobre o espaço no partido para a crítica ao desenvolvimento. O filiado ao PDT afirmou não conhecer nenhum outro filiado ao partido com estas ideias; afirmou também que, em que pese exista o movimento ecotrabalista, não há ideias críticas ao desenvolvimento. Por outro lado, os cinco filiados ao PSOL entrevistados expressaram que, mesmo que com algumas dificuldades, há espaço crescente no partido para o paradigma pós-desenvolvimentista, em especial através do fortalecimento das Setoriais Ecossocialistas. Tais entrevistados deixaram claro, inclusive, que os militantes ecossocialistas do PSOL buscam disputar o programa do partido de modo a incluir a visão ecossocialista que, para eles, necessariamente têm vinculação com a superação do desenvolvimentismo.

Não localizamos nenhum ativista ambiental com visão pós-desenvolvimentista filiado ao PSTU, em que pese tenhamos utilizado a técnica da bola de neve. Consideramos que isto é um indício de que neste partido de fato não há espaço para esta concepção. Este indício se fortalece ao levarmos em conta que os ativistas ecológicos de certo modo trabalham em rede,

fato pelo qual, através da técnica da bola de neve, tivemos indicações que perpassaram os limites partidários (por exemplo, o entrevistado filiado ao PDT foi indicado por uma entrevistada psolista; o filiado petista que não se sentiu à vontade para participar da pesquisa mas indicou a entrevista filiada ao PT foi indicado por uma entrevistada filiada ao PSOL).

Diversos entrevistados apontaram a necessidade de se buscar alianças para além dos partidos para fortalecer a visão pós-desenvolvimentista. As principais dificuldades para a superação do desenvolvimentismo, apontadas nas entrevistas, foi a ideia de que o foco de parte importante da esquerda ainda é a superação da pobreza, com a ideia de que interessa à pauta dos trabalhadores o produtivismo e o crescimento econômico. Como se a pauta ambiental fosse pertinente somente após a resolução dos problemas sociais. Esta dificuldade relatada por diversos entrevistados vem ao encontro da afirmação de Kothari *et al.* (2019), de que o modelo de desenvolvimento é uma elaboração que foi adotada por gente de todo o mundo sob condições de coerção material; e da análise de Martínez-Alier (2017) de que, apesar do fato de os conflitos ambientais nascerem pela utilização cada vez maior do ambiente natural por conta da expansão econômica, há os que insistem no predomínio do crescimento e na necessidade de aliviar a pobreza através do crescimento econômico. No entanto, mesmo os entrevistados mais críticos às políticas ambientais aplicadas nos governos Lula e Dilma entendem que houve um retrocesso considerável na área ambiental no governo Bolsonaro. Ou seja: embora a diferença entre os paradigmas ecológicos, o governo Bolsonaro é considerado pelos entrevistados como um governo em que não existe preocupação com a sustentabilidade ambiental, seja sustentabilidade forte ou fraca.

Nossa hipótese se demonstrou correta nos partidos analisados, com exceção do PSOL, caso em que a hipótese foi parcialmente confirmada. Em análise integrada das entrevistas e do programa partidário, tem-se a clara preponderância de uma concepção ambiental referenciada no desenvolvimento sustentável (sustentabilidade fraca) no PT. O mesmo ocorre no PDT, que tem foco absoluto em seu programa na defesa do desenvolvimento, somando-se a isto o fato de que o único entrevistado do partido que encontramos crítico ao desenvolvimentismo referendou a ideia de que não há espaço neste partido para propostas que busquem alternativas ao desenvolvimento. O programa do PSTU analisado se caracteriza por pouca ênfase na temática ambiental, e não localizamos ativistas ambientais filiados ao partido vinculados à sustentabilidade forte.

Já a análise integrada do programa do PSOL e das entrevistas com filiados deste partido demonstrou um partido inserido na lógica desenvolvimentista mas com espaço para ideias pós-desenvolvimentistas. O programa apresentado pelo partido em 2018 mostra uma mistura entre

a lógica desenvolvimentista, que percorre o programa como um todo, e a lógica pós-desenvolvimentista, que aparece no capítulo dedicado ao meio ambiente. Neste capítulo, há propostas diretamente referenciadas no debate internacional sobre alternativas ao desenvolvimento e que, portanto, são aderentes à sustentabilidade forte. A presença de propostas vinculadas à sustentabilidade forte no programa do PSOL foi reforçada pela análise das entrevistas dos filiados ao partido, que expressaram que o PSOL embora não seja um partido ecossocialista, tem sido cada vez mais aberto para a pauta ecossocialista e pós-desenvolvimentista. Importante destacar que, para todos os entrevistados filiados ao PSOL, o ecossocialismo necessariamente se baseia em superação do desenvolvimentismo e na cosmovisão do bem viver. Esta elaboração dos filiados do PSOL apareceu com muita naturalidade e consistência nas entrevistas. Neste sentido, nossos dados não dialogam com parte da literatura (CHUJI; RENGIFO; GUDYNAS, 2019) que entende que a cosmovisão do bem viver é incompatível com o socialismo.

Os filiados ao PSOL entrevistados fizeram referência às setoriais ecossocialistas, e afirmaram que estas setoriais do partido buscam dar cada vez maior visibilidade para o ecossocialismo e têm como estratégia disputar o programa partidário com propostas pós-desenvolvimentistas. Dito de outro modo, o PSOL não é um partido ecossocialista nem pós-desenvolvimentista; é um partido que defende um programa desenvolvimentista. No entanto, possui tendências internas ecossocialistas e ativistas ecossocialistas mesmo em correntes menos abertas ao tema. Estes ativistas organizam-se nas setoriais ecossocialistas e são engajados no objetivo de incidir no programa partidário e em transformar o partido em uma organização plenamente ecossocialista e pós-desenvolvimentista. Esta dinâmica interna se expressou no programa partidário e é a chave para se compreender a mistura entre propostas desenvolvimentistas e pós-desenvolvimentistas no documento apresentado pelo PSOL na eleição presidencial de 2018.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. N.; OLIVEIRA, M. S. Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governo. *Opinião Pública*, v. 21, n. 2, p. 336-364, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/6cnzsH8bx7pr6M6XyqQPD6b/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.
- ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (org.). *Más allá del desarrollo: grupo de trabajo permanente sobre alternativas al desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo y Abya-Yala, 2011. p. 83-118.
- ACOSTA, A. El buen vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. *Política y Sociedad*, Madrid, 2015, v. 52, n. 2, p. 299-330, 2015. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/viewFile/45203/46113>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.
- ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 40, p. 231-251, abr. 2017.
- ALCOTT, B. Paradoxo de Jevons (efeito rebote). In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 165-169.
- ALMEIDA, L. T. Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 93-103, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2018.
- ANDREUCCI, D.; MCDONOUGH, T. Capitalismo. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 89-93.
- ANGELO, V. A. *A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT. 2007*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
- ANGUELOVSKI, I. Justiça ambiental. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 73-77.
- ARCARY, V. É preciso arrancar alegria ao futuro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 5, p. 163-168, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18904>. Acesso em: 29 maio 2021.
- ÁVILA, T.; FERNANDES, S. Construindo uma alternativa de transformação no Brasil e no mundo. *Subverta*. São Paulo, 6 nov. 2018. Disponível em: <https://subverta.org/2018/11/06/resistencia-e-bem-viver/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BARCENA, I. Una herramienta para avanzar hacia ese otro mundo posible. *Viento Sur*, Madrid, n. 92, p. 105-115, jun. 2007. Disponível em: http://cdn.vientosur.info/Vscompletos/vs_0092.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019.

BARROS, A. T. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 693-733, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000300693&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2017.

BARROS, G.; MACHADO NETO, R. *A “velha” e a nova bioeconomia: desafios para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/a-velha-e-a-nova-bioeconomia-desafios-para-o-desenvolvimento-sustentavel.aspx>. Acesso em: 07 fev. 2019.

BATISTELLA, A. O trabalhismo getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades. *Aedos*, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 116-132, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/24608>. Acesso em: 27 maio 2021.

BENJAMIN, A. Stern: Climate change a 'market failure'. *The Guardian*. London, 29 nov. 2007. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2007/nov/29/climatechange.carbonemissions>. Acesso em: 09 fev. 2019.

BENSAID, D.; LOUÇÃ, F.; LÖWY, M. Carta à Democracia Socialista. *Le site Daniel Bensaid*. [S. l.], jan. 2005. Disponível em: <https://danielbensaid.org/Carta-a-Democracia-Socialista?lang=fr>. Acesso em: 28 maio 2021.

BERTHOUD, G. Mercado. In: SACHS, W. (org.). *Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder*. Perú: Pratec, 1996. p. 132-156. Disponível em: <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SESSION-6-Sachs-Diccionario-Del-Desarrollo.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BIELY, K.; MAES, D.; PASSEL, S. Environ. The idea of weak sustainability is illegitimate. *Environment, Development and Sustainability*, v. 20, p. 223-232, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10668-016-9878-4>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOFF, L. Crítica ao modelo-padrão de sustentabilidade. *Leonardo Boff*. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/29/critica-ao-modelo-padrao-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BOLÍVIA. *Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia*. Tribunal Constitucional Plurinacional. 2016. Disponível em: https://www.charagua.gob.bo/wp-content/uploads/2019/05/constitucion_politica_de_bolvia_guarani.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

BONAIUTI, M. Bioeconomia. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 49-52.

BOULDING, K. E. The economics of the coming spaceship earth. In: JARRETT, H. (ed.). *Environmental quality in a growing economy*. Baltimore: Resources for the Future; Johns Hopkins University Press, 1966. p. 3-14.

BRUNDTLAND, G. H. Prefácio del Presidente. In: CMMAD. *Nuestro Futuro Común*. Informe de la comisión mundial sobre el medio ambiente y el desarrollo. 1987. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/42/427&Lang=S. Acesso em: 28 jan. 2018.

CARREIRÃO, Y. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, n. 22, p. 179-194, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/zzsbFkSmhyFdZfXDZwK6Xyb/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2021.

CASTORIADIS, C. *Una sociedad a la deriva: entrevistas e debates, 1974-1997*. Buenos Aires: Katz, 2006.

CENTRO LATINO AMERICANO DE ECOLOGÍA SOCIAL (CLAES). *Ambiente y desarrollo en América del Sur 2009/2010*. Tendencias y emergentes en cambio climático, biodiversidad y políticas ambientales. Montevideo: CLAES, 2010. Disponível em: <http://ambiental.net/wp-content/uploads/2015/12/TendenciasAmbientalesASClaes2010.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

CLAUSAGER, N. *et al.* How waste pickers in the global South are being sidelined by new policies. *The Conversation*, 01 mar. 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/how-waste-pickers-in-the-global-south-are-being-sidelined-by-new-policies-132521>. Acesso em: 23 out. 2021.

COASE, R. H. The problem of social cost. *Journal of Law and Economics*, Chicago, p. 1-44, Oct. 1960. Disponível em: <https://econ.ucsb.edu/~tedb/Courses/UCSBpf/readings/coase.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL (PSOL-PCB). *Programa da Coligação*. Brasília: TSE, 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601016/proposta_1533565462424.pdf. Acesso em: 03 out. 2018.

COMISSION MUNDIAL SOBRE EL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO (CMMAD). *Nuestro Futuro Común*. Informe de la comisión mundial sobre el medio ambiente y el desarrollo. CMMAD, 1987. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/42/427&Lang=S. Acesso em: 28 jan. 2018.

COMUNIDADES agroecológicas do bem viver: mutirão de plantio no Assentamento Canaã será neste domingo. *Gama Livre*. [S. l.], 06 jul. 2019a. Disponível em: <https://www.gamalivre.com.br/2019/07/comunidades-agroecologicas-do-bem-viver.html>. Acesso em: 22 jan. 2021.

COMUNIDADES agroecológicas do bem viver. Florianópolis: Sociedade do Bem Viver, 2019. 1 vídeo (8 min18s). Publicado por Sociedade do Bem Viver. 18 ago. 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l5NfvaG5lXg>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CUADRA, F. de la. Buen Vivir: ¿Una auténtica alternativa post-capitalista? *Polis*, Santiago, v. 14, n. 40, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/10893>. Acesso em: 08 jan. 2021.

CHUJI, M.; RENGIFO, G.; GUDYNAS, E. Buen vivir. In: KOTHARI, A. *et al. Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*. Barcelona: Icaria, 2019. p. 188-192.

D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrecimiento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

DALY, H. La economía del estado estacionario. *Demografía y Economía*, Ciudad de México, v. 3, n. 24, p. 357-365, 1974. Disponível em: <https://estudiosdemograficosyurbanos.colmex.mx/index.php/edu/article/view/246/239>. Acesso em: 08 fev. 2019.

DALY, H. *A economia do século XXI*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

DEANE, P. *Colonial social accounting*. Cambridge: Cambridge University Press, 1953.

DECLARAÇÃO final da Cúpula dos Povos. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/98464225/Declaracao-final-da-Cupula-dos-Povos>. Acesso em: 15 jun. 2017.

DEMARIA, F. *et al.* What is Degrowth? From an Activist Slogan to a Social Movement. *Environmental Values*, Cambridgeshire, v. 22, p. 191-215, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260161434_What_is_Degrowth_From_an_Activist_Slogan_to_a_Social_Movement. Acesso em: 22 jan. 2021.

DEMARIA, F.; LATOUCHE, S. Decrecimiento. In: KOTHARI, A. *et al. Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*. Barcelona: Icaria, 2019. p. 204-207.

DERIU, M. Autonomia. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrecimiento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 84-88.

DIAMOND, J. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

DUNLAP, R. E.; XIAO, C.; MCCRIGHT, A. M. Politics and environment in America: Partisan and ideological cleavages in public support for environmentalism. *Environmental Politics*, London, v. 10, p. 23-48, 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/35184386/Politics_and_Environment_in_America_Partisan_and_Ideological_Cleavages_in_Public_Support_for_Environmentalism. Acesso em: 12 fev. 2019.

É PRECISO arrancar alegria ao futuro! *Esquerda Online*. [S. l.], 10 jul. 2016. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/07/10/e-preciso-arrancar-alegria-ao-futuro/>. Acesso em 29 maio 2021.

ECUADOR. *Constitución del Ecuador*. Asamblea constituyente, [2020?]. Disponível em https://www.asambleanacional.gob.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

- ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. Disponível em: <https://cronicon.net/paginas/Documentos/No.10.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- EVERSBERG, D.; SCHMELZER, M. The degrowth spectrum: convergence and divergence within a diverse and conflictual alliance. *Environmental Values*, Cambridgeshire, v. 27, p. 245-267, 2018.
- FARLEY, J. Economia de estado estacionário. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 68-72.
- FERNANDES, F. PT: os dilemas da organização. In: BOGO, A. (org.). *Teoria da organização política II*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- FERNANDES, S. *Crisis of praxis: depoliticization and leftist fragmentation in Brazil*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Carleton University, Ottawa, 2017.
- FLEURY, L. *Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- FUNDACIÓN BARILOCHE. *Catástrofe o nueva sociedad? Modelo mundial latinoamericano*. Bogotá: CIID, 1977. Disponível em: <http://fundacionbariloche.org.ar/wp-content/uploads/2017/07/Modelo-Mundial-Latinoamericano.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- FUNDACIÓN BARILOCHE. *Historia*. Bogotá, 2018. Disponível em: www.fundacionbariloche.org.ar/historia/. Acesso em: 11 dez. 2018.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GAGLIETTI, M. *Ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Dacasa; Unicruz, 1999.
- GALVÃO, V. Q. PT suspende deputados que se abstiveram na reforma da previdência. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 01 set. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52939.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.
- GASCHÉ, J. La ignorancia reina, la estupidez domina y la conchudez aprovecha: engorde neoliberal y dieta bosquesina. In: DELGADO, G. C. *Buena vida, buen vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad*. Mexico: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades Universidad Nacional Autónoma de México, 2014. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/ceich-unam/20170503034423/pdf_1508.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.
- GATTO, M.; POWER, T. Postmaterialism and political elites: the value priorities of Brazilian federal legislators. *Journal of Politics in Latin America*, v. 8, n. 1, p. 33-68, 2016. Disponível em: <https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jpla/article/view/939/946>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*. São Paulo: Senac, 2012.

GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita*. O futuro da política radical. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

GOMBATA, M. Aécio não representa o ideal da Rede, diz Célio Turino. *Carta Capital*. São Paulo, 16 out. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/2014candidatura-do-aecio-nao-representa-o-que-estava-expresso-na-construcao-da-rede2014-diz-celio-turino-6188.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

GOMES, C. *Projeto nacional: o dever da esperança*. São Paulo: LeYa Brasil, 2020.

GÓMES-BAGGETHUN, E. Desarrollo sostenible. In: KOTHARI, A. et al. *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*. Barcelona: Icaria, 2019. p. 105-108.

GORZ, A. *Capitalisme, socialisme, écologie: désorientations, orientations*. Paris: Galilée, 1991.

GRUPO DE ECONOMÍA AMBIENTAL (GEA); RESTREPO, F. C. Crecimiento económico y medio ambiente: una revisión analítica de la hipótesis de la curva ambiental de Kuznets. *Semestre Económico*, Medellín, v. 7, n. 14, p. 73-104, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=165013658003>. Acesso em: 25 ago. 2018.

GUDYNAS, E. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: una breve guía heterodoxa. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (org.). *Más allá del desarrollo: grupo de trabajo permanente sobre alternativas al desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo y Abya-Yala, 2011a. p. 21-54.

GUDYNAS, E. Los derechos de la naturaleza em serio: respuestas y aportes desde la ecología política. In: ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E. (org.). *La naturaleza con derechos: de la filosofía a la política*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo y Abya-Yala, 2011b. p. 239-286.

GUDYNAS, E. Buen vivir y críticas al desarrollo: saliendo de la modernidad por la izquierda. In: HIDALGO, F. E.; MÁRQUEZ, A. *Contrahegemonía y buen vivir*. Quito: Universidad Central del Ecuador y Universidad del Zulia, 2012a. p. 71-91. Disponível em: https://www.academia.edu/4242390/Buen_Vivir_y_cr%C3%A9ticas_al_desarrollo_saliendo_de_la_Modernidad_por_la_izquierda. Acesso em: 16 fev. 2019.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v. 237, p. 128-146, 2012b.

GUDYNAS, E. 10 tesis sobre el “divorcio” entre izquierda y progresismo en América Latina. *Página Siete*. La Paz, 06 fev. 2014. Disponível em: <https://www.paginasiete.bo/ideas/2014/2/9/tesis-sobre-divorcio-entre-izquierda-progresismo-america-latina-13367.html#!>. Acesso em: 11 fev. 2019.

GUDYNAS, E. *Derechos de la naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

GUDYNAS, E. Bem viver. In: D’ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 260-264.

GUHA, R.; MARTÍNEZ-ALIER, J. *Varieties of environmentalism: essays north and south*. Delhi: Oxford University Press, 1997.

GUIMARÃES, J. R. *A esperança crítica: treze ensaios sobre a crise e utopias da estrela imperfeita*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2007.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. R. Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-39, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2018.

HANNIGAN, J. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 1968. Disponível em: http://pages.mtu.edu/~asmayer/rural_sustain/governance/Hardin%201968.pdf. Acesso em: 16 set. 2018.

HARGREAVES, S. Neoextractivismo. In: KOTHARI, A. *et al. Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*. Barcelona: Icaria, 2019. p. 144-147.

HOUTART, F. El concepto de sumak kawsay (buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad. In: DELGADO, G. C. (org.). *Buena vida, buen vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad*. México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2014. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/ceiich-unam/20170503034423/pdf_1508.pdf. Acesso em: 08 jan. 2021.

IGREJA CATÓLICA. *Carta encíclica. Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 04 jul. 2017.

INGLEHART, R. *The silent revolution: changing values and political styles among Western Publics*. New Jersey: University Press, 1977.

INGLEHART, R. A revolução silenciosa na Europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 159-191, out. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Ação inédita no país, Rio Doce entra na Justiça contra desastre de Mariana*. São Leopoldo, 17 nov. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573741-acao-inedita-no-pais-rio-doce-entra-na-justica-contra-desastre-de-mariana>. Acesso em: 21 jan. 2021.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES). About what is IPBES? Bonn, [2013?]. Disponível em: <https://ipbes.net/about>. Acesso em: 23 jan. 2021.

JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. Governança ambiental e economia verde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1469-1478, jun. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2018.

KAHAN, M. Climate-science communication and the measurement problem. *Advances in Political Psychology*, v. 36, p. 1-43, 2015. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2459057>. Acesso em: 14 fev. 2019.

KAHAN, M.; JENKINS-SMITH, H.; BRAMAN, D. Cultural cognition of scientific consensus. *Journal of Risk Research*, v. 14, p. 147-114, 2011. Disponível em: <http://media.usm.maine.edu/~lenny/Bullshit/values%20paper.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

KALLIS, G.; DEMARIA, F.; D'ALISA, G. Decrescimento. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 21-43.

KECK, M. E. *PT - A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KOTHARI, A. et al. *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*. Barcelona: Icaria Editorial, 2019.

KOTHARI, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. Sustainable development is failing but there are alternatives to capitalism. *The Guardian*. London, 21 jul. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sustainable-business/2015/jul/21/capitalism-alternatives-sustainable-development-failing>. Acesso em: 22 jan. 2021.

KOVEL, J. *El enemigo de la naturaleza: ¿El fin del capitalismo o el fin del mundo?* Buenos Aires: Asociación Civil Cultural Tesis 11, 2005. Disponível em: <http://www.tesis11.org.ar/wp-content/uploads/2010/02/EL-ENEMIGO-DE-LA-NATURALEZA.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

LANDER, E. *Contribución a la crítica del marxismo realmente existente: verdad, ciencia y tecnología*. Caracas: El Perro y la Rana, 2008. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/Contribucion%20a%20la%20critica%20del%20marxismo%20realmente%20existente.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

LANG, M. Crisis civilizatoria y desafíos para las izquierdas. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (org.). *Más allá del desarrollo: grupo de trabajo permanente sobre alternativas al desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo y Abya-Yala, 2011. p. 7-18. Disponível em: http://www.rosalux.org.mx/docs/Mas_alla_del_desarrollo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 24-44. Disponível em: https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar_o_Imaginario_web.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

LANG, M. *¿Erradicar la pobreza o empobrecer las alternativas?* Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Miriam_Lang3/publication/326331170_Erradicar_la_pobreza_o_empobrecer_las_alternativaslibro_completo/links/5b463ffd0f7e9b4637cdc3b7/Errad

icar-la-pobreza-o-empobrecer-las-alternativas-libro-completo.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 11 fev. 2019.

LANG, M. *Decrecimiento y sures nortes*. [S. l.]: La Olla, 2020. 1 vídeo (32min04s). Publicado pelo canal La Olla. 21 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f4oje9hUbU4&t=1717s>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LATOUCHE, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, S. Precisamos ultrapassar a economia e sair dela. Entrevista especial com Serge Latouche. *Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo, 27 nov. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/504516-precisamos-ultrapassar-a-economia-e-sair-dela-entrevista-especial-com-serge-latouche>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LAXE, M. Ecosocialismo: o Manifesto Ecosocialista. *Ecos Brasil*. [S. l.], 31 maio 2013. Disponível em: <http://ecosbrasilong.blogspot.com/search/label/Ecosocialismo?updated-max=2014-05-20T01:10:00-03:00&max-results=20&start=7&by-date=false>. Acesso em 07 jun. 2021.

LEFF, E. *Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/cgi-bin/library.cgi?c=mx/mx-032&a=d&d=IIS4937oai>. Acesso em: 06 fev. 2018.

LEITE, J. C. Por outra civilização - apontamentos à política do PSOL para a esquerda brasileira e para o discurso partidário. *Enlace*. São Paulo, 24 abr. 2011. Disponível em: <https://enlacepsol.wordpress.com/2011/04/24/por-outra-civilizacao-apontamentos-a-politica-do-psol-para-a-esquerda-brasileira-e-para-o-discurso-partidario/#more-125>. Acesso em: 06 jun. 2021.

LEOPOLD, A. *A sand county almanac: and sketches here and there*. New York: Oxford University Press, 1968.

LOPES, E.; MONTEIRO, T. Rede não é situação nem oposição, diz Marina. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17. fev. de 2013. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,rede-nao-e-situacao-nem-oposicao-diz-marina-imp-,997883>. Acesso em: 15 set. 2018.

LÓPEZ, E. G. T. Ambientalismo, sustentabilidade urbana y desarrollo regional. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 47, n. 192, p. 113-140, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/cgi-bin/library.cgi?c=mx/mx-047&a=d&d=42119205oai>. Acesso em: 11 mar. 2018.

LOREK, S. Desmaterialização. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrecimiento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 124-127.

LOSEKANN, C. Participação da sociedade civil na política ambiental do Governo Lula. *Ambiente e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 179-200), abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/BwzbMvJLrdZxmDcTCwsk7RR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

LÖWY, M. Ecologia e Socialismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 28, p. 35-50, 2009. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo164Artigo3.pdf. Acesso em 15 jun. 2017.

LÖWY, M. *O que é ecosocialismo?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, M. Ecosocialism and/or degrowth? *International Viewpoint*. London, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article6919>. Acesso em: 31 jan. 2021.

MADEIRA, R.; TAROUÇO, G. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 8, n. 15, p. 171-185, 2011.

MARQUES, T. C. S.; GONÇALVES, L. P. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 399-416, nov. 2016.

MARTÍNEZ-ALIER, J. The environment as a luxury good or “too poor to be green”? *Ecological Economics*, v. 13, n. 1, p. 1-10, abr. 1995.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Hacia un decrecimiento sostenible en las economías ricas. *Revista de Economía Crítica*, n. 8, p. 121-137, 2009.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Correntes do ambientalismo. In: D’ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (org.). *Decrecimiento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 53-57.

MARTÍNEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Discurso de aceptación del premio Balzan. *Sinpermiso*. [S. l.], 8 nov. 2020. Disponível em: https://www.sinpermiso.info/textos/discurso-de-aceptacion-del-premio-balzan-por-joan-martinez-alier?fbclid=IwAR1UU1BxZTgN2fj04V2w9a5_X9VtCsalxar3SIzSqRtfUIQze3Ug3DFKacc. Acesso em: 11 jul. 2021.

MEADOWS, D. *et al. The limits to growth*. New York: Universe Books, 1972. Disponível em: <http://www.clubofrome.org/report/the-limits-to-growth/>. Acesso em: 04 jul. 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Sobre o PAC*. Brasília, [2011?]. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 30 maio 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *MPF/PA pede paralisação das obras de Belo Monte para evitar remoção de índios*. Belém, 17 ago. 2011. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-paralisacao-das-obras-de-belo-monte-para-evitar-remocao-de-indios>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MONTIBELLER FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

MORENO, C.; SPEICH, D.; FUHR, L. *A métrica do carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/carbonmetrics_livro_boll.pdf. Acesso em: 08 fev. 2019.

MUDANÇAS climáticas podem deixar Terra igual a Vênus, alerta Stephen Hawking. *BBC Brasil*. São Paulo, 3 jul. 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-40488000>. Acesso em: 04 jul. 2017.

MUELLER, C. C. O debate dos economistas sobre a sustentabilidade: uma avaliação sob a ótica da análise do processo produtivo de Georgescu-Roegen. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 687-713, Dec. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35857>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MUTIRÃO do bem viver. *Doity*. Brasília. 2018. Disponível em: <https://doity.com.br/mutiraodobemviver>. Acesso em: 22 jan. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. *Informe de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo*. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/unced>. Acesso em: 28 jan. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. *A economia verde e os ODMs*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/a-economia-verde-e-os-odms/>. Acesso em: 02 fev. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. *El futuro que queremos*. 2012. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=S. Acesso em: 13 ago. 2018.

NEUMAYER, E. The environment, left-wing political orientation and ecological economics. *Ecological Economics*, v. 51, p. 167-175, 2004. Disponível em: [http://www.lse.ac.uk/website-archive/GeographyAndEnvironment/neumayer/pdf/Article%20in%20Ecological%20Economics%20\(Left-wing%20orientation\).pdf](http://www.lse.ac.uk/website-archive/GeographyAndEnvironment/neumayer/pdf/Article%20in%20Ecological%20Economics%20(Left-wing%20orientation).pdf). Acesso em: 12 fev. 2019.

NOVAES, C. A. M. PT: dilemas da burocratização. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 35, p. 217-237, 1993.

O'CONNOR, J. Capitalism, Nature, Socialism: a theoretical introduction. *Capitalism, Nature Socialism*, v. 1, p. 11-38, 1988. Disponível em: <http://www.vedegylet.hu/okopolitika/O'Connor%20-%20Capitalism,%20Nature,%20Socialism.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

OLIVEIRA, C. Mutirão do Bem Viver compra de agricultores e doa para populações vulnerabilizadas. *Brasil de Fato*. São Paulo, 15 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/15/mutirao-do-bem-viver-compra-de-agricultores-e-doa-para-populacoes-vulnerabilizadas>. Acesso em: 22 jan. 2021.

OLIVEIRA, H. S. *PSOL- relação da origem no desenvolvimento de sua organização, participação eleitoral e atuação parlamentar*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

OLIVEIRA, M. Ao receber apoio do PDT, Dilma evoca líderes trabalhistas do passado. *GI*, Rio de Janeiro, 12 jun. 2010. Disponível em <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes->

2010/noticia/2010/06/ao-receber-apoio-do-pdt-dilma-evoca-lideres-trabalhistas-do-passado.html. Acesso em: 30 maio 2021.

O'NEILL, D. *et al.* The EU needs a stability and wellbeing pact, not more growth. *The Guardian*. London, 16 set. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2018/sep/16/the-eu-needs-a-stability-and-wellbeing-pact-not-more-growth>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *The bioeconomy to 2030: designing a policy agenda*. Paris, 2009. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/the-bioeconomy-to-2030_9789264056886-en. Acesso em: 07 fev. 2019.

OTERO, I. *et al.* Biodiversity policy beyond economic growth. *Conservation Letters*, v. 13, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/conl.12713>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PANAYOTOU, T. *Empirical test and policy analysis onf environmental degradation at different stages of economic development*. Working Paper, International Labour Office. Geneva: World Employment Research Programme, 1993.

PARA 77% dos brasileiros, proteger meio ambiente é urgente. DW BRASIL. Brasília, 4 fev. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/para-77-dos-brasileiros-protoger-meio-ambiente-%C3%A9-urgente/a-56459171>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT). *Diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento para o Brasil*. Brasília: TSE, 2018. Disponível em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000605589/proposta_1533938913830.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT). *Cartilha ecotrabalhista*. PDT. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/ecotrabalhismo-lanca-cartilha-durante-live-com-liderancas-nacionais-do-pdt/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *Plano Lula de governo 2019-2022: o Brasil feliz de novo*. Documento base aprovado pelo Diretório Nacional do PT. PT. São Paulo, 3 ago. 2018. Disponível em: <http://www.pt.org.br/plano-lula-de-governo-2018-e-apresentado-ao-pais/>. Acesso em 03 out. 2018.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento*. PT. Brasília, [2021?]. Disponível em: <https://pt.org.br/secretarias-e-setoriais/meio-ambiente>. Acesso em 29 maio 2021.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL). *Manifesto ecossocialista do PSOL*. PSOL. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://psol50sp.org.br/2011/04/manifesto-ecossocialista-do-psol/>. Acesso em 06 jun. 2021.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL). *Carta do Gama*. PSOL. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://psol50.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Carta-do-Gama-1.pdf>. Acesso em 06 jun. 2021.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (PSTU). *Carta aberta à Direção Nacional do PSTU*. PSTU. São Paulo, 5 jul. 2016. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/carta-a-direcao-nacional-do-pstu/>. Acesso em: 29 maio 2021.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (PSTU). *16 pontos de um programa socialista para o Brasil contra a crise capitalista*. Brasília: TSE, 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601173/proposta_1533576953009.pdf. Acesso em: 03 out. 2018.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (PSTU). *A participação dos revolucionários nas eleições burguesas*. PSTU. São Paulo, [2020]. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/wp-content/uploads/2020/04/apostila-seminario-bloco-V.pdf>. Acesso em 29 maio 2021.

PAULSON, S. *et al.* From pandemic toward care-full degrowth. *Interface*, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.interfacejournal.net/wp-content/uploads/2020/05/Paulson-et-al.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PEARCE, D. W.; TURNER, R. K. *Economics of natural resources and the environment*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.

PEARCE, D.W.; ATKINSON, G. D. Capital theory and the measurement of sustainable development: an indicator of weak sustainability. *Ecological Economics*, v. 8, p. 106, 1993.

PELENC, J. *Weak sustainability versus strong sustainability*. Brief for Global Sustainable Development Report. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6569122-Pelenc-Weak%20Sustainability%20versus%20Strong%20Sustainability.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

PINHEIRO, M. S. Desenvolvimento sustentável e economia verde: uma proposta de análise conceitual. In: COSTA, F. A. *et al.* (org.). *Desenvolvimento sustentável, economia verde e a Rio+20: relatório de pesquisa*. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120620_relatorio_rio20.pdf. Acesso em: 16 set. 2018.

PIRAMBA, P. Rio + 20: Ecosocialismo ou redução de danos. *Enlace*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://enlacepsol.wordpress.com/2011/07/22/rio20-ecossocialismo-ou-reducao-de-danos/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

POMPÊO, F. S. As origens do P-SOL. *Revista Urutágua*, Maringá, n. 12, abr./jul. 2007. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/012/12pompeo.htm#_ftn6. Acesso em: 05 jun. 2021.

PONT, R. *A estrela necessária*. Porto Alegre: Veraz, 2002.

POORTINGA, W. *et al.* Uncertain climate: an investigation into public scepticism about anthropogenic climate change. *Global Environmental Change*, v. 21, p. 1015-1024, 2011. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.454.2893&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

POST-GROWTH Open Letter to EU institutions signed by over 200 scientists: “Europe, It’s Time to End the Growth Dependency”. *Research and Degrowth*. [S. l.], 6 Sept. 2018. Disponível em: <https://degrowth.org/2018/09/06/post-growth-open-letter/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

QUERIDO, F. M. Michael Löwy e Daniel Bensaid: o marxismo e a crítica da modernidade. *Aurora*, Marília, ano 2, n. 3, p. 99-109, dez. 2008. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1198>. Acesso em: 28 maio 2021.

RIBEIRO, B. *Carta de Lisboa: marco do trabalhismo na redemocratização do Brasil*. PDT. Brasília, 16 jun. 2017. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 27 maio 2021.

RIBEIRO, P. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

ROBERTO, G. El discreto encanto de la Cumbre de la Tierra: evaluación impresionista de Río92. *Nueva Sociedad*, v. 122, p. 86-103, 1992. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/2176_1.pdf. Acesso em: 30 jan. 2018.

RODRIGUES, A. M. E. *Ecosocialismo: uma utopia concreta – estudo das correntes ecosocialistas na França e no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROMANO, O. How to rebuild democracy, re-thinking degrowth. *Futures*, v. 44, p. 582-589, 2012.

ROMEIRO, A. R. *Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jan. 2018.

ROSA, S. La ecopoesía de Nicanor Parra como espacio de disentiimiento. *Humanidades*, Montevideo, n. 6, p. 199-226, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.25185/6.8>. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/hum/n6/2301-1629-hum-06-199.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SAAVEDRA, F. E. Antecedentes para una historia del debate político en torno al medio ambiente: la primera socialización de la idea de crisis ambiental (1945 -1972). *Revista Universum*, Talca, v. 2, n. 22, p. 88-107, 2007. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?tlng=es&nrm=iso&script=sci_arttext&pid=S0718-23762007000200007&lng=es. Acesso em: 31 jan. 2018.

SAAVEDRA, F. E. *História do debate ambiental na política mundial 1945-1972: a perspectiva latino-americana*. Ijuí: UniIjuí, 2014.

SAAVEDRA, F. E.; DEVÉS, E. *Antecedentes históricos del debate ambiental global: los primeros aportes latinoamericanos al origen del concepto de Medio Ambiente y Desarrollo (1970-1980)*. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/12949104/Antecedentes_históricos_del_debate_ambiental_global_

Los primeros aportes latinoamericanos al origen del concepto de Medio Ambiente y Desarrollo 1970-1980. Acesso em: 31 jan. 2018.

SACHS, W. Medio ambiente. In: SACHS, W. (org.). *Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder*. Perú: Pratec, 1996. p. 115-131. Disponível em: <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SESSION-6-Sachs-Diccionario-Del-Desarrollo.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SACHS, W. Prólogo: el diccionario del desarrollo reconsiderado. In: KOTHARI, A. *et al.* *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*. Barcelona: Icaria, 2019. p. 21-27.

SAMUELS, D. A evolução do petismo. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 302-318, 2008.

SANTOS, R.; MILANEZ, B. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 10, n. 19, p. 118-148, 2013.

SAVAGE, J. Postmaterialism of the left and right political conflict in postindustrial society. *Comparative Political Studies*, v. 17, p. 431-451, 1985. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258130319_Postmaterialism_of_the_Left_and_Right_Political_Conflict_in_Postindustrial_Society. Acesso em: 10 fev. 2019.

SBERT, J. M. Progreso. In: SACHS, W (org.). *Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder*. Perú: Pratec, 1996. p. 299-318. Disponível em: <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SESSION-6-Sachs-Diccionario-Del-Desarrollo.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SECCO, L. *História do PT*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SEMPERE, J. Decrecimiento y autocontención. *Ecología Política*, Barcelona, n. 35, p. 35-44, 2008. Disponível em: https://www.ecologiapolitica.info/novaweb2/wp-content/uploads/2016/05/035_Sempere_2008.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

SHIVA, V. Recursos. In: SACHS, W. (org.). *Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder*. Perú: Pratec, 1996. p. 319-336. Disponível em: <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SESSION-6-Sachs-Diccionario-Del-Desarrollo.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SILVA, A. O. A democracia socialista (DS). *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, ano 1, n. 2, jul. 2001a. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/39599/20694>. Acesso em 28 maio 2021.

SILVA, A. O. As origens e a ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, ano 1, n. 3, ago. 2001b. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40106/20903>. Acesso em: 28 maio 2021.

SILVA, A. O. Nem reforma nem revolução: a estrela é branca. In: ANGELO, V. A. de; VILLA, M. A. (org.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdFSCar, 2009. p. 13-34.

SILVA, J. C. G. *Partido, política e organização: o PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical no Brasil (2004-2010)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SILVA, L. I. L. Carta ao povo brasileiro. *Fundação Perseu Abramo*. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/05/10/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva/>. Acesso em: 28 maio 2021.

SINGER, A. A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 88, p. 89-111, 2010.

SINGER, P. Roda Viva. São Paulo: TV Cultura, 2012. 1 vídeo (1h13min). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x4UGroAnq8I>. Acesso em: 28 maio 2021.

SMITH, N.; LEISEROWITZ, A. The rise of global warming skepticism: exploring affective image associations in the United States over time. *Risk Analysis*, v. 32, p. 1021-1032, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1539-6924.2012.01801.x>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SOARES, L. E. *et al.* Carta aberta aos membros da REDE: por que saímos da REDE Sustentabilidade. *Carta Capital*, São Paulo, 03 out. 2016. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/10/03/carta-aberta-aos-membros-da-rede/>. Acesso em: 15 set. 2018.

SOLÓN, P. Países em desenvolvimento estão na defensiva diante da ‘economia verde’ na Rio+20. Ibase. [S. l.], 4 abr. 2012. Disponível em: <http://ibase.br/pt/noticias/paises-em-desenvolvimento-estao-na-defensiva-diante-da-economia-verde-na-rio20/>. Acesso em: 29 jun. 2017. 2012.

SOLOW, R. The economics of resources or the resources of economics. *American Economic Review*, v. 64, n. 2, p. 1-14, 1974.

STERN, N. Stern Review Report on the Economics of Climate Change. *HM Treasure*. [S. l.], 2006. Disponível em: https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20070222000000/http://www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/stern_review_report.html. Acesso em: 09 fev. 2019.

STOKES, B.; WIKE, R.; CARLE, J. Climate Change Survey Presentation. *Pew Researcher Center*. Washington, 2015. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2015/11/05/global-concern-about-climate-change-broad-support-for-limiting-emissions/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SVAMPA, M. Extractivismo neodesarrollistay movimientos sociales. ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? In: LANG, M.; MOKRANI, D. (org.). *Más allá del desarrollo: grupo de trabajo permanente sobre alternativas al desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo y Abya-Yala, 2011. p. 185-216. Disponível em: http://www.rosalux.org.mx/docs/Mas_alla_del_desarrollo.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas*, Porto Alegre, 15, v. 1, p. 24-39, 2015. Disponível em

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18077>. Acesso em 15 jun. 2017.

TAYLOR, P. *Respect for nature: a theory of environmental ethics*. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

TAYRA, F. Capital natural e graus de sustentabilidade: visões de mundo e objetivos conflitantes. *Pensamento & Realidade*, São Paulo, v. 19, p. 100-118, 2006.

THÉRIEN, J. P. A internacionalização da divisão esquerda-direita. In: CORREIA, V. (org.). *A dicotomia política esquerda-direita: a problemática da sua validade e atualidade*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/6095872/A_dicotomia_pol%C3%AAdtica_esquerda-direita_a_problem%C3%A1tica_da_sua_validade_e_atualidade. Acesso em: 10 fev. 2019.

TODT, M. *Partido dos Trabalhadores: a influência da práxis na identidade interna*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TODT, M. Partido dos Trabalhadores: do poder das bases ao verticalismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 40, 175-184, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/46666/31127>. Acesso em: 28 maio 2021.

TODT, M. Agenda ecológica: o dualismo esquerda-direita e a clivagem ambiental na esquerda. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 2, 2019a. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i2.1416>. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1416>. Acesso em: 26 jul. 2021.

TODT, M. Coal Mining project (Mina Guaíba) in Río Grande del Sul, Brazil. *The Global Environmental Justice Atlas*, 2019b. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/mina-guaiba>. Acesso em: 23 out. 2021.

TODT, M. Enfrentar a la extrema derecha: la red contra la megaminería en Rio Grande do Sul, Brasil. *Ecología Política*, Barcelona, n. 59, p. 124-128, jul. 2020a.

TODT, M. Mega-mining threatens Brazil's Rio Grande do Sul. *The Ecologist*. 24 fev. 2020b. Disponível em: <https://theecologist.org/2020/feb/24/mega-mining-threatens-brazils-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 23 out. 2021.

TODT, M. Titanium mining project (Projeto Retiro) in São José do Norte, Rio Grande do Sul, Brasil. *The Global Environmental Justice Atlas*, 2020c. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/titanium-mining-project-projeto-retiro-in-sao-jose-do-norte-rio-grande-do-sul-brasil>. Acesso em: 23 out. 2021.

TODT, M.; BERG, O. A.; FRÖHLICH, M. Agenda ecológica e o sul global: crescimento, justiça ambiental e dívida ecológica. *Conversas e Controvérsias*, v. 6, n. 1, e33364, 2019. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/33364?fbclid=IwAR13ybs_9xr8-AJWjM-vKhXHzLYvLAp0tu2rGTMyRBfmcnsiNU41SKta4V8. Acesso em: 23 out. 2021.

TODT, M.; BARCELLOS, S. B. Phosphate mining project in Lavras do sul, Rio Grande do Sul, Brazil. *The Global Environmental Justice Atlas*, 2020. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/phosphate-mining-project-in-lavras-do-sul-rio-grande-do-sul-brazil>. Acesso em: 23 out. 2021.

TODT, M.; MADEIRA, R. M. Mudança na dinâmica interna e deslocamento ao centro: um estudo de caso sobre o Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre. *Analecta Política*, Medellín, v. 10, n. 18, p. 59-87, 15 jun. 2020.

TROYANO, M. C.; ANTÓN, J. I. Las relaciones entre equidad y crecimiento y la nueva agenda para América Latina. *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 48, 2008. DOI: <https://doi.org/10.14201/alh.1358>. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/1358>. Acesso em: 25 ago. 2018.

TRUMAN, H. Inaugural adress. *Independence*, 1949. Disponível em: https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm. Acesso em: 11 fev. 2019.

ULLRICH, O. Tecnología. In: SACHS, W. (org.). *Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder*. Perú: Pratec, 1996. p. 360-376. Disponível em: <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SESSION-6-Sachs-Diccionario-Del-Desarrollo.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UMA HOMENAGEM a Daniel Bensaid. *Democracia Socialista*. São Paulo, 13 jan. 2010. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/uma-homenagem-a-daniel-bensaid-2/>. Acesso em: 28 maio 2021.

UNCETA, K. *Desarrollo, postcrecimiento y buen vivir: debates e interrogantes*. Quito: Abya-Yala, 2014. Disponível em: <http://filosofiadelbuenvivir.com/wp-content/uploads/2015/02/Desarrollo-postcrecimiento-y-Buen-Vivir-2014.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication*. St-Martin-Bellevue: UNEP, 2011. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/126GER_synthesis_en.pdf. Acesso em: 02 fev. 2018.

UNMÜBIG, B.; FUHR, L.; FATHEUR, T. *Crítica à economia verde*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/critica_a_economia_verde_-_boll_brasil_-_out_2016_web.pdf. Acesso em: 11 mar. 2018.

VARGAS, J. A. C. *Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araujo Castro*. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1074-um-mundo-que-tambem-e-nosso.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

VEIGA, J. E.; ISSBERNER, L. R. Decrescer crescendo. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (org.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 3, 1987. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/S5D00005.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2021.

WEISS, M.; CATTANEO, C. Degrowth–Taking Stock and Reviewing an Emerging Academic Paradigm. *Ecological Economics*, v. 137, p. 220-230, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800916305900>. Acesso em: 22 jan. 2021.

WHITMARSH, L. Scepticism and uncertainty about climate change: dimensions, determinants and change over time. *Global Environmental Change*, v. 21, p. 690-700, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220040302_Scepticism_and_Uncertainty_about_Climate_Change_Dimensions_Determinants_and_Change_over_Time. Acesso em: 14 fev. 2019.

WHITMARSH, L.; CORNER, A. Tools for a new climate conversation: A mixed-methods study of language for public engagement across the political spectrum. *Global Environmental Change*, v. 42, p. 122-135, 2017. Disponível em: <http://orca.cf.ac.uk/97309/1/Centre%20right%20narratives%20FINAL.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- Perguntas de apresentação.
- Como descreveria sua trajetória em movimentos sociais, partidos e no ativismo ecológico?
- Como é sua atuação militante/ativista na atualidade?
- Qual sua visão sobre crescimento econômico/desenvolvimento?
- O que significa, para você, sustentabilidade ambiental/ecológica?
- Como vê a relação entre crescimento econômico/desenvolvimento e sustentabilidade ambiental/ecológica?
- Como enxerga a atuação da esquerda no que diz respeito à ecologia?
- Como é o espaço para o debate pós-desenvolvimentista em seus espaços de atuação e, em especial, em seu partido?
- O espaço para a visão pós-desenvolvimentista tem crescido, diminuído ou estagnado em seus espaços de atuação – em especial, em seu partido?
- Quais os principais desafios a serem enfrentados pelo ativismo pós-desenvolvimentista?
- Quais as principais alianças/novas possibilidades para o fortalecimento do pensamento/ativismo pós-desenvolvimentista?
- Qual sua opinião sobre a política ambiental aplicada durante os governos Lula e Dilma?
- Qual seu ponto de vista sobre a política ambiental aplicada atualmente no Brasil?
- Questão de encerramento: deixar a palavra à disposição do/a entrevistado/a para abordar temas não mencionados ou para aprofundar questões já abordadas ao longo da entrevista (e que sejam importantes na perspectiva do/a entrevistado/a).
- Agradecimentos.

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL

(continua)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
1	<p>Eu comecei a participar politicamente no final dos anos 70: em 78, 79, justamente ali mais na luta pela anistia, e tudo. E ainda tava no movimento secundarista, né. E já entrei direto numa organização, numa organização no caso revolucionária, um grupo lá trotskista, a Fração Operária Bolchevique. E já era organizado, então, militava assim era bem aquele momento em que ainda não existia o PT.</p> <p>Comecei a ver já alguns militantes ecológicos que tinha no PT. Dois vereadores inclusive que se elegeram pelo PT em 88, o Gert Schinke e o Gregol né, que eram da Agapan [...] E esses dois companheiros do PT enfrentaram diversos problemas no partido né, assim de críticas mesmo, de não entendimento da militância mais ambiental deles, né. E acabaram saindo do partido [...] eu era muito próximo do Gert assim, era meu companheiro desde essa organização que eu comecei a militar [...] E a partir daí realmente me afastei do PT assim, né. [...] Na verdade naquela época muito pouca gente na esquerda tinha essa consciência ambiental. Até essa campanha do Gert, o Gert Schinke, esse foi um visionário.</p> <p>Em 1992 por ali me desfiliei do PT. Aí depois, já bem posteriormente ajudei a coletar assinaturas pra criar o PSOL mas também não aderi [...] eu cheguei até a participar da criação do PSOL, ajudar a coletar assinaturas, fui na plenária inicial, mas não senti muita firmeza no processo assim também na época, eu achava que era um novo PT assim, mas mais por causa ter sido expulso do PT, mas não vi muitas diferenças realmente. E aí realmente eu retomei minha participação política mais na criação da Rede Sustentabilidade, justamente aí mais em cima aí da questão ambiental, né. Participei da fundação da RAIZ só que não vingou né, não virou partido.</p> <p>A Rede justamente significava isso, era um partido que tava sendo construído com foco inclusive mais na questão ambiental, né, por causa da militância da Marina já como ministra do meio ambiente nos governos do PT [...] a primeira eleição dela como candidata a presidente que ela foi pelo PV, que toda a campanha dela foi com foco na questão ambiental, né. E nessa fundação da Rede, inclusive participou não apenas pessoas assim que nunca tinham feito política mas também pessoas que vinham do PT, do PV, e muitas pessoas inclusive com uma visão mais ecossocialista, digamos uma visão mais de esquerda. Tinha um grupo né, que não era majoritário, depois a gente foi ver que não era majoritário, que tinha uma visão mais ecossocialista, mais de esquerda, mas a grande maioria na verdade era de pessoas mais ligadas a essa questão da economia verde, de ONGs que já tinham uma atuação na área ambiental tudo. Então depois, aos poucos, que a gente começou a ver. Mas mesmo assim, claro que tinha um espaço bem mais amplo pra luta ambiental, né, dentro da Rede.</p> <p>Eu e o Célio Turino saímos no segundo turno da eleição de 2014 quando a Marina apoiou o Aécio, mas teve gente, o pessoal assim, mais de esquerda, mais ecossocialista da Rede, saiu quando a Marina, quando se inviabilizou a participação da Rede nas eleições e a Marina decidiu ir pro PSB e apoiar o Eduardo Campos. Ali muita gente já caiu fora., Eu, inclusive, fiquei, tive que ficar porque eu tinha sido eleito o porta-voz da Rede aqui no Rio Grande do Sul, que significava o coordenador estadual. E aí como tava na campanha, tinha candidatos a deputado, tinha tudo, acabei ficando até o segundo turno da eleição.</p> <p>Acabou o segundo turno nós já começamos a discutir. O Célio Turino que tinha sido o porta-voz da Rede em São Paulo, eu aqui no Rio Grande do Sul, tinha um outro companheiro que tinha sido porta-voz no Paraná. Começamos mas logo foi uma coisa que extrapolou um racha da Rede, surgiu muita gente, coletivos, movimentos, que nunca até tinham participado de partidos, e que também não tinham aderido à Rede, que tinham restrições à Marina. Aí formamos o Coletivo Avante, antes da Raiz, isso no final de 2014. tinha bastante ativista ambiental mas não só. Foi um momento onde estava muito forte por exemplo a questão aí do Podemos na Espanha, e tinham alguns coletivos muito ligados a essa visão de partido movimento do Podemos. Tanto que no Coletivo Avante, no nosso primeiro seminário, em São Paulo, veio um pessoal do Podemos aí da Espanha, que se aproximou, e justamente com essa ideia de um partido movimento. Então extrapolava a própria questão ambiental. Claro que tinha muita força a partir dos princípios do partido, o ecossocialismo, o Teko Porã (o Bem Viver) e o Ubuntu africano. Foi justamente um programa, um projeto de partido esse sim construído horizontalmente.</p>

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
1	<p>A Raiz já se definia pelo ecossocialismo. Era um dos princípios básicos do coletivo, que depois se fundou como partido, mesmo que não tenha depois obtido legenda, coletado as assinaturas. Mas era um princípio básico, o ecossocialismo. Enquanto a Rede, a visão majoritária era e ainda é, depois degringolou ainda mais do ponto de vista de alianças aí com a velha política, inclusive chegando a apoiar Marchezan aqui, Eduardo Leite, mas em termos programáticos eles são muito mais ligados à visão de economia verde, um capitalismo mais humano, sem fazer a ruptura.</p> <p>Quando eu comecei a militar eu não tinha também essa preocupação. Apesar dessa amizade com o alemão Gert, que já defendia essa bandeira... mas eu comecei a despertar mesmo foi mais ou menos nessa época que eu entrei na Rede, no começo da década de 2010, por aí, 2011. Mas acho que tem muito a ver também com a imposição dessa pauta, não só na mídia, nas redes sociais, nos debates. Por que é uma pauta que realmente dentro da esquerda era relegada a um segundo plano, né.</p> <p>Em algumas entrevistas recentes inclusive do Michael Löwy que ele coloca claramente o que seria hoje um programa de transição no atual momento histórico. Uma transição pro ecossocialismo. Como ele mesmo coloca, são questões que a gente sabe que o capitalismo não vai dar resposta para maior parte delas, então isso vai acirrando as contradições.</p> <p>claro que a gente sabe que tem outros debates, a própria questão do Bem Viver, do Alberto Acosta, teóricos do Decrescimento. Então, hoje em dia já se faz inclusive essa aproximação por exemplo, né, esse debate entre realidades. Por exemplo, uma matriz mais europeia, que seria o ecossocialismo, uma mais latino-americana que seria a questão do bem viver. A gente vê vários debates, o próprio Alberto Acosta, por exemplo, recentemente tem um livro dele debatendo decrescimento com um sociólogo alemão. Ou seja, são visões distintas mas que convergem pra esse caráter anticapitalista, né. E de resgatar mesmo experiências, por exemplo dos povos originários, outras relações entre as pessoas, com a natureza...</p>
2	<p>Agora tá fazendo uns quinze, dezesseis anos desde que eu entendi assim o que eu queria fazer nesse mundo aqui, colaborar com um projeto de transformação. Isso teve muito a ver com a história do nosso continente, conhecendo a América Latina, sempre muito conectado a essa lógica dos povos originários daqui, da desconstrução de uma história fabricada ali pelo centro do capitalismo que colocou a gente nesse papel de sul global, né, enquanto fazendão, enquanto mina a céu aberto, grande poço de petróleo e cassino pra especulação financeira. Aí, no fim, eu busquei, primeiro, um contato com as construções internacionalistas da América Latina, conectada à luta do povo colombiano. Naquela época um conflito muito acirrado, tava nos primeiros anos ali do Plano Colômbia, poucos anos também de uma tentativa frustrada de acordo de paz, né, de San Vicente del Caguán, e uma repressão muito grande, e a gente lutando naquela época pela paz na Colômbia e por uma troca de prisioneiros até entre a guerrilha e o governo, enfim, um processo muito difícil. E aí depois eu fui conhecendo mais do movimento indígena aqui do Brasil, do movimento camponês, depois, em último lugar eu fui conhecendo um pouquinho mais da luta da cidade. Primeiro eu vim dos biomas, das florestas, depois pro campo e depois pra cidade, fiz o caminho oposto assim do que a maioria das pessoas fazem. Aí depois de tudo isso, depois que eu entrei em contato com os movimentos primeiro, eu fui me dando conta da necessidade de trazer essa luta também pra um aspecto de totalidade organizada, que naquele momento, mesmo numa concepção gramsciana de partido mesmo, a expressão da nossa vontade coletiva e um programa de totalidade pra sociedade, mesmo nessa concepção mais ampla, o único lugar que eu via isso expresso era nos partidos, mesmo. E aí eu acabei me filiando ao PSOL, que era o partido onde eu via mais espaço pra construção socioambiental na época, na época reivindicava o ecossocialismo aí fui descobrir o ecossocialismo, comecei a me entender enquanto ecossocialista. A setorial ecossocialista do PSOL já tava criada, mas era muito residual, e aí a gente dedicou muita energia a essa construção. Quando eu entrei no PSOL o PSOL ainda era muito pequeno, era um partido muito institucional, parlamentar. Muito nessa missão assim, de fazer um elo, uma ponte com os movimentos sociais, uma construção muito próxima com o MTST, com o movimento indígena.</p>

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
2	<p>Fico muito feliz de ter sido uma das pessoas, na verdade a pessoa que mandou o primeiro áudio pra Sônia falando, em 2017 falando, Sônia, nós queremos aqui que você seja nossa candidata a presidente pelo PSOL, a partir da setorial ecossocialista, vamos marcar uma conversa. Pô, essa caminhada tem sido boa, assim, quando eu entrei no PSOL o PSOL não se dizia nem feminista, não se dizia anti LGBT fóbico, não se dizia antirascista muito menos chegava perto do ecossocialismo. E agora a gente vai vendo o PSOL já dizendo publicamente várias dessas coisas e sem coragem de dizer o contrário. Porque antes até mesmo quando alguém dizia, tinha muita gente pra defender contra, e hoje em dia não tem mais quem tenha muita coragem de defender contra essas pautas, né. A do ecossocialismo sim, ainda tem algumas organizações. Mas de todos os lugares da esquerda, da esquerda organizada institucionalmente, partidária, é o campo mais arejado. E aí eu construía coletivos aqui no DF, me envolvi em outras lutas também mas construía um coletivo aqui que era um coletivzinho do PSOL regional onde a gente participou aqui de muitas lutas, muitas mesmo. Derrubamos governador em 2009, participamos da resistência indígena aqui, criamos o MTST, fizemos ocupação com o MTST, com o MST, com vários movimentos. Construimos projeto comunitário de serviço social auto-organizado em alguns lugares, mas sempre muito pulverizado, pequenas iniciativas que nunca davam, a liga assim né... E 2013... quando vem junho de 2013, a gente foi atropelado, tentamos disputar de todas as formas as ruas aqui, né, disputar com a direita, uma forma despolitizada ali que tava surgindo e ganhando força, a gente não teve corpo militante pra dar conta disso embora aqui no DF a gente tenha tentado muito, desde as ações diretas, tentativa de ocupação do congresso, desde ... eu insisti muito, a galera topou da gente puxar uma assembleia dos povos aqui. A gente conseguiu, a gente fez atos grandes aqui na luta contra as violações da copa juntando sem teto, indígena, juntando estudante, juntando a galera. Fizemos o melhor que a gente podia, mas a gente não tinha muita força. Então em 2013 a gente falou pô vamos juntar forças. A gente buscou coletivos do PSOL que pensavam como a gente. E aí tinha dois coletivos que tavam tentando começar um processo de fusão, que era o Enlace, que era um coletivo que tinha vindo da DS, do PT, e o CSOL, que era um coletivo que tinha vindo da CS, da Convergência Socialista. E nós, enquanto coletivo Luta Vermelha aqui a gente falou pô, vamos entrar nesse diálogo aí, vamos entrar no diálogo com a galera. Deu muito certo, a gente transformou esse diálogo em trio num processo de fusão mesmo e a gente nasceu enquanto organização chamada Insurgência, em 2013. E aí isso fez com que a Insurgência, pela tradição do Enlace, que eram duas organizações trotskistas, uma mandelista, outra ex-morenista ali, que se dizia morenista em recuperação, e nós, que não reivindicávamos nenhuma das tradições organizadas ali da esquerda do socialismo soviético e da própria tradição trotskista ou stalinista, não reivindicávamos nada disso, mas abertos a tudo, né, nós juntamos nesse meio desse bolo aí. Corrente muito mais da luta popular e tal, menos orientada por essas polêmicas. E aí a gente fundiu e virou a seção unificada da IV Internacional no Brasil. DA Quarta Internacional, Secretariado Unificado, né. E aí, esse processo foi bem, a gente criou uma organização forte, influenciou bastante no PSOL, nesse momento o PSOL avançou muito no debate ecossocialista, avançou bastante o debate sobre democracia interna também porque era uma organização que nascia meio que no terceiro campo assim, o PSOL dividido no campo majoritário, a partir da Primavera Socialista, que hoje se chama Primavera, tinha um campo, uma oposição de esquerda mais próxima do MES. mas essa definição de esquerda e direita em alguns aspectos, tem aspectos que o campo da esquerda é mais à direita que qualquer outro. E a gente ficava numa mediação, buscando uma radicalização do programa e democracia interna, ou seja, a gente não necessariamente concordava com nenhum dos setores assim, ou concordava parcialmente, não acreditava nessa lógica binária e maniqueísta assim sabe, então a gente pensava muito mais num PSOL multipolar, democrático internamente, com uma dinâmica interna viva e tal, e profundamente democrático, né. E a gente apostava em construir um partido amplo, né. E aí, pra isso precisa democracia interna.</p>

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
2	<p>Só que em 2015 o processo foi se desfazendo muito, a forma da esquerda radical tratar suas divergências muitas vezes é muito predatória, as pessoas tão bem, mas de repente ou quando têm uma decepção pessoal, ou quando tem uma vontade de saída começa a intensificar muito ali a vontade de diferenciação, de demarcação, e quando vê pessoas que se [inaudível] super bem, no momento de saída a relação tá totalmente fragilizada de uma forma totalmente desnecessária, e tal. E isso foi o que aconteceu na Insurgência, a Insurgência se fragmentou assim, ela implodiu totalmente, se dividiu em dois blocos grandes, e uma galera indo pra casa, assim. Um outro bloco pequenininho se organizou em torno de um mandato lá no Rio de Janeiro, e uma galera foi pra casa, eu fui uma dessas primeiras pessoas a ir pra casa, eu era da coordenação nacional da Insurgência mas eu fui o primeiro militante da coordenação a sair da organização porque eu vi que tava indo pra um esforço muito destrutivo. Falei “pô, não quero fazer parte disso”, tava com outros problemas pessoais também aqui, aqui o movimento MTST que a gente tinha criado, teve um militante que capitulou, que se corrompeu, tava cobrando as famílias, agindo com gangsterismo, uma parada muito [inaudível, talvez “palha”], isso daí meio que quebrou a gente falou pô, o movimento popular aqui implodiu, a construção da nossa organização nacional implodiu, a gente ficou meio sem chão assim, sabe? Pô, vou dar um tempo, fiquei tocando tarefas pessoais também, a saúde da minha mãe tava apertada, a condição do plano de saúde dela cortando tratamento, várias coisas. Apertou muito, falei não, vou dar um tempo aqui, me organizar, e foi isso que eu fiz, o ano de 2015, depois que isso aconteceu, eu não militei, foi o ano que eu não militei. Aí depois eu me organizei, voltei a militar, aí já a Insurgência já tava dividida depois né, entre Insurgência, Comuna e o outro coletivozinho chamado Comunismo e Liberdade, que já acabou. Mas tinha uma galera que não tinha entrado em nenhuma dessas duas organizações, entre elas uma galera que eu tinha muita confiança, que a gente construía lá em Niterói, que tinha o Flávio Serafini, que tinha a Talíria, que tinha... tinham vários ,militantes lá de muita confiança, tinha os militantes do Ceará, entre eles o professor Alexandre, dentre eles o João Alfredo também, e os militantes aí do Rio Grande do Sul. E aí foi esses quatro grupos, eu no DF sozinho, umas quatro pessoas do Ceará, umas quatro do Rio Grande do Sul e umas sessenta de Niterói. A gente falou pô vamos criar uma casa nova. Aí a gente criou uma casa super melancólica falando pô, vamos tentar juntar de novo esse povo que rachou, essa é a nossa missão, isso vai dar certo e tal... Passamos um ano, o ano de 2017 inteiro tentando juntar as pessoas, ninguém queria saber de nada disso, só a gente, as organizações, na verdade foi cada um prum canto assim, né, e essa questão da disputa predatória da esquerda se intensificou ainda mais porque se disputava muito militantes, né. E a gente era o único ponto de contato e convergência entre esses grupos e a gente viu muito rápido que a gente não ia conseguir juntar a seção da IV Internacional no Brasil, e aí veio o ano de 2018, a eleição engoliu a gente, então a gente não pensou muito nessas tarefas, só que a nossa turma era uma turma sempre muito boa de construção, então a gente vai muito bem em eleição, né, fomos muito bem em 2018, fomos muito bem em 2020. E aí depois da eleição de 2018 a gente falou “tá, agora nós temos responsabilidades aqui, temos muita tarefa pra fazer, temos expectativas de pessoas e grupos, uma construção social forte, a gente precisa dar resposta a isso dentro de uma estratégia de transformação de país”. E aí que veio aquele desenho, aquela nossa síntese lá daqueles nossos eixos de atuação, aquelas bolinhas que a gente desenha quando a gente tá falando de onde é que a gente quer chegar, sabe? E aí no final de 2018 o Subverta vira de fato uma organização, assim, deixou de ser um coletivozinho, né? E aí em 2019 é esse processo assim, de crescer muito, na cidade, no campo, na floresta, de construir os projetos, de dar realmente o gás, com todos os problemas de uma organização que cresce muito rápido, né? Mas crescendo. 2020 a gente consolidou esse crescimento, numa pandemia a gente agiu muito, fizemos muita coisa, fizemos mutirões do bem viver gigantes, [inaudível] milhares e milhares de famílias que... mobilizou gente no Brasil inteiro, e tal. A gente sempre teve uma articulação de rede muito forte, [inaudível] muita gente youtuber também que fez uma disputa nas redes muito forte, aumentou a referência da esquerda no geral, ganhou muita gente pro ecossocialismo.</p>

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
2	<p>E... e aí é assim, isso com encontros e desencontros né, dentro desse processo tiveram experiências que hoje a gente avalia foram as melhores possível, mas agora... e ao longo desse ano de 2020 eu aceitei a tarefa que a galera vinha me insistindo de ter uma presença mais forte de rede, então comecei a levar a sério o canal Bem Vivendo, e tal.</p> <p>E em 2018 a gente lançou, com tudo o que a gente construía, né, a gente construiu o Fórum Alternativo Mundial da Água, a gente construiu vários outros eventos e construções assim muito fortes, e construímos as banquinhas pela democracia em 2018, e como parte desse processo também desse caldo aí que virava, dos mutirões de bioconstrução, os mutirões de agrofloresta que a gente fazia, a gente acabou... acabou lançando o mandato coletivo, né, que foi o segundo mandato coletivo do Brasil a ser lançado, assim. A gente só conhecia a experiência de Alto Paraíso... A galera veio aqui no FAMA, né, no Fórum Alternativo Mundial da Água e partiu com a gente a experiência e a gente decidiu lançar. Lançamos rápido assim, faltando cinco meses pra eleição, mas ainda não tinha nenhum outro mandato coletivo sendo lançado. Mas depois lançaram vários, e alguns desses foram eleitos, a Juntas de Pernambuco, a Bancada Ativista em São Paulo, né. Então, essas experiências aí também deixaram um legado muito forte, né. E agora nessa eleição eu trabalhei na construção e na coordenação de campanha no [inaudível] da campanha do Flavio Serafini em Niterói pra prefeitura, e depois me dediquei muito à eleição da Coletiva Bem Viver em Floripa que foi eleita, né. Primeiro mandato coletivo da região sul eleito na história, assim, né.</p> <p>Queremos esse ano agora dar uma fincada de pé grande nos projetos territoriais também. Enfim, trazer mais materialidade pros nossos projetos, mesmo, porque eles ainda... Eles são muito bonitos mas eles ainda alcançam uma quantidade muito pequena de pessoas, agora a gente quer realmente esse ganho de escala. E aí tamo aí, agora tô empolgado com esse ano aí, cheio de tarefa e empolgado.</p>
3	<p>Sou socialista, sou marxista, faço parte do PSOL, sou militante do PSOL de Santo André, ajudo a coordenar a setorial Ecosocialista Estadual né eu tô me retirando agora do Estadual porque as tarefas não tá alcançando não tá dando. Faço parte do Fórum Popular da Natureza também.</p> <p>A gente tem um trabalho que é a respeito de um ambiente que é uma parte obviamente fundamental na questão do ecossocialismo mas ele não se restringe à questão ambiental. Mas a outras questões também. Parte dessas outras questões é a questão de distribuição de alimento, por exemplo né. A distribuição de alimento, soberania alimentar, uma série de outras coisas que fazem parte do ecossocialismo e que agente também se dedica né, formação. E a gente tem um então a parceria aqui em Santo André com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, através do Acampamento Irmã Alberta que fica aqui em Perus na cidade de São Paulo né, no finzinho da cidade de São Paulo, lá no mato, onde São Paulo ainda é mato né. Eles tão lá numa área de uma ocupação há 18 anos. E a gente ajuda a escoar o alimento, o que eles plantam lá, né, o que eles cultivam no Irmã Alberta. E também na Associação do MST, na cooperativa que existe em São Paulo que engloba não só o Irmã Alberta como outros acampamentos e assentamento. Então a gente tem uma associação onde mensalmente nós distribuimos os alimentos que eles produzem. Essa talvez seja a parte mais gratificante do trabalho porque é a única parte do trabalho nosso onde a gente ainda não sofreu derrota, sabe. As outras todas, a gente já tá aprendendo a comemorar derrota, sabe como é que é ou não? [...]</p> <p>Eu mesmo não tenho formação na área ambiental. A minha formação é administração de empresas, sou gestor. Se bem que eu não trabalho mais também, já passou o meu período, trabalhei 50 anos e aí resolvi parar um pouco [...]. Então a minha área é gestão. [...] fui também durante muitos anos trader né, o meu papel era sair do Brasil pra negociar coisas brasileiras fora do país. Eu trabalhei na América Latina, trabalhei no Caribe, trabalhei na Península Ibérica também, Portugal e Espanha. E também estive nos Estados Unidos essa coisa toda mas eu mais trabalhei mesmo na América Latina e Caribe né. Trabalhei em Cuba, trabalhei na República Dominicana, e assim vai. E na América Latina em praticamente todos os lugares. E foi justamente em função deste trabalho que eu acabei conhecendo o socialismo, né. Porque eu fui pra escola em 1964 [...], dois meses antes do golpe militar, né. Então toda a minha formação foi feita dentro do Regime Militar, né.</p>

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
3	<p>Ou seja, uma época totalmente despolitizada. Em que você tinha uma minoria de pouquíssimas pessoas né no Brasil que podiam se dar ao Luxo de discutir política, pela possibilidade de fazê-lo e por ter conhecimento suficiente para tal, né. Então era uma época de despolitização para onde inclusive nós tamo marchando agora de forma até bem rápida, né. Então foi em 1982 eu tava trabalhando em Lima no Peru e pela primeira vez na minha vida eu tinha 25 anos eu conheci uma livraria socialista. Foi a primeira livraria que eu entrei. Eu achei tão estranho aquilo, eu nunca tinha ouvido falar numa livraria socialista.</p> <p>Aqui no PSOL de Santo André eu sou vice-presidente do partido. A gente tá crescendo muito, o partido tá crescendo muito, né, nós praticamente dobramos [cortou áudio]. Então é isso, eu tenho 64 anos, sou avô já de três netos.</p> <p>Ecosocialismo é uma coisas mais recente né, bem mais recente. Coisa de 3 anos, pra dizer a verdade. E foi quando o meu filho aqui em São Paulo resolveu começar a frequentar o Setorial Ecosocialista Estadual né. Meu filho também é filiado ao PSOL, minha filha também é, meu filho é filiado ao PSOL, minha mulher, aqui tudo é filiado ao PSOL. E meu filho não só é ecosocialista como é permacultor, é formado em questão de gestão ambiental, ele tem todo um histórico disso. [...] e através dele eu cheguei à Setorial Ecosocialista. Só que foi assim né, amor à primeira vista mesmo. Eu cheguei e na semana seguinte eu tava militando e a gente vem construindo desde então.</p> <p>Eu fui filiado ao PCdoB durante 12 anos. [...] Eu entrei no PSOL quase que ao mesmo tempo que eu entrei na Setorial Ecosocialista.</p> <p>Eu faço parte da Primavera Socialista. Que é a antiga APS. Né, você tinha a Ação Popular Socialista [...] que era força no PT.</p>
4	<p>É bem recente na verdade essa minha trajetória. Eu considero como principal marco as eleições de 2018. [...] A primeira lembrança que eu tenho de ir à rua, me manifestar politicamente, foi no <i>impeachment</i> da Dilma. Que eu fui, assisti com todo mundo, o julgamento. Só que ainda foi assim um primeiro momento mesmo, eu lembro que eu ia e pedia adesivo de tudo que era corrente, partido, e as pessoas olhavam pra mim e “essa daí não sabe o que tá fazendo”. Porque eu sempre me vi como de esquerda, a minha família sempre votou no PT [...] nós fomos uma das famílias que a vida melhorou muito pelos governos do PT, né, então a gente tinha essa consciência de ser de esquerda. Mas eu comecei realmente a estar mais ativa politicamente em 2018, quando Bolsonaro começou a ganhar força, né, no começo ninguém acreditava que ele poderia ir tão longe. E naquela época a gente já ficou desesperado né, com a hipótese de ele vencer. Então... até o que a gente disse que a gente meio que esperava né, agora esse caos, agravado pela pandemia. Por isso que a gente ficou tão desesperado em 2018, né, pessoas realmente assim tendo crises de pânico, de choro, assim, porque realmente era desesperador ter alguém desse tipo na presidência. E fui movida por esse desejo de que não, assim, a gente tem que fazer alguma coisa, não dá pra continuar com as mesmas pessoas. E nem pelo “ah, essas pessoas não estão dando certo”, é porque precisava de mais mesmo, né? Eu comecei a pensar assim, precisa de mais gente combatendo isso. E ele está promovendo uma radicalização à direita, então não adianta a gente ficar na mesma esquerda moderada, a gente também precisa radicalizar o nosso discurso à esquerda. Isso que vai fazer realmente frente, né, que vai ter alguma chance de vencer. Então aconteceu, né, todo aquele movimento do vira voto, e eu também saí às ruas de forma super independente assim, era eu e a minha irmã, eu ainda não tinha muita noção de coletivos, de nada. Então a gente imprimia em casa mesmo, e ia pras ruas panfletar, conversar com as pessoas. Então esse que eu considero, foi o primeiro momento, assim. Só que tava todo aquela força tarefa das pessoas se ajudando, né, pelo vira voto [...] e a partir disso eu comecei a conhecer pessoas organizadas politicamente. Uma delas, que foi uma das principais aí, principais pra minha trajetória, no caso, foi a Sabrina Fernandes, do Tese Onze, que ela, né, junto com a Débora Baldin tava fazendo oficinas, e tal. A partir dela eu conheci o Thiago Ávila [...]. Eu votava no PSOL também, eu não votava só no PT, eu votava PT e PSOL, mas eu não tinha muita noção do que era exatamente, sabe, como era na base mesmo, enfim. E a partir disso que eu conheci e quis me envolver, né, também por essa lógica: preciso fazer alguma coisa.</p>

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
4	<p>Eu sempre quis fazer algum tipo de voluntariado, mesmo antes do Bolsonaro, assim. Mas aí, com esse momento, eu percebi que não era exatamente voluntariado que eu queria, assim, era mais militância mesmo organizada. E aí, bom, eu conheci, por causa né, da Sabrina e do Thiago, principalmente do Thiago, o Thiago falava bastante, eu conheci o Subverta, né, o coletivo aí que integra o PSOL. Que eu nem sabia no começo que era uma corrente do PSOL, assim, mas eu gostei da proposta, comecei a ir às reuniões, e me integrei assim. [...] uma coisa puxou a outra, e acho que é mais ou menos isso.</p> <p>Nunca tinha conversado com a Sabrina, era mais assim pelo conteúdo que ela compartilhava, aquilo foi, bom, me politizando. E o Thiago também [...]. Eu achava que o Subverta era só do DF. Então eu via eles postando as coisas e falava “ai que legal, queria morar no DF para participar desse coletivo”. E aí ele veio a São Paulo em [...] fim de maio, começo de junho [...] junto com a Sabrina, que a Sabrina ia lançar o livro dela. E aí ele aproveitou e veio junto pra fazer um evento do Subverta aqui, que tava nascendo em São Paulo, né, desde o começo de 2019. Então eu falei “ai que demais, vou lá conhecer”. Então foi nessa reunião que eu entendi realmente o que era o Subverta. [...] então foi essa junção também do virtual com ele ter vindo presencialmente, foi importante.</p>
5	<p>Eu fui mãe nova, né, mãe adolescente então minha a militância no meio ambiente começa um pouco depois né. Eu acho interessante assim observar porque teve a luta de ser mãe primeiro né. [...] Eu vim muito pelo viés da política da assistência social né primeiramente né. Eu sou formada em administração, comecei a trabalhar em organizações e que atuavam diretamente em comunidades de periferia aqui na cidade, daí a gente vai sentindo esse peso da opressão no cotidiano das pessoas, do racismo né, e da desigualdade social no cotidiano. E desde então passei a atuar na cidade dentro desse campo, né. E tem um fórum aqui na cidade que é bem atuante que é de políticas públicas, e ali eu comecei a ter contato com vários conselhos, vários tipos de políticas públicas diferentes, eu fui aprendendo, né, pra além da administração eu era formada né. E nesse caminho me aproximei dos debates da prefeitura né, e sentindo os problemas na pele ou me solidarizando muito próximo né das pessoas que sofrem muito mais né que mora em favelas né é que eu comecei a me aproximar daí desse debate Municipal entendendo que existe um poder muito forte que tá na mão da prefeitura, e aí eu atuei ativamente ali na campanha né para prefeito em 2016 né aqui na cidade de Florianópolis. E aí eu tinha um companheiro um amigo, que a gente se aproximou pelas causas ambientais na época, e eu trabalhei também pra eleição dele como vereador e pra eleição do prefeito, que na época era o Élson né, aqui pra prefeito da cidade de Florianópolis pelo PSOL. E aí quando eu me aproximei em 2016 pra lutar pelo meio ambiente, pra lutar por justiça social, ambiental na cidade, aí eu encontrei no PSOL um programa que eu entendia que era fundamental né, todo o debate que a gente construiu, eu participei até de um GT de construção de um programa pra cidade, e eu fui contemplada. Daí eu me filiei, e nunca tinha me filiado antes em partido nenhum.</p> <p>E a partir de 2017 dentro do PSOL, comecei a dar prioridade pra construção do Setorial Ecosocialista. [...] eu também participava do Setorial das Mulheres né, mas o que me fazia sentido, mais sentido, do olhar sistêmico, da transformação, era o Setorial Ecosocialista.</p> <p>Em 2018 teve uma oportunidade do Encontro Nacional do Setorial Ecosocialista do PSOL, e também tava sendo construído no mesmo momento o Fórum Alternativo Mundial da Água [...] e aí foi quando eu conheci presencialmente a Sabrina Fernandes [...], conheci o Tiago Ávila, né, grandes companheiros, referência pra nós no ecosocialismo [...] e a gente conversou bastante sobre a perspectiva ecosocialista, sobre o Setorial, enfim [...] Aí a gente fez novas conexões, e nós lançamos a AELA nessa ocasião.</p> <p>E aí aqui a gente construiu a Querechu né, com a pauta do Bem Viver. Foi bem bacana, a gente sentava e avançava no diálogo. Passando a perspectiva do Bem Viver de não indígena pra companheira, e ela passava pra gente [...] e ela foi bem votada, né, fez mais de dez mil votos aqui em Santa Catarina [...] E a gente teve um financiamento do PSOL, mas foi alguém, né, o que recebeu mais foi um homem que já atua na política há mais tempo, e ele fez 18 mil votos, e ela fez 10 mil votos, então foi muito interessante o resultado, né.</p>

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
5	<p>E aí a gente também chegou à conclusão que era importante ter mais força no PSOL. Né, se a gente queria trazer mais a pauta indígena, a pauta de negros e negras, quilombolas, e tal. E ainda a gente precisava fazer um tensionamento, pro PSOL não ser um partido também... brancos né, na sua maioria intelectual, a gente sabe que tem essa tendência né, que não vem de movimento social né. E aí a gente começou a dialogar sobre isso, sobre essa experiência, sobre a necessidade de um entendimento maior do o PSOL como um todo sobre ecossocialismo, sobre bem viver, sobre indígena. E aí foi onde a gente se aproximou e ficou sabendo aí da construção de um coletivo né, que tanto atuaria pra dentro do PSOL como pra fora, que foi o Subverta. Com os Camaradas desse Setorial que a gente conheceu né em Brasília. E aí no final de 2018 acho que eles fizeram o primeiro planejamento e no início de 2019 a gente já tava articulando aqui em Santa Catarina aqui em Florianópolis com as figuras públicas do Marquito e com a figura pública da Querechu. “ò gente, a gente é independente no PSOL e não temos forças né, pra trazer mais a pauta ecossocialista, do meio ambiente, do Bem Viver, da agroecologia, para o PSOL, a gente precisa se organizar também [...] então todo nosso planejamento nacional e que a gente segue aqui é pensando na construção duma sociedade do Bem Viver. Em 2019, quando a gente tava fazendo o planejamento, junto com isso a gente já criou a primeira Comunidade Agroecológica do Bem Viver. Já nasceu com uma ação muito forte e potente [...].</p> <p>E aí aconteceu que chegou o final do ano, ainda decidimos fazer uma campanha [risos]. Não contentes né, com tudo que a gente tava fazendo, decidimos potencializar ainda mais o debate do bem viver, né, e o ecossocialismo, e achamos que a época eleitoral era um momento decisivo pra isso né. Que mesmo que a pessoa não ganhe uma eleição, o projeto nosso não é eleição, puramente por eleição. Mais pra trazer a narrativa, né, trazer mais voluntário, mais apoiador, fazer mais formação, ampliar. [...] E aí a gente lançou o mandato coletivo né, a Coletiva Bem Viver Floripa, né, que foi inspirado na sua forma no mandato que tinha sido lançado lá em Brasília pra Deputado né, já tinha muita coisa já trabalhada, pronta, então o pessoal do Subverta lá. A a gente veio, aí tinha na ocasião já feito um lançamento, uma Coletiva Bem Viver no Rio de Janeiro, e uma Coletiva Bem Viver, a gente lançou a nossa, daí teve em Joinville também. Então foram três Coletivas Bem Viver né, e gente vai trazer essa pauta, pra trazer o bem viver, pra trazer o ecossocialismo, pra trazer toda essa questão da natureza, e de um outro meio de vida. E aí a gente aqui em Florianópolis a gente ganhou a eleição né, pra surpresa de todo mundo, né. E tamo aí na Câmara de Vereadores agora vendo como que a gente pode aprofundar essas pautas, né.</p>
6	<p>A minha história partidária é meio maluca, assim, porque eu fui o primeiro vice-presidente estadual do PSOL em Santa Catarina, né, quando a gente tava no processo de fundação. Naquela época eu era, claro, bem mais jovem, bem mais extrema assim. Daí vieram alguns problemas. Como tudo que surge tem os seus desafios, daí eu me afastei, do PSOL, fui trilhar outros caminhos. Bem mais tarde ainda que eu fui entrar na política. Digamos, não, que eu fui pra gestão pública, isso foi bem mais tarde. Mas então eu sempre transitei muito pelo PSOL. Meu irmão é membro do PSOL, o meu tio foi candidato a governador pelo PSOL. Tenho um monte de amigo no PSOL [...]E eu estou no PDT, né, eu fui secretário de cultura aqui do município de São José. E depois eu tive um mandato como vereador que se encerrou ano passado. Só que eu não me reelegi por conta de três votos, né.</p> <p>Eu sou escoteiro desde os dez anos de idade, né? Claro, fiquei um período fora, depois retorno ao movimento, hoje eu atuo no movimento escoteiro, né, eu trabalho com jovens de dezoito a vinte e um anos. Então ali, de uma forma muito já direta, a gente acaba sendo formado, forjado numa vida com uma consciência ecológica, né. Claro, com as suas múltiplas, com as suas diversidades naturais do movimento, mas desde o seu princípio no convívio com a natureza, de uma forma ou de outra tu desenvolve essa consciência. Às vezes não com uma, hoje né, com uma visão que eu tenho, estruturada de organização social e tudo mais, de um aspecto ecológico, mas já vem essa consciência ambiental, essa consciência da luta do equilíbrio. Dentro do movimento a gente já têm várias pautas nessa questão do combate ao aquecimento global, enfim, e outras pautas. Então já vem por aí. Então isso eu já fui desenvolvendo naturalmente. E até mesmo quando eu, militando pelo jornalismo, já vinha trabalhando algumas pautas relacionados a isso.</p>

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
6	<p>Quando eu estive secretário de cultura, acabava puxando essa dimensão também (tocou telefone, ficou mudo) mesmo trabalhando com esse aspecto cultural. E aí eu começo a desenvolver, começo a perceber uma consciência, a despertar em mim uma consciência da transversalidade da pauta ecológica. Porque acho que pelo próprio bem viver, quando a gente passa a se compreender que nós somos seres ecológicos, seres integrados, eu acredito que toda política pública que a gente desenvolve acaba tu puxando pra esse diálogo, e despertando uma consciência. Que pra mim a consciência ecológica, ela nos dá uma visão muito maior do que se eu falar de uma consciência ambiental. Sabe, assim, eu tenho muito a percepção de que a gente fala [?] “Ah, a consciência ambiental”, parece que a gente tá fora, né, do sistema. [...] nós somos seres ecológicos e somos integrados, né. Que é o que o bem viver nos traz, né. Nesse período, com a dimensão cultural, eu acabo retomando alguns diálogos, por exemplo, o meu (cortou, telefone tocou, possivelmente meu professor, talvez professor orientador), no jornalismo, ele já tinha uma ligação com os guaranis aqui da nossa região, que é o professor Jaci. Ele é professor da Unisul, onde eu me formei em jornalismo. Ele já fazia, lá nos anos 2000, um trabalho muito grande com os guaranis. O tempo passa, eu retomo esse contato com ele; a minha irmã, na pesquisa dela de mestrado, doutorado, que é em desenvolvimento regional, começa a puxar pras comunidades tradicionais. Então acaba trazendo pra dentro de casa de novo essa discussão, né. Inclusive o trabalho dela de doutorado também é com os guaranis. Eu acabo encontrando um amigo, que é um ativista cultural, que tá com uma relação com os guaranis. Então essa pauta começa a surgir e eu vou trazendo isso pra dentro da política cultural. Passa mais um tempo, eu me aproximo do Marquito, né, que a gente tem amigos em comuns. A gente cria um laço de amizade muito forte [...] E a gente acaba se aproximando, e essa pauta, com o nome daí, com o conceito do bem viver, chega até mim. E acaba me influenciando positivamente, e eu começo a compreender. Então o que a minha irmã comentava eu encontro no Marquito, e essas conexões começam a se firmar. Então um pouquinho assim de como eu chego até esse tópico e vai me influenciando na minha caminhada política, né. Claro que eu percebia que quando eu falava isso na Câmara eu falava sozinho, né. Sozinho no sentido do que a gente acredita, né, no que a gente trabalha enquanto um referencial teórico. Mas aí tu tem que traduzir pras pessoas e vai usando a linguagem popular.</p>
7	<p>Olha, eu não sou um cara que vem do movimento ambiental. Não sou daquele movimento dos anos 1990, nos anos 1990 eu tava na Itália correndo de bicicleta. Eu era um ciclista, atleta. Então eu não venho desse movimento muito forte em Porto Alegre, Agapan, e vereadores eleitos, Gerst, Gregol, Beto Moesch, eu não venho desse momento. Eu venho de um outro momento, que a relação com a bicicleta faz uma conexão imediata com temas culturais e com temas ambientais. Então fica um pouco uma referência assim, eu e um pouco o Prof Alex do Psol, que é biólogo.</p> <p>Também adotei práticas diárias. Agora, por exemplo, não tô no mandato, mas a gente tá, no nosso coletivo, fazendo hortas pela cidade, hortas comunitárias, ajudando a fazer hortas comunitárias.</p> <p>Eu faço parte da setorial, faço parte de outros grupos ambientais também [...] Faço parte, mas não tenho uma vida mais ativa.</p> <p>Antes de ser vereador eu já tava no movimento social. Só fui candidato a vereador a primeira vez em 2008 porque justamente tinha todo um trabalho social antes ligado aos direitos humanos.</p> <p>Fui de novo quatro anos depois e entrei, em 2012, fruto também do movimento, do Massa Crítica, e tudo mais, mas fruto também do trabalho.</p> <p>Nos projetos de lei que a gente apresentou nesses dois mandatos de vereador, conseguimos aprovar alguns, proibição dos canudos, temas ligados à bicicleta, alimentação orgânica, projeto cada carro vendido tem que ser uma árvore plantada [...] proibimos teste de animais em Porto Alegre, é lei. Projeto de lei que proíbe a incineração de resíduos, conseguimos aprovar. Tema dos catadores, a defesa dos catadores como agentes ambientais.</p>

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA/INFLUÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS RELACIONADAS AO ATIVISMO AMBIENTAL

(conclusão)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
8	<p>Eu tô nessa pauta ecológica desde o final da década de 1980. Eu militei com várias organizações não governamentais, naquela época eram duas que se originaram em Salvador, O Germen e o Gambá. São duas instituições que até hj sobrevivem bem, com referência [...]</p> <p>Fui eleita vereadora de Salvador, já nesse momento eu tava no partidão. E aí o programa nosso que a gente elaborou na época tinha uma pauta ambiental que era absolutamente fora do eixo na época. Não existia essa pauta ambiental dessa forma. Então já a campanha foi feita em torno de uma agenda ambiental. Essa legislatura foi a legislatura que fez a Lei orgânica do município. E eu fui naquele momento colega de vereança de Gilberto Gil, ele com uma agenda ambiental bem forte já naquela época. Todo o capítulo de meio ambiente passou pelo meu gabinete e pelo gabinete dele, a gente fez uma associação. Todas as propostas nós demos entrada em conjunto. Claro que a gente não inventou, aquilo foi o que tinha, essas organizações que eu te falei, o Gambá, que articulou muita coisa, o Germen, tinha toda uma pauta muito bem construída de agenda ambiental. A eleição foi em 1988, foi de 1989 a 1992 essa legislatura, já tínhamos passado já por Estocolomo, por tudo isso. Aqui no Brasil que tem uma entrada um pouco atrasada, mas mesmo aqui os órgãos ambientais já tinham sido criados.</p> <p>A questão ambiental sempre ficou ali. Passado um tempo, eu tava no PV essa aproximação com Juca Ferreira, na prefeitura, ele me aproximou do PV, Juca praticamente me convidou, e aquela experiência com Gil, todos eram do PV naquela época. Como se a pauta ambiental tivesse mais... o PT nunca teve essa proximidade com uma pauta ambiental. Então fui pra lá, e fiquei uns 17 anos no PV. Só que quando chegou um determinado momento que o PV decidiu apoiar ACM Neto para a prefeitura de Salvador. E eu falei, "pra mim não vai dar". Ele tinha acabado naquela época de ir contra a lei de cotas, tinha acabado de apoiar a reforma do código florestal, eram coisas que pra mim extrapolou completamente [...] e acabei sendo expulsa do PV por conta de não ter apoiado essa candidatura. E um deputado do PT me convidou pra entrar no PT, que eu seria muito bem-vinda, tal. Eu fui fundadora do PT na Bahia, a primeira executiva do PT da Bahia eu participei, eram duas mulheres só, eu e uma outra que era enfermeira. E aí eu volto pro PT. E é uma luta isso, do ponto de vista de trazer a agenda ambiental mesmo, foi uma felicidade enorme quando aquele programa de Lula/Haddad traz a transição ecológica como um dos cinco pontos prioritários, é nisso que a gente se baseia muito.</p> <p>É uma pauta que é central na minha vida, a pauta de meio ambiente. Em um plano parecido a de cultura também, mas a de meio ambiente é muito central.</p>

APÊNDICE C – POSTURA PESSOAL RELACIONADA AO PÓS-DESENVOLVIMENTISMO

(continua)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
1	<p>No momento que tu defines uma pauta ecossocialista realmente tu já comesças a criticar o próprio desenvolvimentismo.</p> <p>Tem algumas entrevistas recentes inclusive do Michael Löwy que ele coloca claramente o que seria hoje um programa de transição no atual momento histórico. Uma transição pro ecossocialismo. Como ele mesmo coloca, são questões que a gente sabe que o capitalismo não vai dar resposta para maior parte delas, então isso vai acirrando as contradições.</p> <p>Claro que a gente sabe que tem outros debates, a própria questão do Bem Viver, do Alberto Acosta, teóricos do Decrescimento. Então, hoje em dia já se faz inclusive essa aproximação por exemplo, né, esse debate entre realidades. Por exemplo, uma matriz mais europeia, que seria o ecossocialismo, uma mais latino-americana que seria a questão do bem viver. A gente vê vários debates, o próprio Alberto Acosta, por exemplo, recentemente tem um livro dele debatendo decrescimento com um sociólogo alemão. Ou seja, são visões distintas mas que convergem pra esse caráter anticapitalista, né. E de resgatar mesmo experiências, por exemplo dos povos originários, outras relações entre as pessoas, com a natureza...</p>
2	<p>E aí eu acabei me filiando ao PSOL, que era o partido onde eu via mais espaço pra construção socioambiental na época, na época reivindicava o ecossocialismo aí fui descobrir o ecossocialismo, comecei a me entender enquanto ecossocialista.</p> <p>Eu quero muito que o PSOL seja o partido ao qual eu me considere parte, o partido ecossocialista. Esse partido me parece fazer sentido, assim. E eu acredito mesmo assim, que a gente tá indo pra uma caminhada na esquerda que vai causar grande divisão, assim, entre a esquerda que adotou o ecossocialismo e a esquerda que ainda segue na lógica desenvolvimentista, que ainda segue numa lógica sem entender os dilemas ecológicos aí do século XXI e os impactos sociais disso.</p> <p>É, que eu considero ecossocialista... eu faço uma distinção, né, de quem é ambientalista de esquerda... na verdade, dentro desse debate ambiental, eu tô fazendo essas duas diferenciações, né, categoria a partir da lógica do desenvolvimento e da lógica da sustentabilidade, né? Eu, quando eu vou separar, eu costumo separar assim... Os ecocapitalistas... primeiro tem os que não são nem eco nada, né, todo o setor da destruição do planeta. Mas aí vem os ecocapitalistas, né, que, enfim, defendem o ambientalismo dentro dos marcos do capitalismo e que não problematizam questões como por exemplo a propriedade dos meios de produção, propriedade de... os projetos de transição energética, por exemplo. Na maioria das vezes focam unicamente numa descarbonização, ignoram os aspectos sociais, enfim, que não é possível dentro do capitalismo. Aí depois, dentro de uma lógica da esquerda, eu considero que alguns setores não são sequer ambientalistas, mas tem o ambientalismo de esquerda, que aí são vários aspectos, que você defende várias coisas, você pode falar mal do agronegócio, você pode falar mal da megamineração, mas você ainda acredita que um dos caminhos é o desenvolvimento das forças produtivas numa lógica que não necessariamente considera a natureza como um eixo central da questão, assim. Que isso tá abaixo das relações de produção, da lógica da propriedade, da lógica da gestão ali daquele meio de produção, né. E aí, por isso eu não considero esses setores ecossocialistas, respondendo a tua pergunta, né, Marcos. Porque setor que fala do desenvolvimentismo, setor que... não é nem só de falar do desenvolvimentismo, pessoa pode ser contra a lógica do desenvolvimentismo, mas quando eu considero uma pessoa ecossocialista, uma organização coletiva, é quando efetivamente consegue equilibrar a lógica de acabar com a exploração - porque o ecossocialismo não é só eco, né, tem todo o socialismo, então acabar com a exploração; a sociedade sem classe, acabar com a propriedade privada, acabar com todas as opressões de gênero, de raça, de sexualidade, de nacionalidade, todas as outras coisas - e acabar com a destruição do planeta, nessa lógica de que o ecossistema vem primeiro. E a partir das relações, é... das relações biogeoquímicas aqui do nosso mundo, das nossas relações com o ecossistema é que deve vir a nossa construção social, e as nossas relações sociais comunitárias. Então nunca mais submeter o ecossistema ao sistema econômico, principalmente, produtivo. Né, ao contrário: a partir do ecossistema a gente pensa as nossas relações sociais, e tal.</p>

APÊNDICE C – POSTURA PESSOAL RELACIONADA AO PÓS-DESENVOLVIMENTO

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
2	<p>Aquela lógica duma escadinha que o Bem Viver traz, assim, né, de que, tá, você entende o seu lugar no mundo, <i>que que</i> você é, que que tá fazendo aqui, tu entende seu lugar na sua comunidade, e tu entende sua comunidade na natureza, seu papel na natureza como parte dela, assim, então a natureza é a categoria maior. As comunidades vêm numa categoria secundária e você entendendo o seu papel como parte desse fio, aí, num terceiro aspecto, assim. O ecossocialismo, pra mim, é isso, assim, quem submete sim o debate da construção social às relações ecossistêmicas.</p>
3	<p>O ecossocialismo, o que a gente espera? A gente espera que as pessoas consigam enxergar uma nova dimensão de vida. [...] isso tem que ser reavaliado, né. Então a ideia é essa, organizar-se para que a produção seja planejada, e a vida seja melhor do que essa. Obviamente você não consegue fazer isso sem que antes a gente consiga ter no nosso controle os meios de produção [...].</p> <p>A ideia toda da esquerda no Brasil ainda é redistribuição de renda. Se você perceber, os discursos são sempre em cima de redistribuição de renda [...] E o debate ecossocialista é: “nós vamos redistribuir renda até quando?”. Você não redistribui renda numa sociedade que vive sobre terra arrasada. Você, sobre terra arrasada, você não faz nada. [...] E mesmo na esquerda ainda existe uma resistência muito grande por acreditar que estamos chegando muito próximo da terra arrasada, entendeu? Ainda existe muito a ideia de que isso será resolvido, nós vamos encontrar os meios, nós temos que pensar no imediato porque é agora que nós temos fome, as pessoas estão morrendo de fome agora, elas estão na rua agora, elas estão sem lar agora, então nós temos que produzir. Temos que produzir, colocar as pessoas pra trabalhar e redistribuir a renda. Isso está em debate, mas ainda com muita resistência. Porque esta questão do imediatismo, entendeu. Sempre que você fala, por exemplo, nós precisamos nos reorganizar como sociedade, nós precisamos aprender a produzir o que é necessário, né. Fazer com que todas as pessoas participem do processo de produção do que é necessário. Que elas trabalhem o mínimo possível pra poderem ter vida. E que depois do produto pronto ele deve ser redistribuído por todos os que necessitam. É o único caminho.</p> <p>Pra mim [o bem viver] é uma relação profunda com a ecologia enquanto o grande e verdadeiro ecossistema que nós somos parte. Como uma via de realmente um novo envolvimento dos humanos com a sua raiz ecológica, né. Falo envolvimento sim pra fazer o contraponto com a palavra desenvolvimento, né. Com esse realmente esse profundo envolvimento com aquilo que nós somos, com esse cosmos, com essa integração Terra, a sociedade humana, -todos os seres scientes, todos os seres. Com uma verdadeira e profunda qualidade de vida para todos os seres, né. O bem viver me traz muito isso. Uma construção de uma vida em plenitude para todos os seres. Humanos e não humanos, né. E a partir daí a forma como a gente se relaciona e garante essa qualidade de vida, né. Então “ah, tá, mas como é que isso se dá na prática?”. Daí eu falo pra mim enquanto indivíduo, as minhas práticas sendo cotidianamente transformadas, então é construir um novo sistema social, é contrapor um consumismo desenfreado, é garantir que todas as pessoas tenham direito ao alimento saudável, a se expressar na forma do trabalho para todas as suas relações, né, para a sua nova subsistência. Pra mim é esse grande desafio pra mim, o bem viver. E como referencial pra nós aqui é muito próximo é esse encontro com as nossas comunidades tradicionais. Daí eu vou falar anto dos povos originários, pra nós aqui os guaranis aqui próximos. A minha família tem um tronco xokleng também na nossa família, então isso acaba buscando as raízes emocionais, né. Hoje a gente não tem relação com os xoklengs mas vem a raiz emocional que acaba influenciando, eu acredito muito nisso. E as práticas tradicionais das nossas comunidades primeiras, né.</p> <p>Eu busco muito, pra mim assim a referência do bem viver é sempre o Alberto Acosta, é sempre o meu referencial, né (mostra o livro). É onde eu busco encontrar, sabe, esse subsídio de vida.</p>

APÊNDICE C – POSTURA PESSOAL RELACIONADA AO PÓS-DESENVOLVIMENTISMO

(conclusão)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
4	<p>Sim. Eu acho que tem que ter essa crítica sim [ao desenvolvimentismo]. Essa é uma das principais diferenças também que a gente vê, por exemplo, com marxistas- leninistas, por exemplo. É que as pessoas, algumas, né, perguntam, mas por que que não dá pra ser ecossocialista e marxista-leninista, né? E é isso que a gente fala, né, são duas sínteses diferentes. E a gente vê que a síntese ecossocialista é de realmente você mudar a lógica de produção. Hoje em dia a lógica de produção é de crescer infinitamente, né, muito mais quantitativa do que qualitativa. E isso vai nos levar à extinção, basicamente. O que acontece é que a gente está, né, o mundo tem diferentes níveis assim de desenvolvimento. Então... É claro que os países menos desenvolvidos, eles vão precisar de crescer um pouco mais, né, de produzir talvez algumas coisas que estão em falta. [...] É diferente de países que têm em excesso, né. Tem que ter esse equilíbrio. Por isso que a gente fala também que ecossocialismo tem que ser internacionalista, né, não dá pra ter o ecossocialismo de um país só, porque realmente é uma cadeia global, que tá muito ligado uma coisa à outra. Então, sim. Eu acho que seria uma grande incoerência ser ecossocialista e achar que dá pra gente continuar crescendo assim, de um jeito sustentável, né.</p> <p>Também é importante a gente ter como horizonte construir uma sociedade de bem viver também. Acho que ajuda também um pouco na luta, né, ter um horizonte do que a gente quer quando chegar o ecossocialismo.</p> <p>E acho que isso é uma das coisas mais radicalizadas do ecossocialismo, de mais difícil pras pessoas internalizarem: não é recurso. [...] Você também é natureza, estamos todos no ecossistema, tudo que você mexe tem um efeito. E você até pode mexer mas pro bem, né. Então, a Amazônia, né, a Floresta Amazônica, que é uma floresta que foi muito alterada pelos indígenas. E foi só pro, pra gerar mais abundância, mas a gente altera a natureza pra gerar escassez, e, enfim, desastres mesmo, né.</p>
5	<p>É, é que o bem viver ele traz aquele sonho né. Ele nos incentiva, ele encanta a nossa luta na política, né. A gente precisa disso, a esquerda precisa daquele sonho que a galera tava ali com aquele sonho anterior, né. E aí muitos ficaram decepcionados com a inaudível do PT e como que ficou, né, hoje. Então o bem viver pra gente desperta um sonho, de uma sociedade que não é uma alternativa ao desenvolvimento atual, é uma outra sociedade que a gente tá falando [...]. E a gente entende que pra alcançar, o caminho é o ecossocialismo, né. [...] Pra que a gente possa aprofundar [...] precisa esse debate aprofundado né, tanto quanto à exploração, mas também sobre os meios de produção, também sobre as formas de energia, também... não adianta tomar o poder e replicar né, no nosso entendimento, porque tá aí a mudança climática pra dizer pra a gente né que a gente não tem... tá esgotado, né, nosso planeta tá esgotado. Então a gente entende que é um caminho né, o ecossocialismo é um caminho para alcançar a sociedade do bem viver.</p>
6	<p>O bem viver contrapondo essa lógica desenvolvimentista e contrapondo uma crise nacional da compreensão do Estado brasileiro, enquanto sociedade, enquanto riqueza coletiva. Enquanto a gente tem que lutar, por exemplo, com esse sistema. O sistema do capital que nos engole, desse neoliberalismo, que já colapsou há muito tempo.</p>
7	<p>Além do tripé da sustentabilidade social, econômica e ambiental? Acho que é isso, quando fala em sustentabilidade tá falando do tripé. Não tem como achar que a gente consegue desenvolver sem a parte econômica, ambiental e social. Mas não sei te responder a pergunta, uma crítica assim mais elaborada. [...] Quando digo o econômico, não tô dizendo o sujeito ter cinquenta pares de sapato, sabe? Tem um limite nisso, que aí vem os conceitos do decrescimento.</p>
8	<p>Tem que haver uma transição. Vai ter que se negociar pra poder se chegar a um outro ponto da transição. mas esse modelo tal qual ele está hoje não vejo como se fazer gestão ambiental. Não vejo mesmo. E não que a gente não tenha conciliação com o desenvolvimento. O desenvolvimento tem que ser qualificado, o que é desenvolvimento? O desenvolvimento é gerar essas commodities?</p>

APÊNDICE D – SOBRE O ESPAÇO À CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO EM SEU PARTIDO/CORRENTE

(continua)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
1	<p>O PSOL é um partido que na verdade agora quer o ecossocialismo, com uma visão assim mais de ruptura mesmo com o capitalismo no ponto de vista ambiental, começa a ganhar mais força. Não que não se tivesse esse caráter anticapitalista, mas é que o PSOL foi formado também por muitos militantes e organizações que faziam parte do PT e que tinham aquela visão ainda com algumas restrições à questão ambiental, aquela visão mais de centrar na luta dos trabalhadores e relegar a um segundo plano não só a luta ambiental como outras pautas identitárias. Então, realmente foi agora, eu acho que um ponto de inflexão inclusive que o pessoal chama nesse ponto foi aquela campanha da Luciana Genro pra presidente, que ela já começou a abrir mais espaço pras questões identitárias e também dentro do partido já começou a ganhar força o que a gente chama setoriais ecossocialistas que são as instâncias do partido que discutem e que agem com base na luta ambiental. Hoje, por exemplo, as setoriais algumas já têm bastante força. Inclusive ano passado o PSOL fez um encontro nacional das setoriais ecossocialistas, acho que deve ter sido a primeira vez que um partido fez isso, bancou passagens, alojamentos pra dois militantes por estado. Ou seja, começou a abrir mais espaço pra essas setoriais que eram muito relegadas a um segundo plano. Mas claro que isso depende também em cada estado das organizações que são hegemônicas naquele estado. Tem algumas organizações que ainda realmente não assumem muito ou não priorizam a luta ambiental. O próprio Rio Grande do Sul, o MES também não prioriza tanto a luta ambiental, embora já tenha mudado bastante, alguns militantes já façam parte das setoriais, já discutam nos seus próprios textos, da organização já aponta a questão do ecossocialismo.</p> <p>A setorial ecossocialista de São Paulo, por exemplo, é muito forte. Do nordeste algumas setoriais também, mas a de São Paulo é muito forte hoje, tem uma boa inserção.</p> <p>Sim, dentro do PSOL tem [espaço para crítica ao capitalismo verde]. Acho que outro avanço que teve foi na última eleição presidencial o fato de a Sônia Guajajara ter sido candidata a vice-presidente. Na verdade, quem lançou a Sônia Guajajara, inclusive inicialmente se lançou ela como candidata a presidência, foi a setorial ecossocialista nacional do PSOL. Depois, com o Boulos sendo definido como candidato, a gente conseguiu bancar ela como candidata a vice. E eu acho que o próprio Boulos também avançou um pouco nessa visão. Embora ele não tenha uma visão, não foque, não priorize muito a questão ambiental, mas avançou bastante ao longo dessa campanha. E o partido amadureceu bastante. Hoje vários deputados, por exemplo, a bancada federal tem assumido essas pautas, tem se destacado na luta ambiental.</p> <p>Sim, não, isso já está bem definido [espaço no PSOL para a crítica ao desenvolvimentismo], no momento que tu defines uma pauta ecossocialista realmente tu já comesas a criticar o próprio desenvolvimentismo. Nesse ponto se faz acho que o principal divisor de águas com o PT, aos governos do PT. E já era feita essa crítica não só no PSOL, na Rede também já se fez. Mas principalmente algumas organizações que fazem parte do PSOL já tem bem definida até estratégias de transição para o ecossocialismo. Pega o Michael Löwy, por exemplo. Tem várias organizações do PSOL que se referenciam no Michael Löwy. AS organizações mais ligadas à Quarta: a Insurgência, o Subverta, a Comuna, até o MES agora também está se aproximando da Quarta, já é observador. Então, tem claramente essa visão ecossocialista de ruptura com o capitalismo e trabalhar com o que seria tipo um programa de transição [...] Uma transição pro ecossocialismo.</p>
2	<p>Quando a gente vai separar a sociedade aqui do Brasil eu sempre separo assim: tem dois blocos de disputa de sociedade, né, que é um bloco conservador e um bloco progressista. Só que nesse bloco progressista tem muita, muita, muita, muita, muita diferença, assim. E aí... e aí no bloco conservador também tem, tem extrema-direita, tem direita liberal, né, e tal. Mas no bloco progressista a gente vê a esquerda... a centro-esquerda, ali, uns mais pra centro do que pra esquerda, né, a gente vê PDT, PSB, e tal. A gente vê uma esquerda moderada, PT, PCdoB às vezes, às vezes é mais centro do que esquerda, também. E aí a gente vê a esquerda radical, né, e na esquerda radical só o PSOL tem representação parlamentar. Mas a gente também tem o PCB, tem a UP, o PSTU com todas as limitações, e tem muito coletivos e movimentos que tão dentro desse campo também, né. Dentro desse campo tão as organizações políticas que mais levam a sério o ecossocialismo.</p>

APÊNDICE D – SOBRE O ESPAÇO À CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO EM SEU PARTIDO/CORRENTE

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
2	<p>Mas em relação a movimento, não é nesse campo que tá a maior quantidade de pessoas que têm uma prática ecossocialista nas suas dinâmicas territoriais comunitárias, porque isso ainda tá no campo democrático-popular, a gente pega MST, por exemplo. Principalmente pelo papel do MST. E entendendo que o movimento indígena é um pouco mais difuso, mas a sua maior representação, a APIB e a própria Sônia Guajajara têm uma identificação com o PSOL, e portanto com a esquerda radical e com o ecossocialismo, a gente acaba criando um equilíbrio nesse sentido, de que os indígenas tão mais nesse campo até por críticas ao processo do que foram os governos do PT, também, pelos limites deles, né, desenvolvimentismo, e tal. Mas o MST também exerce uma influência muito forte ali no campo... na esquerda moderada, né. E aí, dentro desse campo então da esquerda radical institucional, a UP é marxista-leninista, e o marxismo-leninismo ele não é e nem pode ser ecossocialista, não acredita no ecossocialismo, acredita inclusive que falar de ecossocialismo é revisionismo da teoria de Marx. E aí, portanto não são, embora, em alguns aspectos eles possam fazer críticas nos marcos do ambientalismo de esquerda. A mesma coisa o PCB. O PSTU é muito, muito, muito distante até de uma prática ambiental. [...] Sempre focou muito no chão de fábrica, né, sempre teve uma construção muito orientada pra isso, e tem pouca prática e até pouca formulação sobre a luta ambiental. Mas da esquerda radical ainda, PCB, entendendo menos a importância ambiental, mas mais a influência que o ecossocialismo vem ganhando, começou a adotar dentro do seu discurso debate ambiental um pouquinho mais intenso, mas que tem ainda limites, assim, eles são anti-ecossocialistas, né, eles falam muito abertamente que são contra o ecossocialismo, eles falam que... primeiro falam que é revisionismo, falam que, em vários aspectos é pós-moderno, associam também nesse processo de disputa da esquerda, né, de que o ecossocialismo é uma construção trotskista por conta da IV Internacional, que foi a primeira grande construção dentro da esquerda radical que reivindicou o ecossocialismo, né, embora o ecossocialismo não seja exclusivo da Quarta, nem do trotskismo, né. E aí temos o PSOL, né, e dentro do PSOL tem organizações que reivindicam o ecossocialismo, porque o PSOL também tem essa lógica dos campos, né. A gente vem do... historicamente ali, pelo menos desde 2011, mais ou menos, uma hegemonia muito grande do campo que era a APS, né, a Ação Popular Socialista, que é uma organização que rompeu tardiamente com o PT, que não veio desde o processo da fundação do PSOL, né, que ficou um pouco mais de tempo [...]. Essa organização, ela começou a exercer uma maioria no PSOL, ela fez uma coalisão com outras organizações dentro do PSOL, e começou a exercer uma maioria, virou um campo majoritário no PSOL [...] E aí esse campo majoritário, ele é um campo que vem do PT, reivindica o projeto democrático-popular, em vários aspectos sequer fala muito de uma ruptura socialista, numa construção de uma revolução mesmo, né. E ainda são... sempre foram, na verdade, né, mais sensíveis ao desenvolvimentismo petista, assim, porque acreditavam que aquele processo ali foi um processo da maior importância pro país, e tal. Era uma crítica mais moderada, assim. O ecossocialismo ficou uma coisa de uma esquerda mais, muito radical. Você falar contra o ciclo que a gente tinha vivido, que tinha trazido tanta coisa pro Brasil, era muito difícil, né, em determinados lugares. E esse campo ficava mesmo defendendo o que foi o legado petista, e defendendo alianças com o PT nas eleições, e tal. Então era sempre uma tensão, né, do PSOL não se aliar com o PT, e tal. Porque as pessoas acreditavam que era necessário reconstruir a esquerda radical no Brasil, e outros setores acreditavam que não, que era necessário fazer uma frente ampla de esquerda, né, dentro dos marcos da esquerda. E aí, esse setor sempre exerceu essa pressão dentro do PSOL de impor algumas alianças com o PT em alguns lugares, uma não radicalização muito grande em vários aspectos do partido, e uma dinâmica interna não democrática. Só que aí tiveram setores que faziam oposição; aí então tem o setor desse campo majoritário, que hoje é a Primavera e o grupo chamado Fortalecer o PSOL, que também tá presente no Rio Grande do Sul com a Berna, né, aquele coletivo que outras pessoas fazem parte, e tinha um outro setor que fazia oposição a ele, que era um campo também bem grande, que era o campo do MES, do Movimento da Esquerda Socialista, que também tá organizado, que é uma corrente que nasceu há mais de 20 anos, né, agora vai fazer 21 anos, dentro do PT, organizado a partir do Roberto Robaina, da Luciana Genro, muito orientado a partir do Rio Grande do Sul mesmo, a construção é aí onde vocês tão. E esse setor, ele é do trotskismo do morenismo.</p>

APÊNDICE D – SOBRE O ESPAÇO À CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO EM SEU PARTIDO/CORRENTE

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
2	<p>Ele já vem desde a fundação do PSOL, a Luciana Genro foi uma das deputadas federal expulsa do PT, né, por não ter votado a favor da reforma da previdência. [...] E aí, eles foram nesse processo de buscar o diálogo radical, e até uma diferenciação da Primavera e da APS ao longo dos anos, vindo que taticamente bandeiras que a militância do PSOL e que nós, que ficávamos num campo, numa terceira via do PSOL, defendíamos, eram muito bem aceitas. Então a luta contra as opressões começou a ganhar muita força, né, a luta ecossocialista começou a ganhar muita força. E eles têm uma habilidade, o morenismo tem essa capacidade mesmo de taticamente fazer giros ali, que muitas vezes são bem oportunistas. É onde eles vêem que tem adesão, onde eles vêem que tem coisa acontecendo, então eles vão às vezes prum populismo de esquerda, né. Por isso defendiam a Lava Jato, por isso defendiam Dallagnol, [...] E aí esse setor entendeu, de dois anos pra cá, principalmente a partir do momento que a gente lançou a Sônia como candidata, a importância de falar de ecossocialismo. E eles têm essa capacidade desses giros táticos fortes, e eles fazem isso com alguma capacidade, assim, de propaganda, eles têm uma galera forte assim da comunicação, também. Então eles começaram a.. mais disputar o nicho ecossocialista, assim. Mas, no geral, a construção ecossocialista no PSOL ficou sempre a cargo desse terceiro campo aí. Que era o campo onde ficava a Insurgência. Se a gente for pensar em três grandes blocos de poder dentro do PSOL, era a Primavera, o MES e a antiga Insurgência, que depois se fragmentou, e hoje a gente tem o Subverta, a Insurgência, a Comuna, né. A Comuna foi mais pra próximo do MES, já tá no Campo do MES. E a Resistência saiu do PSTU e veio pro PSOL e veio pra esse nosso campo também. Então tem três campos no PSOL, hoje. Esse nosso campo é o campo que reivindica o ecossocialismo, principalmente a partir do Subverta, mas também a partir da Insurgência em menor intensidade, e a Resistência tá internalizando aspectos disso, embora a formação teórica ainda esteja pendente, assim. Eles tão absorvendo porque tão vendo a emergência climática, tão vendo os limites planetários, mas ainda não têm formação teórica própria sobre isso. [inaudível] então tão aderindo, dizendo que faz sentido, mas não constroem também tanta coisa a respeito. Agora, a mudança foi nessas eleições, que já fizemos mandato coletivo conjunto lá em São Paulo, a Bancada Feminista já trazia o ecossocialismo como parte do programa [inaudível] da Resistência com o Subverta. Aí no Rio Grande do Sul, a campanha do Matheus Gomes também já tinha, uma das frentes maiores era a frente de ecologia e cidade, que trazia, defendia o ecossocialismo e o Subverta tava presente também. O Marcelo Soares, outras pessoas ali, né. Então, tão incorporando, gradativamente mais, né. Esses são os campos do PSOL, né, e até a própria Primavera gradativamente vai entendendo mais. Agora, nessa semana, vai começar um curso de verão do Ivan Valente que vai falar de Bem Viver, vai falar de ecossocialismo.</p> <p>Ou seja, o PSOL tá cada dia mais ecossocialista. Na nossa avaliação, Marcos, eu sempre trato assim: O PSOL é um partido amplo, então dentro do PSOL, se a gente for levar em consideração a concepção de partido mesmo, de expressão da vontade coletiva, de uma metodologia de organização interna, de um projeto de sociedade ali, né, a gente tem... até de uma cultura organizativa ali coletiva, a gente tem dentro do PSOL vários partidos. E o partido, que eu me considero, não é necessariamente o PSOL, assim. Eu quero muito que o PSOL seja o partido ao qual eu me considere parte, o partido ecossocialista. Esse partido me parece fazer sentido, assim. E eu acredito mesmo assim, que a gente tá indo pra uma caminhada na esquerda que vai causar grande divisão, assim, entre a esquerda que adotou o ecossocialismo e a esquerda que ainda segue na lógica desenvolvimentista, que ainda segue numa lógica sem entender os dilemas ecológicos aí do século XXI e os impactos sociais disso. Isso vai ter uma primeira ruptura, assim. E agora, dentro dos que adotam o ecossocialismo, a gente ainda vai ter diferença entre os que fizeram isso por oportunidade, assim, porque é uma corrente de pensamento que tá crescendo muito, e realmente tá crescendo muito, ou se realmente levam a sério, mesmo, assim, porque a gente vê que tem gente que tá falando isso mas realmente não concorda, e quando a gente entram nos assuntos assim [inaudível] exitam, né? Na própria campanha de 2018 foi difícil, cara, construir aquele programa daquele jeito, né, ainda teve muitos atropelos do processo antidemocrático no PSOL. O Guilherme é um ótimo candidato, mas teve momento por exemplo que ele vacilava, ele defendeu Angra, por exemplo, [inaudível] de energia nuclear, que não é uma parada [inaudível] defende de jeito nenhum.</p>

APÊNDICE D – SOBRE O ESPAÇO À CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO EM SEU PARTIDO/CORRENTE

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
3	<p>Curiosamente a Primavera Socialista talvez seja a menos ecossocialista das grandes correntes. A Primavera socialista ainda começa essa discussão, né. Eu mesmo, pra você ter uma ideia, fui eu que comecei um Setorial Ecossocialista dentro da corrente. Pra juntar as pessoas, pra tentar trazer a militância da Primavera Socialista para o debate ecossocialista. Mas ainda é difícil. Dentro da corrente o ecossocialismo ainda é difícil. Mas já está mais em debate a questão do produtivismo, pelo menos isso. Vamos dizer, um aspecto sendo debatido é a questão do produtivismo, né. Isso já é bem debatido. Mas ainda há muita gente produtivista, mesmo dentro da nossa corrente</p> <p>Sim, cada vez mais [espaço para a crítica ao desenvolvimentismo e para o ecossocialismo dentro do PSOL]. Muita gente vem pro debate, muitos estranham o debate, mas é muito comum um tempo depois a pessoa dizer eu quero participar de outra reunião, eu acho que eu quero fazer parte desse grupo, entendeu. Muita gente chega ao ecossocialismo entendendo que o ecossocialismo é o ambientalismo da esquerda. O ecossocialismo não é isto.</p> <p>No Brasil o Manifesto Ecossocialista do PSOL foi lançado em 2011 [...] 2011 foi ontem né, é muito pouco tempo. [...] Daí a começar uma organização, a começarem os núcleos, essas coisas todas, demora muito mais tempo. Mas deu frutos, e hoje nós temos um Setorial Ecossocialista Nacional, que coordena setoriais em quase todos os estados, né.</p> <p>Eu tô aqui, por exemplo, conversando com você e tá abrindo uma janelinha do Facebook, do messenger, de um rapaz aqui da cidade pedindo pra inclui-lo no setorial ecossocialista. Ele é duma corrente que é o Socialismo ou Barbárie, né, o SOB. Uma corrente completamente diferente uma corrente pequena, muito pequena aqui na região. Mas que tá ali, tá pedindo para participar, entendeu. Isso o tempo todo, o tempo todo. Sempre tem gente.</p>
4	<p>No ano que eu comecei, né, realmente entrei no Subverta, foi quando teve o encontro estadual da Setorial Ecossocialista, que foi um encontro grande, aconteceu no Sindicato dos Metroviários aqui em São Paulo, né [...] foi grande, não cabia na sede do PSOL, então a gente precisou de outro espaço. [...] e comparado ao outro que tinha sido em 2016, que aí eu nem sabia o que era nada, mas, o que me falaram, né, que foram pouquíssimas pessoas. Em 2018 cresceu a esse nível, de ter que sair da sede do PSOL assim, ir pra quadra de um sindicato. Então a gente percebe assim, dentro do PSOL, que aos poucos... a militância ecossocialista é muito engajada. A Setorial acho que tem um papel muito importante porque ainda não é tão fácil, é... [...] o PSOL ainda não é ecossocialista, né, sendo prática. Só que a gente tá lá sempre nos lugares, mostrando a nossa visão com as nossas teses, né, quando ia ter o congresso antes de ser cancelado a gente fez a nossa resolução. Então a Setorial sempre, em todos os momentos do partido, tá lá se mostrando né, como parte, querendo também mais voz ali dentro do partido. Então eu vejo que é algo que não dá mais pra ignorar, né. E acho que isso muito passa também por dar mais voz às setoriais, né, pra que isso, isso cresça dentro do partido. Também, existe uma crítica, né, que até uma camarada minha faz, que a gente espera que um dia não tenha que ter setorial ecossocialista, porque pra nós ecossocialismo é [...] totalizante, então teria que ser partido ecossocialismo e liberdade, né. Esse acho que é o nosso sonho, assim, mudar o nome do partido um dia.</p> <p>As pessoas reivindicam o ecossocialismo. Mas não necessariamente elas já estão coerentes com o ecossocialismo, sabe? Por uma formação mesmo. Eu acho que isso mostra que a gente tem que sempre investir muito em formação política, porque é algo que pode se confundir, né, só um ambientalismo e realmente ecossocialismo. Ainda mais quando a gente tá, não só corrente, mas quando a gente tá em um partido que não é ecossocialista. E que vai às vezes cair no desenvolvimentismo, vai às vezes cair no produtivismo. Então, nem... nunca vi ninguém que tá na setorial e fala que não é ecossocialista. Mas eu acho que pode sim existir isso, sabe, acho que é uma brecha. E assim, na esquerda como um todo... [...] realmente as pessoas verem que a gente não é só um ambientalismo, então elas vêem as nossas posições em outros assuntos também, que, bom, que é tudo, né, da nossa perspectiva, é tudo uma perspectiva ecossocialista. Então a nossa atuação antiracista é ecossocialista também, então eu acho que como eles vêem que pra nós isso é totalizante e isso não diminui as outras questões, isso vai ganhando respeito e as pessoas vêem que o debate ambiental e ecológico é essencial, é crucial hoje em dia, e que a esquerda precisa se apropriar mais.</p>

APÊNDICE D – SOBRE O ESPAÇO À CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO EM SEU PARTIDO/CORRENTE

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
4	Então eu acho que eles vêm respeitando também o acúmulo dos ecossocialistas. Por mais que eles não reivindicuem o ecossocialismo, eles entendem que nós entendemos mais disso, assim, e nos buscamos muitas vezes por isso, por essa autoridade que a gente acaba ganhando.
5	Vou te dizer que o Setorial Ecossocialista tem feito um trabalho muito intenso, e a gente tá vendo uma abertura muito grande no PSOL para o ecossocialismo, já. [...] A gente percebe não só aqui em Santa Catarina, mas em outros dos estados. A gente tem um Setorial muito fortalecido em São Paulo, no Rio de Janeiro. Então são grandes pólos de filiados do PSOL. A gente vê uma abertura muito grande do PSOL pro ecossocialismo. Inclusive a Sônia Guajajara foi indicada né, pelo Setorial, e traz essa pauta. E aqui a gente vê que até algumas pessoas candidatas por exemplo no PSOL que nunca participaram da construção do Setorial Ecossocialista se diziam ecossocialista na época da eleição. Então a gente vê que realmente o ecossocialismo tá chamando a atenção, assim, né. E agora que a gente ganhou a eleição, né, e que trouxe esse nome também acho que reforça. Aqui, com certeza na bancada do PSOL em Florianópolis tem uma força muito grande né, porque o Marquito, ele é muito próximo ao Subverta, assim, tá junto, e traz a pauta do mandato agroecológico, e nós o mandato do bem viver, ecossocialista. Então tem uma abertura grande.
6	<p>O partido o qual eu componho, é um partido desenvolvimentista. O PDT. O próprio projeto que o PDT vem construindo, por exemplo, com a candidatura do Ciro Gomes, né. O próprio nome traz isso, Projeto Nacional de Desenvolvimento. É claro, se a gente pega a lógica lá atrás do Brizola, o desenvolvimentismo naquele recorte histórico, ou algumas heranças anteriores, fazia sentido na construção da indústria nacional, da riqueza nacional, e por aí. Que eu não discordo, eu compreendo esta lógica, no sentido de construir o Estado né, um Estado soberano, que consegue com as suas riquezas a manutenção e a partir daí tentar construir uma própria, vamos chamar assim, de justiça social, enfim. Que é mais ou menos assim o que o trabalhismo quer falar, né. Uma social democracia, praticamente. O trabalhismo social democracia brasileira, né [risos]. Mas enfim. [...] pega o livro do Ciro Gomes aí, O Dever da Esperança, né. Ele vai, ele reserva lá um trechinho sobre ecologia. Mas ainda é muito pequeno. Acho até que ele tenta, ali é uma portinha pra abrir esse diálogo. Mas ainda é muito pequeno. Não tá na boca das lideranças do partido de esquerda.</p> <p>O PDT tem os seus movimentos internos, né. A gente não tem as correntes como o PSOL e o PT possuem, mas a gente tem os movimentos estruturados dentro do partido, né. Então tu vai ter lá o Ação Mulher Trabalhista, o PDT Diversidade, o Movimento Cultural Darcy Ribeiro, e tem o Movimento Ecotrabalhista. Né, então é um movimento pequeno ainda dentro do partido o Ecotrabalhismo, mas que já começa a discutir essa pauta ecológica, e vai influenciando esse projeto desenvolvimentista do PDT com a sua discussão. Por exemplo, a gente pega aqui em Santa Catarina, nos doze eixos de discussão do Plano de Santa Catarina do PDT, vai ter o eixo ecologia.</p> <p>Ainda não [sobre espaço para crítica desenvolvimentista no PDT]. Mas eu também interpreto que é porque muitas pessoas ainda não tiveram o encontro com a pauta do Bem Viver, com essa crítica ao desenvolvimentismo, no sentido de mostrar que existem outras formas, outros caminhos, e que a gente pode equilibrar, e vai equilibrar não na lógica capitalista, né. Porque o nosso desafio é como que a gente mostra a pauta do Bem Viver contra a lógica da grife ecológica. Por exemplo, eu participo de um movimento que é a Agenda 2030 da ONU. É claro que lá na Agenda 2030 a gente vai ter todas as outras dimensões da sustentabilidade, e lá sim eles separaram a sustentabilidade... muitas pessoas falam sustentabilidade, acham que é plantar árvore e não jogar papel no chão, né. Mas lá sim, a lógica da agenda é outros pilares sociais, questão de gênero, bababá, e por aí afora. E vai ter a dimensão ecológica também. Só que a gente ainda não consegue chegar com a interpretação, com a visão do Bem Viver nessas frentes. Ainda é um desafio pra nós.</p>

APÊNDICE D – SOBRE O ESPAÇO À CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO EM SEU PARTIDO/CORRENTE

(conclusão)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
7	<p>Não dessa forma, “vamos combater o desenvolvimentismo”. Porque o desenvolvimentismo não chega a ser um palavrão, não é uma coisa feia, [é] o cara querendo desenvolver, né [risos]. Ele teria que desenvolver os três, ambiental... ser um desenvolvimento sustentável. [...] Um programa de governo, que seria a síntese que o partido acumula pra disputar as eleições, ali tu vais encontrar coisas que ninguém discorda. Quem é que vai discordar que nós temos que melhorar a eficiência energética [...] Mas qual é o partido que vai colocar assim, nós vamos em dois anos terminar com o uso dos combustíveis fósseis? [...] Não seria em levado a sério, acho, isso. Os partidos que não têm possibilidade de ganhar as eleições, com certeza arriscam mais. [...]</p> <p>No caso do PT, especificamente, é um partido que resolveu ser governo. Não é um partido que quer só demarcar e ser uma pequena vanguarda das ideias legais, e tal. [...] num programa de governo, que é fruto de uma discussão das setoriais, do conjunto do partido el tal, vai ter temas genéricos, temas de transição, assim. Quando qe vai dar o conflito concretamente° É quando numa política específica, eu dei o exemplo de uma construção de uma barragem, vai ter os atingidos por barragem, vai ter o dano ambiental, vai tero pessoal que vai dizer que justifica, que nós vamos ter uma energia assim, assado.</p>
8	<p>Nós batalhamos muito pra que a agenda do PT mude, aí eu venho praquele programa, o plano de reconstrução e de transformação do Brasil que já saiu em 2020, a gente, nós, que eu sou do Núcleo de Altos Estudos de Políticas Públicas de meio Ambiente, que tem muita gente. muitas pessoas com experiência muito largas na área de meio ambiente, e a gente conseguiu disputar. Porque no programa de governo tinha transição ecológica.; Tem muita disputa de conceitos, de terminologia, mas eu pessoalmente gosto muito do nome transição ecológica, porque acho que ele é iminentemente político, porque você tem que sair de um lugar pra outro, transitar ´pe sair de um modelo pra outro. Tem que ter, portanto, um novo pacto político, e a gente tá nessa batalha agora. PORque de fato não é uma pauta que seja uma pauta histórica, tradicional no PT. Não é</p> <p>É difícil essa pauta dentro do partido, mas ela começa a ser tratada. Eu acho que uma pessoa como o Haddad ajudou muito. Porque ele foi uma das pessoas que insistiu muito com a questão da transição ecológica. Talvez se não fosse ele não teria entrado entre os cinco pontos prioritários. É isso.. A gente tem essa dificuldade inclusive aqui na Bahia.</p>

APÊNDICE E – DIFICULDADES PARA A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO NA ESQUERDA

(continua)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
1	<p>Eu acho que tem por causa de algumas correntes, algumas lideranças que ainda são mais caudatárias daquela visão mais antiga da esquerda, ainda não priorizam tanto a luta ambiental. O próprio Boulos. E até, às vezes, algum preconceito em relação à luta ambiental, de achar “não, isso aí é questão de classe média”, “isso aí não diz respeito ao trabalhador”, “Trabalhador tá preocupado lá com o seu salário, com seus direitos”. Então, acho que tem muito esse preconceito com relação à luta ambiental.</p>
2	<p>Dentro do processo da disputa de uma esquerda fragmentada, e de uma disputa bem predatória, né, numa lógica bem fraticida mesmo assim nas relações, as organizações, elas não avançam tanto a partir da geração de síntese em processos saudáveis. Se a gente fosse pensar em outros processos sociais, dava pra se fazer um grande congresso do PSOL e debater isso, um grande encontro setorial ecossocialista do PSOL e fazer essa síntese, e tal. Isso não rola muito assim, quando esses espaços eles acontecem, as organizações vão pra demarcar. E não ouvem as outras, assim, elas querem que a posição delas seja a melhor, e querem agitar aquela posição, disputar os militantes ali, e tal.</p> <p>As pessoas, elas vão se cativando por uma lógica ambiental, mas elas ainda demoram a [...] o primeiro paradigma é esse, velho, do desenvolvimento e do crescimento econômico, assim. Quando a pessoa começa a entender que existe uma barreira entre o ambientalismo e o ecossocialismo, né, uma lógica realmente de ruptura, né. Porque as pessoas não conseguem imaginar isso, né. Sempre foram os valores pra elas, né. Igual as pessoas repetem valores aí que às vezes nem têm ideia da dinâmica, essa lógica de falar de separação dos poderes, de autonomia do Banco Central, são coisas que as pessoas são habituadas a defender enquanto valores e nem refletem sobre isso, sabe. A gente vê gente da esquerda falando que não pode falar mal das instituições, e tal. Mas não pode coisa nenhuma [risos], a gente quer o papel popular, não quer nada disso aí que tá aí não, sabe. Se não só que vai ser antissistêmico é o bolsonaro, velho [risos].</p>
3	<p>Tem várias dificuldades. Essa talvez seja a maior. [...] porque ainda é difícil pras pessoas entenderem como você organiza um país, como você organiza uma sociedade... Porque a ideia toda da esquerda no Brasil ainda é redistribuição de renda. Se você perceber, os discursos são sempre em cima de redistribuição de renda [...] E o debate ecossocialista é: “nós vamos redistribuir renda até quando?”. Você não redistribui renda numa sociedade que vive sobre terra arrasada. Você, sobre terra arrasada, você não faz nada. [...] E mesmo na esquerda ainda existe uma resistência muito grande em acreditar que estamos chegando muito próximo da terra arrasada, entendeu? Ainda existe muito a ideia de que isso será resolvido, nós vamos encontrar os meios, nós temos que pensar no imediato porque é agora que nós temos fome, as pessoas estão morrendo de fome agora, elas estão na rua agora, elas estão sem lar agora, então nós temos que produzir. Temos que produzir, colocar as pessoas pra trabalhar e redistribuir a renda. Isso está em debate, mas ainda com muita resistência. Porque esta questão do imediatismo, entendeu. Sempre que você fala, por exemplo, nós precisamos nos reorganizar como sociedade, nós precisamos aprender a produzir o que é necessário, né. Fazer com que todas as pessoas participem do processo de produção do que é necessário. Que elas trabalhem o mínimo possível pra poderem ter vida. E que depois do produto pronto ele deve ser redistribuído por todos os que necessitam. É o único caminho. Então mesmo na esquerda você percebe uma certa descrença a respeito disso ser possível num prazo muito curto.</p>
4	<p>E aí pra mais pra fora, né, da esquerda como um todo, acho que [...] é que eu também, às vezes eu me sinto meio que numa bolha assim, mas chega informações na minha bolha, que ainda algumas correntes assim, marxistas- leninistas, ou que correm um pouco pro estalinismo também, nos acusam de revisionismo, e que..., né esquerda, né, entre aspas meio cirandeira que eles falam pejorativamente, uma coisa meio hippie, né, esquerda hippie. Que eles realmente diminuem um debate que é super, uma síntese marxista, sabe, é um negócio sério, nem é fácil assim [inaudível] de entender). [...] Mas tem essa resistência. E aí tem a questão do anarquismo, né, que acho que é um grande aliado nosso. Porque eles, né, os anarquistas são, têm muito forte esse debate ambiental/ecológico/vegano. Então a gente atua muito assim, nos espaços que a gente atua sempre tem muito anarquista, e a gente tem essa parceria [...].</p>

APÊNDICE E – DIFICULDADES PARA A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO NA ESQUERDA

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
4	<p>Eu acho que na prática é isso, um pouco do produtivismo do desenvolvimentismo. É o principal, né [risos], mas acho que é, quando tem o preconceito, é mais com isso. É que isso envolve muita coisa, né? Então... Por exemplo, o que a gente fala... Veganos ou não, no ecossocialismo não dá pra gente consumir o tanto de carne que a gente consome. E às vezes acontece das pessoas diminuírem assim, né, acharem que é uma questão de estilo né, estilo de vida, estilo de alimentação, e não que é um debate sério, debate da agropecuária. A gente vê alguns setores da esquerda também, que aí eu acho que não no PSOL, mas outros, esquerda, centro – esquerda, mais moderada, que às vezes bota muito... coloca o agronegócio muito lá em cima, né, Ah é o nosso maior setor econômico, nos traz muito dinheiro... Então às vezes eu acho que também acontece de nos acusarem assim de ser meio liberais assim, de “ai, isso é individual”, “a gente tá nas contradições do sistema”, “não dá pra você falar disso agora”. E não é assim, a gente, com certeza sabe, por exemplo... é bom usar os exemplos do veganismo porque eu acho que é o mais combatido. Por mais que não seja um preceito ecossocialista, você não precisa ser vegano. Mas a maioria dos ecossocialistas que eu conheço é vegano ou vegetariano, ou tem essa consciência né, de que precisa diminuir a carne.</p>
5	<p>Eu acho que priorizar a não ruptura do metabolismo da vida, né, da terra, é algo que ainda precisa ser avançado, né. Eu acho que o próprio ecossocialismo precisa ser avançado na esquerda. [...] Mas eu acho que o próprio debate acho que ainda é né chegar num consenso de que a gente não pode atuar na luta de forma separada né, primeiro a gente faz uma luta né pela pelo levante do proletariado, pelos trabalhadores chegarem no poder, depois a gente faz uma luta de pautas contra a opressão, né, uma coisa menor, depois a gente faz uma luta ambiental, que a gente vai tomar o poder primeiro... eu acho que na esquerda ainda existe essa formulação toda, né.</p>
6	<p>Bom, é uma boa pergunta [sobre as principais dificuldades para a crítica ao desenvolvimentismo dentro da esquerda]. Eu vejo bastante reflexão pra nós, assim. Uma, eu acho que é a esquerda... eu vou trazendo as respostas, a gente vai refletindo junto, porque também eu quero evitar ser muito de rótulo assim. Mas enfim, vamo lá. É um desafio de reflexão, né. Uma, eu acho que assim, a esquerda brasileira ainda não se reinventou. As expressões da esquerda pros novos desafios, ou pros desafios da sociedade atual, precisam eu acho que ser revisitados, precisam ser revistos. A esquerda precisa dialogar melhor com as dores do povo. [...] acho que nós nos afastamos, eu falo nós enquanto um agente público, ou alguém que milita dentro de um partido, chegou um certo momento sim que nós nos afastamos do diálogo social mais cotidiano. E acho que a gente ficou muito burocrático. E talvez esse risco tenha sido natural, porque com o governo do PT, que PDT, PSB, enfim, todo esse grupo fez parte, é o desafio de tá dentro das instituições, e você ficar dentro das instituições e se afastar dos meios populares, a base, e deixar que a base dialogue com outras forças, né. E isso aconteceu. E eu vejo que isso acontece também com o Bem Viver. Daí a própria esquerda quer dar respostas extremamente imediatas, e respostas dentro do sistema. Enquanto a gente der respostas dentro do sistema, a gente não vai abrir o espaço pra lógica do Bem Viver. Porque daí a gente tem que dar respostas rápidas pra geração de emprego e renda, pro problema de moradia, pro combate à fome. - tudo necessário, não tô subestimando essas pautas, jamais, nunca, né. Mas a gente olha, as nossas respostas pra essas pautas são de curto prazo, porque são respostas eleitorais, de manutenção do poder. Aí a gente não vai abrindo olhares, ou valorizando talvez iniciativas que sejam a possibilidade dessa construção da sociedade do bem viver.</p>

APÊNDICE E – DIFICULDADES PARA A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO NA ESQUERDA

(conclusão)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
7	<p>Se a esquerda, pessoas ligadas à esquerda têm uma visão crítica ao desenvolvimentismo, eu te diria que a esquerda no Brasil, ela tá muito vinculada a pautas ainda muito de sobrevivência, né, existenciais mesmo, de alimentação, de emprego. Que é a pauta em países como o Brasil. Resolvidos esses problemas, talvez seriam justamente os partidos de esquerda que iriam propor uma pauta como o decrescimento. mas não é. Você pega o governo Dilma. A Dilma, além de ser uma economista, o discurso e prática é do desenvolvimentismo mesmo, o próprio Lula. Eu falo isso não num tom de julgamento deles. Eu sei que não se deve optar, ou tu destrói a natureza ou tu dá alimento pra pessoa; ou tu faz a barragem lá do São Francisco, ou as pessoas morrem de sede. Eu acho que não existe essa dualidade. O que nós estamos vendo hoje é o contrário, né, se não preservar, se não entender que os recursos são finitos, vai terminar primeiro pros mais pobres. Então essa contradição, na verdade, não existe.</p> <p>Pegando aqui o governo Lula. Lula é uma figura, que ele dizia, né, as pessoas tão comendo, tão consumindo, é o mercado interno, tá crescendo perfeito. E também não podemos julgar uma pessoa que nunca teve uma geladeira, e finalmente teve a geladeira</p> <p>Mas eu não vejo na esquerda em geral, assim. Falar em decrescimento... quase que assim, gera uma coisa, pô Marcelo, tu queres decrescer, quando a gente quer que as pessoas estejam melhor, entende? Acho que isso é o que pega na esquerda.</p> <p>Esse tema, só a palavra decrescimento, é um palavrão. Palavrão no sentido de que só eu e tu aqui sabemos, num raio aqui de 10km. Tô brincando assim, mas é isso, as pessoas assim, "decrescer, não, mas eu quero crescer, evoluir". Mas tá se falando nele, né, tem uma geração aí que tá hoje talvez com quinze, dezesseis, dezoito anos, ou menos até, que já tá olhando pra nossa geração e bah, que não quero essa loucura toda, ter que trabalhar tanto assim. Andar de carro, dirigir carro, a nossa geração, "ah, eu quero ter um carro", hoje não. [...]</p>
8	<p>Tá muito atrelado às relações com esse modelo econômico atual. É muito atrelado mesmo, a palavra é essa. São os pactos que se fazem, e esses pactos envolvem esses segmentos. Por isso que eu acho que a única forma de desarrumar esse pacto é trazer quem não está nele. Que é a população organizada, a base da sociedade.</p>

APÊNDICE F – ALIANÇAS/ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A VISÃO PÓS-DESENVOLVIMENTISTA

(continua)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
1	<p>Até uma questão muito interessante, hoje tava participando daquela reunião com o pessoal do Fórum Popular da Natureza, que começou em São Paulo, e tem muitos movimentos tradicionais como o MST, o MAM. mas tem muitas pessoas da Setorial Ecosocialista do PSOL, principalmente de São Paulo. E a visão deles é justamente aquela, uma visão basicamente que embasou a formação do Comitê de Combate à Megamineração aqui no Rio Grande do Sul; trazer pro debate ambiental organizações, sindicatos, militantes que não priorizam, que não têm uma tradição de atuação nessa área. Então justamente por isso essa visão de Fórum Popular da Natureza, ou seja, dar um caráter popular pra essa luta, tirar um pouco aquela visão de que seria uma luta de caráter mais elitista.</p>
2	<p>Então, é que essa é a questão [perspectivas de aliança, dentro ou fora do partido], assim [...] a minha maior perspectiva que eu vejo de crescimento são as organizações, ou seja, os partidos que existem dentro do partido PSOL crescendo na sua construção social pra fora, fazendo algumas construções conjuntas em unidade com outras organizações, e essa construção de fora se expressando dentro da dinâmica interna do PSOL, ao ver que organizações crescem, assim. A lógica do Subverta foi muito essa, assim... Eu não me lembro da gente já ter ganho... Já ganhamos, sim... mas nunca lembro da gente... a gente não tem essa prática, de disputar militante do PSOL, não. A gente traz muita gente pra política. Seja pela nossa construção social, meio fora da bolha da esquerda, assim, em lugar que a esquerda não tá, ou que pelo menos a esquerda radical não tá, seja pelo nosso trabalho de rede também, que é muito criticado, muito estigmatizado, tem gente que fala que é organização de youtuber, e tal, sei lá o que. Só que a gente tá ganhando gente pra política. E a nossa atuação tem sido muito mais isso, ganhar gente pra política, crescer fora e esse crescimento fora ser percebido tanto internamente quanto externamente e ganhar relevância dentro. A gente tem apostado mais nisso, eu acredito que a maior aposta que a gente deve fazer é na construção pra fora, não tanto nas disputas internas, nas batalhas internas, e onde mais vai dar certo é isso. Não só o Subverta, mas outras organizações crescendo na sua construção social real. E aí eu acredito que vai ficar mais bonito, assim. A gente já tem um trabalho no campo, em alguns lugares, a gente tem muito trabalho nas florestas, nos biomas em outros, e tamo precisando melhorar mais ainda nosso trabalho nas cidades. Esse ainda acredito que é a nossa maior fragilidade, assim, tirando boas exceções, assim, que a gente tem em alguns lugares, mas ainda precisa se enraizar mais, assim. Agora, eu acredito que essa é a principal aposta, assim, a nossa aliança principal não deve ser uma frente ampla de esquerda que rife nosso programa, que recue as coisas. Na real não acredito em nada disso, acredito que nossa aliança tem que ser com o povo. Trabalho social real, de formiguinha, e fazer crescer essas nossas ideias. Não precisa rebaixar as ideias antes de botar elas pra prova popular, assim. Meio que como, como se a esquerda tivesse ideias pro mundo, né, tem a ideia marxista-leninista, tem a ideia ecosocialista, tem outras que são difusas, e tal, e ainda não tivesse meio que botado pra jogo mesmo, como precisa colocar, assim, pra prova social mesmo, assim, né, de quanto isso tem capacidade de organizar as pessoas, de ganhar escala pra além de pequenas cidades com pequenos projetos. Eu acredito que essa é a tarefa de agora, não é necessariamente ficar buscando... entrando em mil brigas, e buscando a toda forma impor ali uma unidade, uma unidade frágil e mais retórica da esquerda ali. Acredito sinceramente que isso daí não é caminho, não.</p>
3	<p>Faço parte do Fórum Popular da Natureza também, que a gente lançou em junho do ano passado né. Enfim, e trabalho também aqui pela Setorial Ecosocialismo. A gente tem um trabalho que é a respeito de um ambiente que é uma parte obviamente fundamental na questão do ecosocialismo mas ele não se restringe à questão ambiental. Mas a outras questões também. Parte dessas outras questões é a questão de distribuição de alimento, por exemplo né. A distribuição de alimento, soberania alimentar, uma série de outras coisas que fazem parte do ecosocialismo e que agente também se dedica né, formação. E a gente tem um então a parceria aqui em Santo André com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, através do Acampamento Irmã Alberta que fica aqui em Perus na cidade de São Paulo né, no finzinho da cidade de São Paulo, lá no mato, onde São Paulo ainda é mato né. Eles tão lá numa área de uma ocupação há 18 anos. E a gente ajuda a escoar o alimento, o que eles plantam lá, né, o que eles cultivam no Irmã Alberta.</p>

APÊNDICE F – ALIANÇAS/ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A VISÃO PÓS-DESENVOLVIMENTISTA

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
3	<p>E também na Associação do MST, na cooperativa que existe em São Paulo que engloba não só o Irmã Alberta como outros acampamentos e assentamento. Então a gente tem uma associação onde mensalmente nós distribuimos os alimentos que eles produzem.</p>
4	<p>E aí tem a questão do anarquismo, né, que acho que é um grande aliado nosso. Porque eles, né, os anarquistas são, têm muito forte esse debate ambiental/ecológico/vegano. Então a gente atua muito assim, nos espaços que a gente atua sempre tem muito anarquista, e a gente tem essa parceria [...]. A própria questão do bem viver também, né, que... eu, esses dias eu dei uma aula sobre isso, e aí pesquisando, eu vi assim de mulheres (no caso porque eu tava pesquisando mais no movimento de mulheres negras) que elas, pra elas o bem viver bastava, assim, não precisava de socialismo, de anarquismo, nada, assim, pra elas era o bem viver. Então tem isso, né, às vezes na prática a gente tá falando da mesma coisa, mas a nossa estratégia, né, é um pouco diferente, assim, mas a gente quer o mesmo tipo mais ou menos de sociedade, assim.</p>
5	<p>Todo nosso planejamento nacional e que a gente segue aqui é pensando na construção duma sociedade do Bem Viver. Então a gente tem essa utopia, esse sonho a ser alcançado, esse ideal a ser alcançado. [...] uma sociedade livre de exploração, livre de opressão e livre da destruição do planeta. Nessas três pautas é a sociedade do bem viver, a gente sabe que para alcançarmos teremos que passar por um planejamento estratégico ecossocialista, a gente vai ter que ter essa construção ecossocialista pra alcançar essa sociedade mais pra frente.</p> <p>Em 2019, quando a gente tava fazendo o planejamento, junto com isso a gente já criou a primeira Comunidade Agroecológica do Bem Viver. Já nasceu com uma ação muito forte e potente. Ele visa como maior norte trazer uma alternativa prática ao agronegócio [...] a gente quer deixar ele num ponto que ele seja replicável pro Brasil inteiro. Então a gente já tá nesse passo, a gente construiu há dez ou quinze dias um plano de expansão, em Brasília tá firme, em Santa Catarina, aqui a gente já tá com a segunda Comunidade Agroecológica do Bem Viver.</p> <p>E aí em 2020 a gente potencializou muito o projeto. Porque a gente fazia Ponto de Encontro, Oficina, era assim presencial, toda semana as pessoas no ponto tipo uma feira, né. Mas aí como teve a pandemia a gente começou a entregar nas casas das pessoas. Então a gente fortaleceu, veio mais gente participar e a gente entregando nas casas e gerando o recurso pra família né. Que foi aumentando, agora são seis famílias envolvidas. [...] E a gente faz a formação, então a gente faz encontros agora via internet né, onde a família fala as questões, a luta, a política indígena. Então a gente não quer só trabalhar com consumo de fato, né, a gente quer realmente ir formando as pessoas, envolvendo as pessoas, entendendo que a luta indígena não é uma luta especificamente indígena, mas é uma luta nossa também tem uma luta pela vida né. Esse projeto também quer, ele trabalha com a técnica agroflorestal, então a gente também quer trazer o viés da recuperação da mata atlântica né, a recuperação dos biomas.</p> <p>A gente tem um planejamento aí pros próximos vinte anos, baseado nos nosso estudos, pra ter uma mudança de comportamento [...] nossa construção toda passa por uma estratégia ecossocialista pra alcançar a sociedade do bem viver. E que a gente tem forte alianças aí com as famílias indígenas, com o movimento social do campo. [...] essa sociedade do bem viver precisa passar por essa aliança mesmo de luta entre cidade, campo, floresta, né. Além das lutas das cidades, territórios coletivos, como que a gente pode aprofundar hortas urbanas, como que a gente pode aprofundar... a emancipação passa pelo alimento, não tem como né [...] Então a gente na cidade né, conectando a cidade, a gente pensa formas de serviço social autoorganizado, que a gente possa estar muito inspirados aí pelos panteras negras né. Como que a gente pode fornecer materialmente o que aquela comunidade tá precisando, e trazendo essa formação, essa emancipação, inclusive alimentar, né. E trazer essas pessoas para o debate político. Então a gente tem, tá mapeando no Brasil inteiro essas construções, aqui em Florianópolis a gente já tem o local pra começar o território coletivo, né. Então tem a questão Urbana. A questão do Campo né, como que a gente aproxima também o campo, do plantio agroflorestal, de reflorestamento.</p>

APÊNDICE F – ALIANÇAS/ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A VISÃO PÓS-DESENVOLVIMENTISTA

(conclusão)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
6	<p>Sim, a gente ganha. Só que daí a gente tem que ter a consciência de que é uma jornada muito longa, demorada, e que a gente vai levar mais tempo pra influenciar dentro da própria esquerda. Certo? Porque a gente tem que, paralelo a isso, enquanto que é popularizar o bem viver na dimensão popular, ganhar espaço nas direções partidárias, então a gente tem que ganhar espaço dentro dos espaços institucionais dos partidos.</p> <p>Mas a gente tá crescendo, principalmente nesses dois partidos, no PSOL e na Rede. No PSOL por uma grande presença dos movimentos indígenas, assim como no Rede, no PSOL porque teve uma candidata a vice-presidente né, a Sônia Guajajara, então isso ganha uma visibilidade, eu acho que a pauta começa a ser mais palatável quando uma indígena vem trazendo essas questões, daí o pessoal encontra, por meio dos povos tradicionais, a lógica do bem viver.</p> <p>Então quando a gente fala do bem viver, a gente tem que ir lá mostrar pra quem tá na comunidade de periferia, morando num barraco encima do outro, mostrar pra ela que o bem viver é tirar ela de uma não vida. É tirar ela de uma região onde não tem saneamento básico, porque isso não é bem viver. É garantir pra ela uma segurança alimentar, porque segurança alimentar é bem viver. É mostrar pra ela que o acesso ao conhecimento, a construção, não é nem acesso né, a construção do conhecimento, dos meios do processo de ensino-aprendizagem, da manifestação cultural, tudo isso é bem viver porque é relação com o território. Só que a relação com o território que ela tá vivendo não tá lhe permitindo isso. Porque o território dela é abandonado. E quando tem um território abandonado, não existe uma sociedade do bem viver. Porque não existe um processo de partilha do recurso social. Então a gente precisa mostrar pra própria esquerda, que a justiça social é um processo de bem viver com equidade, né. Com equidade. Mais importante do que a gente ter acesso aos bens de consumo - é claro que o acesso aos bens de consumo é necessário porque é uma questão de vida digna, né. Mas antes disso a gente tem que conseguir a equidade de que todos vão viver bem. A distribuição de renda é bem viver. A renda básica universal, a gente tem que agora puxar e mostrar que isso é bem viver. Eu acho que também é um desafio pra nós, que desejamos construir essa sociedade com base nas experiências que a gente encontra pela pelas Américas, nos outros povos tradicionais, traduzir isso pra linguagem de hoje. Também é um desafio que a gente tem que ter, sabe. Pra conquistar as pessoas, conquistar as pautas e ocupar os espaços.</p>
7	<p>As coisas são pautadas pela sociedade, a sociedade que tem muito mais vitalidade, criatividade, porque o agente partidário, ele tá conectado com a causa sociais, mas se tu medires no tema do dia, tem dez reuniões, dez reuniões, oito são vinculadas a um tema específico. E as coisas geralmente vêm da base, a criatividade da sociedade, as novas demandas [...] os partidos eles vão responder muito por uma demanda social. É quase como se fosse uma peneira, assim. Ou seja, têm várias coisas incomodando, mas aquela que grita mais toma a atenção do universo político, porque a atenção ela é limitada, não tem como dar importância pra tudo ao mesmo tempo.</p>
8	<p>Se não tiver uma base de organização social, eu não acredito que a gente desequilibre esse pacto. esse pacto não será mudado sem participação potente social. A organização da base da sociedade é um fator decisivo na possibilidade de a gente fazer um deslocamento no modelo.</p>

APÊNDICE G – OPINIÃO SOBRE AS POLÍTICAS AMBIENTAIS DOS GOVERNOS LULA E DILMA

(continua)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
1	<p>[risos] Pois é... Claro que o PT caiu por outras questões, né, que acho que nem vem ao caso se discutir. Mas acho que a maior crítica... eu, particularmente, realmente a maior crítica que tenho ao PT são essas ações ambientais. Que, claro, se basearam nesse projeto desenvolvimentista, a construção de Belo Monte, aquela própria discussão do Código Florestal, que o PT tinha muito vínculo com o agronegócio, tanto que a própria Kátia Abreu depois foi Ministra da Agricultura. Mas o PT também expressou já algumas contradições no meio da esquerda, porque ao mesmo tempo que ele fazia isso, por exemplo, de construir Belo Monte, de favorecer o agronegócio, ele criou também um ministério pra trabalhar mais com pequenos produtores, a questão agroecológica, fez o primeiro plano de agroecologia. Ou seja, ele tinha uma postura bem dividida também nessa área, né? Tanto que tem organizações, muitas inclusive que hoje estão no PSOL, ou militantes, que trabalharam muito com essa questão da ecologia dentro do PT. E a gente vê dentro da própria base do PT, na própria militância que a gente faz nos movimentos sociais, como no Comitê de Combate à Megamineração, que a gente milita com gente do MST, com pessoas do PT. Tu vê que a base do PT, e principalmente esse pessoal que produz no campo, têm uma visão diferente da direção do PT e eles mesmo fazem críticas à atuação do partido nessa área. Mas isso tudo está acoplado realmente à visão desenvolvimentista, né? O PT se viu numa encruzilhada, que foi no governo Lula, no segundo mandato do Lula, que a Marina queria ser candidata a presidente com aquele afastamento do José Dirceu, daquele grupo que tinha bastante influência. A Marina queria ser a candidata a presidente, e no fim o Lula optou pela Dilma, que justamente era a formuladora e colocou em prática o programa de aceleração do crescimento que passava justamente por cima de um monte de questões de licenciamento ambiental. Então aí foi uma encruzilhada pro PT realmente, onde o PT definitivamente aderiu ao desenvolvimentismo. Porque tinha toda essa tradição ambiental também no início do PT. Se a gente lembrar a Marina mesmo, o Chico Mendes. Então, na verdade foi uma opção mais da liderança do PT, do governo, do pessoal que tava no governo. Até hoje a gente vê que na base do PT tem muitas pessoas realmente preocupadas com essa questão ambiental. A própria Agapan no Rio Grande do Sul, a maior parte é vinculada ao PT.</p>
2	<p>Se for pensar, Marcos, eu já tenho críticas ao governo equatoriano, ao governo boliviano, que foram governos que colocaram o bem viver, o direito da natureza, né, que criaram estados plurinacionais, então, já tenho muitas críticas a eles, imagine ao governo petista que não fez nada disso, né. Que... no fim eu acredito que isso, assim, é um governo de conciliação de classe, que como, a partir do momento que aceitou essa conciliação aceitou a imposição do centro do capitalismo a um país da periferia do sistema no Sul Global, que é ser primário exportador. E que, ser primário exportador no Brasil fez com que não rompesse com uma herança colonial, escravagista de terra concentrada, de desigualdades sociais estruturantes ali, de destruição da natureza de uma forma sistêmica. E isso inviabilizou um projeto de transformação real, mesmo. Então quando a gente vai olhar o ciclo petista, né, a gente vai ver uma integração pelo consumo, a gente vai ver uma redução de problemas sociais significativo, importante, mas nunca acompanhada também de uma diminuição da desigualdade, né, porque os bancos lucraram como nunca, né. E a gente vai vendo isso também sempre condicionado a uma lógica de fortalecimento de uma burguesia interna, né, que no fim das contas não necessariamente tem o interesse do povo, que é viver nessa terra e viver por muitas gerações também, né. Então a gente vai vendo a lógica das campeãs nacionais, né, a gente vai vendo as grandes empreiteiras, vai vendo a própria Vale, a gente vai vendo a Petrobrás, né. A gente vai vendo, ... não é um empresa campeã nacional, mas é um setor campeão nacional do agronegócio, né, profundamente subsidiado. Enfim, subsidiado em todos os aspectos, né, desde o Plano Safra ali, até a construção das vias, das ferrovias, dos portos, de tudo, depois a legalização das terra roubada, fecha os olhos pra invasão do território indígena, né, pro assassinato do povo camponês indígena, enfim. Eu vejo esse governo, os governos petistas, como um governo de conciliação e que a primeira coisa que essa conciliação rifa é o direito do povo e da natureza. Conciliaram com um sistema que explora o povo e expolia a natureza, então não tinha como ser ambientalista, né. Agora, a conciliação, justamente por ser conciliação, em alguns aspectos de gestão, né, ambiental, e tal, que avançam.</p>

APÊNDICE G – OPINIÃO SOBRE AS POLÍTICAS AMBIENTAIS DOS GOVERNOS LULA E DILMA

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
2	Então, determinados abusos, determinados processos que não sejam feitos por grandes grupos econômicos ou por setores que tenham uma influência, um lobby muito grande ali que precise dessa mediação ali na governabilidade, eles não tinham tanto terreno pra acontecer. Aí quando vem o golpe de 2016, aí deixou de ser a conciliação, porque tirou essa parte, da política ambiental, né. Mas a outra parte seguiu sendo, seguiu existindo na verdade, né. Então a conciliação acabou pro nosso lado, tirou a nossa parte. Mas a outra parte já existia, seguiu existindo e se intensificou, né.
3	Bom... do ponto de vista puramente ambientalista, um desastre. Um desastre completo. Belo Monte... como falar do governo Lula, do governo Dilma, como falar da política ambiental deles, sendo que eles fizeram a transposição do São Francisco? E a Usina de Belo Monte. O currículo basta, entendeu? Isso basta. O currículo é esse. A gente vai ficar discutindo o que? Que eles fizeram, ah, eles fizeram o parque nacional de não sei daonde. Pára! Entendeu? Então fizeram Belo Monte a transposição do São Francisco, duas aberrações. Onde é que as pessoas comemoram a transposição do São Francisco, o que é isto? Sabe, você tem que procurar gente séria e dizer o nosso problema é irrigar o Nordeste. Como fazemos isso? E fazer o que deve ser feito! Os caras gastam um mundo de dinheiro pra fazer a transposição do São Francisco, e aonde que ela tá funcionando? Quem vai fazer depois que o São Francisco estiver jorrando por aquele canal cimentado. Meu, canal cimentado, O que é isso (leva as mãos à cabeça)? Isso não existe mais. Você não pode mais pensar em fazer isso. Faz aquela coisinha assim e acham lindo aquilo. Derretem ali milhões de toneladas de concreto, de ferro. Aquilo não é eterno. Todo mundo sabe que aquilo vai dar manutenção. Não é como a construção de Itaipu, que é outra aberração, mas tudo bem [...] Tem política pra fazer irrigação em outras terras devastadas pra assentamento de pessoas, gente pobre? Não não tem. [...] ele fez Belo Monte pra que? Pra levar energia elétrica pra onde? Pras tribos indígenas? 300 Nações indígenas? É pra isso, jura que fizeram energia elétrica para levar pra tribo indígena? Não foi, não foi. Foi pra depois tirar essa gente de lá e dizer "ok, agora nós temos mais 50 mil fazendas imensas no Amazonas, viva o desenvolvimento". Então a luta é essa, é mostrar pras pessoas que não é esse o modelo de desenvolvimento mais.
4	Bom, sempre quando a gente fala, né, de erros da esquerda nas questões ecológicas, a gente lembra muito, por exemplo, das usinas, né, de Belo Monte, Altamira. Essa própria relação assim, a gente nunca viu muita crítica do governo ao modelo do agronegócio. Então daria pra apresentar alternativas, né, ainda mais tendo essa parceria aí com o MST. Daria pra gente fortalecer muito mais a agricultura familiar, orgânica, agroecológica. E aí o que barrou foi a conciliação de classes mesmo, né, de achar que daria pra coexistir as duas coisas. Então, eu sou da linha, nossa corrente, é da linha não antipetista, né, a gente acha muito sectário isso assim, é muito... Não reconhecer o valor que o PT ainda tem, e o legado que o PT deixou., Mas isso, claro, não nos impede também de criticar. Infelizmente nessa área ambiental deixou muito a desejar. Quando a gente pensa nos governos do PT, o que a gente pensa de bom? A gente pensa na diminuição da desigualdade, sair do mapa da fome, mais emprego, mais acesso à universidade. Nessa questão social, né, foi realmente muito bom. Mas a gente não consegue pensar em nada ambiental, assim, que foi bom, né. Eu não consigo, pelo menos agora. Se tivesse que pesquisar uma coisa mais pontual aqui ou ali. Ah! Teve o Guia Alimentar para a população brasileira, que se não me engano foi no governo da Dilma, e é perfeito, né [...] Inclusive ele recomenda uma alimentação majoritariamente vegetal. Então vê que não é encheção de saco dos veganos [risos]. Então, bom, tem algumas coisas pontuais, mas essas coisas grandes que o PT fez, e o PT tinha como fazer, né. A gente fala, tinha uma base enorme, né. Imagina, um metalúrgico ser eleito. Uma mulher ser eleita. A primeira mulher. Acho que daria mesmo, mas naquele tempo, né... Não sei se isso avançou muito também nos dias de hoje. Mas eu acho que naquele tempo era mais o estilo assim daquela maré rosa, assim. Todos foram assim né, todos os governantes foram assim. E hoje em dia a gente vê mais um debate indígena né, nos países aí da costa andina. Um debate ambientalista, a gente vê com mais força. Então não sei se seria um pouco diferente. Mas realmente a questão da conciliação de classes é o que impede, né, que isso avance. Porque é isso assim, por exemplo, tinha o MST, eles tinham acesso a esse tipo de debate. Mas falta vontade mesmo, eu acho. Falta acreditar que dessa forma a gente pode combater as desigualdades.

APÊNDICE G – OPINIÃO SOBRE AS POLÍTICAS AMBIENTAIS DOS GOVERNOS LULA E DILMA

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
4	<p>Que eu acho que é isso, né, muita gente acha que o ecossocialismo é, ah, pra quando já tiver avançado. “Por enquanto a gente precisa ganhar mais riqueza, pra diminuir a desigualdade”. Mas pra gente não, né, acaba gerando aí contradições que pioram nossa vida um tempo depois, assim, voltam, contra nós.</p>
5	<p>Acho que teve alguns avanços né, importantes avanços. Mas também tiveram muitas decepções acho né, coisas que poderiam ter sido avançadas e que não foram né. Poderia ter sido muito mais pra frente do que foi. A política por exemplo dos conselhos de políticas públicas, o Consea né, o conselho de segurança alimentar e nutricional, que teve uma força dentro dos programas né de aquisição de alimentos, teve uma força pensando em famílias, produtores familiares e tal. É uma política importante né que o governo Bolsonaro a primeira coisa que ele fez foi extinguir esse conselho né.</p> <p>Mas assim deixa muito a desejar, porque ao mesmo tempo que fazia um trabalho pras famílias produtoras também fazia um trabalho né pro agronegócio, incentivando, né, o agronegócio, ainda. Poderíamos ter feito algumas rupturas né, e não foi feito. Teve alguns avanços mais muito também pros dois lados assim né, tipo, pro pequeno produtor, e pro agronegócio, né, agroecologia e pro agrotóxico. A questão da demarcação de terras indígenas, por exemplo, teve algumas demarcações mas não foram homologadas, né. Por pressão econômica e tal. Então aqui em Santa Catarina por exemplo, o Morro dos Cavalos é uma terra grande né que foi demarcada, a Dilma teve a caneta na mão, teve oportunidade de homologar, e não homologou. Então eu vejo que para os indígenas assim teve alguns avanços em relação à Funai, em relação à política indigenista, demarcatório, de escuta, de consulta aos povos indígenas mas também poderia ter sido mais radicalmente colocado pra frente né, e não foi.</p> <p>Também teve a questão, né, esse investimento assim, não em fontes de energia alternativa, né, e sim aprofundamento de hidroelétricas. Poderíamos sim no governo do PT, da Dilma e do Lula, ter feito algo mais no sentido ecossocialista mesmo, né. Mais política pública que realmente trouxesse uma alternativa de fonte de energia, né alternativas ao combustível fóssil, né e não foi avançado. Então acho que a política ambiental existia né mais fiscalização também em relação do que hoje [risos], né, Amazônia, os grileiros e tal. Mas também não era totalmente efetiva, também não era totalmente como precisava. Mas agora piorou aí, acabou minimamente o que se tinha né, foi tirado.</p>
6	<p>Cara, pra mim elas foram bem paliativas pra mim, assim. A gente teve acho que alguns avanços, sim, tivemos, acho que desde quando a Marina era ministra. Acho que a gente teve alguns avanços na dimensão estrutural, mas foi uma política que atendeu ao sistema com algumas amenidades. Eu falo isso conversando por exemplo com alguns servidores do próprio Ministério do Meio Ambiente. Que sentiram algumas fragilidades. Não se compara com o golpe que a gente foi tendo desde 2016, daí o caos se estabeleceu, né. Então a minha visão da política ambiental dos governos do PT, foi assim, tivemos alguns avanços mas mínimos. A gente não teve as reformas que a gente poderia ter tido num governo que alcançou altos índices de popularidade, que tinha condições de conversar com a sociedade, e de fortalecer iniciativas ambientais, iniciativas ecológicas, agroecológicas, de uma maior valorização dessas frentes. Acho que a gente, tivemos sim, óbvio, avanços, a gente não pode dizer que não. Mas acho que foram muito poucas pro tamanho do poder que se alcançou, sabe. Aí, mas enfim, isso são os males de um governo de conciliação, né.</p>

APÊNDICE G – OPINIÃO SOBRE AS POLÍTICAS AMBIENTAIS DOS GOVERNOS LULA E DILMA

(conclusão)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
7	<p>Acho que é fácil analisar agora por comparação com o que veio depois [...] o movimento ambiental foi muito crítico ao governo Lula e Dilma, muito crítico. A questão dos transgênicos, dos próprios agrotóxicos, da Amazônia, falando dos temas mais macro assim, Suiu a Dilma, já no governo Temer já se viu retrocessos, e agora nem se fala. [...] Pessoas que passaram por lá, Marina Siolva, Minc, as pessoas que passaram ali, militantes ambientais, reconhecidamente, muito diferente do Salles. Pessoas que tinham a vida dedicada a essa causa. [...] Se essas pessoas que tinham a militância, tinham uma história, chegaram lá e fizeram o que conseguiram fazer, e depois, quem veio depois mostrou o retrocesso, então o meu julgamento parte desses dois dados fáticos. Então eu critico porque acho que dá pra fazer mais, mas não julgo, digamos assim, no sentido de “ah, era só fazer e vocês não fizeram”. Numa volta agora de governo, é, esperamos, Lula, um governo de esquerda, vai ficar mais claro ainda se era possível fazer, porque aí, aquilo que tá sendo desmatado agora, e venenos são licenciados, etc e etc, bom isso pode ser em princípio revisto, vai ter de novo um parâmetro de comparação.</p>
8	<p>Eu valorizo muito aqueles períodos da ação brasileira nas cúpulas internacionais do clima. Nos governos Lula e Dilma também, porque o Brasil era muito respeitado, e foi protagonista do Acordo de Paris, isso é um fato. E com metas muito ambiciosas a serem cumpridas em termos de combate ao desmatamento.</p> <p>Eu acho que os governos Lula e Dilma tiveram momentos importantes, Primeiro que as conferências a ideia das conferências, é uma ideia que eu acho extraordinária. Ela mexeu com as profundezas do país. As conferências todas, e a do meio ambiente também., Então essas conferências trouxeram à tona uma série de demandas que na medida do possível foram sendo tratadas. E as ministras e ministros do meio ambiente foram muito bons.</p> <p>Eu acho que houve um avanço especialmente o que diz respeito às articulações internacionais. O papel do Brasil nas conferências do clima foi muito destacado. A elaboração daquelas agendas todas, os objetivos do desenvolvimento sustentável, da forma como isso foi traduzido aqui, e como era tratado e implementado. Isso foi um ganho muito grande, E em termos de desmatamento teve resultado, porque houve um declínio efetivo no desmatamento. Então aquelas metas que foram traçadas, muito além do que se esperava do Brasil naquela época, elas foram estimulantes para que outros países adotassem metas mais ousadas também. Só que tudo isso agora acabou, né, não tem mais. Mas eu acho que foram bons governos nesse sentido, ainda que essa lógica do agronegócio tenha sempre nos acompanhado par e passo. Desse modelo exportador de commodities, não é só agro, é a mineração também. E mesmo as opções de energia renovável, que é muito meritória, a gente avançou muito [...] mas não teve um diálogo com as comunidades. Então você vem com as torres e avança sobre o território de comunidades quilombolas, comunidades de fundo e fecho de pasto.</p>

APÊNDICE H – OPINIÃO SOBRE POLÍTICA AMBIENTAL GOVERNO BOLSONARO

(continua)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
1	<p>[risos] Agora, realmente, é o desmonte completo, né! [risos] Se a gente já fazia críticas aos governos do PT, com o Temer e o Bolsonaro é um desmonte completo. Botaram um ministro e pessoas no ministério... Estão tirando técnicos pra colocar pessoas do exército, das polícias militares. Agora a última do Bolsonaro foi vincular o Instituto Chico Mendes ao exército, tirar do Ministério do Meio Ambiente. E realmente está havendo não só um desmonte de políticas como práticas totalmente predatórias, como por exemplo o Ibama estava fazendo operações contra o garimpo lá na Amazônia e o presidente, o ministro tirar o chefe do Ibama da região, liberar. Mesmo agora durante a pandemia o garimpo e as mineradoras estão agindo a mil. Então é claramente... é o governo realmente mais predatório que já teve na área do meio ambiente. Quer realmente entregar a Amazônia, unidades de conservação pra exploração econômica.</p>
2	<p>É, é terra devastada total, né. É uma política antiambiental. É negacionista. Negacionista climática, negacionista da destruição de todos os limites planetários, né. É uma política em todos os aspectos, desde a ... aquele programa, né, ultraneoliberal da Ponte pro Futuro, que foi o programa do golpe de 2016. Programa do Temer, né, do PMDB. Ele, no fim das contas, abriu a porta pruma política... ele não dizia tudo aquilo dentro do seu programa na época do golpe, mas ele abriu a porta prum programa que aumenta a exploração, aumenta todas as opressões e aumenta a destruição da natureza. Então esse programa e política hoje tá a serviço disso daí, né. Então é terra devastada total, é perseguição de servidores, é sucateamento, é, enfim, é destruição. Hoje a gente vai vendo ali terror e pânico na política socioambiental do país, e que é uma pena, né, Marcos, por que o Brasil tinha tudo pra ser... é, a gente tem potência pra ser, né, uma referência gigante de construção a partir dos povos, a partir de uma relação harmônica com a natureza, e nós tamo sendo o oposto, assim, a vanguarda negativa de destruição, pô, a destruição da Amazônia... é, emissão de gases... a quantidade de gases que a gente emite aí só pela derrubada e a queima da floresta, depois o metano, depois o óxido nitroso, né, da pecuária de alta intensidade, depois do agronegócio da soja, né. A gente tá virando uma bomba de carbono, né. Só no Brasil, pensa, essas cinco cidades de São Paulo que foram devastadas no ano passado, 2020, quanto carbono não jogou na atmosfera, né. Só na Amazônia a gente tem carbono, cem anos de emissão dos Estados Unidos ali, de carbono depositado, né. Então, o Brasil pode se tornar... vai depender muito da nossa capacidade de reverter esse ciclo ou não, né, mas se ele se mantêm por mais quatro anos, o Brasil vai se tornar realmente um problema no mundo, assim. Tem muita tarefa pra fazer. E mesmo vencendo... hoje numa disputa eleitoral, né, a direita liberal tem muita gente chance de vencer essa eleição, e manteria os aspectos fundamentais, não tão descarados, mas manteria os aspectos fundamentais de destruição da natureza. E a esquerda moderada mudaria alguns, mas não mudaria a matriz econômica, não mudaria a lógica, assim. Então por isso que eu também insisto muito nisso, assim, de que nós precisamos ter... que essas nossas ideias, que são ideias radicais, elas têm capacidade de disputa da sociedade. Por isso que eu falo que o nosso partido precisa ser ecossocialista, por que a gente fazer conciliação com o desenvolvimentismo, cara, não tá de acordo com o nosso senso de urgência, assim, as pessoas... nossos filhos, nossos neto vão perguntar o que que a gente tava fazendo, quando tava tudo isso aqui acontecendo, né. E a gente vai falar “ah, não dava pra defender isso numa eleição porque a gente tinha compromisso de fazer aliança com tal partido”, sei lá o que [risos]. Isso daí não vai, não vai fazer sentido pras pessoas daqui a 20, 30 anos, sabe?</p>
3	<p>A política ambiental do Lula era ruim, obviamente eu não tô comparando a política ambiental dele com a desse governo, desde o golpe. Isso é outra coisa, aí já é agressão, já é guerra. É rasgar toda e qualquer ideia de conservação, de preservação, de bom uso do solo, de uso justo do solo. Nada, não tem nada, não existe nada. A política de hoje é o que você vai ler na internet a respeito do que aconteceu com a madeira apreendida um carregamento recorde (aí ele explica o caso). [...] Se você pensar na liberação de agrotóxicos... Com a Dilma já existia um número de agrotóxico no Brasil em uso que já não deveria ter. Com Dilma e Lula, nós usamos muitos agrotóxicos que já eram banidos no mundo [...] Era ruim a política do Lula e da Dilma, agora não é ruim. Mas de 470 agrotóxicos liberados, e todos eles banidos do mundo inteiro.</p>

APÊNDICE H – OPINIÃO SOBRE POLÍTICA AMBIENTAL GOVERNO BOLSONARO

(continuação)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
3	<p>Que política esse governo tem? Não tem nenhuma. A ideia é que as populações indígenas, quilombolas são entraves ao desenvolvimento [...] Mata virgem é atraso. Mata virgem é atraso. É sinônimo, é a mesma coisa. Mata virgem tá ali, precisamos tirá-la de lá porque não serve pra nada. Ela é só o lar de milhares de espécies vegetais, e milhares de espécies animais, e isso não conta.</p>
4	<p>Nem tem, né, política ambiental. [...] Antes dele ser eleito, já era muito nítido o quanto ele realmente via aquilo como apenas mercadoria, aquilo tinha que dar lucro. Não tem nada ali de respeito à natureza por si só, de contemplação, de realmente ver a relação do... de ver que estamos num ecossistema, então a gente não tem propriedade sobre aquilo, né. Então mesmo antes do governo a gente via isso. [...] agora eleito, a gente vê que realmente é uma coisa muito descarada, né, às vezes... O Mourão, principalmente, né, fala “não, mas tá tudo bem, né, estamos protegendo a Amazônia”. Tem um discurso assim bem meia boca, mas no geral eles não têm nem vergonha de realmente estarem destruindo a natureza. Mesmo que não tivesse, a gente não tivesse visto aquele vídeo do Salles, [inaudível] de passar a boiada, a gente só confirmou o que já estava escancarado. Né, o bolsonaro ele nunca teve vergonha também, ou o Sales, de mostrar de que lado eles estavam. E eu acho que ele escancara realmente... isso, essa posição a qual a gente é tão contra que é, né, como ecossocialistas, de não ver a natureza como um recurso, como uma mercadoria. Que isso não acontece só com o bolsonaro [...] por exemplo, com o PT também foi assim, de ver como recurso. É o mais normal, né, é bem naturalizado a gente falar de recursos naturais.</p> <p>Então a gente percebe aí que a política antiambiental é crucial pro projeto do Bolsonaro. E isso também que os ecossocialistas batem muito na tecla, assim. Não é um [inaudível]. Não é uma pasta lá que tá sofrendo. Pro projeto dele de priorizar os empresários, né, de gerar lucro para os empresários apenas, destruir a natureza é central. Por isso, né, pela importância que a gente tem aí da bancada ruralista, dos grandes latifundiários. Então, até a questão do armamento, por exemplo. Tem muita relação também, porque todas as mortes, né, que acontecem aí nos interiores aí pra tirar a terra indígena, quanto mais armamento pior também pra essa população. Então realmente, eu acho que isso falta um pouco a gente reconhecer isso: pro projeto do bolsonaro, projeto de poder, o desastre da natureza é central e tá relacionado a tudo. Né, então a gente vê por exemplo, quando a gente fala do aumento do preço dos alimentos, a gente tá falando da política antiambiental dele, né, que prioriza a exportação, a própria questão das mudanças climáticas que ele não mexe um dedo, pra ter políticas, né, que evitem isso, previnam. Então isso, né, o ecossocialismo, acho importante pra gente entender a política ambiental, ou antiambiental, do bolsonaro. Porque pra gente tudo tá relacionado. Enquanto a gente não ver igual importância em todos esses fatores, a gente tá deixando algumas coisas descobertas, algumas coisas muito importantes. Que são, né, muito importantes pra própria sustentação do bolsonaro no poder.</p>
5	<p>É o desmonte total né, é passar Boiada, é o que a gente acompanha aí né, passar boiada, desmonte. Então é um anti governo, é um anti, o ministro da do meio ambiente né. Então enfim, é desregulamentar, desregulazir, tudo que foi criado, né, abrir pra mineradora, é abrir pro desmatamento, é abrir pros grileiros, é abrir, enfim, né, pra mercantilização da vida. Em relação aos indígenas a inclusão deles na sociedade, como se eles quisessem estar na sociedade capitalista, né; É uma falta de respeito gigante com a cultura dos povos originários, também dos quilombolas, enfim, todas as as pessoas que vivem no seu modo de vida né e não capitalista que pra eles Com certeza é uma ameaça né, que nos inspira.</p> <p>Com relação à política indígena, meu Deus! Cheio de sacanagem acontecendo, de abertura, de permissões, né, de visita, inclusive de contato com aldeias indígenas que estavam aí isoladas, né, pela frente religiosas, né. É uma catequização, é uma forma desenfreada aí de continuar com a colonização, massacre total.</p> <p>Toda essa política que o governo Bolsonaro né traz [...] tem reflexos em Santa Catarian, no município, inclusive querendo abrir as portas também pra construção em restingas, em mangues, em tudo.</p>

**APÊNDICE H – OPINIÃO SOBRE POLÍTICA AMBIENTAL GOVERNO
BOLSONARO**

(conclusão)

N.º da entrevista	Extrato ilustrativo das entrevistas
6	<p>[risada alta] Eu não vejo! Não tem, né! A política da destruição, né, muito triste. É muito triste, eu acho que isso não é nem uma resposta de quem tá na primeira infância do bem viver, não é nem uma resposta de quem tá no campo político da esquerda, no campo ecológico. Acho que qualquer pessoa de bom senso, com um mínimo de bom senso, olha que a gente não tem uma política ambiental. [...] Foi externalizado pelo próprio ministro, né. Se a gente não tirar Bolsonaro do poder, o caos vai ser ainda maior, né. A gente tem relatos de servidores públicos do ministério extremamente assustados com a perseguição que eles mesmos sofrem do ministério. Então já começa por aí a ausência da política pública. Quando o teu chefe não é no mínimo o teu líder, aí ferrou, né. Porque se o ministro do meio ambiente não é o líder da sua equipe de servidores públicos, é a prova concreta de que não há política pública nesse setor.</p> <p>Pelo menos no governo Lula e Dilma a gente tinha essas ações de repressão. Ah, pouca, muita, não sei o que, avançou... ok. A gente sempre quer mais, né. Mas tinha esse processo [meio inaudível] de fiscalização um pouco [mais?] estruturado, uma maior repressão. Isso acontecia. Nem isso a gente tem mais.</p>
7	<p>Saiu a Dilma, já no governo Temer já se viu retrocessos, e agora nem se fala.</p>
8	<p>Um desastre total, né? Uma destruição, uma demolição total. É inacreditável a ousadia dessas pessoas, o cinismo dessas pessoas. Eles tão fazendo altos negócios, estão ganhando muito dinheiro, não é pouco não. Então é uma maneira de ganhar dinheiro, eles estão ganhando bilhões com isso, e ao mesmo tempo destruindo toda a estrutura que foi... que é essa a pena que eu sinto, nos debates que eu tenho participado, das pessoas que construíram ao longo de anos, 41 anos esse sistema nacional de meio ambiente no Brasil. Tá totalmente destruído. Eu tenho conversado com as pessoas dos órgãos, do Ibama, do ICMBio, é uma tristeza.</p>



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br